

PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: **UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE DE JUIZ DE FORA - MG**

2^a edição revisada

**Viviane Souza Pereira
Alexandre Aranha Arbia
Telmo Mota Ronzani
(ORGANIZADORES)**

**PESQUISAS E
POLÍTICAS PÚBLICAS
COM A POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA:
UMA REFLEXÃO A
PARTIR DA REALIDADE
DE JUIZ DE FORA - MG**

2^ª edição revisada



Juiz de Fora/MG
2025

© 2025 Editora UFJF

Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0 Deed. Você pode compartilhar o material, respeitando os termos a seguir: conceda o devido crédito, inclua um link para a licença e sinalize quaisquer alterações realizadas; é proibido o uso do material para fins comerciais; caso remixe, transforme ou crie a partir do material original, fica vedada a distribuição da versão modificada.



Reitora: Gislene Alves da Silva

Vice-reitor: Telmo Mota Ronzani

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa: Priscila de Faria Pinto

Pró-reitora Adjunta de Pós-graduação e Pesquisa: Isabel Cristina Gonçalves Leite



Equipe editorial do Selo Serviço Social

Diretora Editorial: Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira

Diretor Associado: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia

Diretor Associado: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Editora: Profa. Dra. Carina Berta Moljo

Conselho Editorial do Selo Serviço Social

Alcina Martins (Instituto Superior Miguel Torga - Portugal), Carina Berta Moljo (Universidade Federal de Juiz de Fora), Cláudia Mônica dos Santos (Universidade Federal de Juiz de Fora), Elaine Rossetti Behring (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), José Paulo Netto (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marco José de Oliveira Duarte (Universidade Federal de Juiz de Fora), Margarita Helena Rozas Pagaza (Universidad Nacional de La Plata - Argentina), Maria Carmelita Yazbek (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) Maria Lúcia Duriguetto (Universidade Federal de Juiz de Fora), Marilda Villega Iamamoto (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ana Elizabeth Mota (Universidade Federal de Pernambuco), Miguel Ángel Oliver Perelló (Universitat Illes Balears - Espanha), Paula Vidal Molina (Universidad de Chile - Chile), Rodrigo Souza Filho (Universidade Federal de Juiz de Fora), Vassilis Ioakimidis (University of Essex - Inglaterra).

Revisão de português Luciana Naves

Revisão de normas técnicas Luciana Naves

Capa e projeto gráfico Paolo Malorgio Studio/ Adaptação: Andréia Malezon Sixel

Diagramação Andréia Malezon Sixel

Crédito da imagem da capa Fabiana da Silva Chrispim

Fontes utilizadas Calibri, Gotham, Open Sans

Catalogação de Publicação na Fonte. Sistema de Bibliotecas (SisBi) - UFJF

Pesquisas e políticas públicas com a população em situação de rua [recurso eletrônico] : uma reflexão a partir da realidade de Juiz de Fora – MG / Viviane Souza Pereira, Alexandre Aranha Arbia, Telmo Mota Ronzani (organizadores). – Dados eletrônicos (1 arquivo : 2,9mb). – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2025.
ISBN: 978-85-93128-96-7
Modo de acesso: Adobe Acrobat Reader

1. Políticas públicas – Juiz de Fora. 2. Pessoas em situação de rua. I. Pereira, Viviane Souza. II. Arbia, Alexandre Aranha. III. Ronzani, Telmo Mota. IV. Título.

CDU: 304.4(815.12JUIZDEFORA)

Bibliotecário responsável: Fabíola Rubim Silva - CRB-6 3230



Editora UFJF – Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Campus Universitário, bairro São Pedro – Juiz de Fora, MG, Brasil – CEP 36036-900
editora@ufjf.br / propp@ufjf.br



Lista de tabelas

Tabela 1 - Perfil da população atendida pela eCnR/JF no ano de 2022 - N= 3692.....	76
Tabela 2 - Condições de saúde atendidas pela eCnR/JF no ano de 2022.....	77
Tabela 3 - Total de procedimentos realizados pela eCnR/JF no ano de 2022	78
Tabela 4 - Depuração (agrupamento) da resposta “outros”	109
Tabela 5 - Você tem alguma casa para voltar se quiser?	110
Tabela 6 - Utilização das unidades de acolhimento institucional (n=190).	123
Tabela 7 - Problemas relatados nos acolhimentos institucionais (n=135)	124
Tabela 8 - Atendimentos gerais recebidos (n=190)	126
Tabela 9 - Você tem alguns dos seguintes problemas de saúde?	154
Tabela 10 - Se sim, faz tratamento?	155
Tabela 11 - Quando você precisa de atendimento médico, qual tipo de unidade de saúde você procura?.....	156
Tabela 12 - Caracterização da Amostra de Pessoas em situação de rua em Juiz de Fora-MG (n=190).....	173
Tabela 13 - Associação entre padrões de uso de álcool, tabaco e outras drogas e características de pessoas em situação de rua (p ≤ 0,05).....	174
Tabela 14 - Você sabe ler e escrever?.....	184
Tabela 15 - Você estuda ou já estudou?	184
Tabela 16 - Nível de escolaridade	185
Tabela 17 - Escolaridade da população em situação de rua (2009).....	186
Tabela 18 - Evolução quantitativa da população em situação de rua no Brasil.....	186
Tabela 19 - Caracterização da Amostra de Pessoas em situação de rua em Juiz de Fora-MG (n=190).....	197
Tabela 20 - Associação entre tipo de violência sofrida e características de pessoas em situação de rua (p ≤ 0,05)	197
Tabela 21 - Associação entre autores de violência e características de pessoas em situação de rua (p ≤ 0,05)	199
Tabela 22 - O que mais você precisa para sair da situação de rua?	219

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Pouco antes de dormir nas ruas (ou abrigo), onde dormia?	99
Gráfico 2 - Quantos dias dormiu nas ruas nos últimos 30 dias?	100
Gráfico 3 - Nos últimos 7 dias, em que lugar você dormiu na maioria das vezes?	101
Gráfico 4 - Você foi para rua depois que a pandemia do Coronavírus começou?	103
Gráfico 5 - Qual o principal motivo que te levou para as ruas?	105
Gráfico 6 - Atividade laborativa exercida anteriormente à situação de rua	142

Sumário

Apresentação	9
PARTE I - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	11
Capítulo 1	
A situação da classe trabalhadora (em situação de rua) em Juiz de Fora e o caráter fetichista da rua	12
<i>Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes</i>	
Capítulo 2	
Pessoas em situação de rua e a cidade: práticas comunitárias concebidas na não-errância	31
<i>Juliana Varejão Giese</i>	
Capítulo 3	
Assessoria em políticas públicas: contribuição do serviço social	46
<i>Viviane Souza Pereira, Marina Monteiro de Castro e Castro, Ana Clara Azevedo Pereira, Gisele Aparecida da Silva Faria, Maria Júlia Touzo Miranda, Paula Ferreira Oliveira Santos e Thais Stefani da Silva Dourado</i>	
Capítulo 4	
Consultório na Rua: territórios vivos de cuidados em saúde para pessoas em situação de rua	61
<i>Bárbara de Sá Menezes Teixeira Reis, Marcelo dos Santos Campos e Paula Miranda de Oliveira</i>	
PARTE II - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A PARTICULARIDADE DE JUIZ DE FORA (MG)	84
Capítulo 5	
Metodologia de pesquisa com população em situação de rua: notas sobre o Censo e diagnóstico de Juiz de Fora - MG	85
<i>Luiz Cláudio Ribeiro, Gabriel Martins Silva, Natália Brugiolo Marcos</i>	

Capítulo 6	
Trajetórias das pessoas em situação de rua em Juiz de Fora	95
<i>Alexandre Aranha Arbia, Bruna Atalaya de Almeida Rocha e Laura de Melo Soares</i>	
Capítulo 7	
O acolhimento à população adulta em situação de rua: reflexões a partir da realidade em Juiz de Fora – MG	115
<i>Viviane Souza Pereira</i>	
Capítulo 8	
Vida na rua e trabalho: pertencer, estar e ser	136
<i>Marina Barbosa Pinto e Juliana Cobucci</i>	
Capítulo 9	
Acesso à saúde da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora/MG	152
<i>Marina Monteiro de Castro e Castro, Isabella da Paixão Alves e Euler Antônio Campos</i>	
Capítulo 10	
Padrões de Uso de Álcool e Outras Drogas entre pessoas adultas em situação de rua em Juiz de Fora (MG)	170
<i>Telmo Mota Ronzani e Eroy Aparecida Silva</i>	
Capítulo 11	
Aspectos educacionais e população em situação de rua: Uma análise crítica a partir do diagnóstico juiz-forano	182
<i>Fábio da Silva Calleia</i>	
Capítulo 12	
Caracterização da violência sofrida por pessoas em situação de rua na cidade de Juiz de Fora-MG	193
<i>Telmo Mota Ronzani e Weverton Corrêa Netto</i>	
Capítulo 13	
Uma rua sem saída: a autopercepção da população em situação de rua para superação da condição e as contradições impostas pela realidade	209
<i>Fábio da Silva Calleia</i>	

Capítulo 14

População em Situação de rua no município de Juiz de Fora: uma análise a partir do olhar do orçamento público 224

Lucas Nunes Nora de Souza, Marina Valéria Delage Vicente Mancini e Meirijane Teodoro

Capítulo 15

A extensão universitária e sua relação com as políticas públicas 238

Ana Lívia de Souza Coimbra e Fernanda Cunha Sousa

Sobre os Autores**255**

Apresentação

Este livro, que agora vem a público, é fruto de uma ação colaborativa entre a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Prefeitura de Juiz de Fora. Em suas páginas, os leitores poderão encontrar, principalmente, análises inéditas que partem dos dados recolhidos no “Censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua de Juiz de Fora”, projeto de extensão com inovação tecnológica em pesquisa, desenvolvido por professores da instituição e finalizado no início do ano de 2023.

Encampado pela Faculdade de Serviço Social da UFJF, contou ainda em sua equipe de coordenação com professores dos departamentos de Psicologia e de Estatística (da UFJF), amplo apoio da Pró-reitora de Extensão (PROEX), do Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT) e da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEP) e foi realizado em parceria com Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), tendo a Secretaria de Assistência Social como interlocutor privilegiado e representante das demais secretarias e instituições, as quais é imperativo citar: a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, o Comitê de População em Situação de Rua de Juiz de Fora e o Consultório na Rua.

A partir do levantamento censitário da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora elaborou-se um diagnóstico a partir de 9 eixos: *identificação, trajetória, serviços, trabalho e renda, educação, saúde, uso de drogas, violência e autopercepção*. O material gerou, como documento técnico, um relatório objetivo e consolidado, cujos dados foram amplamente divulgados e encontram-se disponibilizados para uso público.

Assim, esta obra procurou concentrar-se nos dados, mas mirando para além deles: inserindo a frieza dos números empíricos no conjunto de relações referentes a cada eixo, buscando compreender seu verdadeiro significado dentro da especificidade de relações reais que conferem inteligibilidade e sentido aos fatos. Noutros termos: os números só podem nos informar a respeito da realidade quando compreendidos dentro da malha de relações que os produziram. Portanto, os capítulos que o leitor irá encontrar neste volume trazem este esforço analítico.

Mais a mais, as análises procuram ainda articular os dados recolhidos no “Censo e diagnóstico...” àqueles disponíveis em levantamentos nacionais e de outros municípios que utilizaram metodologia afim, ao mesmo tempo em que desenvolve análises dos eixos previamente apresentados no relatório técnico. Finalmente, as reflexões não poderiam deixar de correlacionar os dados com o desenvolvimento

histórico das políticas públicas de Juiz de Fora destinadas à população adulta em situação de rua.

Dividido em duas seções e treze capítulos, procuramos agrupar na primeira seção a discussão sobre população em situação de rua, assim como as políticas e pesquisas direcionadas a ela. Já na seção II, foram aninhados os capítulos que se dedicam à construção das reflexões a partir dos dados identificados no “Censo e diagnóstico...”. O leitor não se surpreenderá com a divisão dos capítulos, especialmente se já estiver familiarizado com o relatório sobre o “Censo e diagnóstico...” publicizado. Todavia, conhecer o relatório não é *conditio sine qua non* para que se possa aproveitar as reflexões aqui dispostas: é possível lê-las com proveito e sem qualquer prejuízo.

Procuramos minimizar os termos técnicos, tornando o livro palatável ao grande público, embora nem sempre isso tenha sido possível. Nos casos em que precisamos aprofundar análises, contamos com a boa vontade e paciência do leitor com relação a este expediente, muitas vezes imprescindível para se alcançar conclusões de maior fôlego.

Por fim, a divulgação ampla deste material é, mais que um prazer, uma obrigação: oferecer um retorno sistematizado dos dados para a população entrevistada, para os parceiros e para sociedade em geral e para a comunidade juiz-forana em particular. O produto final deste trabalho materializa um conjunto de reflexões sobre a temática articuladas aos relatos de experiência e vivências profissionais em intervenção direta e de gestão com a população adulta em situação de rua em Juiz de Fora. E como não podia ser diferente, este livro é dedicado, em primeiro lugar, aos nossos entrevistados, que gentilmente atenderam às entrevistas, mostrando-se disponíveis para conversas – muitas vezes longas – a respeito de suas vidas, trajetórias, impressões, experiências e dilemas. Não é fácil fazer “o corre” das ruas e ainda atender a pesquisadores das universidades ávidos por informações. Em segundo lugar, aos técnicos envolvidos e a todos aqueles – técnicos ou não – que a seu modo procuram minimizar os sofrimentos dessa população, com ações que, muitas vezes sem qualquer infraestrutura mais sólida, ocorrem graças ao sentimento coletivo de dever comunitário. Por fim, aos estudantes da UFJF que tomaram parte no projeto, dos mais diversos cursos, para quem a experiência do trabalho, segundo nos contaram, foi espetacular.

Viviane Pereira, Alexandre Arbia, Telmo Ronzani

PARTE I

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Capítulo 1

A situação da classe trabalhadora (em situação de rua) em Juiz de Fora e o caráter fetichista da rua

Pedro Henrique Antunes da Costa

Kíssila Teixeira Mendes

Introdução

No marco dos dez anos das *jornadas de junho*, em que as *ruas* ganham novamente visibilidade — só que agora analiticamente, como algo do “passado”, nos debruçamos sobre a(s) mesma(s) rua(s), só que por outro prisma, focando em quem já a(s) ocupa concreta e diariamente- alguns há bastante tempo; àquelas e àqueles que não “precisam” *ir para a rua*, pois já fazem dela morada ou espaço substancial de socialização, de vida; quem, nos marcos da pandemia inclusive, também não precisou *sair de casa*, afinal, a “casa” já era “fora”, a rua.

Nesse sentido, nos valemos por um lado, do amplo lastro empírico fornecido pelo *Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora - MG* (Pereira et al., 2023)¹. Por outro, conforme já indica o título, uma paráfrase de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010), em junção à análise que Marx faz sobre o caráter fetichista da mercadoria n’*O Capital*, livro 1 (Marx 2013), nos filiamos ao estatuto filosófico e prático legado por Marx e Engels e a tradição que se segue, o materialismo histórico-dialético.

No presente capítulo, discorremos sobre como a população em situação de rua, nas suas condições concretas de vida, sintetizam e expressam de maneira bastante evidenciada e, ao mesmo tempo pronunciada, as múltiplas manifestações ou desdobramentos da “questão social”, que é imanente ao modo de produção capitalista e atravessa e constitui a classe trabalhadora. Dessa forma, se trata das condições mais pronunciadas, aguçadas, de algo que é constitutivo do nosso modo de produção (da vida), sua dissecação analítica se mostra ainda mais premente, não só por desvelar possibilidades ulteriores (e venais) para outros indivíduos da mesma classe ou, mesmo, para parcelas cada vez mais significativas da classe trabalhadora, mas, fundamentalmente, por conta das necessidades objetivas e subjetivas prementes

¹ No decorrer do capítulo, o referido trabalho será tratado como *Censo* para simplificar a escrita.

da população que se encontra em tais condições, com a análise sobre elas sendo, também, (mais) uma denúncia. Se, como apregoou Engels (2010, p. 41), a “situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social”, a situação da classe trabalhadora em situação de rua é a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social, devendo ser, pois, se não o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo, um ponto central, o qual não pode ser desconsiderado.

Conforme Marx (2008a, p. 258), o “concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Temos, assim, na concretude da população em situação de rua, um exemplo mais bem acabado e recrudescido da *unidade na diversidade* no que se refere às mazelas oriundas da contradição capital-trabalho no atual estágio do modo de produção capitalista, considerando as mediações oriundas das particularidades da formação social brasileira capitalista dependente, racista, sexista, profundamente desigual (Souza; Telles, 2021). E falar sobre concreto implica irmos além da aparência fenomênica, da dimensão empírica, mesmo queno caso da *rua*, a aparência também seja gritante e elucidativa. No entanto, por que tal grito não é escutado ou silenciado? É nessa esteira que analisaremos o *fetichismo da rua* (ou sobre a rua), seu caráter misterioso, fantasmagórico, mistificador, argumentando como isso se atrela ao fato de que ela reflete aos indivíduos, os caracteres sociais de seu próprio trabalho e, portanto, de suas próprias condições não só enquanto seres sociais, mas indivíduos da classe trabalhadora, como caracteres objetivos próprios, isto é a *rua* como sujeito, uma entidade animada per si ao passo que os seres que nela se fazem e são objetificados, negados.

Logo, por mais que tal concretude seja pronunciada, a *concretude não é da rua*, mas de quem está *nela*, bem como as relações sociais que expressam e conformam, o que, por sua vez, nos retorna à pergunta e a consequente análise sobre quem são tais indivíduos. Consoantes a isso em um primeiro momento, analisamos as condições da população em situação de rua de Juiz de Fora, com os devidos cuidados para não incorrer em universalizações do particular, mas também, considerando que há uma relação dialética entre o cenário analisado e a totalidade social. Posteriormente, debatemos o *caráter fetichista da rua*, como contribuição à análise sobre como a despeito de toda a *visibilidade* de tal população, esta é *insibilizada, mistificada*.

A classe trabalhadora em situação de rua de uma grande cidade²: o caso de Juiz de Fora-MG

Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências.

Engels (2010, p. 68).

Compreender a situação de rua como uma das expressões da “questão social”, bem como a primeira plasma e conforma outras expressões (ou desdobramentos), implica a apreensão do que é “questão social”. Dada a vastidão de produções, sobretudo na tradição marxista no Serviço Social brasileiro, que a tem como objeto fundante, erigindo seu edifício *práxico* sobre ela- se colocando à superação dela e, por conseguinte, de si próprio³—, é necessário pontuar como tal conceito é cunhado na década de 1830, acompanhando o “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade político-sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

Na tradição marxista, a “questão social” é entendida como o conjunto de expressões/manifestações oriundas da contradição capital-trabalho resultante da apropriação privada dos meios de produção. Ainda em conformidade com Iamamoto e Carvalho (2006, p. 77), ela é “a manifestação, no cotidiano da vida social, da

2 Ao possuir população estimada em 557.777 habitantes (dados do último censo do IBGE, 2023), Juiz de Fora é caracterizada como município de grande porte. Além disso, a menção também se refere ao capítulo “As grandes cidades” de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010).

3 Por exemplo, consultar as edições especiais da revista *Temporalis*: volume 2, número 3, ano 2001, intitulada *Questão social e Serviço Social*; e volume 21, número 42, ano 2021, *Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Além delas, recomendamos: A “questão social” nas obras de Marx e Engels (Castelo, 2010); *Marx sobre a ‘questão social’: itinerário de análise no New-York Daily Tribune* (Costa; Mendes, 2022); e “Questão Social”: Particularidades no Brasil (Santos, 2012), dentre outros trabalhos.

contradição entre o proletariado e a burguesia”, de modo que o “desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, ‘a questão social’” (Netto, 2001, p. 45). Por conseguinte, a superação da “questão social” significa a superação do modo de produção capitalista.

Nesse ínterim, muitas das ditas *questões sociais*, entendidas de maneira fragmentada, apartadas umas das outras, quando não de forma ensimesmada, como se fossem questões em si, geralmente por primas individuais-privativos, são, na verdade, expressões da “questão social”, se produzindo nas relações umas com as outras na concretude da produção de vida da classe trabalhadora. Podemos citar como exemplo: a pobreza (ou o pauperismo, que é o fenômeno inicial ao que se voltava o conceito), o desemprego (que no capitalismo é estrutural), a fome, a própria situação de rua, dentre outros. Ademais, temos outras *questões* que, quando não são manifestações diretas da “questão social”, estão a ela atreladas sendo, portanto, desdobramentos, como a saúde (e, nisso, a saúde mental), a violência, a criminalidade, relações de dependência com as drogas etc.

E reconhecer a “questão social” como imanente ao capitalismo e se manifestando nas condições de vida da classe trabalhadora, implica a apreensão sobre as determinações e mediações que dizem desta classe na sua concretude nas particularidades não só do capitalismo, mas também da nossa formação social dependente, de gênese e via de desenvolvimento colonial. Por exemplo, segundo Souza e Teles (2021), uma análise histórico-estrutural da “questão social” na formação social brasileira deve abordar a luta de classes medida pela questão da terra e o latifúndio, o trabalho, o Estado, o racismo estrutural e o sexism. Ou seja, um processo “pleno de determinações complexas, em que se entrelaçam questões étnico-raciais, de gênero, nacionais, regionais, geracionais, se produzem novas e se reforçam antigas refrações” (Guerra; Batista, 2021, p. 185).

Nesse sentido, a despeito de a “questão social” ser frequentemente reduzida às suas expressões fenomênicas (pobreza, desemprego estrutural, situação de rua etc.), em consonância a Castelo (2010), seus elementos básicos são: o capital, o trabalho assalariado (alienado, estranhado) e as lutas da classe trabalhadora. Grosso modo, a análise sobre a “questão social” traz para si como *motor* a própria luta de classes, nos marcos do modo de produção capitalista, seu desenvolvimento desigual e combinado, e, nisso, as particularidades do capitalismo dependente brasileiro, considerando o seu atual estágio de desenvolvimento.

A partir do exposto, numa análise totalizante, é necessário reconhecer que antes das pessoas estarem em situação de rua, elas se encontram na situação de classe trabalhadora; e, normalmente, nas franjas mais precarizadas e pauperizadas da classe trabalhadora. Conforme os dados do *Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora - MG*, a despeito da maioria das pessoas

respondentes (54,2%) afirmar que trabalhava de carteira assinada antes da ida para as ruas, tais trabalhos exigiam pouca ou nenhuma escolaridade específica, como o de auxiliares, serventes ou quando exigiam algum tipo de aprendizagem, esta era de nível técnico (p. ex., mecânico, eletricista, motorista etc.). Além disso, 33,2% afirmaram trabalhar previamente sem carteira assinada, estando, portanto, à margem do parco colchão protetivo de direitos do mercado formal de trabalho, bem como tendencialmente submetidos a piores condições de trabalho e salariais.

Dessa forma, apesar de “motivos familiares” (36,3%) e “abuso de álcool ou outras drogas” (18,9%) serem apontados pelas próprias pessoas em situação de rua como as principais causas que as levaram à situação de rua, é necessário ir além do que se é dito, sem desconsiderá-lo, deslegitimá-lo da aparência fenomênica, em direção à essência ao conteúdo, numa análise totalizante que apreenda as múltiplas determinações e mediações. Isso significa que tais motivos aparentes se dão geralmente, num marco de produção de vida e socialização precarizados de indivíduos e sua dinâmica pessoal, familiar, em suma social constituída pela sua posição, enquanto classe trabalhadora mormente nos estratos mais precários e pauperizados. Algumas das próprias respostas denotam isso, mesmo que de maneira breve, aparente e não sem as suas contradições, como, quando relatam que o contexto de vida dificulta a cessão do consumo de drogas, para além dos próprios sintomas da dependência em si, estando as perdas afetivas ou problemas familiares, bem como a constatação de uma vida ruim e sem perspectivas, atrelados a estes processos.

E estando em situação de rua, tal situação de classe trabalhadora pauperizada e precarizada se intensifica. Como aponta o *Censo*, 62,6% dos respondentes afirmaram trabalhar sem carteira assinada, sendo que 28,4% disseram não trabalhar. Aprofundando um pouco a descrição dessa dinâmica, predominam: o trabalho com reciclagem, os pedidos de ajuda, dinheiro, as “vendas” do que se consegue nas ruas, bem como a realização de serviços gerais (Pereira et al., 2023). Não só a proporção de informalidade aumenta, como a condição do trabalho no geral se precariza ainda mais, recrudescendo, por sua vez, a condição de pauperização num ciclo vicioso. Cabe, ainda, indagar aqueles e aquelas que dizem não trabalhar se, de fato, não trabalham — não num sentido de negação do que afirmam, mas em decorrência da própria construção ideológica, histórica sobre o que é trabalho, o que é trabalhar, sendo que algumas das atividades laborais que fazem, por mais que trabalho, não são consideradas como tal. Como constataram Mendes, Paiva e Ronzani (2019), em pesquisa sobre a população em situação de rua também em Juiz de Fora, suas relações com as drogas e os estigmas atrelados a ela, “mesmo não se reconhecendo enquanto trabalhadores, todos trabalham, principalmente fazendo ‘corres’ e ‘bicos’ ” (p. 88).

A partir do exposto, o atual estágio de desenvolvimento capitalista, assentado não só na/pela contradição capital-trabalho e na lei geral de acumulação capitalista (Marx 2013), mas marcado por uma crise estrutural (Mészáros, 2011), cuja ofensiva do capital (contra a classe trabalhadora) resulta no recrudescimento da concentração de riqueza — tanto no plano internacional, quanto em nossa dinâmica interna —, na produção de cada vez maiores contingentes de população em situação de rua, enquanto exército industrial de reserva, superpopulação relativa. Por exemplo, a *gestão pandêmica* no país — e não a pandemia *per se* — corroborou para o aumento de cerca de 35% no número de pessoas vivendo em situação de rua em Juiz Fora. Cabe ressaltar que tais números se circunscrevem a um crescimento estimado de cerca de 140% entre setembro de 2012 e março de 2022 no país (Natalino, 2023), ou seja, mesmo antes da pandemia — o que só reitera que não se trata de um problema *da* pandemia. E no contexto pandêmico, em que o crescimento da população em situação de rua se deu atrelado à redução da riqueza de 90% da população brasileira, o número de bilionários no país cresceu, atingindo o número recorde de 55 bilionários e totalizando cerca de US\$176 bilhões (Oxfam, 2022).

Ou seja, a população em situação de rua e o seu crescimento não são meros desvios, uma anomalia, atraso ou efeito colateral, tal como não o são o aumento do desemprego, da pobreza, da fome etc. — novamente, todos eles amalgamados à e na situação de rua, aliás. Muito menos configura uma *nova questão social*. Da mesma forma, não se trata de uma população descartável, *marginal*, mas, ao contrário, como Marx (2013) já havia apreendido quanto à função social do exército industrial de reserva, à superpopulação relativa, uma população cuja condição e atividades realizadas são *centrais, fundamentais* para a reprodução social nos marcos presentes. Isso fica mais evidente quando nos voltamos ao tipo de atividade que realizam, como se algumas das atividades fossem *da* população em situação de rua, de modo que a situação de rua serve como “justificativa” para a maior exploração e para o rebaixamento geral das condições de trabalho — não só da população em situação de rua, mas da classe trabalhadora em geral — ou seja, como alavanca de acumulação capitalista. Grosso modo, a ampliação da situação de rua e, mesmo nela, a intensificação da precarização da vida, com ainda piores condições de trabalho, atendem a necessidades de reprodução social do capitalismo no seu atual estágio; são resultado, ao mesmo tempo que dizem de tal processo, sendo parte constitutiva dela; uma síntese, amálgama de expressões da “questão social”, a saber, pobreza, desemprego (que é estrutural no capitalismo), falta ou lacunas de acesso a políticas educacionais, de moradia, dentre outras — como veremos a seguir.

Não é de se espantar, pela análise totalizante desenvolvida até o presente momento — uma tentativa de apreender abstratamente o real concreto. Por mais que algumas destas condições não se desenvolvam só na classe trabalhadora e, mesmo

nela, se deem independentemente da posição social, remetendo ao próprio indivíduo enquanto totalidade múltipla, mas na sua condição de ser social (circunscrito à totalidade social), elas não podem ser entendidas e, nisso, abordadas, tratadas abstratamente, como *questões em si*, muito menos fenômenos individuais-privativos, mas nas condições concretas que dizem de suas concretudes.

Quanto a isso, é importante negritar, mais uma vez, as análises tanto de Engels, fundamentalmente n'A *condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, quanto de Marx. Em *O Capital*, por exemplo, após retratar inúmeros casos de precarização da saúde da classe trabalhadora inglesa - tal como Engels fizera anteriormente -, Marx (2013, p. 342) vaticina:

O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e pela duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)?

Mas isso também é feito em outras produções não tão conhecidas, dizendo de Marx e sua *práxis* como uma totalidade, por mais que haja descontinuidades na sua continuidade, como evidenciam Costa e Mendes (2022) ao se debruçarem sobre os artigos *marxianos* no New-York Daily Tribune, de 1852 a 1862, e extraírem dele um itinerário analítico sobre a “questão social”. Em vários momentos de suas produções, fica evidente o caráter deletério objetivo e subjetivo do modo de produção capitalista contra a classe trabalhadora, inclusive, quanto à sua saúde e até mesmo às condições de vida (e de morte) de pessoas em situação de rua. Por exemplo, no artigo *Debates parlamentares. O clero e a luta pela jornada de dez horas. Fome*, de 25 de fevereiro de 1853, Marx (2020) menciona, dentre os casos mensais de morte por inanição em Londres, o de uma mulher de 43 anos, morta não só pela fome, mas pela exposição ao frio “[a] falecida estava deitada em um monte de palha, sem a menor cobertura. O cômodo era completamente destituído [de] mobiliário, aquecimento ou comida. Cinco crianças pequenas estavam sentadas no chão nu, chorando de fome e frio ao lado do corpo da mãe” (Marx 2020, p. 254). Em consonância com Costa e Mendes (2022, p. 478), “[t]emos só nestes exemplos imbricamentos entre pobreza, desemprego, fome, condições precárias ou falta de moradia, adoecimento e morte”.

Com relação ao consumo de drogas, cabe, também, resgatar a análise de Engels (2010), sobre como o alcoolismo, nas condições de miséria do grosso da classe trabalhadora inglesa, deixava “de ser um vício de responsabilidade individual”, tornando-se “um fenômeno, uma consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre um sujeito que – pelo menos no que

diz respeito a elas – não possui vontade própria, que se tornou – diante delas – um objeto” (pp. 141/142). Ao ressaltar o desprezo da burguesia com a classe trabalhadora, Engels (2010, p. 155), reitera como a “miséria tem sobre o espírito os mesmos efeitos deletérios do alcoolismo sobre o corpo”. E nos casos em que a miséria e o alcoolismo, ou a dependência de drogas, se plasmam, algo que não é incomum na população em situação de rua — com os devidos cuidados para não a tipificar como *dependente de drogas per se*?

Ainda em conformidade a Engels (2010, p. 178):

Para escapar ao desespero, o operário tem dois caminhos: a revolta interior e exterior contra a burguesia ou então o alcoolismo, a degradação. E os operários ingleses valem-se de ambos: a história do proletariado inglês inclui centenas de revoltas contra as máquinas e a burguesia, e inclui também a dissolução moral da qual já falamos. Esse é, sem dúvida, um outro aspecto do desespero.

Apesar do evidente moralismo e de certo determinismo presentes na análise *engelsiana*, e dos elementos contextuais sobre os quais ela se debruça, não devendo ser simplesmente transposta à realidade brasileira, ela nos evidencia a determinação social, o caráter social das relações estabelecidas com as drogas e, no caso específico da população em situação de rua- e, ainda mais especificamente, das situações de dependência — como se trata de expressões ou de desdobramento da “questão social”. Mais, aponta como tais manifestações da “questão social” são expressões, sintomas, sequelas e, dialeticamente, *denúncias, protestos, negações* (de uma condição negada), conforme veremos à frente. Nessa direção, Costa (2020) discorre sobre a *dialética da dependência das drogas* (e das coisas), de modo que ela seria, ao mesmo tempo, uma “forma de docilização e apassivamento dos sujeitos, da sobreposição do caráter alienante frente ao caráter humanizador de nossa sociedade” e “movimentos de revolta inconscientes, de cunho individual, frente ao modelo de sociedade que as forjam?” (p. 208).

Por sua vez, isso nos remete à análise dialética de Marx (2008b, p. 145) acerca da religião, em que a “miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos”. A dependência das drogas, os ditos transtornos, em suma, a condição precária de saúde da população em situação de rua, dentre outras expressões ou desdobramentos da “questão social”, como expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real.

Contudo, ao passo que as *revoltas contra as máquinas e a burguesia* tendem a se orientar ao que e a quem explora, oprime e aliena, o alcoolismo, a dependência das drogas e, podemos expandir à loucura, ao sofrimento psíquico, se voltam

e atentam contra os indivíduos que denunciam (por meio delas), afinal se trata de denúncias alienadas de indivíduos alienados; mais, denúncias alienantes que corroboram e tendem a recrudescer tal condição alienada, oprimida (Costa; Mendes, 2022). Inclusive, como forma de evitar que tais revoltas se deem por tais meios — ou mesmo nos casos em que já se assentaram —, é necessário pensar na construção de alternativas para que tais protestos sejam construídos consciente e coletivamente, a partir da própria luta e *práxis* da população em situação de rua, em meio a outros movimentos da classe trabalhadora.

Aliados a isso, temos, a partir do exemplo da população em situação de rua, a evidenciação de como a “questão social” se materializa nas singularidades dos indivíduos, mediada pelas particularidades do capitalismo e das formações sociais particulares nas quais ele se realiza, e que não apenas o expressam, mas, dialeticamente, o conformam. Isso fica muito evidente quando negritamos o perfil predominante dos indivíduos em situação de rua em Juiz de Fora, de acordo com o *Censo*: homem, cisgênero, heterosexual, preto ou pardo (negro), com faixa etária entre 30- 50 anos e há mais de cinco anos em situação de rua (Pereira et al., 2023). Ressaltamos que tal perfil não é o *universal* quanto à população em situação de rua, de modo a não apagar as singularidades e diversidade existente em tal população, bem como a multiplicidade de necessidades — que devem ser consideradas e abarcadas pelas políticas sociais. Contudo, sua predominância desvela e, melhor, reitera o óbvio — mas que precisa ser dito e repetido: que a classe trabalhadora, sobretudo no Brasil, não é um ente genérico, abstrato, mas composta por indivíduos racializados, pois de uma sociabilidade racializada (e racista), que possuem gênero, sexualidades etc. Por conseguinte, a população em situação de rua, suas condições de vida e necessidades, sintetizam e exprimem, de maneira igualmente pronunciada, nossas estruturas sociais e como elas desaguam e se materializam dialeticamente, enquanto particularidades nas singularidades concretas de tais indivíduos, também desvelando e reiterando que a “questão social” não é genérica, abstrata.

Por outro lado, assim como argumentamos acerca da “questão social” indo além de suas expressões fenomênicas, tal concretude da população em situação de rua é, dialeticamente, uma *denúncia* quanto à sociabilidade que a faz população em situação de rua- e em tais condições. Ou seja, ao mesmo tempo que nossa sociabilidade produz tal população afigindo-a, oprimindo, explorando e desumanizando, isto é, por meio de inúmeros mecanismos e processos de *negação*, a própria condição concreta de tais indivíduos diz de umanegação da negação, que fica também ainda mais pronunciada quando nos deparamos com a afirmação permanente de humanaidade desta população, a partir da sua própria sobrevivência e produção de vida.

E tal *denúncia* ganha ainda mais corpo quando se escuta tal população, conforme feito pelo *Censo*, com tais indivíduos vocalizando caminhos, saídas etc.,

mesmo que contraditoriamente, como, por exemplo, quando apontam a necessidade de oportunidades de emprego, qualificação, alimentação e moradia etc. Além disso, tal vocalização não só reforça o caráter de denúncia quanto às suas próprias condições, mas também às contradições e limitações das próprias respostas às expressões ou desdobramentos da “questão social”, na forma de políticas setoriais e seus respectivos serviços, programas e iniciativas parcializados, fragmentados, em quantidade insuficiente, dentre outros obstáculos. Segundo Mendes, Paiva e Ronzani (2019, p. 87), tudo isso sinaliza para uma “não adaptação dos serviços à realidade da rua”, o que, por sua vez, nos faz questionar sobre a ocultação, mistificação ou desconsideração detal realidade e suas necessidades, mesmo elas sendo bastante pronunciadas, evidentes; sobre como tal população e o que ela expressa podem ser *invisíveis*, como é comumente falado, sendo tão *visíveis* — algo que procuraremos indicar pistas de respostas na seção seguinte.

Mesmo nos termos e horizonte da emancipação política, que “de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente” (Marx 2010, p. 41), temos, pois, uma crítica às políticas para a população em situação de rua nas próprias condições da população em situação de rua, e que se acentuam pelo próprio movimento de tais indivíduos. Entendendo o que sua condição exprime, enquanto *sintoma* e *denúncia, negação* e *negação da negação*, “ao invés de uma política para abarcar a QS [“questão social”], sensível para as suas diversas expressões e múltiplas interfaces, temos várias políticas setoriais e intersetoriais regidas separadamente sob supostos argumentos de eficiência da gestão” (Costa, 2020, p. 8). Nisso, as ações mais específicas para tal população deveriam considerar as especificidades dela, mas num marco totalizante, devendo estar circunscritas a políticas de caráter universal. E, novamente, isso dentro dos marcos da emancipação política, “a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral” (Marx 2010, p. 54), significando, no caso aqui tratado, que tais indivíduos não se encontram mais em situação de rua, por mais que ainda sejam explorados, oprimidos, alienados, enquanto classe trabalhadora no âmbito do modo de produção capitalista — o que não é pouca coisa, devendo nos orientar enquanto mediação tática.

O caráter fetichista da rua

Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então

começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros.

Engels (2010, pp. 67/68)

Primeiramente, cabe explicar mesmo que sumariamente, portanto a maneira limitada o que é *fetichismo* em Marx. A nossa visão, a apreensão marxiana sobre o fetichismo da mercadoria é um dos (vários) pontos altos d'*O Capital*, vinculando-o à sua teoria do valor. Cabe localizar que tais reflexões sobre o caráter fetichista da mercadoria também aparecem nos *Grundrisse* (1857/1858), dizendo, pois, do desenvolvimento e maturação da crítica da economia política do autor. Abarcando sua trajetória como um todo, podemos, inclusive, remeter aos primórdios da sua teoria da alienação, retornando à *Introdução — Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844) e a discussão sobre alienação política e autoalienação religiosa (*alienação sagrada*), de maneira ainda mais incisiva, aos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) e a relação entre alienação no/pelo trabalho alienado da sociedade capitalista.

Assim, segundo Duboc e Duriguetto (2019, p. 280), para quem:

a teoria da alienação contida nos *Manuscritos de 1844* constitui um ponto fundamental que expressa a aproximação de Marx com a economia política, enquanto as formulações sobre o fetichismo, nos *Grundrisse* e *O Capital*, são uma continuidade e uma superação do que Marx iniciou nos *Manuscritos*, na medida em que o fetichismo da mercadoria expressa a manifestação particular da alienação nos moldes da sociedade burguesa desenvolvida.

Argumentaremos que não só o *fetichismo da mercadoria* “expressa a manifestação particular da alienação nos moldes da sociedade burguesa desenvolvida”, por mais que este seja a forma elementar do fetichismo, considerando a própria mercadoria como forma elementar de tal modo de produção (Marx 2013). Dessa forma, para nós, tal caráter fetichista se generaliza, se manifestando também nas mais diversas searas e esferas das relações e da produção da vida. Em nosso caso, na própria forma como se analisa, entende e aborda- de maneira mistificada — “a rua”.

Para Marx (2013, p. 147):

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também

a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (p. 147).

No caso do *fetichismo da rua*, defendemos que as relações entre os seres humanos assumem “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx 2013, p. 147), de modo que a rua passa a ser sujeito, enquanto os indivíduos, cuja condição concreta se apresenta não só como *sintoma*, mas também como *denúncia*, ao serem coisificados, tem suas necessidades deslocadas à rua, como se fossem desta. Tal como o desenvolvimento e consolidação do capitalismo na Europa Ocidental, na *assim chamada acumulação primitiva (originária)* se deu na/ pela “violenta criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguinária que os transforma em assalariados, a sórdida ação do Estado, que, por meios policiais, eleva o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital” (Marx 2013, p. 813), há de se refletir como, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, tal violência, disciplina sanguinária e ação estatal sórdida, forjam cada vez mais um proletariado *tão inteiramente livre*, que é, inclusive, livre das *amarras* do mercado formal, de moradia, de condições básicas de vida (alimentação, higiene etc.), das políticas sociais etc.; *livre*, inclusive, para *migrar* para as ruas; *livre para se fazer livre nas ruas*.

Aliado a tal *liberdade*, não à toa lida hegemônica por primados individualistas e, neles, psicologizantes, subjetivistas (p. ex., o desejo, o gozo etc. de se estar na rua), a rua aparece como um ímã, cujo magnetismo parece atrair cada vez mais pessoas. Ou seja, o caráter fetichista da rua diz respeito ao fato de que ela é o sujeito da ação, enquanto as pessoas em situação de rua aparecem como objetos; e objetos a tolher a rua nas suas capacidades e potencialidades. Nessa inversão sujeito-objeto, a rua passa a ter necessidades, que se dão pela ação nas (contra as) pessoas que nela se fazem. Necessidades, muitas delas básicas, como higiene, segurança etc., cuja satisfação se dá na/pela não satisfação das pessoas que nela se fazem; a despeito delas. Pior, que são asseguradas contra tais indivíduos. Por exemplo, em face da necessidade básica de higiene (da rua), temos iniciativas de higienização, com expulsão, segregação, grosso modo, ainda mais violência contra as pessoas que *sujam* as ruas. Para uma maior segurança (da rua), fomenta-se a insegurança das pessoas em situação de rua, como demonstram os dados do *Censo* sobre violência policial, sendo o Estado um dos principais autores de atos de violência- sem considerar toda a violência estatal na própria situação de rua, mas que não é entendida como violência.

Temos, pois, um esvaziamento do próprio conteúdo humano que diz dessas relações enquanto relações humanas e dos próprios indivíduos que nelas se fazem

e as produzem. Por conseguinte, um *esvaziamento da própria rua*, não entendida como espaço de produção de vida e, mais, ela mesma como produção humana- de indivíduos na sua concretude. Sendo assim, por mais que cada vez mais ocupadas, se encontram cada vez mais *esvaziadas*, o que remete ao debate sobre a suposta invisibilidade da população em situação de rua. Novamente, as coisas são humanizadas, ao passo que tal movimento significa a expropriação de nossa humanidade, ou melhor, alguns de nossos atributos humanos agora transferidos à rua, às mercadorias. Insistimos que a dita *invisibilidade* da população em situação de rua, a não escuta ao que ela por si só grita, mesmo sendo tão *visível* — inclusive pelo aparato repressivo do Estado —, mesmo o seu grito sendo ensurdecedor, por mais que não possam ser reduzidas ao que aqui analisamos fundamentalmente a partir do *caráter fetichista da rua*, não podem ser apreendidas também sem que se considere isto.

Ainda nessa esteira, é de se esperar também o recrudescimento da repressão, quando não do aprisionamento, em suma, da violência estatal com a população em situação de rua. Isso se dá pela própria constatação do aumento da população em situação de rua, que, na insuficiência ou ausência de políticas sociais, orientadas à satisfação de necessidades — mesmo as mais básicas —, sofre com o alargamento e intensificação do braço repressor do Estado, na forma da polícia, e, em última instância, da faceta penal do Estado. Em suma, os *direitos da rua* se dão pela *negação dos direitos de quem está em situação de rua*, em alguns casos, inclusive, pela *negação do direito à rua*. Mais, as potencialidades (humanas), inclusive, as de mudança, também passam a ser das ruas.

Cabe apenas salientar que tal repressão, que se plasma ao higienismo social também conduzido — ou chancelado — pelo Estado, se dá por outras formas ou perspectivas, muitas delas com roupagem de assistência ou cuidado, mas que, na sua essência e conteúdo, são segregatórias, coercitivas, violentas etc. Expressões mais evidentes do recrudescimento de “processos de segregação, manicomialização e mercantilização, de caráter classista e racista” são as Comunidades Terapêuticas. Isto denota, novamente, as múltiplas determinações e mediações (classe, raça, etnia, gênero, sexualidades) não apenas na concretude da população em situação de rua, mas especificamente em como ela expressa concretamente e de maneira mais pronunciada as expressões e manifestações da “questão social”, mas, também, nas respostas a ela — ou melhor, contra ela — que também se dão de maneira mais pronunciada, mesmo que não entendidas de tal forma.

Nesse caso, o fetichismo da rua se plasma ao das drogas, tornadas sujeitos e, pior, *males em si*, que adentram e tomam conta dos objetos que possuem — no caso, as pessoas em situação de rua — agindo por elas e, em suma, sendo elas; ou elas sendo reduzidas às drogas. Ainda conforme Mendes e Costa (2022, p. 113), numa longa, mas necessária citação:

Portanto, sob retórica de preocupação com a PSR [população em situação de rua] num cenário de (ainda) maior vulnerabilidade, se intensificam processos de higienização e segregação, sustentados em visões hegemônicas das drogas como males em si, plasmados à própria figura da pessoa em situação de rua como perigosa e/ou que deve ser salva, sobretudo, pelo discurso e práticas religiosas. Em suma, um objeto, um não-sujeito; e, pior, um objeto perigoso ao estar atrelado a outros objetos perigosos, como as drogas. Por outro lado, dialeticamente, um objeto que mesmo perigoso, ou por ser perigoso, pode ser também lucrativo, movimentando todo um comércio não só do “tratamento” em álcool e outras drogas, como da pobreza. Assim, não se exclui a PSR, mas busca-se lidar com a pobreza tirando-a de vista, ao tirar os pobres de vista, segregando-os e os asilando, ao mesmo tempo que lucrando com isso. Se um dos lemas da pandemia, como forma de combater o vírus e o contágio por ele, foi “fique em casa”, para aqueles(as) que não tinham casa a “solução” foi: seja jogado nos manicômios (nas prisões e demais instituições totais, segregatórias) ou, mesmo, em covas, com o vírus se “encarregando” das políticas higienistas; um higienismo “natural”.

Essa lógica fetichista e coisificadora, tendo a droga como o sujeito, é reproduzida também pelas próprias pessoas em situação de rua, afinal, diz da ideologia hegemônica que se expressa no/pelo senso comum e discursos dominantes. Conforme Mendes, Paiva e Ronzani (2019), embora múltiplas, as histórias de vida apreendidas e contadas pelos próprios indivíduos “desembocam em um caminho praticamente único, que é o uso de drogas, sendo este um elemento fundamental nas histórias. Dessa forma, a fala mais comum ao serem questionados sobre o porquê da ida para as ruas é ‘tudo por causa do crack’” (p. 75).

E esse caráter fetichista e coisificador, inclusive na lida com as drogas enquanto *mercadorias*, exprime a própria condição reificada da classe trabalhadora, sua alienação, sendo, pois, um dos mecanismos pelo qual a fetichização como *modus operandi* do capital se generaliza e universaliza (Costa, 2020). Aliás, as análises moralistas e unidimensionais do consumo das drogas como *problema social*, negam e ocultam a própria condição delas como *mercadorias* e, portanto, de que se realizem enquanto mercadorias justamente na forma do consumo, o que, por sua vez, garante não só a acumulação de capital, mas a valorização do valor. E num contexto de crise estrutural do capital, que tem como caráter intrínseco a *superprodução* de mercadorias — inclusive a de drogas — nos marcos da reestruturação (e aceleração) produtiva e acumulação flexível, é de se esperar que não só o consumo seja fomentado, mas o *consumismo* — inclusive o de drogas (Costa, 2020).

Ao se tratar de relações e condições fetichizadas, algumas das formas de se preencher esse *vazio* se apresentam igualmente fetichizadas, na forma do consumo de mais mercadorias, como as drogas. Num contexto de fomento à lógica da *cidadania pelo consumo*, o indivíduo em situação de rua, pode “encontrar no

consumo [inclusive o das drogas-mercadorias] uma forma de afirmação social e de simulação de uma igualdade” (Mendes; Paiva; Ronzani, 2019, p. 90). A aquisição e o consumo destas e de outras mercadorias trariam consigo, portanto, uma tentativa de dar sentido ou retomar aquilo que foi retirado, alienado, conformando um ciclo vicioso. Essa relação com as coisas que, na aparência, vem para suprimir carências humanas, ao ser orientada às coisas (e nelas findadas), recrudesce a coisificação das necessidades, bem como das próprias condições de vida (Costa, 2020).

Portanto, conforme apregoou Engels (2010, p. 72), “a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto”. Nessa direção, reiteramos os questionamentos de Costa (2020, pp. 205-206):

Estaria, então, o problema diretamente e exclusivamente nas drogas, nas tecnologias, nas pessoas e/ou em seus comportamentos? Aliás, seriam estes sujeitos e suas respectivas condutas entidades autônomas, reificadas? Ou é imprescindível que as tentativas de compreensão das problemáticas que afligem a sociedade, como o consumo “problemático”, “abusivo” e a dependência de drogas, se amplifiquem e se pautem em perspectivas contextualizadas, considerando o contexto histórico no qual se desenvolvem, de modo a possibilitarem uma compreensão da totalidade social? Logo, não seria limitado, por princípio, centralizarmos nossas atenções e ações nas drogas, assim como no consumo de substâncias em si?

Complementando tais indagações com as especificidades aqui analisadas: o problema está simplesmente na rua? Não é justamente esse modo de pensar que contribui para o *silenciamento*, a *invisibilização* ou, melhor, a *mistificação* do que acontece nas ruas, mas que não é *dela*, se expressa nela, por ela?

Considerações Finais

Reverberando as inquietações teóricas antes expostas, os resultados do *Censo* são fundamentais ao vocalizarem denúncias e implicações futuras às políticas sociais para a população em situação de rua e à própria ordem societária.

Pensar na fração mais precarizada e pauperizada da classe trabalhadora, nas expressões mais recrudescedoras da “questão social”, traz a emergência de demandas e necessidades imediatas e exigem debates pragmáticos, como os das políticas públicas e sociais- por mais que saibamos de suas limitações e contradições. Parece-nos evidente a premência de articulação entre os dispositivos próprios para população em situação de rua e os demais da rede de saúde, assistência social e saúde mental, bem como de outras políticas (moradia, alimentação, emprego etc.), de modo ao menos dirimir suas parcializações.

Aqui, os desafios próprios das políticas sociais, sobretudo no cenário pós pandemia, se fazem presentes: visões individualistas, adoecimento profissional, sub-financiamento, poucos recursos e estrutura e, acima de tudo, concepções estigmatizantes e não emancipatórias- que se atrelam, quando não emanam diretamente, dos fetichismos e reificações aqui denunciados. Os objetivos do trabalho profissional, assim, devem passar pela possibilidade de construção de novas possibilidades de vida, de conscientização e desnaturalização da realidade. No caso da população em situação de rua, há historicamente um conjunto de barreiras para o acesso aos serviços, visto que estes são conformados nos moldes normativos de moradia, consumo, família, entre outras categorias, que não correspondem à vivência destes sujeitos. Por isso, a reestruturação dos serviços, sensibilizações e formações com os profissionais que atuam na linha de frente com tal população são fundamentais. Pesquisas longitudinais acerca dessa população e das políticas a ela voltadas, agregar as visões dos usuários, por meio de metodologias participativas também são possibilidades de aperfeiçoamento, bem como a recorrência de pesquisas censitárias como aqui organizada — e não só localmente, mas nacionalmente — fazendo com que estas deem, a partir dos dados recolhidos pelas condições e, sobretudo, pelas falas dessas pessoas, respostas políticas à sociedade.

Em relação às políticas sobre drogas e saúde mental no Brasil, algo que salta aos olhos no *Censo*, retratando a própria realidade, vale ressaltar que o reconhecimento de seus limites, não as deslegitimam. Esta afirmação se faz particularmente importante neste momento de *Contrarreforma Psiquiátrica* em que estão colocados em pauta em modelos antagônicos aos preconizados pela Reforma Psiquiátrica, o que, para a população de rua, significa internações compulsórias, higienismo e o recrudescimento da faceta penal do Estado. É, mesmo nos marcos da Reforma Psiquiátrica, é preciso ressaltar a natureza limitada de tais políticas, que, como braço do capital, e agindo aos seus moldes, não são capazes de superar as questões estruturais anteriormente sinalizadas (e nem se propõem a isso), até porque a materialização das políticas sociais não supera os problemas estruturais do capitalismo, sendo, também, produto deles. Por isso, devem ser encaradas enquanto meio para construção de lutas mais amplas e não como fim em si mesmas.

Nesse sentido, o fortalecimento de saídas coletivas via, por exemplo, movimentos sociais — tais como o Movimento Nacional da População de Rua e a articulação com outras formas organizativas não só da população em situação de rua, mas da classe trabalhadora como um todo —, também se faz importante, visto que a desmobilização social conduz ao desmantelamento das próprias políticas e, em extensão, à manutenção de tais condições de vida. Consideramos que, ao se tratar de uma população, cujas condições concretas de vida sintetizam e expressam de maneira mais pronunciada aquilo que é constitutivo do nosso modo de produção

(da vida), a luta por melhores condições de vida para ela pode significar também um freio, uma barreira civilizatória, para que outras e outros não cheguem a tais condições de vida. Mais, a população em situação de rua deve configurar como uma fração central no bojo organizativo e de luta da classe trabalhadora, até por carecer ainda mais e com mais premência da transformação da realidade.

Referências

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.

COSTA, P. H. A. A questão social na Psicologia Social: uma revisão da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 40, e209277, p. 1-13, 2020.

COSTA, P. H. A. *Por um (outro) mundo com drogas: drogas, questão social e capitalismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Marx sobre a “questão social”: itinerário de análise no New-York Daily Tribune. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 469-493, 2022.

DUBOC, J. R.; DURIGUETTO, M. L. *As categorias da alienação e do fetichismo na teoria social marxiana*. Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 273-283, 2019.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GUERRA, Y.; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 173-187, 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 05 jul. 2023.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. C. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo; Lima: Cortez; CELATS, 2006.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2008a.

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*. In: MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2008b. p. 145-157.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Debates parlamentares- o clero e a luta pela jornada de dez horas-fome. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 255-258, 2020.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A. No meio da pandemia tinha uma pedra? Uma análise das políticas para a população em situação de rua no contexto pandêmico brasileiro. *Encuentros Latinoamericanos*, vol. 6, n. 1, p. 96-117, 2022.

MENDES, K. T.; PAIVA, F. S.; RONZANI, T. M. *Se essa rua falasse*: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

NATALINO, M. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Junho de 2020. Nota Técnica nº 73. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

OXFAM. *A desigualdade mata*. A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da COVID-19. Oxford: OXFAM, 2022.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em

Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

SANTOS, J. S. “*Questão Social*”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 44-61, 2021.

Capítulo 2

Pessoas em situação de rua e a cidade: práticas comunitárias concebidas na não-errância⁴

Juliana Varejão Giese

Introdução

Uma das características mais marcantes da população em situação de rua, apontada em pesquisas, estudos, censos e diagnósticos sobre esta população, é a *errância*. Tal conceito é atribuído a esta população por enfatizar o ato de se deslocar com frequência por entre os espaços públicos urbanos, na busca pela manutenção de suas vidas, por meio da alimentação, convivência, abrigo e sociabilidade. Dando destaque à errância, Frangella (2004) acentua que o cotidiano da pessoa em situação de rua é marcado pela exclusão e pela vivência nômade, mas também é conformado pela busca por sociabilidade e solidariedade. Segundo a autora, essas relações têm o corpo como território, enfatizando os deslocamentos a pé e as marcas corporais da situação de rua, seja pela abjeção, seja pelo tempo prolongado nessas condições.

Em compreensão às questões macroestruturais que cercam a situação de rua, fazemos referência à intensificação da precariedade das vidas urbanas, designadas a vínculos socioeconômicos frágeis, facilmente rompidos. O sistema capitalista, centrado nas propriedades privadas, na produção e no lucro, determina que as pessoas na base da estrutura social estão excluídas por não atingirem os padrões de trabalho e consumo da sociedade. Assim, segundo Canettieri (2019b), à medida que a periferização atinge os centros das cidades, o contexto urbano atual expõe uma condição periférica: o aumento da pobreza, do desemprego, da degradação, da descartabilidade transforma a vida cotidiana. A precariedade deixa de ser exclusiva das comunidades periféricas e passa a ser instrumento da dominação social.

Nesse sentido, Butler (2019b) destaca o caráter institucional da composição do cenário da precarização. A precarização instiga insegurança e desesperança, pois estabelece o sujeito como insuficiente na gestão da própria vida. No entanto,

⁴ Este capítulo é derivado da tese de doutorado intitulada de “Performatividade urbana: a experiência espacial corporificada das pessoas em situação de rua”, defendida em maio de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa-MG.

as relações econômicas e sociais são cada vez mais frágeis, sendo facilmente negligenciadas ou rompidas. A precariedade se distribui de forma desigual, uma vez que determinados corpos políticos são lidos como não dignos da manutenção de suas vidas. A autora enfatiza:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte (Butler, 2019b, p. 40). Por isso, podemos dizer que a situação de rua é o ápice da precariedade, é o seu ponto extremo e, por ser crônica no contexto urbano contemporâneo, há um expressivo prolongamento do tempo em situação de rua dessa população. O processo de assistir a pessoa em situação de rua até que ela não seja mais considerada dentro desse grupo populacional é delicado e complexo, justamente por envolver tais questões políticas e socioeconômicas macroestruturais.

A precariedade está consolidada na sociedade e não mais se restringe ao espaço físico da periferia e a situação de rua, assim como a precariedade, tem se tornado estável. Quintão (2012) sugere que essa estabilidade, materializada pelo prolongamento do tempo nessa situação, deve ser ponto-chave nas abordagens, ao contrário da ênfase na transferência dessas pessoas das ruas para os centros de acolhida sem que tais questões sejam levadas em consideração. Uma vez que a pessoa está em situação de rua por tempo prolongado, ela constrói em suas vivências, sobrevivências, experiências e resistências outros significados em relação aos espaços públicos urbanos, o que desmotiva uma permanência adaptada a esses centros.

Em Giese (2023), a situação de rua foi abordada como sintoma do colapso urbano, caracterizado pela falência social e urbana que conforma o contexto da cidade contemporânea. Isso porque o desenvolvimento da urbanização, impulsiona pelo capitalismo, foi baseada na segregação e na produção de desigualdades. No entanto, atualmente, a precariedade encontra-se extrapolada. Nesse sentido, a situação de rua é uma das consequências do colapso e perpassa questões políticas, sociais e culturais sobre as cidades. A instauração da situação de rua se dá, principalmente, pela demarcação dessas pessoas como “sem-lugar”, à medida que buscam frações residuais ou subutilizadas de espaço público para se abrigarem. Em um segundo momento, a condição de precariedade, de exclusão, de abjeção, os preconceitos e os estigmas são propagados no meio urbano repetidamente, o que motiva os deslocamentos frequentes, o isolamento e a preferência de pernoite nas ruas em vez de recorrerem aos abrigos. Essa repetição é o que estabiliza a situação de rua e contribui para o prolongamento do tempo nessas condições.

Ou seja, à medida que se fazem presentes nos espaços públicos urbanos e mantém suas vidas, a abjeção ao corpo em situação de rua integra o discurso social e

justifica estratégias de persuasão para um acolhimento involuntário ou mesmo motiva intervenções no espaço público urbano que são caracterizadas como aporofóbicas⁵.

No espaço público urbano, as intervenções aporofóbicas são frequentemente aplicadas ao mobiliário urbano que, caracterizado por sua funcionalidade de apoio às atividades de lazer e descanso, tem seu uso vetado para pessoas em situação de rua, pois essas pessoas recorrem ao mobiliário urbano para dar proteção ao corpo físico, principalmente. Por exemplo, para que o corpo não fique em contato direto com o chão ou para que o mobiliário urbano seja usado como base para uma estrutura de cobertura. Para Ferraz et. al. (2015), as intervenções hostis nos espaços públicos urbanos legitimam o discurso depreciativo em relação à presença das pessoas em situação de rua nos espaços públicos.

Desta forma, quando abordamos a situação de rua pela errância, a vida dessas pessoas é, na grande maioria das vezes, analisada sob os aspectos da sobrevivência. No entanto, ao analisarmos criticamente o movimento errante inserido no cotidiano da pessoa em situação de rua, observamos que essa errância não é voluntária ou intrínseca da situação da rua. Os deslocamentos, as táticas, as estratégias e os modos de sobrevivência são características compulsórias desta população, pois a compulsoriedade se determina por uma conduta que não é autêntica do sujeito, mas que é impelida por discursos sociais sobre padrões esperados amplamente divulgados socialmente. Em contramão ao movimento compulsório da errância, a não-errância se estabelece à medida que a situação de rua se consolida.

Por isso, dentro do grupo das pessoas em situação de rua por tempo prolongado, em um recorte mais específico, destaca-se, neste capítulo, as pessoas ou grupos que, em vista desse prolongamento, buscam se fixar em pontos da cidade. Para além das táticas de sobrevivência, as estratégias e os modos de vida vistos a partir de uma vida nômade, exploram-se as vivências das pessoas em situação de rua que encontram na não-errância meios de se reintegrarem ao convívio em sociedade. A partir desta discussão, que marca uma oposição ao comum destaque à errância, são notabilizadas as práticas comunitárias entre as pessoas em situação de rua e a cidade, principalmente diante de um contexto de prolongamento do tempo em situação de rua.

5 A aporofobia é um conceito delineado por Cortina (2020) e diz respeito à atitude de repulsa à pessoa em miséria. Com traços semelhantes à xenofobia, a atitude aporofóbica parte da atribuição de um desempenho socioeconômico insuficiente às pessoas desempregadas ou com empregos informais. A atividade laboral formal é vista como um pré-requisito para a vida em sociedade no sistema capitalista e a falta dela determina uma justificativa para a apologia da expulsão, extermínio e aversão direcionadas a essas pessoas.

O prolongamento da situação de rua: traços da heterogeneidade

A população em situação de rua se caracteriza, segundo a Política Nacional (Brasil, 2008), pelo grupo heterogêneo que se encontra em extrema pobreza e que recorrem aos espaços públicos para suas atividades cotidianas. Diante das questões macroestruturais que cercam a população em situação de rua e da complexidade de atuação junto a essa população, há um expressivo prolongamento do tempo em situação de rua.

Em pesquisa nacional desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2009 (Brasil, 2009), foi apontado que 48,4% das pessoas em situação de rua entrevistadas estavam há mais de dois anos nessas condições. Além disso, 46,5% disseram preferir pernoitar nas ruas pela falta de liberdade que sentem quando utilizam os albergues públicos. No entanto, há 43,8% que têm preferência pelas casas de acolhimento, por causa de violência sofrida nas ruas e pelo desconforto.

Em Juiz de Fora- MG, cidade com aproximadamente 570 mil habitantes, o *Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora* (Juiz de Fora, 2016) contabilizou 607 pessoas em situação de rua. Deste número, 86% estavam nas ruas há mais de um ano e dentre elas 46% há mais de 5 anos. Em 2017, uma pesquisa da Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora apontou um aumento de 273 pessoas, totalizando 880 indivíduos em situação de rua na cidade (MGTV, 2017). A contagem mais recente do número de pessoas em situação de rua em Juiz de Fora foi publicada no relatório final do *Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora – MG*, com data de fevereiro de 2023, que contabilizou 805 pessoas em situação de rua. O censo apontou que a população em situação de rua na cidade teve um aumento de 110% desde o ano de 2016, data do último diagnóstico realizado na cidade. O relatório destaca que de 2016 para 2023 o país apresentou aumento da pobreza, agravado, ainda, pela recente pandemia de COVID-19. Além disso, indica-se que duas de cada três pessoas estão há mais de um ano em situação de rua. Também há a informação de que 214 indivíduos que responderam os questionários da pesquisa dormem nas ruas há mais de 5 anos (Pereira, et. al., 2023).

Apesar da diferenciação entre a pessoa em situação de rua e a pessoa domiciliada ser enfatizada pelos rompidos vínculos sociais, simbólicos, espaciais e de trabalho, o prolongamento da situação de rua determina a conformação de um subgrupo que atinge a reconstrução de tais vínculos. Com o prolongamento da situação de rua, a experiência nas ruas se torna suportável, uma vez que são criadas formas de assim a torná-la. A busca pela assistência institucional se atenua, assim como a expectativa em desprender-se da situação de rua. Como consequência,

essas pessoas identificam que as políticas públicas não contemplam esse grupo em específico, sentindo-se desconectados das ações, principalmente com as casas de acolhimento e abrigos, o que, por muitas vezes, é acriticamente entendido como uma falta de vontade em sair das ruas.

Costuma-se olhar para a situação de rua por meio de seus vínculos rompidos e acredita-se que o prolongamento da situação de rua gere uma desconexão com a vida antes dessa condição, impossibilitando uma readaptação conforme o tempo passa. Mas Esquinca (2013) explica que os vínculos que são rompidos no momento de instauração da situação de rua são reconstruídos à medida que a situação de rua se prolonga, porque as pessoas buscam novas formas de viver. Com o tempo, se tornam experientes em enfrentar suas demandas cotidianas nesse outro contexto, o que reduz a busca pelos albergues e casas de acolhimento.

Ocorre que, mesmo dentro do grupo da população em situação de rua por tempo prolongado há subgrupos com características diferentes. Dentre as várias possíveis categorias, este capítulo se detém a uma abordagem por meio das relações socioespaciais com a cidade. Em um primeiro momento tomamos a errância como essência da experiência socioespacial, articulando-a com as forças socioeconômicas de precarização, invisibilização e exclusão. Depois exploramos a atitude da não-errância como um comportamento que inaugura uma vivência nas ruas pela permanência e não pela transitoriedade, o que interfere diretamente no modo como esses indivíduos assimilam a situação de rua.

Exclusão e repelência: a errância compulsória

A errância, como definição teórica que se apoia no conceito de *flâneur*, que se refere a uma atitude de se movimentar no espaço da cidade sem que haja um destino como objetivo, ou seja, ao vagar pelas ruas. Para Jacques (2012) a atitude *flâneur* pode ser vinculada a uma experiência urbana crítica aos processos de modernização das cidades. Para a autora, os errantes são aqueles que são sensibilizados pelas experiências urbanas, que culminam em formas de vivência que são aquém do cenário de espetacularização das cidades, apreendendo sensivelmente seus espaços e criando microrresistências. Entretanto, o vagar da pessoa em situação de rua não se dá por meio de uma errância voluntária ou por prazer, desejo ou abstração da experiência espacial.

Diante das forças de exclusão e repelência que recaem sobre os corpos em situação de rua e que são repetidamente praticadas no espaço urbano, sobretudo ao analisarmos as experiências cotidianas desses corpos sob vieses políticos, sociais e econômicos, a errância se mostra como uma atitude responsiva ao discurso de estigmatização e estereotipação. É evidente que as cidades têm seus territórios

condicionados às forças segregacionistas, que determinam lugares específicos para diferentes pessoas, sob aspectos étnicos e de classe principalmente. No entanto, a presença das pessoas em situação de rua não se limita a regiões ou territórios específicos, ela se dissolve no espaço urbano e é excluída cotidianamente, seja em qual fração de espaço estiverem, intensificando a sua categorização como sem-lugar, pois, ainda que segregados, não há, nas cidades, espaços aceitos como destinados ao uso e ocupação pelas pessoas em situação de rua.

Pessoas nessas condições são invisibilizadas em seus direitos e em suas vivências, mas estão cada vez mais visíveis no espaço público urbano, ao passo que o aumento da precariedade desencadeia o crescimento de seu número. Convivem assim em espaços urbanos que reproduzem mensagens de discriminação, subestimação e precarização. Tais mensagens atingem a pessoa em situação de rua de tal forma que altera seus modos de experienciar as cidades e seus espaços públicos.

Uma prática extremamente comum de propagação dessa mensagem são as intervenções apofóbicas, como: modificações no desenho do mobiliário urbano; instalação de elementos que molham, iluminam excessivamente ou ocupam espaços vazios em calçadas e praças; instalação de tapumes mesmo quando não se há obras; instalação de pinos, lanças, *spikes* e pedras em soleiras, muretas, parapeitos e vãos de viaduto. Além disso, muitas vezes as gestões municipais utilizam de ações de limpeza e manutenção urbana como pretextos para a expulsão dessas pessoas de praças, largos, jardins e calçadas.

Nesse sentido, Kunz, Heckert e Carvalho (2014) enfatizam que as cidades incorporam estratégias físicas para que pessoas em situação de rua não se apropriem por muito tempo de espaços públicos e pontuam que, quando não são expulsas, pessoas em situação de rua podem passar anos ocupando o mesmo espaço público. A busca por imóveis abandonados, a utilização de mobiliário urbano para funções secundárias e o deslocamento são pontuados pelas autoras como táticas para contrapor o controle institucional que incide sobre esta população.

A institucionalização da expulsão e do controle da população em situação de rua tem, frequentemente, o apoio da mídia jornalística, que divulga amplamente o discurso estigmatizado, associando a população em situação de rua ao desasseio e à criminalidade. Ferraz e Machado (2014) trazem esse mesmo apontamento a partir das intervenções urbanísticas realizadas na cidade do Rio de Janeiro em função dos eventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Os autores argumentam que, por abordarem a população em situação de rua como um problema estético para a paisagem urbana, o discurso jornalístico e midiático motiva que sua dispersão seja compreendida pela população domiciliada como imprescindível para o embelezamento e limpeza da cidade. Resende (2020) também analisa tal discurso e a legitimação de uma manifestação urbana “revanchista”. Para a autora,

a desvalorização do centro faz com que pessoas empobrecidas passem a ocupá-lo, tornando-se visíveis. No entanto, o uso dos espaços públicos pela população em situação de rua incomoda a população domiciliada que, pelo contato com o discurso midiático, entende como uma dominação do espaço público que priva outros usos e, assim, deve ser contestada por meio da expulsão dessas pessoas.

Quintão (2012) acredita que um dos motivos que levam os habitantes domiciliados a se sentirem incomodados com a presença das pessoas em situação de rua nos espaços públicos urbanos é o fato de que ali elas exercem suas atividades íntimas e privadas. Além disso, muitas vezes essas pessoas estão em regiões valorizadas da cidade e, por isso, contrariam sua destinação a ocupar lugares degradados e excluído. O incômodo dos habitantes domiciliados perante as pessoas em situação de rua passa a ser constituído pela incivilidade que representam, como abordam Schuch e Gehlen (2012). Os autores lembram que no processo de urbanização, os espaços públicos urbanos tiveram sua função principal associada à circulação e que isso provocou a tipificação da situação de rua como um problema social, visto que a população nessa situação associa o espaço público urbano à permanência.

A diferenciação pela civilidade é também apontada em Resende (2020), que diz ser motivadora dos processos institucionais e sociais de repelência e exclusão dessa população em situação de rua:

Isso inclui retiradas violentas de pessoas em situação de rua, seu encaminhamento compulsório, explícito ou velado, a instituições, seu deslocamento forçado e o constrangimento a sua permanência no espaço público, muitas vezes justificados pela ideologia da civilidade. Em nome do bem-estar de “classes civilizadas”, as “classes incivilizadas” são constrangidas em seus direitos e forçadas a esconder-se (p. 568-569).

Essa ideia é complementada por Valencio et al. (2012) que sinalizam que as expulsões institucionalizadas definem um processo de desterritorialização das pessoas em situação de rua que desqualificam suas relações com o território urbano. As políticas públicas de assistência, segurança e de requalificações urbanas potencializam o desamparo e o silenciamento ao qual já estão submetidos e anulam seus modos de vida.

A contínua expulsão da população em situação de rua dos espaços públicos é, para Reis e Rizzotti (2013), o que os estabelecem como “sem lugar”. No entanto, a busca por frações tidas como subutilizadas ou vazias pelos habitantes domiciliados, modifica o caráter de tais espaços, tornando-os úteis para o refúgio e proteção. Dessa forma, as autoras demarcam esses vínculos com o território urbano como ponto-chave no debate sobre a população em situação de rua.

Santos e Bertoloto (2020) destacam, que, de certa forma, a população em situação de rua contrapõe as lógicas de espetacularização das cidades contemporâneas, porque dão significado aos espaços “opacos” das cidades e, assim, têm uma experiência não anestesiada de sentidos. Os autores reforçam também o caráter involuntário da errância por parte da população em situação de rua.

Essa involuntariedade também é destacada por Esquinca (2013) que realizou uma pesquisa sobre os deslocamentos territoriais da população em situação de rua na cidade de São Paulo. A mobilidade dessa população é apontada pela autora como uma resposta às ações institucionalizadas de requalificação de espaços públicos urbanos e das abordagens de assistência social, além das represálias que essas pessoas sofrem pelos habitantes domiciliados das regiões que frequentam. No entanto, ressalta que a afetividade em relação ao território se sobressai na experiência cotidiana dessa população e é o que guia os modos de viver e de se deslocar pelo espaço urbano.

Em contraponto, Reis (2013) distingue a população em situação de rua como pessoas que não criam relações afetivas com outras pessoas ou com lugares e justifica, assim, os deslocamentos contínuos pelos espaços urbanos. O autor entende a mendicância, a peregrinação, a migração e o desapego material como uma cultura própria da situação de rua. Assim, enfatiza o movimento como elementar na construção da corporalidade dessas pessoas e que não só isso é determinante no cotidiano em suas relações com o território urbano, mas também como uma perspectiva de vida, sobre a qual não vislumbram, com frequência, um futuro.

Há, portanto, que se pensar a associação da situação de rua com a urbanidade, tendo em vista o reconhecimento das estratégias de controle dos corpos em situação de rua que se materializam nos espaços públicos urbanos e são propagados pela sociedade civil, além da ligação direta com a intensa precarização das vidas urbanas. A errância, o deslocamento e a migração são meios de garantir a manutenção da vida diante das forças de exclusão e repelência, que são efetivadas em níveis abstratos ou concretos, mas sempre em violência a esses corpos que já se encontram em vulnerabilidade. O modo errante de vida nas ruas apresenta-se, assim, como uma atitude compulsória, mas também protetiva da própria vida.

Práticas comunitárias: a população em situação de rua de Juiz de Fora - MG

Ao caracterizarmos a errância na situação de rua como a atitude de vagar pela cidade em busca de acolhimento, segurança, alimentação, sociabilidade e meios de manutenção da própria vida, a não-errância é demarcada pela fixação de uma apropriação em uma fração de espaço público por tempo prolongado e

indeterminado. Passado o primeiro momento de adaptação à situação de rua, com suas constantes expulsões, represálias, dificuldades e demarcação da exclusão, a pessoa em situação de rua reformula seus vínculos ao passo que a situação de rua se prolonga.

Em uma leitura particular do espaço público urbano, a pessoa em situação de rua que tem o desejo de fixar uma apropriação observa pontos como: estrutura física do espaço, uso dos imóveis do entorno e presença ou não de outra pessoa em situação de rua com apropriação fixa no entorno imediato, principalmente. Essa primeira leitura tem o objetivo de vislumbrar a possibilidade de permanência no ponto escolhido pelo maior tempo possível. Não só buscam, desta forma, frações residuais e subutilizadas dos espaços públicos urbanos, mas apresentam uma leitura territorial a fim de compreender se existe tal possibilidade diante do que o entorno pode proporcionar em relação à segurança, à socialização, à renda, ao acesso a equipamentos e itens de necessidade e, sobretudo, à autorização de permanência prolongada.

Buscam frações de espaço que ofereçam algum tipo de suporte para suas apropriações, como: mobiliário urbano, vegetação e marquise. Buscam, também, frações de espaço que estejam sob a gestão de estabelecimentos comerciais ou institucionais através dos quais consigam algum tipo de autorização informal para sua permanência, pois reconhecem que em frações de edifícios residenciais ou espaços públicos como largos e praças, é possível que sejam retirados compulsoriamente pelos serviços de abordagem. Muitas vezes se instalam em frações de espaço público próximas a apropriações de outras pessoas em situação de rua, para as quais também precisam de certo tipo de autorização, reconhecendo o território tomado por cada pessoa ou grupo com apropriação fixa e reconhecendo também que o entorno está mais receptivo em relação à permanência de uma pessoa em situação de rua na região. Também fazem uma leitura do entorno médio, avaliando as distâncias até lugares onde consigam acessar água, banheiro e alimentação, para que consigam acessar meios de manter suas necessidades fisiológicas preservadas e sua higiene pessoal, mas também procuram ficar próximos às suas relações fraternas e à facilidade de provimento de renda, seja pela mendicância, pela atividade de flanelinha ou pela atividade de coleta de material reciclável. Assim, para além do abrigo do corpo físico no que se refere às intempéries climáticas, há a intenção do abrigo de seu corpo subjetivo, que, como corpo em situação de rua, se percebe em vulnerabilidade, exposição e restrições. As motivações para fixar-se em determinado lugar são as possibilidades de socialização, de trocas, de segurança, de acesso a itens de necessidade, a familiaridade com a região e as possibilidades de renda.

Uma vez identificada uma fração de espaço com tais características, os indivíduos em situação de rua reúnem objetos que permitam a montagem de uma

pequena estrutura, que, por vezes é o suficiente para o abrigo de uma pessoa, em outras vezes é relativamente espaçosa, com uma certa divisão interna entre atividades. É extremamente comum o uso de lonas, papelão, carrinhos de supermercado, caixotes de madeira, cadeiras de plástico, varões e móveis que foram descartados, como sofás, além de barracas de acampamento. Com essas estruturadas montadas, as pessoas em situação de rua conseguem restabelecer sua intimidade, recompor a proteção de seus corpos e reconstituir seus pertences, mas, sobretudo, reativam a relação afetiva e de pertencimento com a moradia, ainda que essas pequenas estruturas hiperprecárias não sejam – e nem devam ser, em um sentido da moradia garantida pela Constituição Federal de 1988 – consideradas moradias pelos habitantes domiciliados. Ocorre que é o mais próximo de moradia que essas pessoas têm, pois é um lugar fixo, no qual se criam relações afetivas com o espaço e com o entorno, que provoca, dentro do possível e das devidas proporções, sentimentos de segurança e dignidade. Isso se dá pelo fato de uma apropriação fixa abrir a possibilidade de armazenamento e proteção de seus pertences, gerar uma percepção de privacidade, aumentar as chances de doações e de assistência, além de haver uma troca social com as pessoas domiciliadas ou trabalhadoras da região na qual a apropriação foi inscrita.

Por isso, para as pessoas em situação de rua que se apropriam de espaços fixos, a não-errância é vista como uma conquista pessoal. Em Giese (2023) foi relatado como as pessoas com apropriações fixas expressam que têm mais maturidade, mais asseio, que usam menos drogas e que exercem tarefas de trabalho, por exemplo, se posicionado como contrários ao padrão da situação de rua, chegando a avaliar negativamente condutas àquelas de seus cotidianos. Também foi manifestado o reconhecimento de que, ao contraporem os estigmas, são abertas possibilidades de aceitação junto a pessoas trabalhadoras ou domiciliadas no entorno da apropriação fixa. Essa aceitação é expressa por meio de pequenas ações de socialização, doações e auxílio. No entanto, essa movimentação não é só recebida pela pessoa em situação de rua, mas também fornecida por ela. Relatos de trocas comunitárias foram frequentes, nos quais disseram auxiliar, principalmente, na segurança dos estabelecimentos comerciais e das pessoas moradoras do entorno. Nesse sentido, tanto Esquinca (2013) quanto Gil (2019) reconhecem que à medida que o tempo em situação de rua é prolongado, a condição se torna crônica, e, com isso, as pessoas em situação de rua se estabelecem novamente como agentes ativos nas cidades. Outra questão é que o esforço cotidiano para manter sua higiene pessoal e do asseio em relação à própria apropriação é entendido como uma diferenciação entre si mesmo e outras pessoas em situação de rua que não mantém tal iniciativa. O fato de manterem atividades rotineiras e serem conhecidos pelas pessoas da região e de não ficaram sob o efeito das drogas pela maior parte do tempo incentiva um

olhar mais caridoso da sociedade sobre essas pessoas e tal experiência atinge seu máximo ao terem concedido o direito de permanecer em tal apropriação.

A não-errância se mostra como uma condição que só se desenvolve com o prolongamento do tempo em situação de rua. Isso não significa que as pessoas em situação de rua tenham a não-errância como um objetivo, mas as pessoas que estão contextualizadas na não-errância são, de fato, pessoas em situação de rua por tempo prolongado e que expressam motivação para a não-errância em comparação à vida errante que já experienciaram na iniciação à situação de rua.

Portanto, quando o indivíduo em situação de rua passa a viver na não-errância, seus vínculos socioespaciais são reconstruídos. A circunstância da não-errância acontece em um contexto de percepção do espaço urbano e de percepção de si mesmos enquanto pessoas em situação de rua por tempo prolongado, que reconhecem que tal prolongamento é evidência da improbabilidade de reverterem a situação de rua e se tornarem novamente habitantes domiciliados.

Por isso, há inclusive um debate ativo em relação à utilização do termo “situação de rua”, que acaba por não contemplar esse grupo. A determinação do termo se deu porque a larga utilização do termo “morador de rua” sugeria que não se acreditava que a condição de estar nas ruas seria um dia findada, demonstrando uma solidez incondizente com a vulnerabilidade dessa condição e induzindo uma omissão em relação à assistência dessa população. No entanto, ainda hoje, principalmente no caso das pessoas em situação de rua por tempo prolongado e não-errantes, a utilização do termo “morar” é frequente e busca contemplar as relações afetivas e socioespaciais concebidas pela não-errância. Muitas vezes é essa percepção ambígua e complexa da utilização ou não do termo “situação de rua” que desperta a sensação de inadequação acerca das políticas públicas de assistência.

Podemos afirmar, assim, que a não-errância é possível porque se baseia em um sistema próprio de trocas, que viabiliza uma experiência mais estável da situação de rua. A pessoa em situação de rua que decide por fixar sua apropriação em uma determinada fração do espaço público urbano conquista esse direito a partir da oferta de segurança, de contenção de possível desordem por parte de outras pessoas em situação de rua e da garantia de limpeza. Por sua vez, acaba por receber maior visibilidade das pessoas domiciliadas no entorno imediato, o que lhe confere mais doações, acolhimento e socialização, além de ser mais facilmente localizado pelos serviços de abordagem. É nesse sentido que afirmamos, ainda, que a não-errância se caracteriza por uma reintegração da pessoa em situação de rua, porque reconquista, na medida do possível, seu espaço como cidadão. As práticas comunitárias de solidariedade, atenção e cuidado passam a não só serem recebidas pelas pessoas em situação de rua, mas também oferecidas por essas pessoas, fazendo-as experienciar novamente a convivência socioespacial.

Considerações finais

A precariedade coloca a pessoa em situação de rua como uma pessoa aquém do padrão socioespacial capitalista e urbano. Como estranhos à norma, as pessoas em situação de rua são vistas com abjeção, diferenciadas do padrão social, pois não contribuem para a sociedade. Essas ideias são as que condicionam suas vivências, uma vez que determinam atitudes em relação a esse grupo populacional e interferem no próprio entendimento que têm de si mesmos. Pela abordagem da situação de rua em suas experiências urbanas, ao refutar a errância como característica inerente à situação de rua, atribuindo-lhe a compulsoriedade, argumentamos que a não-errância pode ser entendida como uma prática subversiva à própria situação de rua e põe à prova as funções tradicionais dos espaços públicos urbanos. Para pessoas domiciliadas, espaços públicos estão associados à passagem ou a um uso temporário, mas pessoas em situação de rua estabelecem funções de refúgio, abrigo, de apropriação e de afetividade em lugares que normalmente não identificados como “de ninguém”.

Na situação de rua, a errância é demarcada pela transitoriedade, pela mobilidade e pelo rompimento de vínculos. No contexto da errância, a busca da manutenção da própria vida é árdua, ativa, solitária e fatigante. Em contraposição, a não-errância demarca a permanência, a fixidez e a vinculação. No contexto da não-errância, a busca pela manutenção da própria vida ainda se caracteriza pela complexidade e pela resistência, mas se apresenta como um pouco menos árdua, à medida que são assistidos com mais frequência, por serem mais facilmente encontrados para abordagem ou para doações, têm sua sociabilidade mantida, criam suas próprias rotinas, suas próprias relações afetivas com o espaço, com o entorno, com seus pertences.

É evidente que não se sustenta, neste texto, a não-errância como uma possibilidade de vivência nas ruas. É inegável que, mesmo com suas apropriações fixas, as pessoas em situação de rua guardam o desejo de ter uma moradia, principalmente porque se sentem extremamente vulneráveis e desprotegidos, bem como julgam que seus pertences e materiais recicláveis estão suscetíveis a avarias por intempéries climáticas ou por furtos. A concessão e preservação do direito à moradia para a população em situação de rua, assim como os modos de gerar ações assistenciais acertadas, é um debate impreterível.

No entanto, por causa das relações criadas na não-errância, o sujeito em situação de rua se sente minimamente reconectado à sociedade, pois recria vínculos comunitários, sociais e afetivos, que acendem ou fortalecem o desejo de manutenção da vida. O cenário de visibilidade edificada na não-errância altera a percepção subjetiva da indignidade e do não direito à vida, mas apesar de sentirem a não-errância

como uma conquista pessoal, uma materialização de uma maturidade em relação à situação de rua, sentem que ainda não cumprem o esperado pelos familiares ou pela sociedade. As relações de convivência com outros habitantes da cidade – em situação de rua ou não – e a reconstrução da afetividade com o espaço habitual do abrigo são pontos positivos que merecem destaque. Ainda, a não-errância também permite uma proximidade maior entre os profissionais da abordagem social, os quais relatam a errância com um dos impasses para a eficiência das políticas públicas de assistência voltadas à população em situação de rua.

Analizar de fato a complexidade da heterogeneidade da população em situação de rua, com a atenção ao grupo das pessoas em situação de rua por tempo prolongado e com apropriações fixas, para além de outras especificidades dentro da heterogeneidade, pode ser um caminho para que as políticas públicas de assistência atinjam a eficácia desejada. Devem ser criadas medidas específicas para esse recorte dentro da população em situação de rua, principalmente por se tratar de pessoas com vínculos reconstruídos e que, diante de toda a vulnerabilidade, invisibilização e violência, atingem pela não-errância uma certa reintegração, uma recomposição de seus vínculos sociais e comunitários.

Referências

BRASIL. Governo Federal. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, 2009.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

CANETTIERI, Thiago. A produção do espaço como periferia: condição periférica e a contradição do capital. Anais do XVI Simpurb – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Vitória-ES, 14-17 de nov. de 2019b, p. 1919-1935.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ESQUINCA, Michelle. *Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros Sé e República*. 2013. 254 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; et al. Arquitetura da violência: a arquitetura anti-mendigo como eureka da regeneração urbana. *Movimento*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 2015.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores?. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 609-623, nov. 2014.

GIESE, Juliana Varejão. *Performatividade urbana: a experiência espacial corporificada das pessoas em situação de rua*. 2023. 207 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

GIL, Guilhermo. *Moradores em situação de rua: uma leitura das imagens e dos lugares de fala presentes na problemática dos moradores em situação de rua*. 2019. 122f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JACQUES, Paola Berestein. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. 86p. 2016.

KUNZ, Gilderlândia; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia. Modos de vida da população de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 3, p. 919-942, set./dez. 2014.

MGTV. Pesquisa identifica 880 moradores de rua em Juiz de Fora. 17 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/pesquisa-identifica-880-pessoas-em-situacao-de-rua-em-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em 08 jul. 2021.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em

Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. *Morar na rua: há projeto possível?*. 2012. 150 p.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. *Morar na rua: há projeto possível?*. 2012. 150 p.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS, Deyvid. *A cidade do morador de rua e o morador de rua na cidade: lugar e percepção do ambiente urbano*. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

REIS, Mariana; RIZZOTTI, Maria Luiza. População de rua, território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 43-65, jul./dez. 2013.

RESENDE, Viviane. Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de São Paulo. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 565-596, 2020.

SANTOS, Juliano; BERTOLOTO, José. Os moradores de rua como contrafluxo à espetacularização das cidades. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em cultura e Sociedade*, v. 06, ed. Especial, p. 1-15, mar. 2020.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “*situação de rua*” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

VALENCIO, Norma et al. *Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização*. In: DORNELES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 53-72.

Capítulo 3

Assessoria em políticas públicas: contribuição do serviço social

Viviane Souza Pereira

Marina Monteiro de Castro e Castro

Ana Clara Azevedo Pereira

Gisele Aparecida da Silva Faria

Maria Júlia Touzo Miranda

Paula Ferreira Oliveira Santos

Thais Stefani da Silva Dourado

Introdução

Este capítulo apresenta o Núcleo de Consultoria e Assessoria em Serviço Social e Políticas Públicas (NACSS) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), responsável pelo projeto *Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora* (Pereira et al., 2023), implementado em parceria com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora-MG (PJF).

O NACSS tem como objetivo, por meio da articulação ensino-pesquisa-extensão, contribuir com projetos de intervenção na realidade que tomem como referência as políticas públicas, a defesa dos direitos humanos e a organização das classes populares. A partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa do serviço social, entendemos que é possível contribuir com o aprimoramento do processo de formação profissional de estudantes e ao mesmo tempo com a construção sistemática e coletiva de caminhos para as questões diretamente relacionadas às políticas públicas do município e à dinâmica de organização da sociedade.

Nas universidades, a assessoria envolve uma natureza que é acadêmica e pedagógica, que proporciona uma “dimensão de mão dupla da assessoria, [que] se articula perfeitamente com a ideia de extensão universitária.” A assessoria na interlocução com a extensão “favorece esse contato a esse tipo de percurso pedagógico que propomos pelo fato de articular a produção de conhecimento à formação de quadros, sobretudo, no caso do Serviço Social (...).” É nesse processo que é possível, conforme o autor, construir uma “produção de conhecimento coletivo envolvendo profissionais, alunos e professores de diferentes Instituições”.

O projeto do *Censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua de Juiz de Fora-MG* (Pereira et al., 2023) foi construído em parceria com a PJF, entendendo a contribuição das universidades públicas no desenvolvimento das assessorias e consultorias e reforçando o papel destas e seus pressupostos políticos e teóricos, para propostas democráticas na relação com o mundo do trabalho e com a sociedade (Almeida, 2006, p.262).

Nesse sentido, trabalhamos uma discussão de assessoria em sua vinculação com a universidade ancorada ao tripé ensino-pesquisa e extensão. Dessa forma se tem uma perspectiva clara de uma universidade que cultiva a razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública (Iamamoto, 2007).

Assim, neste capítulo, apresentamos o debate sobre assessoria e consultoria para políticas públicas na sua relação com o serviço social e a contribuição no âmbito das políticas para a população em situação de rua.

Assessoria e consultoria: serviço social e a contribuição para as políticas públicas

A assessoria pode ocorrer na gestão de políticas sociais, na organização e formação política dos sujeitos sociais e no aperfeiçoamento profissional de assistentes sociais. Portanto, o assessor deve ser um profissional especializado naquele assunto no qual propõe intervir. Para além disso, deve se manter atualizado e em formação constante. Ou seja, o assistente social que exerce este ofício, seja no âmbito público ou privado, deve se primar pela busca contínua por conhecimento, posto que, o mesmo deve estar atualizado no que tange aos estudos e pesquisas para melhor orientar o seu assessorado no alcance do objetivo final.

Matos (2010, p. 20)afirma que:

não há dúvidas de que o assessor exerce um papel de intelectual, que pode estar ideologicamente vinculado a uma proposta de assessoria que vise a emancipação das classes trabalhadoras ou dominação destas classes por meio da busca de uma assessoria que vise a maximização dos lucros e/ou a redução da esfera estatal.

Conforme a Lei de regulamentação da profissão de assistente social – Lei nº8.662 de 1993, a assessoria e consultoria é competência profissional do assistente social. Pode ser desenvolvida no âmbito de órgãos da administração pública, da própria profissão e dos movimentos sociais. Esta deve estar relacionada às políticas sociais e contribuir no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Este processo envolve a elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social (Brasil, 1993).

Matos (2009, p.514) ressalta que àqueles que requisitam os/as assistentes sociais para assessoria/consultoria veem nesta profissão uma arsenal de conhecimentos no âmbito das políticas sociais e dos movimentos organizativos. Porém, o autor realiza um alerta: “para fortalecer interesses de quais segmentos essas assessorias e consultorias têm sido desenvolvidas?”

Na direção do projeto ético-político profissional, partimos das observações de Vasconcelos (2006) que reforça que

ao ampliar, facilitar e realizar o acesso aos direitos, os assistentes sociais podem trazer ganhos para os usuários a partir de uma prática que fortalece o caráter público das ações e serviços da segurança social e a responsabilidade do Estado, definida na Constituição Federal, possibilitando a mudança de concepção – na profissão e na sociedade – com relação ao que é necessário para o enfrentamento da questão social e do sofrimento social (Vasconcelos, 2006, p.16).

Assim, a atividade de assessoria desenvolvida pelo serviço social

estando vinculada ao projeto de formação profissional e à função social da Universidade, ao articular e potencializar o tripé ensino, pesquisa e extensão, pode contribuir tanto na formação do assistente social – de acordo com o perfil demandado pelo projeto ético-político-, como num fazer profissional qualificado e comprometido com as reais necessidades da população usuária, e ainda nação transformadora da Universidade em relação à sociedade, a partir da relação estabelecida com a mesma (Oliveira, 2006, p.131)

Ressaltamos, ainda, a potencialidade de articulação interprofissional/interdisciplinar que os processos de assessoria/consultoria podem estimular no âmbito das universidades, na interlocução com sujeitos “que compartilhem dos valores democráticos e de justiça social” e, deste modo, “permite agregar sua ação com outros sujeitos, o que pode trazer resultados significativos mesmo em contextos políticos e socialmente regressivos” (Roma *et al.*, 2016, p.5); e que necessitam do reforço de princípios democráticos no âmbito das políticas públicas.

Portanto, ao prestar um serviço de assessoria e consultoria, o assistente social deve consolidar uma direção social vinculada com as normativas previstas em seu código de ética, uma vez que todas as demandas postas à profissão privilegiam um determinado projeto societário e, por isso, sua resposta deve estar em consonância com a ampliação dos direitos e interesses dos sujeitos atendidos.

Assim, pensar para além das demandas institucionais e prever suas principais implicações e desdobramentos é essencial para uma atuação qualificada e crítica, no sentido emancipatório dos sujeitos em questão. Assessorar prevê a

construção de críticas embasadas e argumentativas a fim de orientar e desenvolver novas capacidades.

Sob essa perspectiva, frisa-se que a prática de assessorar é intrínseca a produção e a reprodução do conhecimento na sociedade, haja vista que, a mesma, também está situada na disputa dos interesses antagônicos entre as classes. Portanto, constata-se que, no campo do serviço social, a assessoria se encontra demasiadamente vinculada com os desdobramentos da sociedade.

Perante ao exposto, é de suma relevância mencionar que para Matos (2010, p.75):

É necessário considerar quem são os agentes envolvidos no processo de contratação, na solicitação de assessoria, o tipo de informação de necessidade que se está requerendo e examinar com cuidado as possibilidades diante das particularidades que cada grupo de assessoria tem para estabelecer essa relação, algumas assessorias têm natureza mais política, outras têm natureza mais econômica, outras com natureza mais cultural.

Com isso, a universidade representa um lugar de relevância no processo de socialização e expansão desta modalidade de atuação profissional, uma vez que pode articulá-la em seu tripé ensino, pesquisa e extensão, como é o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG (UFJF) na qual se desenvolveu o Núcleo de Assessoria e Consultoria em Serviço Social (NACSS) em parceria com docentes e alunos de graduação.

Ademais, percebe-se que esse espaço de atuação do serviço social, em especial no que diz respeito a universidade pública, favorece o caráter socioeducativo da dimensão profissional. Para assessorar é fundamental, sobretudo, que o assistente social esteja em sintonia com os princípios do código de ética da profissão, com as diretrizes curriculares, com os conteúdos teórico-metodológicos trabalhados e com o potencial de expansão das ações para fora do espaço da academia. Portanto, se faz essencial a realização de atividades de extensão durante o período da graduação, posto que:

a formação do Assistente Social deve assegurar competências e habilidades específicas, dentre as quais ressaltamos as relativas à elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos, assim como as necessárias para a “prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Brasil, 2012, p. 46) (Brasil, 2012 *Apud* Barbosa, 2022, p.2).

Ainda sobre esta questão, segundo Matos (2010) a assessoria no espaço da universidade ainda contribui para a fundamentação de “[...] um processo de reflexão coletiva, em que o trabalho profissional e/ou a realidade em que se inserem os sujeitos são colocados em foco”, uma vez que os auxílios dos docentes aos alunos da graduação corroboram para seu aperfeiçoamento crítico da realidade a ser estudada e amplia suas bases teóricas nas quais irão se debruçar para prestar a consultoria.

A temática da assessoria e consultoria ainda é pouco debatida na esfera do serviço social. No entanto, a mesma tem se expandido no que tange ao ambiente acadêmico, em especial na universidade pública por intermédio dos programas de extensão. Estes viabilizam aos estudantes o intercâmbio direto entre o conhecimento adquirido em sala de aula com a realidadeposta pelos assessorados. Logo, evidencia-se, entre outros elementos não só o papel social das instituições públicas de ensino, como também o caráter sócio-educativo da profissão e sua característica intervintiva.

A universidade pública busca propiciar o aprendizado pelo tripé: ensino-pesquisa e extensão, oportunizando aos futuros profissionais uma formação mais ampla, sobretudo, no que se refere ao entendimento da realidade social. Nesse sentido, os programas de extensão mostram-se extremamente eficazes para a capacitação dos alunos, uma vez que, conforme Almeida (2006, p.262) é através desse processo que acontece a “produção de conhecimento coletivo envolvendo profissionais, alunos e professores de diferentes instituições”.

Diante dessa contextualização, vale ressaltar, novamente, o *Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora – MG*, realizado pelo NACSS – FSS/UFJF em parceria com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Este projeto teve por objetivo, principalmente, compreender as múltiplas dimensões da realidade social das pessoas que se encontram em situação de rua na referida cidade, a fim de subsidiar políticas públicas municipais. E sua construção coletiva (interdisciplinar e interinsitucional) exemplifica a potencialidade de ações de assessoria e consultoria em serviço social.

A construção da proposta: caminhos e articulações para efetivação da articulação ensino/pesquisa/extensão

A execução do projeto do *Censo e Diagnóstico*, envolveu no âmbito da UFJF, a articulação com os departamentos de Psicologia e Estatística da UFJF⁶, a Pró-Reitoria

6 A coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Faculdade de Serviço Social da UFJF que contou com a participação dos docentes: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia (Coordenação de Área); Profa. Dra. Ana Maria Ferreira (Coordenação de Área), Profa. Dra. Marina Monteiro de Castro e Castro (Coordenação de Área) e Profa. Dra. Viviane Souza Pereira (Coordenação Geral). além destes, compõem a equipe

de Extensão, o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT), a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE), e foi cadastrado no âmbito institucional como projeto de extensão com inovação⁷. No âmbito da PJF, contou com a articulação direta da Secretaria de Assistência Social, representando as demais secretarias e instituições parceiras, como a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, o Comitê de População em Situação de Rua de Juiz de Fora e o Consultório na Rua, entre outros parceiros que compõem a rede de atendimento.

Importante destacar que o projeto contou com 50 entrevistadores, entre bolsistas e voluntários de diversos cursos da UFJF⁸, discentes de pós-graduação⁹ e bolsistas de iniciação científica, evidenciando a relevância do NACSS e dos investimentos na educação superior pública, na efetivação do tripé entre ensino, pesquisa e extensão¹⁰.

A partir do estabelecimento da parceria formal entre a PJF e a UFJF, foi definida a composição da equipe técnica do projeto e foram realizadas reuniões ampliadas com parceiros para estruturação da pesquisa que possuía como objetivos: identificar as demandas daqueles que vivenciam as ruas em Juiz de Fora-MG, identificar demandas reprimidas no sistema de atendimento, criar uma base de dados que pudesse ser atualizada e retroalimentada sistematicamente facilitando assim a realização de outras pesquisas do gênero, desenvolver metodologia específica de pesquisa com população em situação de rua, capacitar alunos e alunas em metodologias de pesquisa e sobre a temática da população em situação de rua, estimular a atuação interdisciplinar e interdepartamental na UFJF e contribuir com a realização das funções de ensino-pesquisa e extensão (Pereira *et al.*, 2023).

técnica o Prof. Dr. Luiz Cláudio Ribeiro (Coordenação de Área), do Departamento de Estatística e o Prof. Dr. Telmo Mota Ronzani (Coordenação de Área), do Departamento de Psicologia.

- 7 Registraramos que o projeto recebeu menção honrosa na categoria PD&I e prestação de serviços no Prêmio de inovação do CRITT/UFJF, realizado em maio de 2023.
- 8 Participaram do projeto estudantes de graduação dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Estatística, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Economia, Direito, Odontologia, Geografia, Engenharia, Medicina, Enfermagem e Arquitetura.
- 9 Participaram estudantes de pós graduação em Serviço Social da UFJF e em Arquitetura da Universidade Federal de Viçosa (UFV).
- 10 Logo da formalização da parceria, a equipe técnica se mobilizou para a elaboração, lançamento e divulgação do edital de seleção dos bolsistas. Como o projeto é uma ação de extensão com inovação e envolve, portanto, a Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT) e a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE), os editais foram diferenciados, para participação de bolsistas e voluntários.

A perspectiva de construção coletiva perpassou toda a elaboração e execução do projeto. Sua característica interdisciplinar e interinstitucional foi desenhada já na concepção do projeto e se expressou em aspectos determinantes para o desenvolvimento de ações deste tipo.

A construção da metodologia adotada foi participativa. Contou com a contribuição dos sujeitos que atuam diretamente no acolhimento e atendimento em geral da população em situação de rua. Foram realizadas três (3) reuniões com uma equipe ampliada que envolveu os parceiros, a fim de identificar elementos comuns e considerados essenciais para a execução da ação. Estas reuniões funcionaram como um laboratório para adequação dos instrumentos de coleta a serem utilizados e para a elaboração das rotas do levantamento.

Este tipo de atividade além de caracterizar a articulação ensino-pesquisa-extensão, cumpre o papel determinante de acionar os assessorados na construção dos elementos primordiais do projeto, alinhando expectativas e propósitos. Conforme Matos (2009) para o desenvolvimento da assessoria um dos passos centrais é o alinhamento entre a equipe de assessoria e assessorados. Desta forma, a elaboração e construção do projeto teve por base a noção de que:

se faz necessário por parte da assessoria um profundo estudo da realidade, de preferência em conjunto com a equipe que será assessorada. Só a partir daí é que se poderá construir conjuntamente, com quem se assessorar um projeto de assessoria, em que aquelas demandas originais e outras serão debatidas, pactuadas e outras serão apresentadas (Matos, 2009, p.11).

Assim, como mencionado anteriormente, um dos primeiros desafios da assessoria à PJF foi o alinhamento teórico entre os membros do projeto, no que concerne a concepção em torno da população em situação de rua, metodologia a ser utilizada e questões a serem abordadas. O processo de assessoria necessita de um quadro de especialistas que tenham formações que possam estruturar e qualificar o projeto a ser desenvolvido, uma vez que visa o desenvolvimento de estudo e indicações para a construção de políticas públicas e organização de serviços. E, ao mesmo tempo, este quadro precisa articular os conhecimentos técnicos ao que é apresentado pelos demandatários. Muitas vezes esta tarefa é desafiadora.

Em se tratando da população em situação de rua, o primeiro debate travado foi em relação ao recorte do público que seria identificado pelo censo. São vários os segmentos que compõem a população em situação de rua e pesquisas deste tipo precisam ser muito bem definidas em relação ao recorte adotado, pois ele é determinante para a compreensão dos dados encontrados e, também, para os caminhos de políticas que se apresentarão.

Neste caso específico, a discussão se concentrou em qual seria a caracterização da população em situação de rua adotada. As reuniões com os parceiros demonstraram uma forte preocupação com uma caracterização ampla que, além daqueles que vivem efetivamente nas ruas e/ou acolhimentos, abarcasse, também, aqueles que vivem das ruas, mas retornam para suas moradias ao final do dia. Contudo, uma avaliação acurada da equipe técnica problematizou as diferenças de conceituação em uma pesquisa deste tipo e avançou no sentido da construção de uma metodologia bem recortada que pudesse gerar parâmetros de comparação com outras pesquisas do tipo, tanto nacionalmente, como em municípios que adotaram metodologia similar que serviram de base para a construção local, como Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, debateu-se conceitualmente o fato de recortes populacionais diversos demandarem técnicas de pesquisa diferentes, o que inviabilizaria a adoção de uma caracterização mais ampla em uma mesma pesquisa.

Desta forma, apontou-se a necessidade de um outro formato de metodologia para identificar qualitativamente as pessoas que vivenciam uma situação de trabalho precário e fazem uso das ruas da cidade para assegurar sua sobrevivência, mas possuem casas para retornarem ao final do dia e/ou noite de atividade de renda. Concluiu-se que este recorte refere-se à população empobrecida submetida ao trabalho precário e não especificamente à população em situação de rua, em suas características centrais que são: condição de extrema pobreza, heterogeneidade em sua configuração, ruptura de vínculos familiares e comunitários primários e ausência de moradia no “padrão” qualificado como convencional.

Assim, considerando que a realização da pesquisa visava centralmente a elaboração de políticas públicas para esta população, a demanda expressa pelos parceiros foi considerada uma necessidade de pesquisa diferenciada a ser realizada posteriormente e estabeleceu-se a indicação metodológica tecnicamente construída pela equipe docente, que adotou a caracterização definida na Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR):

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (Brasil, 2008, p. 8).

Esta definição da caracterização da população em situação de rua, que seria pesquisada, demandou de foma direta a articulação ensino-pesquisa-extensão e representou um ponto central, pois se referiu ao significado desta população no estudo e determinou a direção da compreensão dos dados encontrados e, conse-

quentemente, seu uso no planejamento de políticas públicas. Além deste recorte, importa destacar que a equipe técnica partiu de uma compreensão da população em situação de rua que a situa como uma das consequências do sistema de produção capitalista, que fomenta extremas desigualdades em decorrência da forma de organização da produção de riquezas nesta sociedade. Assim, a assessoria construiu seu projeto de operação, fundamentando-se em uma visão não individualizada e fragilizada dos sujeitos, ou seja, buscou-se evidenciar, a todo o momento, a não culpabilização do indivíduo por estar nas ruas, mas sim, destacar a questão estrutural a qual origina essa questão.

Neste sentido, outro momento importante do processo, para este estudo, foi a construção do instrumental a ser utilizado. No projeto em tela, os instrumentos de pesquisa tiveram por base os estudos com população de rua em cidades Rio de Janeiro e São Paulo. Além de uma leitura atenta da pesquisa nacional *Aprendendo a Contar* (Brasil, 2009) e do *Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora* (Prefeitura de Juiz de Fora 2016). Com a formalização da parceria, os instrumentos de coleta de São Paulo e Rio de Janeiro, considerados mais detalhados em termos diagnósticos, serviram de fomento para discussão da equipe ampliada de parceiros, solicitando-lhes que destacassem as questões decisivas e que poderiam ser adaptadas para a realidade local. A partir destes encontros, os instrumentos de coleta foram desenhados.

Assim como, foram construídas utilizando a mesma dinâmica, as rotas que foram percorridas pelos pesquisadores. Na definição das rotas, o conhecimento dos educadores sociais que atuam na abordagem social do município foi essencial. As trajetórias percorridas por eles no trabalho cotidiano funcionaram como pontos norteadores sobre os quais foi erguida a metodologia de rotas do *Censo*.

Os dois aspectos metodológicos destacados, definição de caracterização e de rotas, podem ser melhor compreendidos no conteúdo total do *Relatório Final do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora*, assim como no mesmo documento podem ser compreendidas todas as fases de desenvolvimento da ação (Pereira *et al.*, 2023). Aqui mencionamos diretamente a caracterização e a construção das rotas por entendermos que as mesmas expressam de forma direta a relação assessoria- assessorados e, portanto, contituem-se relevantes especialmente para esta reflexão, assim como os que seguem.

Como destacado, o projeto foi realizado pela universidade com o objetivo de cumprimento de seu mandato público formativo e envolveu um conjunto de discentes da Instituição. Os estudantes selecionados participaram ativamente de todo processo e contaram com três (3) encontros de capacitação e um (1) de avaliação, momento em que foram apresentados elementos essenciais sobre a

população em situação de rua em geral, discutidos conceitos, metodologia em geral e formas de abordagem.

Os encontros de capacitação e a interlocução direta com as equipes de atendimento do poder público local nortearam a elaboração de materiais orientativos para a realização da atividade de pesquisa de campo realizada pelos estudantes, com a supervisão direta dos docentes. Interessante mencionar que estes materiais foram costurados a partir das demandas identificadas nas reuniões e com a participação dos estudantes que opinaram sobre o que deveria ou não constar, assim como auxiliaram na construção final do material de coleta. Neste escopo foram delineadas orientações gerais de abordagem como:

cumprimentar cordialmente, apresentar-se e indagar à pessoa se deseja responder ao questionário; estabelecer relação de confiança e empatia; manter a cordialidade durante a entrevista e ter ciência que o entrevistado não é obrigado a responder nenhuma questão e pode interromper a entrevista, se assim o desejar; 2) Caso a pessoa não queira responder ao questionário, realizar questionário de observação. 3) Contabilizar todas as pessoas em situação de rua; para cada pessoa em situação de rua encontrada aplicar um dos questionários (censo e/ou diagnóstico ou observação); 4) Caso a pessoa esteja fazendo uso de crack, não interromper; aguardar. Se houver oportunidade, cumprimentar cordialmente, apresentar-se e indagar se deseja responder ao questionário. Colocar-se à disposição, por um determinado tempo, aguardando em um ambiente seguro e afastado, dando espaço e liberdade ao potencial entrevistado. Caso não seja possível realizar a entrevista, aplicar o questionário de observação. 5) Caso a pessoa esteja sob uso de álcool ou solvente, redobrar a escuta ativa e prosseguir com a entrevista até onde for possível. Caso seja necessário encerrar a entrevista antes do fim do questionário, anotar à margem, adicionalmente, a razão. 6) Não pisar em objetos, cobertores, caixas ou papelões. 7) Em caso de barracas ou coberturas, chamar oralmente (não levantar ou remover a cobertura, obstáculos visuais ou adentrar sem autorização). 8) Caso a pessoa esteja dormindo: não acordar, em nenhuma hipótese. Realizar questionário de observação. 9) Se a entrevista for impossível no momento, por qualquer razão, prosseguir na rota, retornando posteriormente, após alguns minutos, quando oportuno. Se, numa segunda tentativa, permanecer a impossibilidade, aplicar o questionário de observação. 10) Não prolongar a entrevista mais do que o necessário; não interromper ou finalizar bruscamente a entrevista. Em qualquer caso, agradecer sempre pela atenção (Pereira et al, 2023, p.145).

Foi realizada ainda uma capacitação de mais largo escopo, com a participação dos parceiros do projeto. Neste momento, toda a equipe contou com a contribuição direta dos agentes que atuam à frente do atendimento à população em situação de rua do município, com apresentações dos serviços e formas de abordagem,

estando presentes as Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos, Comitê da População em Situação de Rua e Consultório na Rua.

O trabalho de coleta dos dados foi realizado pelos estudantes, coordenado e supervisionado em campo pela equipe docente, e considerou aspectos importantes sinalizados pelas pesquisas realizadas em outros municípios e localmente, tais como: a necessidade de ser realizada em dias de movimento habitual da cidade, ou seja, fora de feriados e datas comemorativas, o cuidado com a dupla contagem ou não contagem; ocorrer de forma simultânea nas ruas e instituições de atendimento e em dias sem chuvas impeditivas. Foram consideradas, também, as demandas postas pelos grupos de parceiros da pesquisa de que a contagem fosse realizada em horários diversos ao longo da semana, para buscar captar as diversas formas de circulação da população em situação de rua na cidade.

No início da coleta os estudantes receberam material de orientação geral, contendo questões como:

todas as questões são de resposta espontânea (entrevistador não lê as alternativas de resposta), exceto aquelas com instrução em contrário (entrevistador lê as alternativas de resposta e marca a que mais se assemelha); 2) Se apresentar e apresentar a pesquisa: “Esta é uma pesquisa da UFJF e PJF e ela está sendo feita para saber a sua realidade de vida, os problemas que você enfrenta e o que é importante para você, para depois a Prefeitura melhorar os serviços que você usa e te atender melhor. Por isso, sua participação é muito importante. Todas as informações serão mantidas em segredo. Você pode não responder qualquer questão, não tem problema. Pode, também, parar a entrevista quando quiser.”; 3) Os respondentes devem ter 18 (dezoito) anos de idade ou mais.; 4). Fique atento: leia a instrução da pergunta antes de fazê-la, para ver se a pessoa responde direto ou se você deverá ler as alternativas e ir marcando. Todas perguntas e quesitos têm que ter alternativas marcadas, não se esqueça. Após cada coleta, a equipe de coordenação recolhia o material do dia e realizava, com os estudantes, uma rápida síntese avaliativa do dia (UFJF, 2023, s/p).

O trabalho de digitalização e sistematização dos dados coletados começou com a preparação do sistema para recebimento dos dados. Após a coleta dos dados, o material foi transportado para a UFJF e, teve início a etapa de digitalização e sistematização, que em sua integralização qualitativa mais ampla, está sendo apresentada neste livro.

Nesta fase do projeto, contamos com alguns estudantes bolsistas que, sob a coordenação dos professores coordenadores, atuaram na separação dos questionários, digitalização dos mesmos a partir de preceitos estabelecidos para consideração ou não, de utilização e validação do material.

Buscamos com o projeto afirmar a importância das universidades públicas nesse campo; e estimular o desenvolvimento de competência profissional junto aos órgãos da administração pública e, especialmente, de construção de políticas públicas.

Neste sentido, podemos afirmar que o projeto contribuiu para a formação dos estudantes que participaram, uma vez que possibilitou contato direto com a realidade social das pessoas em situação de rua, uma vez que esta temática é tratada de forma limitada no âmbito dos cursos de graduação envolvidos no projeto. Desta forma, contribuiu para que os discentes entendessem os desafios cotidianos da população a qual estava sendo pesquisada. Os sujeitos que se encontram em situação de rua enfrentam obstáculos diariamente, uma vez que, são vítimas de preconceitos, agressão, fome, dentre outras mazelas sociais. Fica explícito, nesse cenário, a relevância de uma assessoria formada por profissionais do serviço social, pois, esse contingente populacional é tido como uma das expressões da questão social.

Matos (2009, p. 15) indica que “o processo da assessoria – planejamento, desenvolvimento, seus impasses, avanços etc. – deve ser avaliado e registrado”. Desta forma, os dados do Censo e diagnóstico foram registrados em relatório específico entregue à PJF e publicado do site da Instituição¹¹ (Pereira et al, 2023) e este livro representa também o registro dos trabalhos e debates construídos em torno do projeto.

Os resultados foram divulgados à sociedade em maio de 2023, mobilizando as assessorias de comunicação da PJF e da Universidade e a mídia local, demonstrando o impacto do *Censo e Diagnóstico* para a cidade.¹² Foi realizada ainda reunião específica de devolutiva dos dados para os parceiros do projeto e apresentação das indicações para a qualificação da política para a população em situação de rua da cidade.

A assessoria realizada afirma ainda a relevância desta atividade no âmbito das universidades:

é na universidade que a assessoria encontra um espaço privilegiado para se constituir, já que por meio do saber que envolve os seus integrantes (alunos, professores e servidores técnico-administrativos) pode disponibilizar novos conhecimentos e se retro alimentar por meio do contato dinâmico com as demandas da sociedade (Matos, 2009, p.6).

11 Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. acesso em 19 jun 2023.

12 Como pode ser visto em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/26-05-2023/diagnostico-aponta-aumento-de-110-da-populacao-de-rua-de-jf-em-5-anos.html>. acesso em 1 jun 2023.

Espera-se que a realidade evidenciada pela realização deste trabalho se desdobre em ações diversificadas de assessoria e consultoria, nos diversos âmbitos de intervenção do serviço social nas políticas públicas, e reforce o papel social das universidades públicas na construção coletiva de soluções de gestão e participação social que apontem para a democratização do Estado em suas relações com as classes sociais.

Considerações Finais

No contexto de mundialização do capital e pauperização cada vez mais exposta pelas infinitas contradições do modo de produção, a questão da população em situação de rua torna-se uma realidade cada vez mais complexa. Assim, entender como se dá o crescimento do número de pessoas que vivenciam as ruas das cidades como espaço de moradia e, principalmente, buscar dimensionar as causas e demandas destes sujeitos são aspectos de especial interesse para a construção de alternativas de enfrentamento. Entender as demandas dessa população é primordial para que políticas eficazes sejam construídas.

O serviço social está eticamente relacionado com as demandas das classes subalternas, a fim de buscar ampliar o acesso à políticas públicas que assegurem condições dignas de sua sobrevivência e inserção na sociedade. Desta forma, a presença da assessoria e consultoria em serviço social, nesta ação em específico, representa uma importante contribuição para entender a realidade da população adulta em situação de rua na cidade de Juiz de Fora-MG.. A partir de uma compreensão crítica e de não culpabilização dos sujeitos, visto que parte-se do entendimento de que esta situação representa uma das mais vigorosas expressões da questão social advindas do modo de produzir a vida, sob a lógica engendrada pelo capital.

Além disso, o projeto apresentado demonstra a relevância do campo da assessoria e consultoria em vinculação com a Universidade para cumprimento de sua função pública e fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes que fizeram parte e a equipe técnica docente transitaram entre as funções basilares das universidades públicas e contribuíram para a inovação e aprimoramento das práticas de gestão de políticas públicas em Juiz de Fora-MG.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. *Assessoria e extensão universitária*. In: BRAVO, M. I. S; MATOS, M. C. Assessoria, consultoria e Serviço Social. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 249-265.

BARBOSA, C. C.; ÁVILA, M. A.; MOREIRA, A. M. Assessoria/consultoria na política nacional de assistência social. *Interação - Revista De Ensino, Pesquisa E Extensão*, 24(2), pp. 47-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33836/interacao.v24i2.730>.

BRASIL. Lei No 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%A9BLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%A9BLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

MATOS, M. C. *Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica*. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-18. Disponível em: www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf.

MATOS, M. C. *Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social*. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. *Assessoria, consultoria & Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/index.php>.

OLIVEIRA, A. G. *Assessoria e Serviço Social*: articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. *Assessoria, consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 116-148.

UFJF. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Material de orientação para equipe do censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua. UFJF, 2003.

VASCONCELOS, A. M. Prefácio. In: BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. *Assessoria, consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 7-18.

Capítulo 4

Consultório na Rua: territórios vivos de cuidados em saúde para pessoas em situação de rua

Bárbara de Sá Menezes Teixeira Reis

Marcelo dos Santos Campos

Paula Miranda de Oliveira

Para início de conversa

“Precisamos resistir e investir ao lado dos indesejáveis e descartados e com eles gritar sem cessar para que sejam ouvidos.” Padre Júlio Lancellotti

Falar sobre o cuidado em saúde junto às pessoas em situação de rua é um convite desafiador, porém politicamente urgente e necessário. O desafio emerge na exata medida do que se constata ao se aprofundar e se deixar afetar pela realidade escancarada nos territórios existenciais em que a vida na e da rua se produz. Uma realidade que se contrai na imagem semântica da miséria material e se cristaliza escondendo, dos olhares desatentos, a maquinaria social que desde o advento do mundo moderno encarcera certos tipos de corpos nesse não lugar do abjeto. Aquele que chancela a regulação, a invisibilidade, a opressão e, na radicalidade, o extermínio desses corpos pela privação da vida.

E que realidade outra, que não essa, poderíamos afirmar ser a que efetua a vida das pessoas denominadas em situação de rua? Essa deveria ser a questão essencial e fundante de qualquer pretensa discussão sobre o cuidado em saúde das pessoas que vivem nas ruas, sujeitos de direito na lei, e que nos deslocam diuturnamente em nossa rotina normalizada. O incômodo que exala no encontro com o sujo, com o degradado, com o delirante drogado, com o doente mental, com o pobre, com o corpo não branco.

O desafio de estar nesse lugar já posto como o do saber outorgado pela academia para falar sobre o cuidado das pessoas em situação de rua pela perspectiva do Consultório na Rua impõe a assertividade na colocação dessa questão essencial como elemento primário de problematização. E, junto a isso, o convite a reflexões críticas, que somente serão profícias ao calibrarmos nossos olhares no confrontamento honesto e ético entre nossas realidades existenciais, com aquela

de quem, aqui, colocamos como objeto de discussão. Afinal, somos todos, também, sujeitos de direitos e socializados na mesma sociedade. O que nos difere é o rosto. A imagem. E é nessa diferença que se assenta a gênese das iniquidades, que no bojo social se multiplicam exponencialmente desde que se inaugura, no mundo moderno, a fabricação de distinções hierarquizadas nas relações de poder (Campos, 2020). Nelas, o pólo hegemônico e dominante mostra seu rosto, também petrificado, numa imagem rigorosamente desenhada em pontilhismo, sendo cada ponto um elemento constitutivo desse rostificar¹³. Processos que fazem com que as diferenças humanas se transformem em desigualdades injustas. Importante se faz a compreensão de como estamos diretamente conectados e assujeitados nesses processos.

O cuidar como ato político

*“A carne mais barata do mercado é a carne Negra! (Só-só cego não vê).
Que vai de graça pro presídio.
E para debaixo do plástico.
E vai de graça pro subemprego.
E pros hospitais psiquiátricos”
(Música “A Carne” Elza Soares)*

Impossível avançar nessa empreitada sem primeiro considerarmos que o cuidado em saúde precisa, antes, ser contextualizado. Para além das conceituações normativas biomédicas, qual ideia de cuidado e de saúde precisamos ter para que possamos falar criticamente sobre o que é ofertado nesse campo para as pessoas em situação de rua¹⁴?

13 Rostificar é impor uma maneira de ser, de se mover, de falar, de se vestir, de amar, de viver! Um modo de pensar e de sentir! O rosto é a máscara que nos obrigaram a vestir [...] a rostidade é usada toda vez que uma multiplicidade precisa ser organizada [...] um ponto central é definido como modelo e os outros rostos são distribuídos de acordo com esse fundamento central. Para distribuir a multiplicidade é necessário algum critério, certo? Este critério estabelece uma hierarquia de proximidade e semelhança. E qual é o grande modelo? Qual o modelo que todos devem imitar, mas do qual muitos permanecerão distantes? Todos nós sabemos (Deleuze e Guattari – Rostidade, Razão inadequada, disponível em: <https://razaoinadequada.com/2021/05/11/deleuze-e-guattari-rostidade/>).

14 A denominação pessoas em situação de rua denota uma percepção derivada de um processo amplo, de dimensões sociais, políticas e econômicas, assumindo no interior do discurso das políticas públicas um enfoque do problema como algo a ser superado, em contraposição a um estado de coisas em definitivo. (Brasil, 2009). Entretanto, há de se questionar a potência dessas políticas, seus arcabouços e concepções, para além do uso retórico de termos como inclusão, mas como problema de complexa tessitura político-social

Aqui nos interessa a provocação necessária e urgente sobre a relação de realidades que se desencontram no campo da produção do cuidado em saúde, seja no público, seja no privado, onde o modelo biomédico hegemônico, tecnicista, burocratizado e branco no sentido identitário normaliza o cuidado em saúde na esfera biológico-centrada e médico-centrada, desconsiderando os incontáveis atravessamentos sociais que condicionam a maneira de fruirmos a vida e, consequentemente, determinam a doença e a saúde, sobretudo esta última, compreendida em seu conceito ampliado (Garbois, *et al.*, 2017).

Se por um lado temos um arsenal teórico no campo das ciências sociais que fundamentam a importância do conceito ampliado de saúde, bem como a imprescindibilidade, não apenas do conhecimento dos determinantes sociais em saúde, mas de como funcionam na máquina social, por outro, ainda temos nossas instituições de formação em saúde acorrentadas no modelo biomédico estrito de ensino, que reflete uma prática de cuidado esvaziada do conhecimento desses elementos fundamentais (Campos, 2020).

Inflexão crítica que nos permite questionar: que cuidados institucionalizados em saúde se têm produzido e reproduzido no dia a dia dos serviços de saúde em todos os níveis assistenciais e de gestão? O que se percebe é a primazia das tecnologias modernas atreladas à burocratização dos processos de trabalho e das relações que neles se produzem, que não abarcam a complexidade das interações do corpo com o *socius* e intimidam a experimentação de outras possibilidades assentadas na conjunção de múltiplos saberes, que somente são possíveis a partir de trabalhos transdisciplinares em saúde, politicamente fortalecidos (Merhy, 2007).

O que dizer, então, quando esse corpo é aquele atravessado e fixado pelas marcas racistas, independentemente da cor de sua pele?

Máscaras desenhadas em decalque branco

“De ladrões mulatos e outros quase brancos, tratados como pretos”
(Haiti, Caetano Veloso)

A pesquisa “Hoje é dia de branco: a branquitude de médicos de família de Juiz de Fora/MG e a equidade racial no cuidado em saúde” (Campos, 2020), ao imergir nesse complexo campo das relações raciais, desvela a obviedade invisibilizada pela norma branca: o racismo somente é estrutural na sociedade brasileira porque a branquitude, enquanto identidade racial hegemônica beneficiária de privilégios materiais e imateriais, é, também, estrutural e estruturante. Ela é o estatuto, no qual se encerram os significados responsáveis, não apenas pelos processos de subjetivações que forjam a identidade racial branca, mas sobretudo

pelas distinções hierarquizadas que ela estabelece com os não brancos. A branquitude é uma entidade autotrófica: produz o racismo e dele se alimenta para se produzir. Tudo sob o véu de sua invisibilidade naturalizada e, portanto, irrefletida. Desde sempre, uma produção social de violência ininterrupta, de violação de direitos, de adoecimento e morte. Qual cuidado emerge na desconsideração de tais determinantes sociais em saúde?

Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma ‘morte morrida’. Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita, uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que o Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada (Batista, Escuder e Pereira, 2004, p. 635)

Merhy (2004) aborda o conceito de trabalho (cuidado) vivo em ato, que é aquele que se dá no imediato encontro entre o pólo operador do cuidado e o outro que desse cuidado necessita. É na relação que o ato de cuidado se produz e o resultado será mais ou menos potente a depender da espessura e intensidade desse encontro. Do quanto se apreende, se afeta e se mobiliza nesta relação. Qual tessitura será desejada e desenhada a partir da colisão dos diversos *affectos*¹⁵ que brotam, seja de quem está para cuidar, seja de quem está para ser cuidado. Daí uma segunda provocação: como promover essa relação com um outro cuja realidade nos é desconhecida nesse nível do abjeto? Esse corpo não branco que carrega, também, as marcas das subjetivações mortificadoras que a branquitude historicamente lhe impõe.

Não há como exercer efetivamente o papel de operador do cuidado sem o investimento político, de um lado, nas tentativas de desconstrução dos inúmeros estigmas e preconceitos que rostificam as pessoas em situação de rua, fazendo com que suas existências permaneçam na invisibilidade e na exclusão e, de outro,

15 *Afecto* exprime qualquer estado afectivo, penoso ou agradável, vago ou qualificado, quer se apresente sob a forma de uma descarga maciça ou como uma tonalidade geral, sendo apresentado sob duas perspectivas: uma de valor descriptivo, como a ressonância emocional de uma experiência geralmente forte e uma outra, segundo a teoria freudiana dos investimentos psíquicos, como uma quantidade de excitação, tradução qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações, tratando-se portanto de um conceito energético (David, 2008).

no reconhecimento e enfrentamento radicais da responsabilidade da branquitude, na medida em que é ela que esculpe historicamente os marcadores de distinção e opressão nos corpos não brancos (Campos, 2020).

O Censo e Diagnóstico da População Adulta e Em Situação de Rua de Juiz de Fora-MG (2023) (Pereira et.al., 2023), realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora em parceria com a prefeitura deste município, nos apresenta um diagnóstico importantíssimo no campo das possibilidades macropolíticas de promoção e garantia de direitos para as pessoas em situação de rua, incluindo, naturalmente, o da saúde. A partir de pesquisas como esta, é essencial buscar, para além de dados quantitativos, o investimento na investigação e compreensão do que seria fundamental apreender para a produção de um cuidado em saúde ancorado na dimensão micropolítica dos territórios existenciais da rua. Capturar o que nasce das forças que operam maquinarias de resistência às tentativas de aniquilamento, produzindo tantas outras formas de vida.

Não há como adentrar nessa dimensão real de produções existenciais tão diversas que não pela via do encontro. Aquele cujo caminhar junto se assente no desejo de buscar linhas de fugas que rompam os limites estreitos do modo de se pensar e executar hegemonicamente o cuidado em saúde. Um encontro que calibre o olhar de quem cuida, despertando o interesse genuíno de disparar processos que permitam a afetação por esse outro, que é diverso e diferenciado: em seus modos de vida, nas suas trajetórias e suas possibilidades de fruir a existência, na maneira de pensar sobre si e sobre os outros.

Faz-se urgente afetar-se ao ponto de rasgar a máscara e expor o que há sob essa imagem da miséria material cristalizada. A visão, como diz Souza (2009), da qual escapa a percepção de que do capital dinheiro se desdobram o cultural e o das relações sociais, constituidores de privilégios que se destacam na gênese produtiva das iniquidades e desigualdades sociais, sejam as raciais, sejam as de gênero e orientação sexual, sejam as da produção e aquisição de bens materiais. Condicionantes sociais que secularmente vem produzindo, como resto do sistema, esse tipo de gente nomeada “pessoas em situação” de rua. Delas conhecemos apenas a máscara semântica naturalizada da miséria material que as homogeneiza.

A partir da norma instituída e naturalizada, seguimos ignorantes quanto aos processos históricos e sociais que impactam fortemente as aspirações civilizatórias das sociedades modernas. Inequivocamente, tal fato nos coloca como cúmplices alienados da absurda negligência institucionalizada e normalizada pelo Estado, da qual as pessoas que vivem nas ruas são vítimas incontestes.

É possível que essa negligência institucionalizada se alimente da ignorância, tal como a grande maioria das mazelas sociais, particularmente àquelas que se forjam no bojo das relações de poder do mundo moderno capitalista (racismo,

machismo, etarismo, intolerância religiosa, homofobia, transfobia e, fundamentalmente, a aporofobia/pobrefobia).

Portanto, um caminho possível como linha de fuga ao encarceramento das normalizações institucionalizadas, que condicionam um não conhecimento de si e do outro na perspectiva das relações sociais/raciais e dos processos de socialização que constituem a vida cotidiana, é aquele da busca de conhecimento crítico a partir do resgate da nossa própria história e investigação acurada do que não nos foi contado sobre ela. Assujeitados que somos, não percebemos a origem e o processo histórico das investidas violentas de repressão e tentativa de controle do Estado brasileiro contra pessoas que desde sempre tiveram a rua como possibilidade contingencial de moradia e de produção da vida.

Memória, conhecimento e experimentações

*Quem clareia o breu De sua nudez meia verdade?
Quem desmancha o véu E alveja descendente identidade?
Some o negro ouro betume costume imposto açoite
Suja outro nome, outro tato Mulata, aquela de cor
Vende-se o coito, a carne barata do dia pra noite
(Música “Breu”, Xênia França)*

É fundamental para quem se propõe a pensar o cuidado, particularmente direcionado às pessoas enquadradas em critérios de vulnerabilidade, compreender que tal condição vulnerável no tempo presente tem suas raízes fincadas em práticas higienistas e de segregação racial que se inauguraram no período colonial de nossa história. São inúmeros documentos e registros históricos que comprovam que as Ordenações do Reino (o Brasil, até o primeiro advento de seu código criminal, como colônia de Portugal, seguiu o ordenamento jurídico português – Ordenações Filipinas), determinavam que os chamados vadios, ou seja, pessoas sem senhores/donos ou sem “capacidade” de trabalhar, fossem presas e açoitadas (Melo, 2023).

O Estado brasileiro, de maneira institucionalizada, perseguiu e reprimiu a chamada vadiagem, criando estratégias políticas para criminalizá-la de maneira a tentar controlar um tipo muito específico de pessoas que circulavam pelas ruas do nosso país. Já naquela época, os dependentes químicos do álcool, considerados os “bêbados vagabundos”, as pessoas com distúrbios mentais que viviam circulando pelos espaços urbanos, as prostitutas e os chamados mendigos (Melo, 2023).

Todo um grupo de pessoas conectadas diretamente ao fenômeno da escravidão, onde a referência civilizatória era o homem branco europeu, dono dos bens materiais e simbólicos, senhor incontestável da terra, do escravizado, da mulher e

de sua linhagem, abençoado pelo único Deus branco e pela igreja católica. O Rosto! Representante do Estado e da forma de organização de nossa estrutura social desde o século XVI (Campos, 2020).

A força representativa da branquitude, desde seu nascedouro, fez com que o racismo se imiscuisse nas instituições, estruturando a sociedade brasileira e tornando abjetos, indesejáveis e marginalizados os corpos, em sua esmagadora maioria não brancos, daqueles que viviam nas ruas. Portanto, não foi ao acaso que a postura repressora do Estado brasileiro junto às pessoas que não tinham trabalho e renda, potencializou-se no período pós abolição da escravidão em 1888.

Após 388 anos de regime escravista, brasileiros e brasileiras não brancos responsáveis pela construção do Brasil foram excluídos, jogados no não lugar abjeto criado a partir, tanto da omissão do Estado e de uma elite intelectual branca que o apoiava, como de sua atuação na criação de dispositivos legais que criminalizassem os negros e negras desprovidos de possibilidade de trabalho autônomo e que não tinham mais o *status* de escravizados (Melo, 2023). Por razões óbvias, nesse período de nossa história aumentou-se consideravelmente o número de não brancos que perambulavam pelas ruas das cidades a procura de trabalho. A solução encontrada foi a criação e instituição pelo Estado brasileiro do Código Penal de 1890, cujo capítulo XII, intitulado “Mendigos e Ébrios”, manteve os dispositivos punitivos e as sanções cabíveis às práticas da mendicância e vadiagem (Melo, 2023). Início do encarceramento legal e institucionalizado pelo Estado dos corpos negros que somente tinham as ruas como possibilidade de sobrevivência.

Tal resgate histórico somente tem um caráter pedagógico se for apropriado a partir de reflexões críticas que viabilizem, tanto a compreensão de que as experiências de opressão, silenciamento, vulnerabilidade física, psíquica e emocional sofridas pelos sujeitos em suas trajetórias nos territórios que se constroem na vida na e da rua, estão diretamente conectados aos seus pertencimentos identitários, frutos dos processos históricos de subjetivações racistas, quanto o entendimento de que, do mesmo modo, os paradigmas de cuidado em saúde se assentam, também, em ditames ligados aos mesmos processos de construção identitária pelas mesmas subjetivações. O que difere é exatamente a distinção dos lugares. Distinção que é elemento primário na produção e manutenção do racismo. Geralmente, quem opera o cuidado institucionalizado na saúde, não é o sujeito da experimentação de uma vida rebaixada pela miserabilidade imputada. Somos, enquanto agentes da produção do cuidado, capturados pelas representações sociais racistas que nos desacomodam na relação com as pessoas em situação de rua e nos despertam tensões, incômodos, curiosidade e fetiches (Campos, 2020).

O rosto da miséria, como já falado, precisa ser ressignificado e desvelado em sua natureza de produção e reprodução. Desde o Brasil colônia, passando pelo

império, pelas repúblicas, até os dias atuais, o que o Estado brasileiro produziu e vem reproduzindo (não sem resistências), são dispositivos legais que induziram a percepção da pobreza como uma ameaça à sociedade, porque era dela que vinham os criminosos. Produção que se assenta nas representações sociais cujos significantes estão simbolizados pelo ideal do homem branco, heterossexual, cisgênero, patriarcal e dono do capital. O rosto hegemônico! Aquele que impõe a distinção hierarquizada com quem não se parece com ele. A aporofobia/pobrefobia nada mais é do que fruto do processo histórico racista de criminalização da pobreza (Sodré, 2023).

A fobia à pobreza desvela a hierarquia racial pré-dada e que embota a possibilidade da produção em ato de um cuidado que rompa com a idealidade romantizada da superação radical da miséria material para se gerar vida e saúde. O ato de cuidar/ser cuidado efetivo se dá tão somente naquele plano, no qual o acontecimento do encontro se efetua numa dimensão política e ética, que se amplia em suas possibilidades de efetuação do cuidado, na medida em que imerge nesse subterrâneo invisível aos olhares não calibrados e, por isso, sujeitados aos processos de naturalização de certas realidades concretas.

Pensem sobre o medo e apreensão tão comumente experimentados em nossos cotidianos quando somos surpreendidos, durante o dia, mas sobretudo à noite, em lugar ermo, com um corpo de um homem negro em situação de rua. Não pensar e refletir sobre tais sentimentos é se render à captura por aquilo que os naturaliza. Esse medo branco não é natural ou instintivo, porém longe disso, forja-se numa construção sócio-histórica, na qual a sociedade e o Estado brasileiro, desde o final do século XIX, se fundam e se fortalecem.

Estruturas basilares, inicialmente influenciadas por um racismo científico que levou à ascensão das ideias eugênicas e higienistas naquele tempo. Uma ideologia que teve forte influência do saber médico, do cientificismo racista do século XVIII e que amparava o Estado e a sociedade de uma forma geral em sua empreitada de criminalizar a pobreza de um lado e a não criação de políticas públicas de assistência social de amparo voltadas para aqueles pobres, desde sempre negros, por outro. O nascedouro do racismo e da aporofobia, ambos indissociáveis em seus processos de produção e reprodução na máquina social ao longo da nossa história. Ambos os responsáveis pela criação desse medo que nos atravessa e que se retroalimenta no racismo. Esse outro não branco, reificado e coisificado na máscara da miséria material, transformado no que amedronta, do seu lugar abjeto, permanece sendo violentado e violado em seus direitos fundamentais, como o do cuidado efetivo em saúde.

Sem a devida atenção aos condicionantes históricos-raciais, sociais e culturais presentes na produção e reprodução da máscara miséria, como também daquela hegemônica petrificada como norma idealizada e elemento distintivo,

longe estamos, inclusive, de nos aproximarmos dos significantes que produzem essa pretensa idealidade, que deve ser objeto permanente de reflexão e crítica. Afinal, nela estamos fixados, meio que rendidos e despotencializados nas possibilidades de reconhecimento de como operamos nessa engrenagem da maquinaria social. Onde atuamos como cúmplices, conscientemente ou não. E como cuidar das marcas físicas, psíquicas e emocionais imputadas historicamente aos sujeitos preferenciais dessas violências cotidianas sem imergir nesse campo de conhecimento acadêmico e de si mesmo?

Tais apontamentos históricos são condições primárias à compreensão das forças de poder socialmente instituídas e consolidadas que nos atravessam constantemente nos nossos processos de subjetivação e socialização. E não há como apartar o papel de operador do cuidado de tais atravessamentos. Daí a urgência de trazermos essas considerações de maneira transversal em qualquer discussão sobre o processo de produção do cuidado em saúde, particularmente quando os objetos desse cuidado são os corpos historicamente alijados, no campo real e prático da vida, dos direitos fundamentais, incluindo o da saúde.

Desconstruir a máscara da miséria material a partir da confrontação de nossa própria. Aquela tão bem forjada e acomodada. Aquela que produz o rosto da idealidade normativa de poder. Assim, outros possíveis serão apresentados nos processos de produção de cuidado das pessoas que vivem na e da rua. Porque, em que pese os inegáveis flagelos físicos, psíquicos, emocionais e materiais que historicamente são imputados a essa gente, há também produção incessante e potente de diferenciadas maneiras de produzir e fruir a vida e, naturalmente, também a saúde.

O SUS e a Atenção Primária à Saúde (APS): Territórios de vida

“É!

*A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação”*
(Música É- Gonzaguinha)

A trajetória histórica dos cuidados em saúde do brasileiro pobre passa pela filantropia. Mais ainda pelo cunho filantrópico religioso. As pessoas eram atendidas pelas instituições e médicos filantropos. Paralelamente a isso, o Estado fazia algumas

ações de saúde diante de epidemias, como ações de vacinação e/ou de saneamento básico (Carvalho, 2003).

A partir de 1923, com a Lei Elói Chaves, a saúde dos trabalhadores vinculada à previdência passa a ser componente de um sistema para os trabalhadores. De início, as caixas de pensão, depois, os institutos e, finalmente, o grande instituto congregador de todos: o Instituto Nacional de Previdência Social- INPS. O marco foi a 3^a Conferência Nacional de Saúde no final de 1963 que coroava vários estudos para a criação de um sistema de saúde que contemplasse toda população (saúde direito de todos os cidadãos) e que se organizasse descentralizadamente (protagonismo do município). A ditadura militar iniciada em março de 1964 sepultou a proposta poucos meses depois (Carvalho, 2003).

O Sistema Público de Saúde hoje conquistado resultou de décadas de luta do movimento que se denominou Movimento da Reforma Sanitária. Foi instituído pela Constituição Federal (CF) de 1988 e consolidado pelas Leis 8.080 e 8.142 e denominado Sistema Único de Saúde (SUS). A conquista da democracia possibilitava uma atenção maior para a opinião pública e a mobilização e organização da população na defesa dos seus direitos. A compreensão da saúde enquanto um direito foi, paulatinamente, capitalizada na população que passava a cobrar a sua garantia e a melhoria dos serviços prestados. Dessa forma, estava lançado o projeto da Reforma Sanitária Brasileira, legitimado e sistematizado na 8^a CNS e posteriormente formalizado na Assembleia Constituinte (Paim, 2008).

As décadas recentes testemunharam o desenvolvimento e adensamento da Atenção Primária à Saúde (APS) como política social estratégica, especialmente a partir da expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), que contribui para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas traduzidas em disparidades nas condições de vida e de saúde de populações (Brasil, 2017).

Como Política Nacional, apóia a organização sistêmica do SUS em resposta às diversas necessidades de saúde das populações. Ao tratar do papel do território na produção e reprodução social explicitam suas múltiplas dimensões (política, econômica, cultural, subjetiva) e os contextos de uso para o trabalho em saúde, em especial na APS para estruturação das práticas de saúde e fortalecimento da cidadania (Brasil, 2017). Partem do conceito ampliado de saúde, da organização das redes de atenção à saúde e do acesso a serviços e a cuidados à saúde no âmbito da APS abrangente. O trabalho da APS é o espaço das práticas de cuidado como esferas da vida cotidiana e seus atributos absorvidos pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), que evidenciam um conjunto diversificado e indissociável de ações e sujeitos no trabalho de base territorial.

Os desafios da APS nos contextos de vulnerabilidade social, especialmente no que tange às populações em situação de rua, aportam experiências de vida nas

grandes cidades e a constituição de movimentos sociais específicos que levaram a uma política nacional de saúde. O Consultório na Rua, assumido como dispositivo de atenção associado à ESF, exige o diálogo com outras políticas sociais (Gondim 2018)

O fortalecimento do modelo de Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil. se relaciona com alguns importantes marcos nacionais e internacionais, como o registro constitucional de “direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988; 2017) e no registro da inclusão social com base na noção de “saúde para todos” inscrita em agendas globais como a de Alma-Ata (OMS, 1978). Entretanto, problematiza-se o alcance desses pressupostos diante de contextos marcados por desigualdades sociais extremas, nos quais para uma considerável parcela da população o acesso a bens e serviços é quase inexistente, tendo como exemplo de situação-limite as pessoas em situação de rua.

A inclusão formal dessa população, nos termos de uma política de envergadura nacional no âmbito da atenção à saúde, ocorre com a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2011 que institui o Consultório na Rua (Cnr) como dispositivo de atenção à saúde (Brasil, 2009). Traz por pressuposto que o enfrentamento de situações complexas reconhecidamente extrapola os limites do campo da saúde *stricto sensu*. Populações excluídas do processo de geração de riquezas e da consequente distribuição dos seus produtos se valem de acessos precários a mecanismos públicos de inclusão, muitos desses operados em matizes de caridade, dominação e subalternização (Bursztyn, 2003).

As diretrizes de APS assumidas pela PNAB, especialmente operadas por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), tendem a ancorar-se em noções como território, família e domicílio, retratadas em atributos que a modelam operacional e politicamente (Giovanella & Mendonça, 2008). Entretanto, a vulnerabilidade de pessoas em situação de rua implica a discussão acerca dos aportes metodológico-assistenciais que possam dar conta da especificidade e dos desafios impostos pelo estar na rua, como resultante de processos de diversas perspectivas.

As práticas de saúde em espaços públicos devem ser entendidas como potência de atributos modelares da APS, como a noção de atenção integral e de longitudinalidade do cuidado. Assim, entende-se o estar na rua como pressuposto político, econômico e social, perspectivando uma miríade de vulnerabilidades que implicam agenciamentos também complexos, de múltiplas naturezas, contextos e atores (Chagas, 2015).

Importante dizer que essa mudança altera a forma de conceber as práticas de saúde, com revisão das bases normativas de programas e ações antes restritas àquela noção de risco, na medida em que insere questões do contexto, da subalternização e discriminação de sujeitos, das diferentes formas de viver.

Os aparatos da saúde no Brasil operam por dispositivos biopolíticos diferenciados, a depender de certa cartografia social. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política universal, vis à vis aos fatores históricos, políticos, infraestruturais e financeiros, tem implicado uma delimitação socioeconômica e territorial de algumas políticas de saúde, em especial da Atenção Primária. A ESF, como dispositivo privilegiado de implantação da política da APS, em termos políticos e conceituais, engloba a totalidade da população brasileira. Contudo, políticas de saúde pública são organizadas em prioridades, com base em metodologias de planejamento em saúde fundadas em problemas prevalentes, que informam seu desenho e matriz de implantação

Consultório na Rua no Brasil e em Juiz de Fora (MG)

“Rua, do latim ruga, sulco. Espaço entre as casas e as povoações por onde se anda e se passeia. Os dicionários só são considerados fontes fáceis de saber pelos o que nunca o folhearam. Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias, manuseei infólios especiais de curiosidades. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações...”

“Ora, a rua é mais que isso, a rua tem alma, que pulsa sem cessar... Sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Onde há suor e lágrimas humanas na argamassa de seu calçamento. Aqueles que por elas vivem não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante de seus olhos uma rua abre para a outra... Onde morre o grande caminho começa a rua, e por isso ela está para a grande cidade como a estrada está para o mundo(...)”

(A Alma Encantadora das Rua – Livro de João do Rio)

A proposta dos Consultórios DE Rua implantada a partir de 2009 foi baseada inicialmente na experiência criada em 1999 na cidade de Salvador-BA, por Antônio Nery Filho. A proposta, em sua primeira versão se constituiu como uma modalidade de atendimento extramuros dirigida aos usuários de drogas que viviam em condições de maior vulnerabilidade social e distanciados da rede socioassistencial. (Abreu & Oliveira, 2021)

A partir de 2011, com a Portaria nº 3088/2011 do Ministério da Saúde- MS que institui a Rede de Atenção Psicossocial- RAPS, bem como descrito na nova Política Nacional de Atenção Básica instituída pela Portaria nº 2.488/2011, os Consultórios de Rua (CR) passam a ser chamados de Consultório na Rua (CnR). A partir desse momento, as equipes do CnR deixam de ser responsabilidade da área técnica de

Saúde Mental e passam a compor as ações do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde- DAB/MS. Tal transição alterou o escopo das ações, anteriormente focadas na saúde mental e nos cuidados relacionados ao uso e abuso de drogas (Abreu & Oliveira, 2021) e amplia seus limites numa lógica de atenção integral à saúde, considerando-a em seu conceito ampliado.

A Estratégia Consultório na Rua assume que a produção do cuidado em saúde das pessoas em situação de rua precisa estar assentada nas diretrizes e normativas da APS, traduzidas nos processos de trabalho da ESF. Assim, supera-se a lógica que restringia o cuidado desse segmento populacional nos limites estreitos da saúde mental e da dependência de álcool e outras drogas.

No município de Juiz de Fora- MG, tal estratégica é executada por servidores públicos municipais de carreira e faz parte do organograma da Secretaria Municipal de Saúde, estando vinculada à Subsecretaria de Atenção à Saúde. Tal conformação existe desde o ano de 2018, época em que a prefeitura de Juiz de Fora tomou a decisão política de retirar do terceiro setor a gestão direta da estratégia CnR. Assim, houve um inegável fortalecimento, não apenas no que se refere às possibilidades de execução das ações em saúde específicas para as pessoas em situação de rua, mas sobretudo no que tange ao enfrentamento dos atravessamentos políticos e conjunturais que tendiam a vulnerabilizar tal estratégia, a despeito do fato dela estar amparada na Política Nacional de Atenção Básica à Saúde (PNAB).

A transição brevemente já descrita viabilizada pela PNAB 2011, de Consultório DE Rua para Consultório NA Rua possibilita a ampliação do olhar e do cuidado frente a tais populações que tem a rua como território de vida, de forma a garantir que ofertas de cuidado estejam para além daquelas ofertadas no campo da saúde mental garantindo assim a integralidade do cuidado alinhada aos princípios basilares da Atenção Primária em Saúde e sua carteira de serviços.

A saúde mental passa a ser entendida como uma de suas linhas de cuidado, em uma ética que por vezes suprime o uso de drogas, sem o desconsiderar, para olhar para os demais aspectos que atravessam o processo saúde-doença e atuar frente a eles no campo assistencial visando o máximo de resolutividade. Dessa forma, a eCnR a partir das disputas de narrativas nos campos políticos em que circula junto às realidades existenciais do povo da rua promove o enfrentamento dos determinantes sociais de saúde. Os atravessamentos políticos, sociais, culturais, raciais, de gênero e de classe precisam ser pensados criticamente para que efetivamente esse processo de trabalho possa ser traduzido em uma produção efetiva de cuidado, centrado no conceito ampliado de saúde e na construção de sujeitos políticos autônomos.

O processo de trabalho da eCnR, é tão vivo quanto os territórios nos quais se atua, territórios entendidos como territórios de vida. O território concreto no

qual a vida transcorre e se produz em sua diversidade e em suas possibilidades de resistência aos atravessamentos acima expostos. Tal concepção contribui, tanto para entender como as pessoas da rua adoecem bem como podem criar possibilidades de saúde, quanto para identificar formas de organizar ações e serviços no enfrentamento aos problemas e às necessidades desta população

Por se efetuar na relação de encontro com vidas destituídas de possibilidades de fruição da saúde em seus territórios de construção existencial, a produção do cuidado que daí nasce está para além do que pode ser mensurado. Entretanto, é a partir da métrica dos dados epidemiológicos e de informação em saúde que se assentam a avaliação de efetividade e resolutividade da política de saúde.

Nesse sentido, é importante destacar que o processo de trabalho da eCnR se organiza a partir de uma Agenda Programática alinhada à portaria do Plano Diretor da Atenção Primária do Município de Juiz de Fora – PDAPS (2014), cujos parâmetros de prevalência de determinados agravos em saúde para a população geral, de certo não se aplicam às pessoas em situação de rua.

Um exemplo é o parâmetro utilizado para se estimar a porcentagem da População geral usuária de drogas em um território sanitário. Na população geral, esse parâmetro é de 12% e, desses, 6% fazem um uso prejudicial. Realidade outra é a observado na população em situação de rua, que apresenta uma prevalência muito maior no uso prejudicial de drogas. Outro exemplo são os parâmetros utilizados para estimar o número de portadores da tuberculose. Na população geral estima-se que 1% seja sintomática respiratória e desse, 4% apresentam tuberculose pulmonar. Sabidamente nas populações em situação de rua essa prevalência também é mais expressiva que na população geral. E o mesmo pode ser pensado com relação a outras condições de saúde. Uma Programação Local de Saúde que possibilite melhor mensurar a cobertura do atendimento, no que se refere a prevalência de determinados agravos, exige a construção de parâmetros que considerem as especificidades dessa população. Isso é, portanto, um desafio e um horizonte.

De toda forma, essa Agenda Programática se traduz no cotidiano de trabalho da Equipe em uma Agenda Semanal Padrão que se organiza tanto por pontos territoriais quanto por linhas de cuidado, fundamentando-se na lógica da integridade do cuidado nas suas dimensões de prevenção e investigação diagnóstica de doenças, tratamento e promoção de saúde. Assim, consideram-se os principais agravos em saúde pública, entre eles as doenças crônicas como a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Méllitus (DM), determinadas condições de saúde como a tuberculose (TB), as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), doenças relacionadas à Saúde Mental. Além disso, promove-se o cuidado à saúde da mulher com Pré-Natal, orientação quanto aos direitos reprodutivos e preventivo

do câncer de colo uterino. Há, também, oferta de vacinação do calendário vacinal adulto, curativos, coleta de materiais biológicos e tantos outros procedimentos comuns no cotidiano de trabalho de APS. Todos realizados por equipe multiprofissional em suas atribuições específicas: médico, enfermeira, assistente social e técnicos de enfermagem.

Tal agenda prevê, ainda, dentro da organização semanal, a articulação com a assistência farmacêutica, com a saúde bucal e com o nível secundário de atenção à saúde, com a garantia do agendamento das consultas e exames especializados. Esses cuidados são oferecidos na unidade da eCnR tanto por agenda programada quanto por demanda espontânea, nos equipamentos socioassistenciais e nas ruas, conforme agenda padrão mencionada, sempre em busca de manter aquecido o vínculo que possibilite um cuidado longitudinal.

Muitas potências compõem essa agenda, num processo de trabalho que se configura de forma multiprofissional e intersetorial a partir de uma lógica de equipe ampliada (embora não seja de fato), visto que há uma relação próxima com os trabalhadores da assistência social e com os diversos equipamentos socioassistenciais. Tal fato evidencia o quanto o conceito de integralidade em saúde só se aproxima de sua efetuação no campo prático do cuidado a partir da composição de múltiplos saberes e fazeres intersetoriais e multiprofissionais. Assim, a agenda da eCnR precisa ter uma dimensão política, intersetorial e clínico-assistencial que sustente, inclusive, os tensionamentos inter secretariais na defesa da garantia de direitos dessas populações que vivem nas ruas. O cuidado como ato político de promoção da vida em direito.

Painel do perfil dos atendimentos da equipe Consultório na Rua em Juiz de Fora

Traremos um resumo dos principais atendimentos realizados pela eCnR/JF no ano de 2022¹⁶. Neste ano a equipe totalizou 3692 atendimentos individuais¹⁷, sendo 75,2% do sexo masculino e 24,8% sendo do sexo feminino e a faixa etária mais atendida foi a de 30 a 44 anos (Tabela 1)

16 Os dados apresentados são oriundos dos sistemas da estratégia eSUS AB. Disponível em SISAB com dados públicos até nível municipal e na área restrita a partir do portal e-Gestor AB, com nível de visualização até nível equipe.

17 Atendimentos individuais se referem àqueles realizados pelos profissionais de nível superior (médico, enfermeira e assistente social)

Tabela 1- Perfil da população atendida pela eCnR/JF no ano de 2022- N= 3692

		n	%
Sexo	M	2777	75,2
	F	915	24,8
Faixa etária	15 a 29	250	6,8
	30 a 44	1582	42,8
	45 a 59	1398	37,9
	> 60	462	12,5

Fonte: eSUS/AB, 2023

Em relação as condições de saúde, utilizamos o CIAP2 – Sistema de Classificação Internacional de Atenção Primária – Segunda Edição – que é uma ferramenta de classificação das questões relacionadas às pessoas e não a doenças. Possibilita classificar problemas diagnosticados pelos profissionais de saúde, bem como os motivos da consulta e as respostas propostas pela equipe. E, permite conhecer melhor a demanda dos usuários, pois através dos seus relatórios pode-se verificar quais os principais problemas e/ou condições atendidos pela equipe de saúde. Está organizada em 17 capítulos e estes fazem referência aos sistemas orgânicos (por exemplo, capítulo dos olhos, músculo-esquelético, circulatório, etc.) além de incluir um capítulo geral e outro de problemas sociais (Wonca, 2009).

As condições de saúde/problemas mais atendidas no ano de 2022 pela eCnR/JF foram: geral e inespecífico (16%), psicológico (13%), usuário de outras drogas (9,9%), saúde mental (8,7%), usuários de álcool (8,5%) e respiratório (6,6%) (Tabela 2).

Tabela 2- Condições de saúde atendidas pela eCnR/JF no ano de 2022

		n	%
Condições de Saúde	TB	26	0,7
	IST	17	0,5
	Asma	1	0
	DM	61	1,7
	HAS	109	3
	Obesidade	2	0,1
	Pré-natal	7	0,2
	Reabilitação	20	0,5
	Saúde mental	323	8,7
	Saúde sexual e reprodutiva	42	1,1
Outros CIAP	Tabagismo	7	0,2
	Usuário de álcool	312	8,5
	Usuário de outras drogas	367	9,9
	Geral e inespecífico	573	16
	Sangue, Sistema hematopoético, linfático e baço	8	0,2
	Digestivo	126	3,4
	Olho	13	0,4
	Ouvido	18	0,5
	Circulatório	113	3,1
	Músculo esquelético	206	5,6
	Neurológico	70	1,9
	Psicológico	479	13
	Respiratório	243	6,6
	Pele	171	4,6
	Endócrino/Metabólico e nutricional	52	1,4
	Urinário	57	1,5
	Gravidez, parto e planejamento familiar	57	1,5
	Genital feminino	46	1,2
	Genital masculino	32	0,9
	Problema sociais	134	3,6
Total		3692	100

Fonte: eSUS/AB, 2023

Em 2022 foram realizados 1845 procedimentos¹⁸, sendo os mais frequentes a aferição de pressão arterial (56,75%) e a coleta de sangue para exame laboratorial (26,72%) (Tabela 3). Tabela 3: Total de procedimentos realizados pela eCnR/JF no ano de 2022.

Em 2022 foram realizados 1845 procedimentos , sendo os mais frequentes a aferição de pressão arterial (56,75%) e a coleta de sangue para exame laboratorial (26,72%) (Tabela 3).

Tabela 3- Total de procedimentos realizados pela eCnR/JF no ano de 2022

	n	%
Coleta de citopatológico de colo uterino	16	0,87
Curativo	64	3,47
Eletrocardiograma	12	0,65
Retirada de ponto	8	0,43
Administração de medicamento	70	3,79
Glicemia capilar	67	3,63
Teste rapido COVID	35	1,90
Aferição de pressão arterial	1047	56,75
Aferição de temperatura	33	1,79
Coleta de sangue para exame laboratorial	493	26,72
Total	1845	100

Fonte: eSUS/AB, 2023

Uma conversa a se continuar

Continuemos sempre essa conversa na primeira pessoa do plural, porque ela é urgente e necessita de muitas vozes para que as pessoas em situação de rua tenham o direito a uma produção do cuidado na perspectiva do conceito de saúde ampliada. Saúde resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acessos a serviços de saúde. Conceito que não cabe tão somente no campo biomédico e se consolida em tantas áreas de saberes e práticas. Conceito grifado na lei a partir de reivindicações históricas do movimento de reforma sanitária brasileira da década de 1970 tão significativos para os avanços alcançados na saúde pública brasileira.

18 Procedimentos são aqueles realizados pelos profissionais de nível médio (dois técnicos de enfermagem).

O Relatório Final da 8^aConferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 marca historicamente o entendimento de que os avanços no Sistema Público de Saúde não passam apenas por mudanças administrativas e de financiamento, mas sim pela ampliação do conceito de saúde.

A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento do seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas. Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e acesso universal e igualitário às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade (Ministério da Saúde, 1986, p.4).

Individualidade compreendida como direito pleno à vida! Porque os atributos que nos constituem enquanto indivíduos nos processos sócio-históricos de subjetivação e socialização são aqueles que, também, produziram e continuam produzindo distinções e, a partir delas, violências e violações de direitos. Garantia do direito do “desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade” depende de uma disposição política de enfrentamento concreto a todas as formas seculares de distinção e opressão.

Portanto, para falar de cuidado em saúde do povo da rua, sobretudo em consonância com os preceitos do SUS e com a Política Nacional de Atenção Básica, exige-se não apenas o conhecimento e compreensão do que aqui propomos como questões essenciais no “início da conversa”, mas uma produção desejante que ouse buscar outras formas de se pensar e fazer o cuidado em saúde, tendo sempre como liame a análise acurada dos condicionantes culturais, raciais, de gênero e orientação sexual e de classe a que todos estamos subsumidos e que determinam a forma individual e coletiva de direito à fruição da saúde e da vida.

O Consultório na Rua, enquanto uma estratégia política de cuidado em saúde para pessoas em situação de rua, deve se ancorar na execução das práticas sanitárias previstas dentro das diretrizes da APS e ter o compromisso precípua de agregar às suas ações cotidianas de trabalho, outras que possam fortalecer-lo enquanto importante indutor de equidade, visto ser instrumento público que traz a materialidade do SUS enquanto política social, a partir da efetuação do trabalho cotidiano em saúde não dissociado da luta de promoção e garantia de direitos das pessoas que vivem na e da rua.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: MS; 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatricesConsolidacao/comum/250584.html>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório Final da 8 Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: MS; Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf. Acesso em 04 jun. 2023
- BRASIL. Juiz de Fora, Minas Gerais. *Plano Diretor Participativo. Análise Física e Socioeconômica*. Juiz de Fora, Minas Gerais. 2014. Disponível em: <http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/pddu/index.htm>. Acesso em: 31 maio. 2023.
- BRASIL. *Decreto Presidencial nº 7.053, de 23/12/2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. DOU, Brasília/DF, S1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 05 jun. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 05 jun. 2023.
- BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. R. *The color of death: causes of death according to race in the State of São Paulo, 1999 to 2001*. Revista de Saúde Pública, v. 38, n. 5, p. 630–636, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-8910200400050003&script=sci_arttext&tlang=en>. Acesso em: 27 mai. 2023
- BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CAMPOS, M.S. *Hoje é dia de branco: a branquitude de médicos de família de Juiz de Fora/MG e a equidade racial no cuidado em saúde*. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2020.

CARVALHO, G. *A Saúde Pública no Brasil*. Revista Estudos Avançados USP, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HpvKjNs8GhnMXzgGDP7zzR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CHAGAS, D. N. P. *A vida nas ruas: contribuições para o cuidado de enfermagem*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015, 146p. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pgenfermagem//files/2010/05/Disserta%c3%a7%c3%a3o-Denicy-de-Nazar%c3%a9-Pereira-Chagas.pdf> Acesso em: 31 maio. 2023.

DAVID, Mario. *O papel dos afectos no funcionamento do aparelho mental*. Vínculo, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-15, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902008000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 14 jun. 2023.

OLIVEIRA, D.A.W.F. *De consultório de rua para consultório na rua: a percepção de profissionais e gestores sobre o processo de transição*. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Florianópolis. 2021. Disponível em <file:///C:/Users/Paula/Downloads/80482-Texto%20do%20Artigo-316258-3-10-20211210.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FREITAS, R. M. *População em situação de rua e as respostas do Estado nas tramas da cidade capitalista*. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 22, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625764793019/625764793019.pdf> Acesso em: 31 maio. 2023.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M. *Determinantes sociais da saúde: o “social” em questão*. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1173-1182, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401173>. Acesso em: 11 mai. 2023.

GONDIM, R. *Atenção Primária a Saúde e populações vulnerabilizadas: potencialidades e contradições da atenção a saúde de pessoas em situação de rua*. In: MENDONÇA, M.H.M., MATTA, G.C., GONDIM, R. and GIOVANELLA, L., orgs. *Atenção primária a saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa*. Fiocruz, 2018.

HORTA, T. C. et al. *Plano Diretor da Atenção Primária em Saúde: Projeto de Implantação*. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2014.

MERHY, E. E. *O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Ver-SUS Brasil: caderno de textos. Brasília: Ministério da Saúde, p.108- 137, 2004.

MERHY, E.E. *Gestão da produção do cuidado e clínica do corpo sem órgãos: novos componentes dos processos de produção do cuidado em saúde*. Desafios para os modos de produzir o cuidado centrado nas atuais profissões. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Saúde da Comunidade. Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/artigos-25.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023.

MELO, K. F.; KOCH BARBOSA, V. *Criminalização da pobreza no Brasil em perspectiva histórica*. Revista da Defensoria Pública da União, n. 18, p. 73-88, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/604>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MERHY, E.E. *Gestão da produção do cuidado e clínica do corpo sem órgãos: novos componentes dos processos de produção do cuidado em saúde*. Desafios para os modos de produzir o cuidado centrado nas atuais profissões. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Saúde da Comunidade. Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/artigos-25.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023.

PAIM, JS: Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e critica.Fiocruz,2008. Disponivel em:<https://static.scielo.org/scielobooks/4ndgv/pdf/paim-9788575413593.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Trad. Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Graal,1980.

SERAFINO, I; LUZ, L.C.X. *Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/QnBZpPSkC6Zwv6YD6nnTdcq/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun.2023.

SODRÉ, M. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WONKA. World Organization of National Colleges, Academies, and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. *Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP 2)* / Elaborada pelo Comitê Internacional de Classificação da WONCA (Associações Nacionais, Academias e Associações Acadêmicas de Clínicos Gerais/Médicos de Família, mais conhecida como Organização Mundial de Médicos de Família); Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição, Gustavo Diniz Ferreira Gusso. – 2. ed. – Florianópolis: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2009.

PARTE II

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A PARTICULARIDADE DE JUIZ DE FORA (MG)

Capítulo 5

Metodologia de pesquisa com população em situação de rua: notas sobre o Censo e diagnóstico de Juiz de Fora - MG

Luiz Cláudio Ribeiro

Gabriel Martins Silva

Natália Brugilo Marcos

Introdução

Neste capítulo, é apresentado o processo de construção dos instrumentos de coleta dos dados, a fim de se atingir aos objetivos propostos pelo projeto. São discutidas a realização de pré-teste e a definição das rotas que foram seguidas pelos entrevistadores. Também são apresentadas as estratégias para localização de toda a população em situação de rua e o método para seleção da amostra, à qual se aplicou o questionário ampliado para diagnóstico dessa população. Em seguida, é discutida a forma de elaboração e digitação do banco de dados e a verificação de sua correção e consistência. Por fim, são apresentadas as técnicas de análise dos dados.

Instrumentos

A metodologia de pesquisa do censo e diagnóstico da população em situação de rua (PSR) do município de Juiz de Fora foi dividida em três etapas, a saber: adaptação dos instrumentos, metodologia de coleta e análise dos dados. A união dessas três etapas ao final do processo teve como finalidade atingir o objetivo geral da pesquisa: quantificar e investigar as características socioeconômicas e demográficas das pessoas adultas em situação de rua em Juiz de Fora, buscando adquirir informações genéricas e específicas sobre essa população. Tendo em vista que o escopo deste capítulo visa detalhar o processo de análise de dados, optou-se por particularizar os objetivos específicos de acordo com o nível dessa análise (cf. Pereira *et al.*, 2023).

Com o propósito de atingir o objetivo geral, sete objetivos específicos guiaram a pesquisa: (1) estimar o número de pessoas em situação de rua em Juiz

de fora e identificar as principais características dessa população na cidade; (2) compreender o trajeto dos indivíduos até chegar às ruas; (3) investigar a forma que o indivíduo usa e percebe os serviços disponibilizados pela rede pública e também avaliar o acesso desse indivíduo aos serviços; (4) identificar quais estratégias o indivíduo adota no cotidiano para obter renda; (5) investigar o estado de saúde dessa população, principalmente no que se refere às doenças mais prevalentes, investigar a prevalência do uso de álcool e outras drogas e formas de violência sofrida; (6) investigar o nível de escolaridade dessa população; e (7) compreender o que o indivíduo percebe como necessário para sair da situação de rua (cf. PEREIRA *et al.*, 2023).

Este capítulo tem como enfoque detalhar os procedimentos necessários para se atingir os objetivos específicos e suas articulações com a análise dos dados obtidos. Para esse propósito, intenciona-se explicitar de maneira minuciosa cada objetivo e cada etapa do processo de análise de dados, elencando os desafios metodológicos e estatísticos típicos da análise de dados provenientes de estudos com a PSR. A análise dos objetivos será realizada pela elucidação dos fundamentos teóricos dos instrumentos.

Para atingir os objetivos da pesquisa, dois instrumentos foram utilizados: questionário de censo e questionário de diagnóstico. As informações sobre as condições sociodemográficas mais gerais foram obtidas por meio do primeiro instrumento, ao passo que as informações abrangentes foram obtidas por meio do segundo. O primeiro instrumento, aplicado à totalidade da população em situação de rua (censo), busca contabilizar e adquirir informações genéricas sobre a população, por isso sua aplicação consiste na contabilidade direta do maior número possível de pessoas pertencentes à PSR. Idealmente, objetiva-se entrevistar a totalidade das pessoas em situação de rua. Dada a grande flutuação dessa população no espaço territorial do município ao longo do dia, estratégicas metodológicas foram adaptadas para se atingir o objetivo e contabilizar toda a PSR. O segundo instrumento visa captar informações específicas de uma amostra dessa população, a fim de realizar o diagnóstico da PSR. Ambos os instrumentos são constituídos quase que totalmente por perguntas fechadas, salvo alguns questionamentos em particular, como, por exemplo, atividades exercidas.

Ambos os instrumentos são iniciados com o bloco 0, *Controle de Entrevista*, que permite o registro da data e hora em que a abordagem foi realizada, o código do setor, para a localização da rota, logradouro, e a pergunta filtro “Nos últimos sete dias, você dormiu pelo menos um dia nas ruas? Essa pergunta serve como critério para inclusão dos indivíduos no estudo. Além disso, no final dos instrumentos há o questionário de observação, utilizado para quantificar as pessoas que, por algum motivo não responderam ao questionário, mas eram identifica-

das como em situação de rua. Nessas situações o entrevistador deveria anotar as condições de realização do trabalho e a justificativa para a não aplicação do questionário. Todos os indivíduos identificados como em situação de rua mas cujos dados por algum motivo não puderam ser informados, foram quantificados pelo questionário de observação.

O instrumento de censo, por intencionar atingir apenas o primeiro objetivo específico, contém uma estrutura de rápida aplicabilidade, poucas perguntas e busca alcançar a totalidade das pessoas dentro do espaço de tempo da pesquisa, tornando-o mais breve e com maior possibilidade de adesão pelo público. Nele, há perguntas de identificação do indivíduo, como cor, raça, situação dos documentos, gênero, breve trajeto e breves informações sobre a relação do indivíduo com a família, além de investigar se estar na rua é um processo que atinge apenas o indivíduo ou se estende para sua família.

Com o instrumento de diagnóstico buscou-se alcançar os sete objetivos específicos mencionados anteriormente, o que o torna um instrumento com maior quantidade de questões, perguntas mais complexas, maior tempo para aplicação e, eventualmente, menor adesão pelo público. Contudo, suas questões fornecem uma ampla variedade de informações que possibilitam o diagnóstico da PSR com bastante precisão. Este instrumento é dividido em nove blocos de perguntas: Identificação, Trajetória, Serviços, Trabalho e Renda, Saúde, Uso de Drogas, Violência, Educação, e Auto-Percepção. Vale ressaltar que esse questionário foi aplicado a uma amostra sistemática da PSR. A cada quatro pessoas elegíveis era aplicado o questionário para o diagnóstico. Às demais, o questionário básico do censo. Importante salientar que os instrumentos de coleta foram baseados em questionários desenvolvidos para outros estudos demográficos sobre a PSR, como os do Rio de Janeiro (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2022), São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2021) e Belo Horizonte (Garcia *et al*, 2014), e também na pesquisa *Aprendendo a contar*, do Ministério do Desenvolvimento Social, de 2009 (Brasil, 2009) e do *Diagnóstico da população de rua de Juiz de Fora de 2016* (Prefeitura de Juiz de Fora 2016). As questões foram adaptadas à realidade atual de Juiz de Fora, levando em conta as especificidades territoriais e populacionais da cidade. Além dessa adaptação, foram inseridas perguntas que pudessem captar da melhor maneira possível as informações necessárias às especificidades deste estudo.

Considerando que o bloco de *Identificação* também constitui as questões do censo que sua estrutura foi explanada anteriormente, neste capítulo, a explicação a seguir versa sobre o instrumento de diagnóstico e será iniciada a partir do segundo bloco.

O bloco de *Trajetória* é estruturado sobre perguntas que investigam onde o indivíduo estava antes de viver em Juiz de Fora, o local de nascimento (cidade de MG, outro estado ou outro país); condição de moradia antes de ir para as ruas; frequência em que o indivíduo dorme nas ruas; frequência em que o indivíduo dorme em outros lugares que não sejam as ruas; relação entre pandemia e situação de rua; os motivos que levaram o indivíduo à situação de rua; e possibilidade de moradia fora das ruas. As perguntas sobre o itinerário do indivíduo e o local de nascimento permitem traçar, de maneira aproximada, o fluxo da PSR de outras cidades/estados para JF. Esses dados são úteis para elaborar, por exemplo, políticas públicas voltadas para imigrantes.

Dados provenientes de perguntas sobre moradia anterior à pessoa estar em situação de rua, frequência de estadia nas ruas e fora delas no período noturno e relação pandemia-situação de rua, possibilitam o entendimento sobre as origens do indivíduo (instituição ou domicílio próprio), tal como o impacto da pandemia nesse processo, e se adota estratégias para não dormir nas ruas. Questões sobre as motivações e possibilidade de moradia fora das ruas visam mapear brevemente a dimensão subjetiva, investigando a história de vida do indivíduo e situando-o em um contexto social mais amplo. Vale destacar que este bloco visa elaborar um panorama sistemático sobre a história do indivíduo, relacionando o espaço, tempo e aspectos subjetivos.

O terceiro bloco, *Serviços*, busca compreender a relação entre o indivíduo em situação de rua com os serviços disponibilizados pelo poder público. Como os abrigos e unidades de acolhimento são os serviços comumente utilizados por essa população, há maior enfoque sobre eles. Esta parte do instrumento contem perguntas sobre a utilização, ou não, dos abrigos e unidades de acolhimento; a dificuldade de encontrar vagas nessas instituições; os problemas encontrados nessas instituições que atrapalham sua utilização; o acesso às equipes do serviço público, como o CRAS, CREAS e Consultório na Rua; e a opinião do PSR sobre qual serviço a PJF deveria fornecer. Dados advindos desses questionamentos explicitam quais são os principais problemas que dificultam a adesão a esses serviços. Perguntas sobre o acesso aos serviços públicos permitem a reflexão sobre a naturalização da invisibilidade da PSR perante o poder público.

A quarta parte do instrumento, *Trabalho e Renda*, visa analisar a condição de trabalho do indivíduo, verificando se trabalhava antes da situação de rua e qual atividade exercia, e como o mesmo faz para obter renda na situação de rua: quais atividades laborais exerce no cotidiano e quais auxílios consegue obter. Este bloco permite aos pesquisadores compreender qual atividade de trabalho é realizada com maior frequência, condições de desemprego anterior à situação de rua, e também

a condição de invisibilidade da PSR em relação aos auxílios assistenciais e outros benefícios que poderiam obter.

O bloco de *Saúde* é constituído por perguntas que possam esclarecer a condição de saúde da PSR. Nele, há perguntas que rastreiam as principais doenças que acometem essa população, o acesso aos tratamentos para tais doenças, medicamentos prescritos e aos serviços de saúde, e também casos de gravidez. A questão da invisibilidade em relação aos serviços públicos também é analisada, uma vez que o acesso à saúde é um desafio para a PSR. Este bloco também permite rastrear transtornos por uso de substâncias e questões de saúde mental.

O sexto bloco, *Uso de Drogas*, visa identificar as principais substâncias consumidas pela PSR, situando o uso de tais substâncias dentro dos recortes temporais: trinta dias e sete dias. O primeiro recorte objetivou apenas a identificação das drogas consumidas, enquanto o segundo a continuidade de uso. A justificativa da utilização dos dois recortes temporais consiste na seguinte investigação sobre o padrão de uso: se um indivíduo usou nos últimos trinta dias mas não nos últimos sete, as chances de dependência por uso de substâncias não são tão altas quanto as do indivíduo que usou a substância no último mês e na última semana.

As motivações que levaram o indivíduo a consumir as substâncias e a continuar consumindo também foram investigadas, o que permite relacionar o uso de drogas com a história de vida do indivíduo. Similarmente ao bloco de trajetória, este bloco detém em algumas questões a dimensão subjetiva do uso, permitindo traçar o perfil do indivíduo de forma mais precisa.

A *escolaridade* foi investigada no bloco sete, constituído por questões sobre letramento e educação formal do indivíduo. Aqui, é possível compreender o nível de instrução da PSR, e correlacioná-lo com outros fatores tais como trabalho e renda, consumo de substâncias psicoativas, acesso a bens e serviços etc.

O penúltimo bloco, *Violência*, contém perguntas que buscam investigar as formas de violência que o indivíduo sofre no cotidiano e presencia outros na mesma situação sofrerem. Dentre as formas de violência estudadas, elenca-se: violência psicológica, como xingamento e humilhação; violência física, como tiro, facada e espancamento; violência sexual, como abuso sexual; violência social, jogar fora os pertences e ser retirado da rua à força; e roubo ou furto.

Após categorizar as formas de violência sofridas e presenciadas, investiga-se os autores das violências, como agentes do poder público, cidadãos comuns, representantes do setor privado, outras pessoas em situação de rua e traficantes. Além disso, foi investigado se as violências sofridas ou presenciadas ocorreram no município de Juiz de Fora. Este bloco permite identificar quem pratica violência contra essa população e qual a natureza da violência praticada. Dados provenientes

dessas questões permitem associar a violência com outros fatores, tais como raça, uso de drogas e tempo de rua, dentre outros.

Por fim, o bloco de *Auto-Percepção* contém uma pergunta sobre a percepção do indivíduo do recurso que lhe é necessário para sair da situação de rua, caso seja da sua vontade. A partir das respostas, é possível planejar políticas públicas para auxiliar a população nesse processo

Pré-teste

Antes de iniciar a coleta de dados, foi feito um estudo piloto com o objetivo de testar a consistência dos questionários e também de obter informações sobre a forma de abordagem das pessoas em situação de rua e a partir dessas informações, realizar as últimas adaptações dos instrumentos. O estudo piloto também permitiu verificar o tempo médio de aplicação dos questionários e, com isso, aprimorar o planejamento da coleta dos dados.

Com a aplicação do pré-teste foi possível confirmar que o período mais adequado para coleta dos dados seria o noturno, uma vez que é neste período que as pessoas em situação de rua são mais acessíveis às entrevistas.

Rotas para coleta dos dados

Com o objetivo de planejar, otimizar o trabalho de coleta e potencializar a chance de se localizar as pessoas em situação de rua, foram estabelecidas rotas a serem seguidas pelos aplicadores do questionário. Tais rotas foram definidas com base em informações fornecidas pela equipe de abordagem social da PJF e em indicação de locais de grande concentração territorial dessa população, mapeados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. As informações se referiam, basicamente, a pontos mais prováveis de localização de pessoas em situação de rua, endereços dos abrigos e albergues e pontos mais utilizados para consumo de drogas. Os trajetos a serem percorridos foram traçados em mapas das regiões da cidade. Os pontos de maior concentração, bem como os logradouros, foram identificados por meio de legenda, facilitando a orientação da localização.

Ao final, foram consideradas sete rotas, com base nas quais foi estabelecido o número necessário de entrevistadores, estratégia de deslocamento, pontos de encontros etc.

Embora essas rotas tenham servido de base para aplicação dos questionários, os entrevistadores foram orientados a fazerem uma busca ativa, perguntando ao entrevistado se eles saberiam dizer onde, nas redondezas, poderia haver pessoas em situação de rua.

A coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada na última semana de outubro de 2022, entre os dias 24 e 28 partindo-se da região mais central da cidade para a periferia, conforme as rotas pré-definidas.

A abordagem às pessoas em situação de rua pode ser dificultada em função de diversos fatores, tais como: grande heterogeneidade, alta mobilidade, habitação de lugares ocultos, receio e relutância em responder a questionários devido a estigmas e ideias pré-concebidas. A equipe de entrevistadores foi treinada para considerar tais dificuldades e a conduzir as abordagens de maneira flexível e sensível, a adotar uma postura ética durante a coleta e a garantir a privacidade do entrevistado.

A coleta dos dados foi feita em dias de movimento habitual da cidade, evitando-se a dupla contagem ou a não contabilização de pessoas em situação de rua. Também se considerou que a contagem deveria ser realizada em horários diversos ao longo da semana para buscar captar as diferentes formas de circulação dessa população na cidade. Em sua maior parte, os questionários foram aplicados entre 16h e 21h30min. Após esse horário, muitos já estavam recolhidos para dormir.

A aplicação do questionário mais abrangente, para o diagnóstico da PSR, seguiu a uma amostragem aleatória sistemática. Após a aplicação de três questionários reduzidos, aplicava-se um questionário ampliado.

Digitalização dos dados

A elaboração do banco de dados foi feita no programa estatístico SPSS e seguiu a estrutura lógica dos instrumentos utilizados. Assim, as variáveis foram construídas de modo a corresponderem com suas respectivas perguntas. Também foi utilizado o Excel como ferramenta para algumas análises.

A digitação foi feita por dez estudantes bolsistas. Em seguida foi feita a verificação da consistência dos dados, eliminação de questionários/entrevistados considerados em duplicidade e a eliminação de possíveis equívocos e/ou dúvidas na coleta e digitação. Além de uma padronização das informações coletadas, devido a quantidade de digitadores presentes na pesquisa, ocorreu essa necessidade.

Métodos estatísticos

As análises de dados foram realizadas através de estatísticas descritivas, foram utilizadas tabelas de frequências e percentagens, no caso das variáveis qua-

litativas. Variáveis quantitativas foram descritas por sua média, mediana, desvio padrão, valores mínimos e máximos, porcentagem e estatísticas inferenciais bivariadas, tais como testet de student para variáveis numéricas e Qui-Quadrado para as variáveis categóricas.

Definiu o valor de $p \leq 0,05$ para estabelecer as diferenças estatísticas significativa na comparação das variáveis. O valor de $p \leq 0,05$ é um critério comumente utilizado para estabelecer diferenças estatisticamente significativas na comparação de variáveis. Essa escolha significa que, se o valor de p calculado for menor ou igual a 0,05, considera-se que existe uma diferença estatisticamente significativa entre as variáveis em análise.

O teste t de Student é utilizado para comparar as médias de duas amostras independentes ou para comparar a média de uma amostra com um valor de referência. Já o teste Qui-Quadrado é utilizado para analisar a associação entre variáveis categóricas.

Ao aplicar essas estatísticas inferenciais bivariadas, você estará examinando se existe uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis em estudo. A escolha do nível de significância de $p \leq 0,05$ é uma convenção comum, indicando que a probabilidade de encontrar uma diferença estatisticamente significativa ao acaso é inferior a 5%.

O valor de p por si só não fornece informações sobre a magnitude ou a relevância prática da diferença observada. É importante interpretar os resultados em conjunto com outras considerações, como o tamanho da amostra, o contexto do estudo e o significado dos achados para a área em questão.

Vale lembrar das limitações na análise estatística. Algumas técnicas estatísticas exigem um tamanho mínimo de amostra para serem aplicadas corretamente, quando o tamanho da amostra é pequeno em relação ao tamanho da população, como foi em relação a este estudo, ainda é possível fazer inferências, mas é importante estar ciente das limitações e da possibilidade de maior incerteza nos resultados.

Conclusão

Neste capítulo foi apresentado, inicialmente, o processo de adaptação dos instrumentos de coleta à realidade do município e sua construção para se atingir os objetivos específicos definidos. Foram mostradas as questões aplicadas à totalidade das pessoas em situação de rua e os blocos temáticos, aplicados à amostra, cujas questões foram utilizadas para um conhecimento mais amplo dessa população.

Posteriormente, detalhou-se os métodos de coleta dos dados, com os quais procurou-se compreender as especificidades de localização, hábitos e mobilidade da PSR. Por fim, foram apresentados os métodos estatísticos de análise dos dados coletados.

Procurou-se, neste capítulo, detalhar os procedimentos operacionais que foram percorridos para que se atingissem os objetivos de se realizar o censo e um diagnóstico das condições da população em situação de rua no município de Juiz de Fora-MG.

Referências

BOLFARINE, Héleno; BUSSAB, Wilton de O. *Elementos de Amostragem*. São Paulo: Blucher, 2005.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. *Estatística Básica*. ed. 8º. São Paulo: 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. *Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.

GARCIA, F. D. et al. 3º Censo da População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Centro Regional de Referência em Drogas UFMG, 2014. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Relat%C3%B3rio%20Terceiro%20Censo%20POP%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20PBH.pdf>.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/index.php>.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Censo de População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro- 2022. Rio de Janeiro: PMRJ, 2022. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo. São Paulo 2019. São Paulo: PMSP, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf.

Capítulo 6

Trajetórias das pessoas em situação de rua em Juiz de Fora

Alexandre Aranha Arbia

Bruna Atalaya de Almeida Rocha

Laura de Melo Soares

Introdução

Embora presente no cotidiano da vida urbana das cidades brasileiras de forma indiscutível, a população em situação de rua carrega estigmas e preconceitos históricos que tornam ainda mais difícil sua sobrevivência diária. Em muitos momentos estes indivíduos são vistos como “perigosos” e “disfuncionais”, “estorvo” social cuja solução passa, no mais das vezes, por sua expulsão dos locais onde se instalaram (adotando-se a “circulação” como forma de gestão – cf. Oliveira, 2012 – concomitante ao controle a partir de mecanismos que utilizam de violência e repressão – cf. Siegel, Barros, 2012).

Todavia, essas pessoas possuem história. Algumas dessas histórias poderiam ser nossas próprias. Elas criaram e romperam relações, vivenciaram sucessos e alegrias, enfrentaram problemas, superando-os ou não. Estabeleceram relações de amizade e inimizade, de desconfiança e lealdade... até, finalmente, estarem à nossa porta, nos estabelecimentos comerciais, nas praças, calçadas e semáforos. Este capítulo procura analisar, de forma sumaríssima, a média de suas *trajetórias*,

A situação de rua agrava-se em muitos aspectos, devido a motivos que se podem vincular a ruptura de vínculos sociais e familiares, ao distanciamento do mercado de trabalho e das formas de subsistência, às violações amplas de direitos, dentre outros. Atreladas a estas questões existem ainda os desafios postos às instâncias públicas na garantia da vida e segurança destes indivíduos, no sentido de proporcionar possibilidades de sobrevivência e autonomia. E não apenas isso; no Brasil, é preciso ainda lidar com desafios práticos e estruturais que se vinculam à fragmentação compartmental das políticas sociais, em suas especializações setoriais, e os desafios enfrentados pelas iniciativas integradoras, que procuram convergir, de modo orgânico, as ações entre as diversas áreas, como assistência, saúde, habitação, trabalho e renda e cultura – fator indispensável não apenas para uma expansão da vivência da cidadania de um modo geral, mas, sobretudo, da assistência a pessoas em situação de rua, em particular (Hallais; Barros, 2015).

Trazer à luz, a trajetórias de vida dessas pessoas permite identificar os fatores¹⁹ que as levaram à situação de rua, favorecendo o planejamento e a execução de abordagens mais específicas, capazes de minimizar os efeitos das causas circunstanciais geradoras do fato. Ao tratarmos da trajetória, trazemos para primeiro plano a origem dessas pessoas, sua história e alguns dos elementos que, em sua própria avaliação, os levaram às ruas.

Utilizaremos, para tanto, os dados recolhidos no *Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora – MG (2022)* (Pereira et. al., 2023) que aludem especificamente às motivações que levaram os entrevistados à situação de rua, abordando questões como os locais de abrigo anteriores à rua, o contexto de onde vieram, a frequência com que dormem nas ruas etc.²⁰ Buscou-se ainda apurar os impactos da pandemia de COVID-19, reconhecida oficialmente no Brasil a partir de 26 de fevereiro de 2020, na ampliação desse contingente populacional, tendo em vista o decréscimo da renda, a crise econômica e o retraimento do mercado de trabalho, pela desaceleração da produção industrial e de serviços em nível global. Abordamos ainda questões outras como o local de origem dos entrevistados e quando passaram à situação de rua, bem como sobre a possibilidade de retorno à(alguma) residência, em caso de manifesto desejo de deixar as ruas. Buscamos, dentro do possível em um espaço curto, analisar de modo relacional os motivos – principal e secundários – que os levaram a essa situação.

A finalidade deste estudo é a de compreender, de modo abrangente e não individualizante, os processos sociais que envolvem as trajetórias dessas pessoas e, para tanto, tratamos de analisar os dados fornecidos pelo *Censo e Diagnóstico...* (Pereira et. al., 2023)... de um modo articulado e relacional. Fique já nossa advertência: tomar os dados da sessão isoladamente pode leva-los à uma grave descontextualização, fazendo com que se prestem ao reforço de interpretações equivocadas e amplamente superadas, frutos de uma incompetente – quando não eivada de má fé – leitura da situação. Temos sempre insistido que a compreensão correta e racional de um fenômeno tão complexo quanto a situação de rua exige, *antes de tudo*, a reafirmação da atividade científica e o profissionalismo na abordagem, condições indispesáveis para uma macro-abordagem bem sucedida

19 Que jamais podem ser tomados isoladamente, como veremos.

20 Este último quesito, sobretudo, mostra-se imprescindível à definição metodológica da “situação de rua”, conforme a definição da Política Nacional para População em Situação de Rua (Brasil, 2023), como mencionaremos à frente.

Olhando os dados...

De início, não é demais (re)lembrar uma questão metodológica, já tratada na introdução deste volume. Os que responderam ao diagnóstico, cujos dados analisaremos, são “pessoas em situação de rua” conforme, a definição da *Política Nacional para População em Situação de Rua* (Brasil, 2023), qual seja:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e desstento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou comomoradia provisória.

Não tratamos, portanto, das pessoas que “vivem *das* ruas”, ou seja, mantêm seu sustento a partir de atividades comumente vistas nos centros urbanos, como atividades em sinais (vendedores ou pedintes), uso de equipamentos públicos ou privados (muitos dos quais voltados exclusivamente – ou não) para a população em situação de rua, atuação como “guardadores de carros”, coletores de recicláveis etc. A razão de havermos adotado a definição acima, além de lógica e teoricamente corretas, permite o estabelecimento de uma variável comparável a outros censos e diagnósticos já realizados (ou que venham a ser realizados) pelo país.

Isso posto, o primeiro elemento que devemos considerar é que a população e situação de rua, como expressão da pobreza – e de suas consequências (objetivas e subjetivas) – é fator ineliminável da sociedade burguesa. A formação de uma superpopulação relativa, que se expressa em um exército industrial de reserva, nas suas várias camadas (Marx 2013), é fenômeno relativamente bem conhecido e confere particularidades bastante específicas à pobreza moderna, em relação às suas formas pretéritas. Por certo, não se pode “aplicar”, sem maiores mediações, as impressões do século XIX às análises de um fenômeno hodierno tão complexo. Todavia, seus fundamentos, em suas linhas mais gerais, estão corretamente descritos já nas análises marxianas.

A análise da especificidade do fenômeno precisa levar e consideração que as dinâmicas de empobrecimento não se resumem – e Marx jamais o afirmou – à “simples” (como se este fator, em si mesmo, pudesse ser considerado “simples”) ausência de uma “fonte de renda”: diz respeito às dificuldades de reprodução da vida em seus aspectos, ao mesmo tempo, mais simples e mais

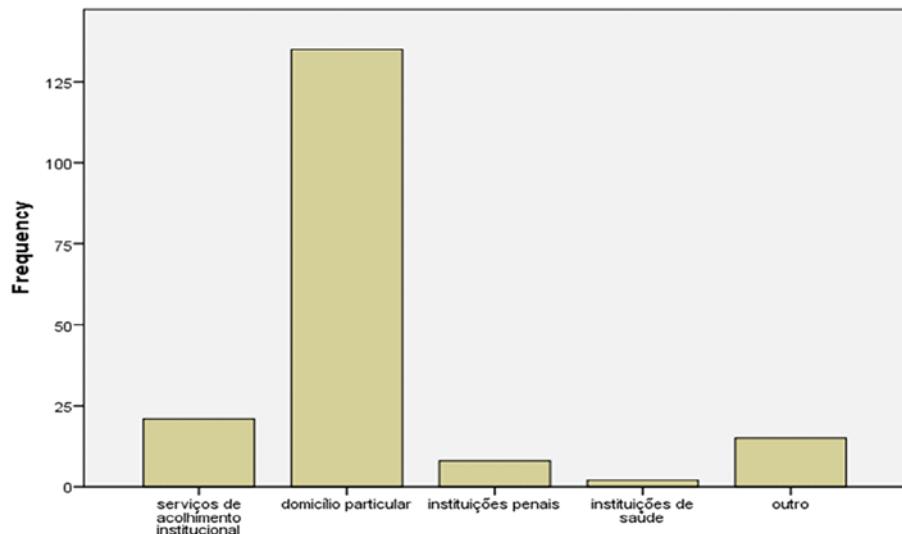
complexos, a constituição dos indivíduos sociais, a formação de suas relações, subjetividades, às capacidades de respostas às distintas situações colocadas pelo cotidiano – da busca por abrigo à saciedade da fome, do atendimento de necessidades fisiológicas às psicológicas, da relação interpessoal à autoimagem, da proteção do corpo das variadas formas de violência, da análise do risco e das possibilidades. O que queremos insistir e grifar desde logo é que: *o desenvolvimento da personalidade está intimamente vinculado aos processos sociais nos quais essas individualidades são forjadas*; e se as condições de produção e reprodução da vida são demasiadamente exigentes (acima da média), apresentam-se mutiladas e unilaterais, com possibilidades restritas e rebaixadas em relação ao conjunto societário, as respostas empreendidas tenderão, na média, a corresponder a este conjunto mais ou menos recrudescido de fatos e fatores que acossam os indivíduos cotidianamente. Este não é um conhecimento novo, é verdade. Rousseau já o havia pressentido em suas linhas gerais e muitos outros destacados filósofos vieram a tratar posteriormente dessa relação.

Todavia, enquanto indivíduos com determinadas características comuns, a população em situação de rua apresenta um perfil específico, marcado – por mais paradoxal que possa parecer – *pela heterogeneidade*. São vidas atravessadas por diversas formas de manifestação da questão social²¹, em sua “expressão radical” contemporânea (cf. Silva, *apud* Mendes et.al. 2019, p.26), fruto do acirramento do conflito entre capital e trabalho nas relações sociais hodiernas (cf. Netto, 1996). Neste quadro amplo da “questão social”, a situação de rua está profundamente relacionada à extrema pobreza, fazendo com que esses indivíduos figurem como “supérfluos” (Silva, 2019) à dinâmica de funcionamento do mercado – donde as apologias reificadas e absurdamente inumanas à coerção física, violência e, no limite, à sua possível eliminação física: os que não servem ao mercado, não serviriam à sociedade.

Feitas as considerações preliminares, podemos passar à exploração dos elementos que abordam a trajetória desses indivíduos, a partir dos dados fornecidos pelo relatório do *Censo e Diagnóstico...* (Pereira et. al., 2023).

21 Sobre a questão social na contemporaneidade, cf., dentre outros, a síntese de Iamamoto (2007).

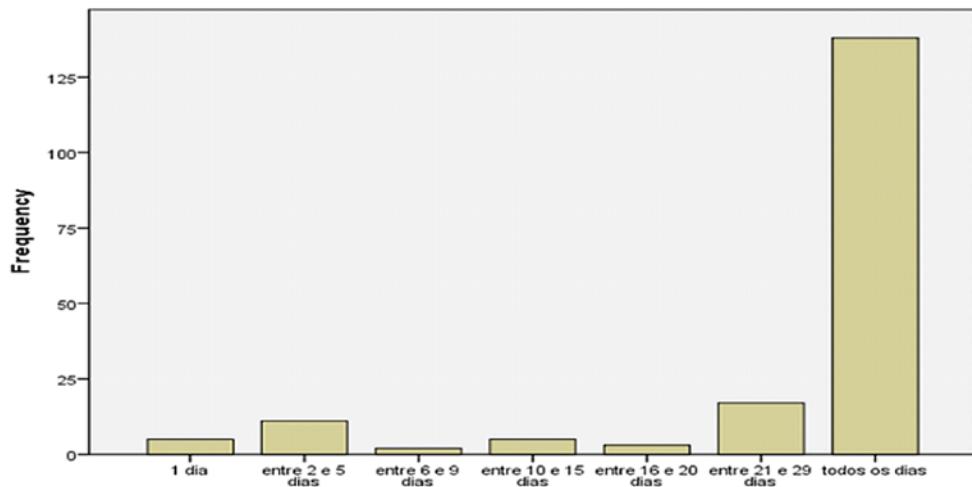
Gráfico 1 - Pouco antes de dormir nas ruas (ou abrigo), onde dormia?



Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Questionados sobre onde dormiam antes de irem para as ruas, conforme a Figura 1, 71,1% responderam que dormiam em domicílio particular, outros 11,1% em casas de acolhimento institucional e 7,9 % responderam que dormiam em “outros” lugares, além das opções apresentadas. Dentre os que responderam “outros”, destaca-se que 33,33% já dormiam nas ruas. Os dados apontam para o fato de que, majoritariamente, essa população vivenciou outra realidade de moradia anterior a sua situação de rua. A vivência nas ruas é considerada a última alternativa para a quase totalidade dessas pessoas; ela se apresenta, no geral, quando os vínculos que conectam o indivíduo à sua história estão rompidos ou fragilizados, no limite da ruptura; cf. Silva (2009), no geral, estes indivíduos já buscaram diversas alternativas de subsistência anteriores à situação de rua. São em sua maioria sujeitos que saem dos seus convívios familiares e comunitários por não possuírem condições objetivas e subjetivas de ali permanecerem. São ainda indivíduos, muitos dos quais, que percorreram a rede de assistência pública dos seus municípios, sem contudo encontrarem soluções efetivas e definitivas para suas demandas (Pinho, 2019), algumas das quais relacionadas à disponibilidade de trabalho, renda, moradia adequada, dentre outras.

Gráfico 2- Quantos dias dormiu nas ruas nos últimos 30 dias?



Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Quando questionados a respeito da frequência com que dormiram na rua nos últimos 30 dias²², conforme a Figura 2, a maioria (72,6%) respondeu que dormiu nas ruas durante todos os dias do último mês, sendo que 8,9% responderam “entre 21 e 29 dias” e 5,8% “entre 2 e 5 dias”. O dado revela que a maioria absoluta dos entrevistados habita nas ruas a maior parte do tempo. Importante mencionar que as ruas potencializam as dificuldades relacionadas à sobrevivência física (fome e frio), produzem estigmas, submetem seus habitantes ao desrespeito e violência (Abreu, 2013); também são locais onde são produzidas, de forma dura e muitas vezes sem mediações, dinâmicas individuais e coletivas para o enfrentamento de dificuldades, decomposição/recomposição permanente de identidades, criação de momentos de solidariedade e relações de antagonismo intenso. Como aponta Abreu (2013, p. 668):

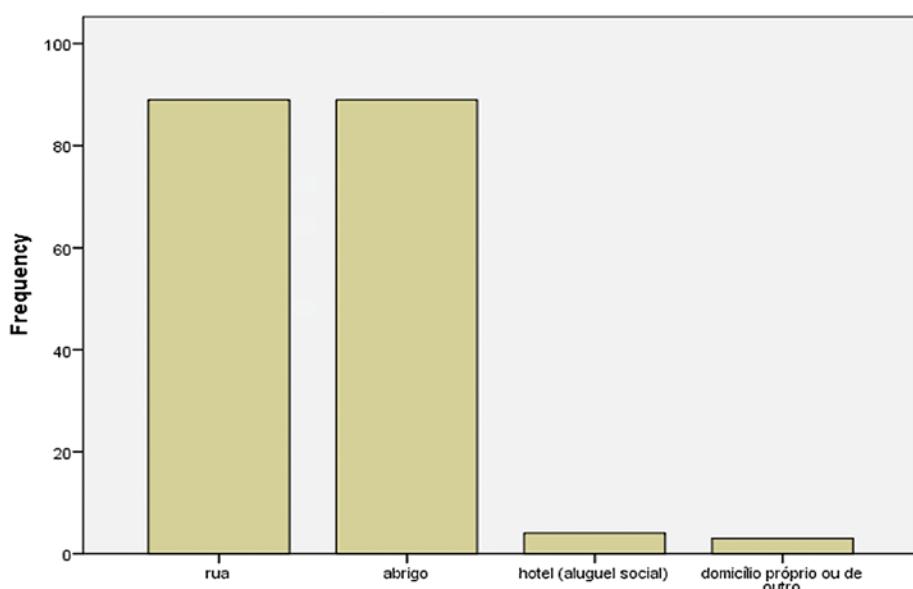
Essas pessoas produzem modos de existência atravessados pelos processos de desfiliação social: ruptura de vínculos sociais, distanciamento do mercado de trabalho e violações de direitos. Elas são objetivadas e subjetivadas por processos marginalizantes que circunscrevem suas marcas nos corpos, fomentando a resistência frente ao controle de suas vidas.

O que esse dado explicita é que, mediante as rupturas vivenciadas pela população em situação de rua, novas formas de subsistência são exploradas e novas formas de resistência e enfrentamento dos conflitos são adquiridos. Podem ser exemplificados nesse sentido casos de criação de comitivas e associações de recicláveis

22 A coleta de dados foi realizada entre 24 e 29 de outubro de 2022.

por sujeitos que partilham dessa situação, como uma tentativa de subsistência e enfrentamento dos seus desafios cotidianos (Oliveira; Luz, 2023). Mas não apenas. Parceria e solidariedade se combinam à desconfiança, personalidade arredia e/ou refratária, indiferença, apatia e/ou alheamento – todas podem revelar importantes ferramentas para a sobrevivência nas ruas. Nesta intrincada teia relacional, a fim de tornar a existência e reprodução viáveis, o “estar em situação de rua” estabelece dinâmicas de trabalho, cooperação e auxílio, associadas a uma rede de apoio que constrói estratégias de sobrevivência com essas pessoas” (Gramajo, et al, 2023, p. 3).

Gráfico 3- Nos últimos 7 dias, em que lugar você dormiu na maioria das vezes?



Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Sobre o lugar que dormiram na maioria das vezes nos últimos sete dias, as opções “abrigos” e “rua” tiveram o mesmo percentual, 46,8%. Já os lugares: “hotel” (aluguel social) e “domicílio” apresentaram pouca frequência, conforme a Figura3.

Se observarmos o quantitativo de vagas oferecidas no acolhimento institucional e o perfil mais amplo apurado no *Censo e Diagnóstico...* (Pereira et. al., 2023) podemos concluir que os abrigos têm grande procura. Lado outro, há certa limitação na política de acolhimento, quando se observa que outras formas de acesso como hotéis e “outros” são menos citados.

Nisto persiste, a exemplo do que ocorre nas políticas sociais em geral, a pesada herança focalista e limitante – amplamente fomentada no âmbito mais geral das políticas públicas, em especial, as de caráter assistencial, pós-anos 1990, no Brasil – que impede uma expansão significativa dos atendimentos. Trata-se mesmo de uma tensão entre projetos políticos, no cenário brasileiro e internacional, que

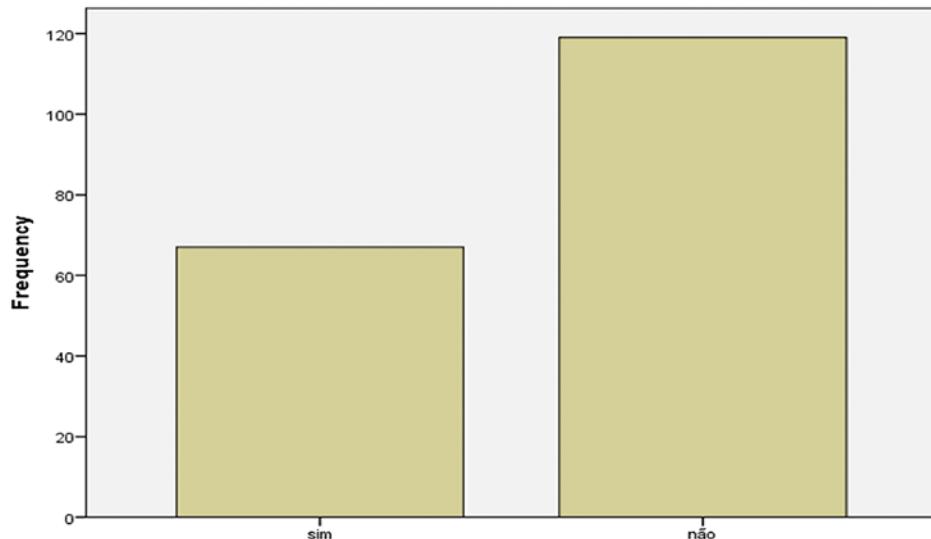
opõe focalização e universalização; debate perpassado pela crise fiscal, sobretudo de estados e municípios, que precisam oferecer serviços a uma demanda em permanente crescimento (sobretudo na última década) em meio a escassez de recursos e a exigência de modicidade e racionalidade de seu emprego. Em outros termos, as iniciativas de expansão das políticas sociais precisam lidar, no mais das vezes, tanto com as limitações jurídicas quanto políticas da estrutura estatal e social, dentro de um enquadramento mais amplo onde, nos próprios marcos da ordem social vigente, seu objetivo não é cobrir – e, geneticamente, nem poderia – toda a gama de necessidades da população, visto que sua formulação (e efetivação) sequer é capaz de arranhar as bases de produção das desigualdades sociais. No que diz respeito à população em situação de rua, ainda, excesso de formalismos e exigências (“entraves burocráticos” – Silva, 2009), mecanismos naturais da seleção e focalização, podem tornar os obstáculos de acesso praticamente intransponíveis. Conforme Silva (2009, p. 175-6):

As chamadas “exigências formais” para poder participar dos programas que dão corpo às políticas sociais geralmente constituem limites de acesso a eles pelas pessoas em situação de rua. Uma das “exigências formais” é a apresentação de documentos de identificação pessoal. No entanto, são poucas as pessoas em situação de rua que os têm. Outra “exigência formal” é o endereço domiciliar. Como cumprir essa exigência se a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento constituem as principais características dessa população? A esses entraves “burocráticos” de acesso às políticas sociais pela população em situação de rua somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse grupo populacional.

Nota-se, ademais, um pequeno percentualna variável “domicílio”, o que aponta denota, sobretudo quando confrontados com os dados da Tabela 5 (ao final), para o baixo retorno dessa população às residências de familiares ou indivíduos que estejam em sua rede de apoio. Voltaremos a este ponto na análise da Tabela 5.

Passando à análise da Figura 4 e entendendo o período da pandemia de COVID-19 como um momento de tensionamento dos limites de pobreza e de outras expressões da questão social, foi questionado a essa população se este fenômeno consistiu em um dos motivos que os levaram às ruas. Do total de entrevistados, 62,6% responderam que não, e outros 35,3% afirmaram que sim:

Gráfico 4- Você foi para rua depois que a pandemia do Coronavírus começou?



Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Embora a população em situação de rua já fosse expressiva no período anterior à 2020, a pandemia de COVID-19 contribuiu para o aumento deste contingente. Esses dados remetem ao fato de que a pandemia aprofundou problemáticas históricas do modo de produção capitalista relacionadas à falta de emprego e renda, insegurança alimentar ou mesmo fome, miséria, precarização da saúde, segurança coletiva, dentre tantas outras questões.

Desestruturando as cadeias globais de valor, a pandemia pôs a nu as fragilidades da produção capitalista em âmbito mundial que, dada sua anarquia produtiva e distributiva, não pôde camuflar sua inépcia em responder a eventos disruptivos de grande envergadura. O imperativo de desaceleração da produção, exigido pelas ações de quarentena, explicitou a completa ausência de planejamento da economia capitalista para evitar consequências catastróficas, quando interrupções no processo de produção se fazem necessários.

De acordo com o Portal Fiocruz, a Comissão Especial dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), declarou:

A pandemia da Covid-19 elevou ainda mais a vulnerabilidade das pessoas que vivem em situação de rua, ampliando o contingente populacional e mudando o perfil dessa parcela da população. Os novos integrantes da população em situação de rua agora são também trabalhadores que perderam seus empregos e casas devido à atual conjuntura, conforme explica a coordenadora da Rede Rio Criança e integrante da Comissão Especial dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Marcia Gatto: "Sem condições de continuar pagando por suas casas, essas pessoas foram para as

ruas. Vemos famílias inteiras nas ruas: pais, mães e filhos. O número aumentou significativamente modificando o perfil. (Monteiro; Chagas, 2021, s/p.)

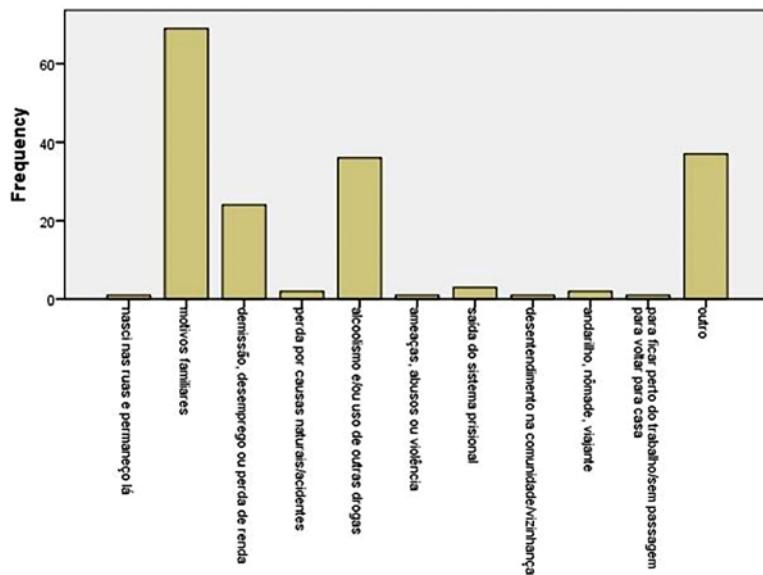
O cenário pandêmico que impactou a realidade do Brasil e do mundo também se apresentou em Juiz de Fora²³. Houve impacto direto nas estratégias de sobrevivência das pessoas em situação de rua, uma vez que “as diferenças de riqueza entre classes ou indivíduos se reflete em indicadores de saúde, revelando maior gravidade, sobretudo, de certas doenças infecciosas”(Souza, 2020, p. 2476). De acordo com Arbia *et. al.* (2023), no município “todos os serviços de acolhimento tiveram de se adaptar à modalidade de proteção integral, a fim de oferecer um ambiente de isolamento social às pessoas que vivem nas ruas, conforme as recomendações sanitárias da OMS”. Conforme continuam os autores:

Dos serviços de acolhimento institucional, de abordagem social, de inclusão produtiva e dos serviços especializados para pessoas em situação de rua, passaram pelos atendimentos no último trimestre (de abril a junho [de 2021]) quase 1.500 pessoas em situação de rua. Embora esse número não seja censitário, ele mostra um aumento considerável quando comparado com o primeiro trimestre (janeiro a março do mesmo ano), que foi de 1.377 pessoas circulando pelos serviços sociassistenciais (Arbia *et. al.*, 2023, p. 11)

À luz do *Censo e Diagnóstico...* (Pereira, 2023) esses dados expressam que, muito além da população classificada como “em situação de rua” nos termos da *Política Nacional...* (Brasil, 2023), houve aumento expressivo da condição de vulnerabilidade, levando com que pessoas que transitam entre as faixas de pobreza e extrema pobreza procurassem apoio em vários serviços, dentre eles, aqueles que atendem à população em situação de rua.

23 Conforme noticiado à época: “Juiz de Fora acumulou, durante o ano de 2020, saldo negativo de 4.393 postos de trabalho perdidos. O desempenho é o pior da série história do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), iniciada em 2003. Até então, o maior estoque negativo fora registrado ao fim de 2015, quando os setores produtivos da cidade, entre admissões e demissões, registraram o encerramento de 3.806 empregos formais. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (28), pelo Ministério da Economia” (Tribuna de Minas, 2021).

Gráfico 5- Qual o principal motivo que te levou para as ruas?



Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Questionou-se aos entrevistados qual seria o *principal* motivo que os teriam levado às ruas, conforme o Gráfico 5, acima. Os conflitos familiares são a causa mais citada (37,9%), seguido de alcoolismo e/ou uso de outras drogas com 18,4% e “outros” (variável aberta), com 15,8%.

Na sociedade atual, as idealizações da concepção de família associam a este conjunto de relações aspectos essencialmente voltados a valorações positivas, como afeto, cuidado, segurança e proteção; todavia, o que a realidade apresenta é que, a convivência familiar, como amplamente sabido, é também atravessada por contradições e conflitos (Paiva, 2020). A pandemia de COVID-19 explicitou também este segundo fator, quando se observou o aumento do número de casos de violência doméstica/ contra mulheres. Conforme Souza e Farias (2023, p. 216) apenas “os meses de fevereiro, março e abril de 2020 o número de denúncias de violência doméstica teve um aumento de 14,12% em comparação com o mesmo período de 2019”. Não apenas um ambiente de recepção e compreensão, a família, muitas vezes é, concomitantemente, um dos “lugares de opressão, controle/ disciplina e violência, na medida em que enquanto grupo social está impregnada pelas relações estabelecidas no contexto (macro e micro) em que os sujeitos estão inseridos” (Bilac, 2006, p. 30).

Essas determinações devem ser consideradas, portanto, também na análise dos conflitos familiares que afetam a população em situação de rua. Como unidade da sociedade burguesa moderna responsável pela socialização primária dos indiví-

duos, as famílias não efetivam suas relações *in abstracto*. Na clássica definição de Mioto (2010, p. 166-7):

A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos.

Tais relações são materializadas em um contexto mais amplo que envolve a reprodução global da vida, as condições de subsistência, moradia, território, as possibilidades de lazer e fruição, as capacidades afetivas e as capacidades objetivas de oferecer respostas a dilemas cruciais para a existência individual e de grupo. Noutros termos, antes que uma focalização no indivíduo como o responsável praticamente exclusivo pelos destinos das relações interpessoais, é imperativo compreender o conjunto de determinações objetivas – que impõem as perguntas – e subjetivas – que oferecem respostas – em cada instante da existência individual e social. Assim, são essas relações que acossam os grupos familiares e indivíduos e que vão oferecer o nexo de elementos causais capazes de explicar porque se age assim e não de outro modo. Em termos claros: os conflitos, que possuem diversas causas e implicações decorrentes do (e no) contexto familiar, perpassam a vivência da população aqui analisada de tal forma que a *ruptura* acaba se revelando como desfecho inevitável. Este é um dos motivos que faz com que parte dessa população, ainda que possua o contato com a família, não retorne aos lares originários: o desgaste pessoal e coletivo que a relação entre o membro asilado e o grupo familiar vivenciam quando em convivência frequente.

O conjunto das relações familiares (seus afetos, dilemas e conflitos) é resultado de uma série de questões que se vinculam a múltiplos condicionantes. Fatores como insuficiência de recursos financeiros, falta de renda, desemprego, moradia precária (o que pode comprometer a privacidade e a individualidade), formação cultural, sobrecarga de trabalho, ausência de lazer e de tempo para descanso, possibilidades de fruição espiritual (cultural) etc., tudo isso pode levar a um esgarçamento das relações familiares e a busca por alternativas que funcionem como válvula de escape. Alguns entrevistados indicaram a impossibilidade de permanecerem nas residências antigas por falecimento de seus pais ou parentes, ou por traumas vivenciados nesses contextos anteriores, ou pais e mães que deixaram a moradia para que seus filhos morassem. A estrutura familiar parental, com sua hierarquia própria, muitas vezes revela sua fragilidade justamente na ausência deste

pilar estruturante (parental); noutros termos, em muitos casos, sem as referências parentais as relações familiares podem até mesmo colapsar por completo.

E é aqui, neste âmbito, que encontramos um sinalizador importante: antes de um simples “tratamento individualizado” voltado para sujeitos que têm dificuldades de estabelecer vínculos e relações, os dados apontam, ainda que simultaneamente, noutra direção: é necessário abordar os elementos que levam ao esgarçamento das relações familiares; aqueles elementos sociais e objetivos que, combinados, acossam de tal maneira a vida familiar que tornam sua unidade insustentável. Como consideram Prates, Reis e Abreu (*apud* Silva, 2009, p. 131): “São de diversas ordens os motivos que os levam a buscar as ruas como estratégias de sobrevivência, mas quase a totalidade está associada a problemas de ordem econômica, que se materializam não só no desemprego (...) mas na fragilização dos vínculos familiares”. Os dados do *Censo e Diagnóstico...* (Pereira et al., 2023), portanto, indicam a necessidade de uma abordagem efetiva, abrangente e intersetorial junto às famílias mais vulneráveis, de modo a circunscrever suas necessidades elementares, garantindo estabilidade mínima para que possam, como quaisquer outras famílias, enfrentar os dilemas cotidianos, minimizando os impactos de fatores que podem levar à sua dissociação.

Outro resultado relevante apontou que, dos sujeitos entrevistados, 18,4% deixaram suas residências anteriores por motivo de alcoolismo e/ou uso de outras drogas. Não iremos abordar diretamente essa questão, uma vez que ela será tratada em detalhes no Capítulo 10. Podemos apenas afirmar preliminarmente que o uso de álcool e outras drogas, na sociedade atual, é produto das formas de sociabilização estabelecidas e que têm relação direta com a forma de produção e, sobretudo, de reprodução da riqueza social, como forma de enfrentar a própria cotidianidade da vida moderna. De acordo com Nery (2012), a utilização destas substâncias aponta para a necessidade de suspensões temporárias que permitam suportar a realidade, um sintoma da aridez relacional típica da vida contemporânea. O *abuso* de álcool e outras drogas pode terminar por alienar os sujeitos que fazem uso indiscriminado dessas substâncias dos contextos familiar e comunitário. Logo, o *abuso* de álcool e outras drogas é fator adicional no comprometimento de dinâmicas familiares e da vida social, revelando-se, a dependência, um inegável caso de saúde pública e ser enfrentado seriamente.

Finalmente, como se observa no último gráfico, as motivações mais apresentadas para deixar o domicílio original são justamente os conflitos familiares, em primeiro lugar, o uso de álcool e outras drogas, em segundo lugar, em terceiro lugar “outros motivos”, e, finalmente, “demissão, desemprego ou perda de renda”, com 13,2% – número bastante significativo. Esse último motivo citado está diretamente relacionado com a organização produtiva da sociedade capitalista, que nas últimas

décadas vivencia um processo aprofundado de crise sistêmica, cujo marco pode ser encontrado, na literatura que trata do tema, a partir dos anos 1970. A este respeito, na síntese de Bursztyn (2003, p. 461):

Acerca das mudanças econômicas, políticas e sociais do último quarto do século XX, as alterações no mundo do trabalho e nas garantias a ele atreladas empurraram para fora do sistema grandes parcelas da população, excluindo-as do emprego e do consumo e colocando na rua grupos cada vez mais heterogêneos, caracterizados especialmente pelo desemprego.

A falta de emprego e renda, ainda que não seja correto estabelecer uma relação *direta linear* entre desemprego e situação de rua (Escorel, 1999), inegavelmente é ainda um dos principais – senão o principal – fator na desestabilização da dinâmica de reprodução cotidiana individual e familiar. Para os membros da classe trabalhadora – especialmente aqueles que se encontram nas franjas mais frágeis e precarizadas de inserção no mercado de trabalho – a reprodução cotidiana pressupõe a venda *diária* da força de trabalho. Noutros termos, os indivíduos cuja inserção no mercado de trabalho é mais frágil são os que mais rapidamente sentem as consequências da oscilação (negativa) da renda. De acordo com Pinho, (2019), os desafios relacionados ao desemprego e perda de renda influenciam a parcela populacional em situação de rua em dois sentidos, tanto como motivo para a ida às ruas mas, principalmente, como motivo que favorece a permanência nessa condição.

Todavia, não devemos nos deixar enganar por qualquer correlação que estabeleça uma linha direta entre inserção precária no mercado de trabalho e situação de rua, como exemplificado acima. Ela não é simples nem tampouco imediata. Situações econômicas adversas, como as geradas pela pandemia, podem impactar famílias e indivíduos de modo amplo, mesmo aqueles melhor posicionados na escala do trabalho, sobretudo os que exercem atividades autônomas. Assim, grandes crises econômicas e a retração progressiva do emprego formal acabam produzindo um adensamento demográfico da população em situação de rua. E ainda mais: esta tende a aumentar proporcionalmente em razão do recrudescimento e da duração das crises econômicas. O período pandêmico – e suas consequências –, como vimos, incrementou em pelo menos um terço (35,5%) o número de pessoas em situação de rua em Juiz de Fora.

Finalmente, duas questões que não podemos deixar de aludir. A primeira, a título de registro, diz respeito aos outros motivos elencados pelos entrevistados, ainda no Graf. V, confirmando a heterogeneidade dessa população: “nasceu na rua”, “desastres ou causas naturais”, “ameaças abuso ou violência”, “saída do sistema prisional”, “desentendimento na comunidade”, “andarilho nômade ou viajante”, “para ficar perto do trabalho”, “imigrante ou refugiado” e “a família passou a viver

na rua” foram respostas que tiveram percentual inferior a 2% do total de motivações levantadas, sendo as mais representativas, dentre elas: “saída do sistema prisional”, com 1,6%, seguida de “perda por causas naturais/accidentes” e “andarilho, nômade ou viajante, ambos com 1,1%”.

Já a segunda observação diz respeito à depuração da resposta “outros” (vd. Graf. V), que alcançou 19,5% do número total de respostas, encontramos as seguintes categorização e frequências:

Tabela 4- Depuração (agrupamento) da resposta “outros”

	Porcentagem
Perda parental e consequências decorrentes	4,7
Perdas familiares (não parentais), de filhos, parentes ou genericamente indicadas	3,2
Livre vontade	5,3
Comprometimento da saúde	2,1
não sabe	0,5

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Dos indivíduos que sinalizaram possuir outros motivos que os levaram a dormir nas ruas, destaca-se que a maioria, 5,3%, respondeu que está nas ruas por vontade própria. A “vontade própria” esconde atrás de si fatores sobre os quais os indivíduos entrevistados não se sentem à vontade para falar ou mesmo uma multiplicidade de conexões que pode não lhes ser imediata e completamente clara. Em segundo lugar, 4,7% indicaram perda parental e consequências decorrentes, reportando às análises preliminares sobre família que esboçamos acima. Finalmente, perdas familiares (não parentais), de filhos, parentes ou genericamente indicadas comparecem com 3,2% e comprometimentos da saúde com 2,1%. Em resumo, a depuração da variável “outros” reporta, novamente, à questão do ambiente familiar como motivador.

Tabela 5- Você tem alguma casa para voltar se quiser?

	Porcentagem
Sim	40
sim, mas em função do trabalho durmo na rua ou abrigo	1,1
Não	55,3
não sabe	1,1
não respondeu	2,6
Total	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Para encerrar, na Tabela 5 vemos as respostas ao questionamento quanto à possibilidade de retorno a algum domicílio de referência. Mais da metade dos entrevistados (55,3%) respondeu não possuir domicílio de referência para retornar em caso de desejo. Todavia, chama-nos a atenção o outro dado: 40% afirma possuir domicílio de referência para retorno, caso queiram. A questão que fica é: porque não retornam? A resposta precisa ser buscada, justamente, nas razões que levaram essas pessoas a deixarem seu lares – razões que, possivelmente, não foram sanadas, ou que já podem, inclusive, haver perdido significado para os mesmos – ao ponto da total indiferença –, a depender do tempo em que esses indivíduos se encontram em situação de rua. A situação de rua confronta a subjetividade, obrigando essas pessoas a um esforço permanente de reconstrução da personalidade como condição obrigatória para a sobrevivência. Nesta reconstrução, memórias e vivências são reformuladas, reanalisadas e recompostas, produzindo uma individualidade bastante transformada em relação àquela que há muito deixou o lar para refugiar-se nos espaços de circulação da cidade.

Em uma apertada síntese...

A partir das análises dos dados apresentados, é possível traçar um perfil médio que se relaciona à trajetória das pessoas em situação de rua em Juiz de Fora-MG. Com relação às análises, observa-se que a maioria dos entrevistados possuía uma vivência de moradia antes de ir para as ruas, como por exemplo domicílios particulares e/ou de familiares. Apuramos ainda que a maior parte deles havia dormido mais de 30 dias nas ruas. Nota-se ainda que o mesmo percentual de entrevistados haver pernoitado, na semana anterior, ao menos alguns dias, em abrigos, o que revela não apenas aderência ao serviço como ainda uma alternância entre acolhimento e rua. A pandemia de COVID-19 contribuiu para ampliar o número

de pessoas em situação de rua em, pelo menos, um terço, no município de Juiz de Fora. Finalmente, numa indagação direta sobre os motivos que os levaram às ruas, responderam, conforme suas auto percepções: conflitos familiares, alcoolismo, outros motivos e perda de emprego e renda, nessa ordem.

Chamamos atenção, por fim, como fizemos no corpo deste capítulo, para a importância de compreender os dados em seu conjunto, e não apenas a partir das sessões isoladas – em especial, informações sensíveis como àquelas vinculadas à trajetória, que se prestam, quando mal empregadas, a todo tipo de interpretação e viés. Como reitera Mendes (2009, p. 27), “situação de rua” “refere-se não só ao fato de se tratar de um período de passagem, mas também por ser característico da estrutura de base do capitalismo”; noutros termos, diz respeito a múltiplas determinações do campo objetivo das relações sociais e não apenas a indivíduos isolados. Uma resposta à situação de rua que focalize tão somente os indivíduos e não reporte à própria dinâmica social estará irremediavelmente condenada ao fracasso.

Referências

- ABREU, D. *Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o consultório de rua* (dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2013.
- ARBIA, A.; TEODORO, M.; SATO, M. A. A.; CORTEZ, A. M. V. *População em situação de rua e COVID-19: desafios e reformulações nas políticas sociais em Juiz de Fora (MG) em tempo de pandemia*. Trabalho completo apresentado na X Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). São Luís, 2021. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>. Acesso em 22 jun. 2023.
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. do C. B. et al. (Org.). *A família contemporânea em debate*. 7. ed. São Paulo: EDU, Cortez, 2006.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras provisões. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em 02 ab. 2023.
- ESCOREL, S. *Vidas ao leu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

GRAMAJO, C. S. GOMES, R.C.M. SILVA, P.C. PAIVA, A.M.N. (Sobre)viver na Rua: Narrativas das Pessoas em Situação de Rua sobre a Rede de Apoio. *Revista de Psicologia, Ciência e Profissão*, nº43, 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KnJ4NzHKBLksDZw7Dv5mhNm/>. Acesso em 10 mai. 2023.

HALLAIS. J, A, S; BARROS, N.F. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 31(7):1497-1504, jul, 2015.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. SP: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. ABEPSS, Brasília, 2001.

MARX, Karl. *O Capital. Livro I*. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, K. T; RONZANI, T. M. DE PAIVA, F. S. *Se essa rua falasse*: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

MONTEIRO, D. CHAGAS, J. V. Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua. *Fundação Oswaldo Cruz*: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

MIOTO, R. C. *Família, trabalho com famílias e Serviço Social*. Disponível em <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163>. Acesso em 24 de jun. 2023.

NERY, F. A. *Por que os humanos usam drogas?* In: Nery Filho A, Macrae E, Tavares LA, Nuñez ME, Rêgo M, organizadores. *As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais*. Salvador: EDUFBA: CETAD; 2012.

NETTO, J.P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. ABEPSS, Brasília, 2001, n. 3, p.41-45. Janeiro/Junho 2001.

OLIVEIRA, G.L. LUZ, V.S. *População em situação de rua: abandono e resistência de vidas na escassez em meio à opulência*. Revista UFPEL: Rio Grande do Sul, 2023.

PAIVA, S. P. Sobrecargas, violências e saúde mental das brasileiras em tempos de pandemia: perspectiva feminista interseccional. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 225-250, 2020.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. *Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG). Relatório Final*. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 23 jun. 2023.

PINHO, R.J. PEREIRA, A.P.F.B. LUSSI, I.A.O. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019.

SIEGEL, P; BARROS, NF. Análise sociológica das políticas de saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 2012.

SILVA, M. L. L. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, L.B. *Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral* / Organizado por Letícia Batista Silva e André Vianna Dantas. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

SILVA, P. V. M. *População em situação de rua: um estudo sobre supérfluos no capitalismo contemporâneo*. Dissertação. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SOUZA, D. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*: Alagoas, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/t5Vg5zLj9q38BzjDRVcxbsL/?lang=pt#>. Acesso em 22 de jun. de 2023.

SOUZA, L. J; FARIAS, R. C. *Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de COVID-19*. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>. Acesso em 23 jun. 2023.

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora fecha mais de 4 mil postos de trabalho em 2020. Disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/28-01-2021/jf-perdeu-mais-de-quatro-mil-postos-de-trabalho-em-2020.html>. Acesso em 05 fev. 2021.

Capítulo 7

O acolhimento à população adulta em situação de rua: reflexões a partir da realidade em Juiz de Fora – MG

Viviane Souza Pereira

Introdução

A população em situação de rua é síntese de múltiplas determinações macrossocietárias e corporifica as mais duras expressões da questão social contemporânea. Os sujeitos nesta condição encontram-se em uma situação limite de sobrevivência e demandam respostas imediatas e mediadas do poder público, por meio do desenvolvimento de políticas públicas das mais diversas ordens.

De forma geral, identificamos quatro eixos comuns na diversidade da configuração da população em situação de rua: heterogeneidade, condição de pobreza extrema, ausência de moradia padrão e ruptura de vínculos primários familiares e sociais. Tais eixos precisam ser observados atentamente quando nos colocamos o desafio de refletir acerca desta realidade.

Encontramos em Castel (1998) e Rosa (2005) elementos que situam a relação entre os eixos apontados. O percurso denominado por Castel de *processo de desfiliação* se estabeleceria como consequência da crise contemporânea em torno das relações de trabalho (e o alto índice de desemprego) e definiria um movimento que levaria o sujeito de um pólo de inclusão social (com moradia, com saúde e com trabalho) para uma situação de perdas de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais. O autor evita o modelo estático de análise do fenômeno que fixa os indivíduos em áreas de destituição. Para ele, o processo dinâmico que os fazem transitar da integração à vulnerabilidade ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social tem na desfiliação seu desfecho.

Sobre esse aspecto, Rosa (2005) assinala que aos processos de natureza fundamentalmente econômica agrega-se uma progressiva fragilização de vínculos e de suportes relacionais familiares e sociais, o que Castel (1998) chama de redes de proteção próxima e que se constituem em redes afiançadoras de garantias contra uma certa gama de riscos sociais. Para ele, a vulnerabilidade social verifica-se

na precariedade do trabalho aliada concomitantemente à uma estrutura familiar debilitada ou em processo de debilitação.

Em muitos casos a família acaba exercendo um papel da rede de proteção social e a desvinculação sociofamiliar mostra-se relevante no processo de ida para as ruas. Como analisa Escorel (1999), as vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos também estão associadas a outras fragilidades de ordem habitacional, afetiva, de aumento da exposição à discriminação e à violência.

Importa ressaltar que pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecer ou se romper de acordo com as dificuldades que a realidade lhes apresenta e conforme o acúmulo de experiências ao longo da vida. Muitas vezes, as experiências individuais, que poderiam fortalecer os indivíduos para enfrentar os desafios que a vida lhes oferece acabam reduzindo seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua auto- imagem, auto-estima e sua identidade dentro do grupo; esses fatores relacionam-se de forma intersetorial com as questões estruturais da sociedade.

Assim, a população em situação de rua seria representante, por excelência e em geral, de uma população sem habitação, sem renda, sem emprego, sem laços familiares ou territoriais, sem destino previsível. Os que hoje vivenciam as ruas representam populações que se situam em diversas épocas históricas, à margem do sistema de organização social e fora do sistema de produção e de consumo padronizados na vida social. A situação é dinâmica e, embora conserve as mesmas raízes, se altera ao longo do tempo.

No Brasil, desde aproximadamente 1990, vivemos sob o signo do ideário globalizante, num contexto onde é produzida uma cultura que afirma o mercado como regulador das relações sociais, diluindo a esfera pública, que representa o espaço de garantia de direitos sociais. Para referir-se a este fato, Ianni (1996), cunhou a expressão fábrica global. Ela é capaz de promover a desterritorialização e territorialização das coisas e idéias, o redimensionamento de espaços e tempos.

Alia-se à globalização, o seu aparato político-ideológico: o neoliberalismo que, de acordo com o que sustenta Corrêa (2000, p.42), é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo. Politicamente representa um conjunto de receitas econômicas e programas políticos de efeitos ampliados devido ao monopólio científico e tecnológico que possibilitam uma grande expansão capitalista. Vários são os impactos da política neoliberal no país, dentre eles o aumento do desemprego e a redução de gastos e investimentos governamentais na área social. As políticas sociais cada vez mais se apresentam focalizadas e fragmentadas, aprofundando imensamente o quadro de desigualdade entre as classes. As diversas formas de organização social são enfraquecidas pelo grande

apelo ao individualismo e à competitividade exacerbada. Em se tratando do objeto de nosso estudo a situação se complexifica ainda mais, uma vez que referenciamos de uma população que historicamente revela as maiores consequências da pobreza.

A pobreza ampliada pelo conjunto de medidas implementadas pelo modelo econômico de inspiração neoliberal, agudiza as precárias condições de vida de um imenso contingente populacional. São intensificados por esta opção, os altos índices de desemprego, a injusta distribuição de renda, a destituição de direitos sociais, a precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicatos, além de outros fatores que acabam por agravar a situação de miserabilidade e empobrecimento de grandes parcelas da população. Segundo Iamamoto (1998) atualmente segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes e desnecessários.

O modo de produção produz subjugados, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social. E as políticas sociais adotadas pelos diferentes governos no país tiveram como opção a implementação de ações de caráter nitidamente focalista, refletindo a tendência de enfrentar as expressões da questão social como fatos isolados. A consequência é que tais políticas não trouxeram resultados efetivos nas condições de vida da população.

Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua. São homens, mulheres, jovens, idosos, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo qualquer outra perspectiva de vida e passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Essa realidade é característica do processo que existe no Brasil. A atenção do poder público com esse segmento é recente e ainda fragmentada. Somente em 2009 tornou-se uma Política Nacional e esta ainda está distante de adquirir as essenciais características de intersetorialidade e integração.

De forma geral, apesar das tentativas isoladas de configuração de um padrão nacional de atendimento, identificamos políticas higienistas e/ou de assistência exclusiva de albergamento, que resultam de uma espécie de tentativa de negação ou naturalização, contribuindo com a criminalização do fenômeno da população de rua, acompanhada de uma expressiva segregação social. O desinteresse do Estado pelos moradores de rua reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam a questão, ora com filantropia, caridade, compaixão, ora com intolerância, preconceito, indiferença.

São poucas as iniciativas públicas de atendimento diferenciado e integral a essa população. Para além das iniciativas públicas, algumas organizações da socie-

dade civil trabalham em defesa deste causa. Entretanto, constituem ações tímidas e que não dão conta, e nem poderiam ou deveriam dar, da crescente demanda. Neste ponto destacamos a iniciativa de alguns municípios na organização de Fóruns Municipais da População em Situação de Rua que se encarregam de buscar a garantia de direitos para a pessoa em situação de rua. Juiz de Fora é um dos municípios que dispõe desse tipo de organização.

A cidade conta com o Fórum Municipal da População em Situação de Rua, fundado em 2004. O Fórum tem como objetivo discutir temas de relevância para a população em situação de rua da cidade e atua como espaço de debate e construções coletivas com a participação de entidades de atendimento e representantes desta população. No âmbito da gestão, Juiz de Fora dispõe do Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua- JF), criado por meio do Decreto Municipal 14.489, instituído em 20 de abril de 2021, que tem como proposta elaborar, acompanhar, monitorar e gerir a política municipal para a população em situação de rua. O Comitê Pop Rua- JF possui composição paritária com onze representantes do poder público e onze da sociedade civil (titulares), sendo três da população em situação de rua e oito de entidades que possuem atuação direta ou indireta na temática da população em situação de rua.

O estudo atento sobre a realidade de vida nas ruas permite a configuração de situações, que embora apresentem especificidades, conformam uma caracterização comum à grande parte daqueles que vivenciam as ruas, nas mais diferentes cidades do país. A complexidade inerente à situação de rua que, além dos eixos comuns mencionados anteriormente, é marcada por razões diversas para a ida às ruas, alta mobilidade pelas cidades e, também diversificadas e integrais demandas, impõe desafios de grande monta para seu enfrentamento por parte do Estado.

Exige um esforço relevante para compreensão do fenômeno, uma vez que as pesquisas nacionais são escassas, desatualizadas e demandam metodologias específicas para seu desenvolvimento. Tais dificuldades se desdobram em barreiras para a elaboração de políticas públicas condizentes com a realidade das ruas e reforçam a invisibilidade, os estereótipos e preconceitos relacionados às pessoas que vivem nesta condição.

A Pesquisa Nacional “Aprendendo a Contar” realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre 2007 e 2008, contemplou 71 cidades e identificou 31.922 pessoas nesta condição. (Brasil, 2009). Dentre as pessoas em situação de rua identificadas, 82% eram homens, 67% negras ou pardas e 70,9% exerciam alguma atividade remunerada. Após este levantamento nenhum outro de amplitude nacional foi realizado.

Com o intuito de minimizar a ausência de contagens oficiais, em 2015 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio de um estudo estima-

tivo a partir de dados oficiais fornecidos por Prefeituras, apontou a existência de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Destes 48,89% viviam na região Sudeste, 22,45% no Nordeste, 15,73% no Sul, 8,62% no Centro-Oeste e 4,32% no Norte (Natalino, 2020).

Em 2020, durante a pandemia, esta estimativa foi atualizada para março daquele ano e esta nota técnica apresenta a atualização até o de 2022. Novamente foram utilizados dados oficiais informados pelas gestões municipais e tomaram como base o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único. Neste cenário, a estimativa da população em situação de rua no Brasil em 2022 apontou para 281.472 pessoas. (Natalino, 2022, p. 2). Segundo o autor “estima-se que a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022. Considerando o período de uma década (2012-2022), o crescimento é de 211%.” (Natalino, 2022, p. 18).

Em Juiz de Fora, o diagnóstico realizado em 2016 (Prefeitura de Juiz de Fora 2016), tratado com metodologia específica que difere da realizada em 2022, pelo Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (Pereira et.,al., 2023)²⁴, contabilizou 243 pessoas dormindo na rua e 141 pessoas dormindo em equipamentos públicos de atendimento, totalizando 384 pessoas.

O Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora, realizado em 2022 (Pereira et. al., 2023), identificou 805 pessoas em situação de rua em Juiz de Fora, apontando, portanto, um aumento de aproximadamente 110% desta população. Importante destacar que a metodologia trabalhada neste Censo não contabilizou as pessoas que vivem das ruas, mas tão somente aqueles que fazem da rua ou dos acolhimentos institucionais locais de moradia. De forma geral é possível aferir que a população em situação de rua cresce de forma exponencial no Brasil. Este cenário demanda intervenções cotidianas e em diversificadas políticas públicas.

Embora os direitos Constitucionais assegurem saúde, habitação, assistência social, previdência social, educação e trabalho para toda população brasileira é notório, para além do debate necessário que discute as origens e intencionalidades do próprio direito, que a letra da legislação suprema não alcança a realidade em sua amplitude e diversidade. Desta forma, as Legislações Infraconstitucionais, Decretos e pactuações em Políticas Nacionais, possuem a tarefa de alinhar asseguranças garantidas na Constituição Federal de 1988 para os segmentos específicos que demandam atenção integral e direcionada, tais como Criança e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e outros.

24 Para acessar o Relatório Final do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora realizado em 2022, consultar: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=79846>

Neste sentido, o Decreto Federal 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR). A PNPSR reafirma a importância da intersetorialidade no processo de atendimento desta população. Serafino & Luz (2015), sustentadas em Akerman et al. (2014) e Monnerat et al. (2011) discorrem que

a intersetorialidade destaca-se como estratégia fundamental para enfrentar problemas estruturais da sociedade contemporânea e para garantir os direitos de cidadania, mas ainda hoje encontramos problemas de fragmentação e descoordenação a nível operacional, que evidenciam uma distância entre o discurso e a prática, entre o previsto e o realizado. (Serafino, Luz, 2015, p. 77).

Um fenômeno multifacetado e uma população heterogênea por essência demandam políticas articuladas que intencionem o atendimento da integralidade dos sujeitos. Assim, a PNPSR em sua especificidade, mas também sustentada nas demais políticas de proteção social em seus diversos âmbitos e esferas, passa a dar a direção dos princípios, diretrizes e objetivos dos serviços a serem prestados à população em situação de rua.

De acordo com o Texto de Orientação para reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em Situação de Rua (MDS, 2012)

Os Serviços de Acolhimento Institucional (Abrigos Institucionais e Casas de Passagem) e os Serviços de Acolhimento em Repúbliga são serviços que integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. A especificidade desses Serviços está na oferta de atendimento integral que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência, para acolher com privacidade pessoas em situação de rua e desabrigado por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. (Brasil, 2012, p. 2)

Teodoro (2023) discutindo os princípios estabelecidos na PNPSR e os relacionando aos serviços existentes em Juiz de Fora, assevera que

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 1 o município de Juiz de Fora executa as seguintes ofertas: 1. Serviços Especializados para pessoas em situação de rua: consiste em unidade pública e estatal que tem como responsabilidade realizar a referência e contrarreferência dos usuários na rede de serviços públicos. É o equipamento mais importante da rede, já que deve organizar as demandas e conhecer muito de perto os usuários, sua realidade e necessidades sociais. Nesse sentido, oferta espaço de referência (durante o dia para alimentação, higiene, guarda de pertences, guarda de carrinhos (no caso de catadores de papel em situação de rua), projetos de convivência social e atendimento técnico. O equipamento onde se realiza esse serviço é denominado Centro Pop. 2. Serviço de Abordagem Social: consiste na busca

ativa da população em situação de rua nos espaços públicos. Tem um papel muito importante, já que é o único serviço que atende aqueles usuários que estão chegando na rua ou aqueles que não têm vinculação com nenhum dos equipamentos socioassistenciais. Portanto, a principal ação da abordagem social é a identificação em lócus das pessoas em situação de rua, seja sob marquises, debaixo de pontes, na região central da cidade, ou nas áreas mais afastadas.

3. Serviço de Acolhimento Institucional: serviço que garante a proteção social de acolhimento institucional em espaços para pernoite, higiene e alimentação. Esse serviço é encontrado em várias modalidades. No município temos duas: o atendimento integral, por 24 horas ininterrupto, ou parcial, denominado de Casa de Passagem, com atendimento apenas no período noturno. (Teodoro, 2023, p. 78)

A autora prossegue afirmando que “a organização dos serviços de acolhimento também demonstra a necessidade de reordenamento institucional” e que existem, também, os seguintes programas de base municipal:

Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Rua- Proteção Social Especial de Média Complexidade: esse é um programa municipal, sustentado pela Resolução no 38/2015.²⁹ De acordo com o texto dessa Resolução, o Programa “tem a finalidade de possibilitar o resgate da cidadania por meio de direitos básicos de trabalho, capacitação profissional, encaminhamento a empregos, além da formação de associação e cooperativas de produção e geração de renda”, fomentando ações de empregabilidade e trabalho (Juiz de Fora, Resolução no 38/2015- CMAS/JF). 2. Programa Municipal de Auxílio Moradia:³⁰ consiste na concessão de subsídio financeiro temporário, destinado ao custeio de despesas, como pagamento de aluguel em imóvel residencial e demais gastos emergenciais relacionados à moradia tais como taxas de condomínios, água, energia elétrica, dentro outros.(Teodoro, 2023, p. 79)

Como já mencionado, o recorte apresentado neste capítulo refere-se aos serviços de acolhimento a partir dos dados do último diagnóstico realizado na cidade de Juiz de Fora²⁵.

Método

Apresentamos uma reflexão, a partir de referências bibliográficas e documentais, sobre a utilização dos acolhimentos institucionais em Juiz de Fora. Para tanto, trabalhamos com os dados do Diagnóstico realizado em 2022 (Pereira *et. al.*, 2023) e os articulamos aos números encontrados na Pesquisa Nacional Aprendendo a Contar (Brasil, 2009) e nos diagnósticos de Rio de Janeiro (Prefeitura Municipal

25 Para detalhamento dos serviços e programas disponíveis em Juiz de Fora, conferir: ARBIA, SATO e CORTEZ (2023).

do Rio de Janeiro, 2023) e São Paulo (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2019) com metodologias aproximadas.

O Censo e Diagnóstico realizado em Juiz de Fora em 2022, tomou como população em situação de rua aquela maior de 18 anos e dorme nas ruas e/ou acolhimentos institucionais. O levantamento foi realizado por meio de uma parceria interinstitucional entre a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Prefeitura de Juiz de Fora, com este recorte mencionado e metodologia específica desenvolvida a partir do estudo de experiências anteriores e com a participação de trabalhadores da área, entidades e pessoas em situação de rua. A coordenação dos trabalhos foi interdisciplinar e envolveu docentes dos Departamentos de Política e Ação do Serviço Social, Fundamentos do Serviço Social, Psicologia e Estatística. Além disso, contou com participação de cinquenta estudantes de diversos cursos de graduação da UFJF e dois estudantes de Doutorado do Serviço Social da UFJF e Arquitetura da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Foram percorridas as ruas da cidade na última semana de outubro de 2022, a partir uma rota pré determinada com base nas abordagens realizadas pela equipe de abordagem da Secretaria de Assistência Social (SAS) e da localização de novos pontos de frequência. Após responderem a pergunta filtro, determinando a condição de vida na rua, as pessoas foram convidadas a responder o questionário.

O Censo, questionário curto, identificou 805 pessoas nesta condição. Neste estudo, como buscamos discutir os serviços de acolhimento prestados no município, tomamos como base somente os dados levantados a partir do diagnóstico ou questionário alongado, no qual 190 pessoas (23,6% da população identificada na condição de rua) responderam questões sobre diversos âmbitos, entre eles os acolhimentos institucionais, seu uso e condições de atendimento. O questionário aplicado investigou questões como a utilização dos serviços de acolhimento, a frequência desta utilização, a existência de dificuldades para conseguir vagas, problemas identificados pelos usuários nos equipamentos e, também, levantou dados sobre o atendimento por equipes deste e de outros serviços, como Consultório na Rua e Centro Pop. O relato detalhado da metodologia aplicada, assim como o questionário diagnóstico utilizado, pode ser consultado no Relatório Final do Censo e Diagnóstico, já referenciado em nota anterior.

O percurso teórico-metodológico definido neste estudo foi a abordagem dos dados a partir de uma perspectiva do fenômeno de vida nas ruas relacionado à configuração da questão social, tangenciado pela política de proteção social direcionada à esta população e finalizado com uma reflexão sobre os dados encontrados acerca dos acolhimentos em Juiz de Fora.

Resultados

O perfil geral das pessoas em situação de rua identificado em Juiz de Fora aponta que quase um terço das pessoas tem idade entre 40 a 49 anos, sendo a média de idade 43,2 anos; a grande maioria é do sexo masculino (84,7%), homens cis (78,9%) e heterossexuais; 75% são pessoas pretas e pardas; duas de cada três pessoas (66,3%) estão a mais de um ano dormindo nas ruas, sendo 39,5% a mais de 5 anos; metade dos entrevistados são nascidos em Juiz de Fora; dos que não são de Juiz de Fora 74,8% não desejam retornar às suas cidades natais; 58,4% possuem contato com as famílias, sendo 42,6% em Juiz de Fora e 15,8% em outra cidade e 70 % possuem certidão de nascimento, 67,45% CPF e 61,15 % carteira de identidade. (Pereira *et al.*, 2023)

A seção III do Diagnóstico agrupa os dados relativos aos serviços de acolhimento, aponta os serviços mais utilizados nos seis meses anteriores à aplicação do questionário e, em questão aberta, destaca os serviços que deveriam ser disponibilizados pelo município. Os dados resultantes da questão aberta foram muito diversificados e não puderam ser agrupados estatisticamente. No entanto, as principais demandas referem-se à emprego, qualificação, moradia e alimentação.

A tabela 6 apresenta a utilização dos acolhimentos em funcionamento.

Tabela 6- Utilização das unidades de acolhimento institucional (n=190)

	Frequência	Porcentagem
Sim e continuo dormindo sempre	88	46,3
Sim, de vez em quando	35	18,4
Sim, mas deixei de dormir	34	17,9
Não	26	13,7
não sabe	1	0,5
não respondeu	6	3,2
Total	190	100,0

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira *et al.*, 2023)

Os dados demonstram ampla utilização das unidades de acolhimento institucional. Também expressivo é o índice de pessoas que afirmaram não encontrar dificuldades para arrumar vagas nos acolhimentos: Das 190 pessoas entrevistadas, 123 pessoas (64,7%) afirmaram que não possuem dificuldades; 59 (31,1%) responderam que tem dificuldades. 6 pessoas (3,2%) não responderam e 2 pessoas (1,1%) não souberam responder a essa pergunta.

Os entrevistados responderam, também, sobre as condições dos acolhimentos. Neste aspecto 135 pessoas (71,1%) afirmaram que os abrigos da prefeitura apresentam problemas. Desse total, 11 pessoas (5,8%) não responderam e 4 pessoas (2,1%) não souberam responder a essa pergunta. A tabela 7 expõe os maiores problemas relatados por aqueles que identificaram problemas (135).

Tabela 7- Problemas relatados nos acolhimentos institucionais (n=135)

Problemas	Sim		Não		Não soube responder		Não respondeu		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Falta de liberdade	57	42.2	73	54	1	0.8	4	3	135	100
Dificuldade de relacionamento, ameaça ou violência por parte dos abrigados	67	49.6	62	45.9	1	0.8	5	3.7	135	100
Dificuldade de relacionamento, ameaça ou violência por parte dos funcionários	34	25.2	94	69.6	4	3	3	2.2	135	100
Falta de infra-estrutura nos edifícios	50	37	77	57	2	1.5	6	4.5	135	100
Falta de qualidade na comida/alimentação	38	28.2	92	68.1	2	1.5	3	2.2	135	100
Falta de limpeza e/ou conforto	39	28.9	88	65.2	3	2.2	5	3.7	135	100
Ocorrências de roubos e furtos (de seus pertences)	90	66.6	40	29.7	3	2.2	2	1.5	135	100

Problemas	Sim		Não		Não soube responder		Não respondeu		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Falta de transporte público/gratuito ligando o abrigo às áreas que frequenta	41	30.3	86	63.7	4	3	4	3	135	100
Falta de atividades, falta do que fazer	67	49.6	57	42.2	5	3.7	6	4.5	135	100
Falta de atendimento e/ou tratamento de qualidade	40	29.7	84	62.2	3	2.2	8	5.9	135	100
Localizações ruins	31	23	94	69.6	3	2.2	7	5.2	135	100
Não permitem cachorros	30	22.2	84	62.2	9	6.7	12	8.9	135	100
Não permitem guardar carrinho	36	26.7	77	57	9	6.7	13	9.6	135	100
Não permitem bebida no local	31	23	92	68.1	2	1.5	10	7.4	135	100
Não permitem outras drogas no local	31	23	91	67.4	3	2.2	10	7.4	135	100
Uso de álcool ou outras drogas no local	60	44.5	64	47.4	3	2.2	8	5.9	135	100
Outros problemas	2	1.5	124	91.8	1	0.8	8	5.9	135	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Já na Tabela 8 são apresentados os atendimentos aos quais a população em situação de rua teve acesso nos seis meses anteriores à realização da pesquisa.

Tabela 8- Atendimentos gerais recebidos (n=190)

Equipe	Sim		Não		Não soube responder		Não Respondeu		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
CRAS	70	36.8	96	50.5	4	2.1	20	10.5	190	100
Centro Pop	116	61.1	51	26.8	3	1.6	20	10.5	190	100
Equipe de Abordagem Social	93	48.9	70	36.8	3	1.6	24	12.6	190	100
CREAS	26	13.7	130	68.4	9	4.7	25	13.2	190	100
Conselho Tutelar	20	10.5	139	73.2	7	3.7	24	12.6	190	100
Unidade de Acolhimento	93	48.9	73	38.4	5	2.6	19	10	190	100
Consultório na Rua	85	44.7	78	41.1	5	2.6	22	11.6	190	100
Hotel	28	14.7	133	70	7	3.7	22	11.6	190	100
Defensoria Pública	33	17.4	129	67.9	5	2.6	23	12.1	190	100
ONGs	42	22.1	117	61.6	5	2.6	26	13.7	190	100
CAPS	47	24.7	113	59.5	6	3.2	24	12.6	190	100
PRESP	11	5.8	146	76.8	9	4.7	24	12.6	190	100
SAMU	36	18.9	126	66.3	5	2.6	23	12.1	190	100
Sim, foi atendido mas não lembra qual foi o atendimento	6	3.2	161	84.7	2	1.1	21	11.1	190	100
Não foi atendido por nenhuma	11	5.8	156	82.1	2	1.1	21	11.1	190	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Sobre esta questão 50,5% das pessoas afirmaram não terem sido atendidas pela equipe do CRAS; 61,1% afirmaram terem sido atendidas pela equipe do Centro POP; 48,9% foram atendidas pela equipe de abordagem; 68,4% afirmaram não terem sido atendidas pela equipe do CREAS; 73,2% não foram atendidas pela equipe do Conselho Tutelar; 48,9% afirmaram que foram atendidas por equipes de acolhimento institucional; 44,7% das pessoas foram atendidas pela equipe do Consultório na Rua; 61,6% afirmaram não terem sido atendidas por nenhuma equipe de Organização Não Governamental (ONG); 59,5% não receberam atendimento de equipe do CAPS; 76,8% afirmaram não terem sido atendidas pela equipe do PRESP; 66,3% afirmaram não terem sido atendidas pela equipe do SAMU; 3,2% afirmaram terem sido atendidos, mas não lembrarem da equipe que os atendeu. Foram coletados dados referentes a 190 pessoas. Desse total, 156 pessoas (82,1%) afirmaram terem recebido algum dos atendimentos, 11 pessoas (5,8%) não receberam nenhum atendimento, 21(11,1%) pessoas não responderam a essa pergunta e 2 pessoas (1,1%) não souberam responder.

Discussão dos resultados

A partir do perfil geral identificado, algumas observações são de extrema relevância para considerarmos as alternativas de acolhimento institucional para esta população. A principal delas, além do número de pessoas nesta condição e de seu aumento em 35% a partir da pandemia da COVID-19, reside na informação de que em torno de 40% das pessoas vivenciam a condição de rua há mais de 5 anos. E, de forma especial, no âmbito de interesse deste estudo, a heterogeneidade desta população é fator determinante para a compreensão adequada das políticas públicas a ela direcionadas.

Considerando o total de 190 pessoas entrevistadas, a Tabela 6 caracteriza que 46,3% dos entrevistados já dormiu e dorme sempre nos abrigos. Esse percentual, somado aos 18,4% que afirmaram dormir “de vez em quando”, conformam 64,7% de pessoas que utilizam sistematicamente as unidades de acolhimento da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). O que referenda a observação registrada nos dias da pesquisa de campo de que a maior parte da população em situação de rua de Juiz de Fora faz uso dos serviços das instituições disponíveis. Este dado é superior ao encontrado na Pesquisa Nacional de 2009 e em outras pesquisas do tipo realizadas em municípios como Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com a pesquisa Nacional Aprendendo a Contar, (Brasil, 2009), 69,6% da população de rua no país costuma dormir nas ruas. Somente 22,1% fazem uso de acolhimentos e 8,3% alternam entre dormir nas ruas e nos acolhi-

mentos. Do total dos entrevistados 46,5 % preferem dormir nas ruas e 43, 8% em acolhimentos.

Já o Censo da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro contabilizou 7.865 pessoas em situação de rua. Dentre estas, somente 17% utiliza sistematicamente as unidades de acolhimento se considerados somente os acolhimentos e 20% se considerados em conjunto acolhimentos, comunidades terapêuticas (2%) , hospitais e CAPS (1%). (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro 2023)

Em São Paulo, onde a metodologia se diferencia um pouco, foram aplicados questionários distintos para quem estava na rua e quem estava em acolhimentos. Ainda assim foi possível apurar que, dos que estavam na rua 75,2% informaram que já tinham usado em algum momento da vida o acolhimento institucional, 24,3% declararam nunca ter dormido em centros de acolhida. Ao mesmo tempo, 62,6% responderam que não haviam procurado vagas na semana em que a pesquisa foi realizada enquanto 20,2% informaram que haviam procurado e conseguido vaga e 16,6% informaram ter procurado e não conseguido a vaga no mesmo período. Já entre os acolhidos foi perguntado se já haviam dormido nas ruas, sendo que, 80,7% responderam que sim, e 19,2% responderam que não. Esta diferenciação entre as questões se mostra interessante, pois permite levantar aqueles que ainda não dormiram nas ruas em tempo algum e a partir deste levantamento pode-se desenvolver políticas específicas direcionadas para esta parcela da população em situação de rua.

Os números demonstram que a população em situação de rua em Juiz de Fora está relativamente institucionalizada, coberta pelos acolhimentos institucionais. E, embora apresentem uma série de desafios, as estratégias de acolhimento atual na cidade parecem caminhar no sentido do atendimento das necessidades básicas desta população. Realidade que ainda parece bem distante em termos de Brasil, assim como nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Ao mesmo tempo, os dados remetem à necessidade de novas elaborações e adequações que permitam apontar possibilidades visando à implantação de uma dinâmica que considere os diferentes grupos numa perspectiva de aprimoramento desta acolhida e, também, de diversificação ainda maior dos centros de acolhida. Além disso, seria propício considerar o tempo de vida nas ruas ou acolhimentos como um marcador importante para o direcionamento dos serviços gerais de atendimento. Aqueles que possuem menos tempo de vida nas ruas demandam serviços especiais para não se fixarem nas mesmas, sendo mais fácil retornarem aos padrões anteriores à esta situação. A oferta das vagas nos hotéis e/ou a consecução do aluguel social com prioridade para grupos recém chegados às ruas representa um encaminhamento relevante para este fim. Como também a criação de acolhimentos no formato de Repúblicas, que poderiam representar

alternativas diferenciadas para uma parcela específica da população em situação de rua que, em acompanhamento intersetorial, possua condições gerais de saída gradativa desta condição.

Apontamos, também, como relevante a vinculação territorial destes sujeitos aos demais equipamentos de assistência social, saúde e educação que ultrapassem os atendimentos já realizados no âmbito da PNPSR, como centro pop, acolhimentos institucionais, consultório na rua e outros. A integração deste sujeitos nas redes de proteção social de uso comum do Sistema Único de Assistência Social como os CRAS e CREAS, assim como do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Educação, sem contudo desvincular os atendimentos da rede específica de proteção nestas políticas, além de assegurarem uma proteção mais integral, configuraram uma forma de acompanhamento interessante como uma tentativa de manter os vínculos primários existentes, com o território de origem quando de Juiz de Fora e/ou com familiares e demais relações sociais previamente estabelecidas.

Consideros relatados na tabela 7, a ocorrência de roubos de pertences é a questão mais indicada por aqueles que apontam a existência de problemas nas instituições de acolhimento, contabilizando 66,6% das respostas. Seguido de dificuldades de relacionamento, ameaças ou violências por parte dos abrigados mencionada por 49,6% das pessoas entrevistadas, assim como a falta de atividades com o mesmo percentual (49,6%). Também se destaca o uso de álcool ou outras drogas no local, citado por 44,5% dos respondentes e a falta de liberdade apontada como problema por 42,2%.

Para efeitos comparativos, na Pesquisa Nacional (Brasil, 2009), 44,3% disseram ser a falta de liberdade uma das maiores dificuldades com os acolhimentos, seguidos de 27,1% que apontaram os horários de entrada e saída, assim como a rotina em geral das instituições e de 21,4% que destacaram as proibições de uso de álcool e outras drogas nos locais. E, ainda, 20,7% relataram grande dificuldade para conseguir vagas em acolhimentos.

O levantamento em São Paulo identificou que 19,3% já foram impedidos de entrar em algum centro de acolhida por estarem alcoolizados (as) ou por terem feito uso de outras drogas; 3,0% relataram já terem sido impedidos (as) de entrar por ser LGBTQ+; 6,6% já foram impedidos de entrar por terem alguma anotação no prontuário de atendimento; 15,9% já foram expulsos de algum centro de acolhida; 19,9% já sofreram algum tipo de discriminação por funcionários; 30,2% relataram que não receberam alimentação ou que foram impedidos de repetir a alimentação; 33,8% que já encontraram seus colchões sujos ou com insetos, e 17,0% declararam que já tinham sido agredidos por outros usuários nos centros de acolhida. (Prefeitura de São Paulo, 2019)

No comparativo, as condições de atendimento e organização dos acolhimentos em Juiz de Fora buscam acompanhar o disposto na PNPSR (2009). Acolhimentos diversificados e em progressiva redução do número de pessoas por equipamentos, exemplificam o direcionamento, assim como a recém iniciada distribuição dos acolhimentos por territórios diversificados pela cidade. Os maiores problemas registrados são bem similares aos nacionalmente encontrados, como verifica-se acima. Chama atenção o alto índice de roubos e furtos, associados ao também elevado índice de conflitos e brigas entre os próprios acolhidos. Tais questões nos remetem às observações sobre violência registradas no relatório de dados e que precisam ser consideradas a partir de elementos macrossocietários fim de não resvalarem em situações de culpabilização individual por algo que é marcadamente estrutural. A discussão da violência dentro e fora dos acolhimentos passa por questões que são amplas e de corte profundo e que não devem ser analisadas isoladamente. Ao mesmo tempo representam uma questão importante que precisa ser tomada enquanto tal pelo poder público, para que os espaços de acolhimento possam efetivamente acolher a diversidade de perfis que compõem essa população, ao mesmo tempo estimulando a responsabilização e o compromisso individual e coletivo com a construção de espaços de pertencimento. Aqui registra-se, também, a necessidade de capacitações permanentes e sistemáticas para equipes fixas de atendimento que, desta forma, possam estabelecer vínculos duradouros com os atendidos, elemento essencial para a elaboração, acompanhamento e sucesso dos projetos de vida que podem ser (re) construídos nos equipamentos de acolhimento.

Neste sentido, o relato de poucas atividades realizadas nos acolhimentos também se torna relevante, ao passo que nos espaços poderiam ser realizadas ações de interesse dos usuários e também fora dos acolhimentos poderiam ser proporcionados momentos de atividades culturais e esportivas, tomando o atendimento à população em situação de rua como efetivamente intersetorial e não somente resguardado ao âmbito da política pública de assistência social, como comumente acontece, inclusive em Juiz de Fora.-MG.

No tocante às ações intersetoriais Juiz de Fora não está diferente em relação aos demais municípios do Brasil. A tabela 8 demonstra a utilização e a não utilização de diversos serviços de responsabilidade dos três entes federados e a baixa procura ou atendimento pode fazer coro com esta observação. Teodoro, sobre esta questão, afirma que

A relação estabelecida entre os serviços e os programas socioassistenciais para a população em situação de rua é um tanto complexa. O que temos ainda são vários serviços que trabalham, na maioria das vezes, de forma isolada e pontual, sem a característica de rede de serviços. Essa reflexão advém da própria constru-

ção dos serviços no município, que são anteriores à implantação do SUAS. Isso significa dizer que, ao longo do tempo, esses atendimentos adquiriram cultura e características próprias, que necessitam de readequação para atual modelo em vigor. (Teodoro, 2023, p. 79)

A dificuldade da construção de ações intersetoriais se apresenta em diversas ordens, desde a própria concepção de intersetorialidade que não pode ser confundida com interinstitucionalidade ou interdisciplinaridade, até a criação de fluxos adequados capazes de estimular essa metodologia para as políticas públicas em geral. Destacamos que a revisão de fluxos de todos os setores das políticas públicas que em algum momento atendem à população em situação de rua, para uma efetiva articulação organizacional e procedural que preceda a materialidade das ações e possibilite planejamento, discussão, encaminhamentos, atendimentos e avaliações integrais dos serviços se faz primordial para tal construção. E este é um ponto que, necessariamente, precisa ser enfrentado em termos de gestão. O estabelecimento de pontos comuns de unidade entre os serviços, potencializando inicialmente o Comitê POP-RUA para construir e alinhar tal direcionamento que, posteriormente seria coordenada por alguma das pastas públicas envolvidas na composição deste mesmo Comitê. O desafio é grande e precisa ser enfrentado em todo o país.

Outro elemento que merece destaque refere-se à ausência de uma política estruturada de segurança alimentar no município. Durante a realização das entrevistas do Censo e Diagnóstico de 2022 identificamos, embora não tenhamos contabilizado, um expressivo número de pessoas em condição de pobreza nos espaços de alimentação da cidade. Sabemos que as pessoas encontradas somente representam uma pequena parcela das pessoas nesta condição na cidade. No caso da população em situação de rua, embora a mesma disponha de instituições que sirvam alimentação nos três turnos do dia, a insegurança alimentar caminha lado a lado com a condição precária que vivenciam em todos os âmbitos da vida. Sua retomada da vida nos padrões sociais, passa também, por possuírem condições adequadas e acessíveis de alimentação, no caso fora das instituições de atendimento. A mesma situação se dá em relação à habitação. Não temos conhecimento de serviços estruturados de habitação popular que possam vir a ser utilizados pela população em situação de rua, para fora do atendimento dos acolhimentos prestados pela política setorial de assistência social.

Por fim, é preciso considerar que a maioria absoluta dos serviços e programas são ofertados a partir de base de financiamento municipal, o que dificulta a cobertura, permanência e sistemático reordenamento das ações. Três questões se colocam como fundamentais neste aspecto: 1. a compreensão da necessidade do atendimento integral e intersetorial (o atendimento da popu-

lação em situação de rua não pode continuar a ser objeto quase exclusivo da política de assistência social); 2. a definição de recursos em todas as políticas estruturantes para a finalidade de atendimento desta população, assim como o estabelecimento de fluxos para desenvolvimento das ações conjuntas; 3. o estímulo à organização popular deste segmento para que, de forma articulada com as instâncias de defesas de direitos e outros movimentos sociais, exerçam pressão por maiores recursos nos âmbitos federal e estadual para as políticas de proteção social em geral.

Notas Finais

O esforço de reflexão empreendido neste capítulo está longe de esgotar as possibilidades abertas pela realização do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora, de 2022. E, tampouco se aproxima da totalidade dos debates necessários sobre a temática. Esta é uma tarefa coletiva, dos centros de estudo, do poder público, das entidades de defesa de direitos e atendimentos e da sociedade em geral.

De forma geral, os dados sobre os acolhimentos em Juiz de Fora demonstram uma boa aderência da população usuária, a busca do poder público de meios para reordenar seus serviços em termos de tipificação e cobertura e a necessidade de um trabalho com ênfase sobre os problemas apontados, para que aqueles que encontram localmente suas raízes possam ser resolvidos e os demais minimamente amenizados.

Para a complexidade da vida nas ruas não existem alternativas fáceis. Os dados analisados expõem essa afirmativa de forma contundente. E, do pouco que podemos afirmar de comum, na diversidade da questão, é notório que somente por meio de políticas integrais e intersetoriais as possibilidades de atendimento efetivamente qualificado se desenham. Sobre este aspecto, além da superação do entendimento equivocado de gestores e da sociedade de forma geral de que esta população é objeto de intervenção quase exclusivo da política de assistência social, residem desafios macrossocietários expressivos, como o envolvimento concreto dos entes federados para além dos municípios e uma base de financiamento compatível com o tamanho do desafio de retirar do papel a legislação pertinente. Em suma, a investida é de amplo fôlego e envolve o entendimento do tipo de sociedade que estamos construindo.

Referências

ARBIA, A.; SATO, M. A. A.; CORTEZ, A. M. V. *Aspectos da pesquisa “Mapeamento dos serviços de atendimento à pop rua em Juiz de Fora”*: elementos empíricos para reflexões sobre o presente. In: ARBIA, A.; PEREIRA, V. S.; GRANJA, B. (Org.). Atendimento à População em Situação de Rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 24 dez., 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, 2009.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS*. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua. Brasília: MDS, 2012.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, V. *Globalização e Neoliberalismo*: O que isto tem a ver com você, professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu*: trajetórias de “exclusão social”. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

NATALINO, M. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Junho de 2020. In: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota Técnica nº 73. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf.

NATALINO, M. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022). Publicação preliminar. Dezembro de 2022. In: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota Técnica. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO; L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 05 jul. 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/index.php>.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto nº 14.489, de 19 de abril de 2021. Revoga o Decreto nº 11.749/2013, e institui o Comitê Intersetorial de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Juiz de Fora. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-defora>.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Censo de População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro- 2022. Rio de Janeiro: PMRJ, 2022. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo. São Paulo 2019. São Paulo: PMSP, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf.

ROSA, C. M. M. (Org.). *População de rua Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. *Política para a população adulta em situação de rua: questões para debate*, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00074.pdf>. Acesso em jun. 2023.

TEODORO, M. *Reflexões sobre a política de atendimento à população em situação de rua em Juiz de Fora*. In: ARBIA, A.; PEREIRA, V. S.; GRANJA, B. (Org.). *Atendimento à População em Situação de Rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

Capítulo 8

Vida na rua e trabalho: pertencer, estar e ser

Marina Barbosa Pinto

Juliana Cobucci

Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar reflexões sobre a população em situação de rua no município de Juiz de Fora-/MG observando aspectos ligados à esfera do trabalho e emprego vinculados a este segmento. Consideramos as últimas transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a população que vive ou passa a viver nas ruas e buscamos sinalizar os desafios contemporâneos para definição de medidas voltadas a estaparcela da população trabalhadora.

A análise pretende relacionar os aspectos centrais obtidos no *Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua Em Juiz de Fora - MG* (Pereira et ali, 2023)²⁶ sobre o contexto de trabalho e desemprego da população em situação de rua na cidade de Juiz de Fora, com o panorama geral das formas assumidas para a contratação da força de trabalho no país ena região da zona da mata mineira, na qual se localiza o município em destaque.

O capítulo é dividido em duas partes. Na primeira tem-se uma breve análise do quadro de absorção de mão-de-obra em sua configuração atual e desdobramentos para os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, já apresentando dados sobre a empregabilidade na região. Nesta também, se faz presente um diálogo com a vertente que embasa a reflexão teórica sobre o tema. Na segunda parte, com base nas sinalizações em torno da situação específica do município, arriscamos algumas indicações para a construção de estratégias de ações coletivas e profissionais, apoiadas em estudos e experiências já em curso em outras localidades. Por fim, sem pretender fechar a análise, mas sim convidar a seguir o debate e as formulações, apresentamos algumas considerações à guisa de conclusão.

26 Todos os dados que compõe o Censo da População em situação de rua em Juiz de Fora estão disponíveis em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf>. Acesso em:09/06/2023.

O trabalho e a rua na atualidade: intempéries de trabalhar em qualquer lugar.

Ao longo do tempo observamos a ampliação da população em situação de rua²⁷ em cidades grandes, locais que historicamente concentram populações de moradores de rua. Este processo, no entanto, também vem ocorrendo em médias e pequenas cidades. Isto sinaliza a ampliação significativa do quadro que leva as pessoas a viver nas ruas. Para compreender tal questão é necessário lembrar que a população em situação de rua é composta por parte da classe trabalhadora, que por diversas razões encontra dificuldades para acessar recursos que lhes permita garantir sua sobrevivência e de suas famílias, bem como sair da condição de habitar as ruas. Entre as principais questões estão dificuldades relacionadas à inserção em vagas de trabalho e emprego que ofereçam proteção social e trabalhista, tais como aquelas previstas para as vagas de trabalho formais; e, por vezes dificuldades de estabelecer algum vínculo empregatício informal, ficando à mercê de maior vulnerabilidade.

A inserção social em atividade laborativa determina a forma como os sujeitos sociais acessam os bens e recursos coletivos. Neste sentido estar fora do circuito de trabalho e emprego exclui uma camada da população do acesso aos direitos que garantam bens básicos necessários à sobrevivência e condição de vida. Mas, estes sujeitos não estão fora das relações de sociais e de produção, e sim imersos no constante contexto de enfrentamento das classes fundamentais, no qual se constroem novas formas de inserção e pertencimento social.

Compreender os processos de inserção da população trabalhadora que vive nas ruas exige considerar a configuração assumida pelo trabalho na realidade brasileira, marcada por particularidades próprias da nossa formação social. Isto não exclui os efeitos das profundas e inúmeras transformações ocorridas no mundo do trabalho capitalista. Especialmente aquelas ocorridas no último século e que estabeleceram novas formas de gestão e contratação de força de trabalho e impulsionaram a adoção de avançados recursos de tecnologia que, consequentemente, impõe novos processos e fluxos de trabalho, na chamada economia

27 Compartilhamos da terminologia empregada no Censo Diagnóstico da População de rua em Juiz de Fora (UFJF-PJF, 2023) que corresponde à mesma utilizada pela terminologia na Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (2008) referência para a organização de políticas públicas para esse grupo e que considera as pessoas em situação de rua como: Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (Brasil, 2008, p. 8).

4.0. Esse novo momento das relações econômicas e sociais capitalistas, a Quarta Revolução Industrial²⁸, traz profundas alterações no modo de produção; circulação, compra e venda das mercadorias; e, por consequência, nas formas de absorção da mão-de-obra trabalhadora em todo o mundo. Sustenta-se centralmente em tecnologias de última geração com destaque para a inteligência artificial, incluindo a robótica; compartilhamento de memórias de dados em computadores (compartilhamento em nuvem); dispositivos e software com diferentes tecnologias que conectam e trocam dados entre diferentes sistemas pela internet. Sejam estes na grande indústria, em nossas casas ou trabalho; no mundo, Brasil, Minas Gerais, Juiz de Fora, nosso bairro, nossa casa.

Esse novo contexto das relações de produção reconfiguram as relações de trabalho, que já vinham sofrendo profundas mudanças, em especial, desde a década de 1990, com o neoliberalismo²⁹. Chama atenção dois pilares, um relacionado à forma de emprego que envolve precarização e perda de direito associado a um tipo de exercício de trabalho marcado pela busca para anular a coletividade no exercício da função, em geral. Outro relacionado à subjetividade na qual impera uma nova ideologia de individualização e autonomia do trabalhador, com a disseminação da salvação estar em ser patrão de si mesmo, mediado pela tecnologia, com apologia de que está será sempre favorável a ele. A realidade demonstra não ser assim no mundo real. Os dados indicam que o desemprego segue, a informalidade aumenta, com sua carga brutal de precarização, e o fosso no interior da classe trabalhadora entre os que estão na alta ponta da empregabilidade e os que estão subalternizados na cadeia do emprego, só se amplia. E mesmo as contratações para trabalhos presenciais envolvem majoritariamente sobrecarga de trabalho, baixos salários, condições precárias e redução de direitos e garantias, mesmo na tão moderna era 4.0 informacional do trabalho digital online para boa parte da classe trabalhadora. Mas a regra máxima do sistema não foi abolida, antes é exacerbada, a vida e o trabalho virtual de alguns se devem a vida e trabalho real de muitos explorados.

O modelo deste início de século amplia a desigualdade social e econômica a partir do trabalho, pois está assentado na perversa combinação entre aumento do desemprego estrutural, destruição de postos de trabalho, empregos precarizados,

28 São muitos os estudos sobre esta temática, aqui nosso principal suporte está em ANTUNES (2009; 2018; 2020) ANTUNES e DRUCK (2014) RAICHELLIS (2018).

29 Este é um tema muito estudado e já decantado, mas vale para aprofundar o tema ver referências que buscam analisar a sua face atual como nos trabalhos de Pierre Dardot e Christian e Laval tais como A nova razão do mundo São Paulo: Boitempo, 2016; ou Anatomia do novo neoliberalismo. Este último disponível em: <https://ihu.unisinos.br/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval> Acesso em: 06/06/2023.

jornadas com maior exploração, perda de direitos, pauperismo, desvalorização da remuneração, redução de políticas universais.

Chamamos atenção para a análise de Antunes sobre o “novo proletariado da era digital” (2018:30). São definidos novos processos de trabalho, com uso de novas tecnologias, ferramentas ou maquinários, e, também de novas formas de emprego e, portanto, exigindo “novos trabalhadores”, forjados numa nova sociabilidade ideológica, na qual de si para si, prevalece a falsa ideia de que tudo se pauta pelo “eu sozinho”, mas a verdade é que a grande parte será e é, descartável rápida e estruturalmente. O exemplo mais emblemático, as empresas “Walmart”, tornou-se uma nomenclatura “walmartização do trabalho”, ANTUNES (2018, p. 30). Mas temos nessa seara a uberização, ifood dentre outras modalidades.

E neste cenário está uma grande massa de trabalhadores que vivem, sobrevivem, de benefícios, bicos, empregos instáveis ou temporários. Há os que mesmo empregados estão sem garantias e com remuneração rebaixada, ou salários congelados e sem benefícios. Mas há os que estão no outro lado do fosso, com altos salários e benefícios, e mesmo assim estão expostos às intempéries gerais e invitáveis do sistema; e sem esquecer dos que alçaram a condição de “salvos” da condição de explorados – a parcela empreendedora. Narração mais desumana da ideologia dominante sobre a classe trabalhadora: tenta tornar encantador um novo lugar de explorado pela sobrevivência na cruel roda capitalista.

São muitas as formas de estar e não estar na condição de “vender a força de trabalho” para sobreviver. O que as unifica é o elevado estágio de exploração sobre o trabalho destes indivíduos, exercendo mais uma vez de modo inovador o assalto sobre o trabalho para garantir a melhor saída para superação da sua crise de acumulação do capital em âmbito mundial.

A classe trabalhadora brasileira vivencia intensamente os efeitos do aprofundamento das formas de exploração do trabalho que envolve tanto elementos comuns a outros momentos de reestruturação capitalista como o aumento da sobrecarga de trabalho; intensificação do trabalho; redução de salários; precarização das condições de trabalho e redução de direitos. Tanto os “inovadores” que incorporam recursos que, aparentemente, conferem modernidade ao trabalho e seus processos, como é o caso das tecnologias da informação e comunicação (TIC’s) e do trabalho virtual, expressões do avanço informacional e digital sobre a organização do trabalho. Esta combinação entre antigas e novas formas de exploração do trabalho estabelece um quadro que merece atenção. De um lado temos um contingente de trabalhadores em situação de vida e trabalho extremamente precários, frágeis e desprotegidos. Inclui-se neste grupo de trabalhadores aqueles que passam a depender da tecnologia para acessar o trabalho ou mesmo para ter a possibilidade de realizar a atividade profissional. Falamos aqui dos tra-

lhadores que passam a realizar o trabalho de maneira virtual, muitas vezes em home-office, assumindo todos os custos estruturais ligados ao trabalho (gastos com energia, internet e equipamentos, por exemplo) como também os trabalhadores que precisam se “conectar” às empresas que organizam a atividade que realizam sem que isso implique em vínculo de trabalho. O maior exemplo disso são os trabalhadores de serviços que passam a se “relacionar” com as pessoas demandantes do trabalho através de aplicativos das empresas que organizam a prestação do serviço sem sequer contar com uma sede física nas cidades nas quais atua e que estabelecem o valor recebido pelos trabalhadores de maneira unilateral. Coloca-se neste cenário o que Antunes (2018; p.30) denominou como “escravidão digital” que amplia a exploração sob a falsa aparência do trabalhador como um empreendedor ou dono do seu próprio tempo e negócio.

Este novo contexto é ainda marcado pela ampliação do desemprego estrutural. Para esta população a sobrevivência está relacionada à execução de atividades informais esporádicas e com baixíssima remuneração, são os chamados “bicos”. Em um quadro de forte desemprego, precarização do trabalho e da renda com regressão dos direitos sociais. Assim, tende-se a um cenário mais propício ao aumento do número de indivíduos que passem a viver nas ruas uma vez que não conseguem inserir-se na dinâmica produtiva, por meio de vínculos que possam garantir-lhes o mínimo para a manutenção de uma condição de vida considerada “digna”.

Por fim não poderíamos deixar de apontar, mesmo que brevemente, que as tendências de reorganização do trabalho e o consequente desemprego e sua precarização, também se colocam para os profissionais responsáveis por atender/colher os trabalhadores desassistidos e desprotegidos. Aqui trabalhadores do Serviço Social, assim como outras profissões, também sofrem os efeitos de todo este processo de mudanças e regressões passando a enfrentar, tal como os usuários/as dos seus serviços, longas jornadas de trabalho, com vínculos precários e baixos salários. Além, de uma série de outras questões que restringem tanto os direitos quanto os recursos disponíveis para o trabalho profissional. E consequentemente para o atendimento adequado dos usuários dos serviços sociais (Raichelis, 2018; Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019).

Uma pequenina imagem do novo desemprego e o não-lugar de quem está em situação de rua

Na dinâmica recente deste processo é possível identificar tímidas mudanças na taxa de desemprego no país. Conforme dados disponíveis na plataforma da

PNAD³⁰ (IBGE) a taxa de desocupação no último trimestre de 2022 estava em 8,7%, o que correspondia a 9.460 milhões de pessoas desempregadas. No primeiro trimestre de 2023 a taxa ficou em 8,8%, ou 9.432 milhões de pessoas, constituindo percentuais significativos de pessoas sem inserção no trabalho.

Se compararmos os dados com índice observado durante o agonizante período da pandemia do COVID-19, momento no qual o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões de pessoas desempregadas no primeiro trimestre de 2021, o equivalente a taxa de 14,9%, teremos um cenário de redução do quadro de desemprego. No entanto, a redução observada se deu com o aumento da informalidade e de trabalhadores sem carteira assinada.

Na comparação dos dados da PNAD do mesmo período considerado acima, terceiro trimestre de 2022 e primeiro trimestre de 2023, identificamos que respectivamente 39.145 e 38.118 milhões de pessoas estão/estiveram inseridas em atividades informais.

A mesma fonte de dados indica que em Minas Gerais a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2023 é menor que a taxa nacional, constituindo 6,8%, que corresponde a 766 mil pessoas. Além disso, os dados indicam que 3.900 pessoas exercem ocupações na condição de informalidade no estado. A região da zona da mata mineira, onde se localiza Juiz de Fora, segue a tendência nacional apresentando taxa de 8,6% de desocupação, o que corresponde a 4.151 pessoas desocupadas.

Observando os dados do Relatório final do Censo e diagnóstico da população adulta em situação de Rua em Juiz de Fora (UFJF) que entrevistou 190 pessoas temos importantes informações sobre a inserção destes no mercado de trabalho. No item “Trabalho e renda” do documento citado identificam-se que do total de entrevistados 54,2%, ou 103 pessoas, afirmaram que trabalhavam de carteira assinada antes de ir para a rua e 6,8% ou 13 pessoas afirmaram que não trabalhavam. Apenas 5,8%, dos entrevistados ou 11 pessoas não responderam à pergunta. Os dados registram uma modificação muito profunda na vida destes trabalhadores que perdem não só o recurso financeiro que permite a sobrevivência, mas também os direitos relacionados à proteção social trabalhista própria dos trabalhadores formais tais como aposentadoria.

30 Os dados utilizados e ainda outros podem ser acessados em: <<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>

Gráfico 6 - Atividade laborativa exercida anteriormente à situação de rua



Fonte: Reprodução do Relatório Final do Censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora (Pereira et al., 2023)

Os dados indicam que após perder as vagas de trabalho e emprego formais os trabalhadores passaram a desempenhar, majoritariamente, atividades informais ratificando a tendência nacional em relação ao aumento da informalidade. As entrevistas indicaram que 62,6% das pessoas em situação de rua entrevistadas no município, ou 119 pessoas, afirmaram trabalhar nesta condição, ou seja, sem carteira assinada. Ainda sobre esta questão 28,4%, ou pessoas entrevistadas afirmaram não trabalhar, 5,3%, ou 10 pessoas não responderam à perguntae 1,1% ou 2 pessoas não souberam responder.

No trabalho “Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução”, conduzido pelo Instituto Veredas, Vahdat; et al. (2022, p. 113) utilizam a classificação “informais de subsistência” para definir as inserções profissionais cujas ocupações se caracterizam pela instabilidade, baixa qualidade e ausência de perspectivas de crescimento. Tal classificação é interessante quando observamos os tipos de inserções levantadas pela pesquisa em Juiz de Fora. Os autores consideram a existência de 19,7 milhões de pessoas inseridas em atividades que podem ser classificadas como informais de subsistência. Segundo a análise os trabalhadores deste grupo provêm de contextos de alta vulnerabilidade social e cujas oportunidades de trabalho se estabelecem por meio dos chamados “corres” e “bicos”. Além disso um traço marcante deste tipo de inserção é o fato de os recursos recebidos se destinarem, quase exclusivamente à sobrevivência individual e familiar dos trabalhadores. Logo este grupo de pessoas vivencia condições frágeis e restritas para a garantia de

subsistência, o que e coincide com o perfil dos trabalhadores em situação de rua em Juiz de Fora que participaram do levantamento.

O levantamento em Juiz de Fora também apurou que as atividades desempenhadas por estes trabalhadores antes de estarem nesta situação exigem pouca ou nenhuma escolaridade específica. Foi comum o relato de inserções profissionais ligadas à condição de auxiliares ou serventes. Deste modo 56,7%, o equivalente a 107 pessoas, necessita de pouca ou nenhuma formação ligada a atividade anteriormente exercida. Chama atenção o dado de 28,9% ou 57 entrevistados terem informado que exerciam atividades laborais com nível de aprendizagem técnica entre as quais estão as funções de mecânico, soldador, operador de máquinas, eletricista e motorista. Apenas uma pessoa ou 0,52% informou ter desempenhado atividade de professor de filosofia, profissão com nível superior de escolaridade.

Os dados se mostram alinhados a análise de Vahdat, et al (2022) em relação aos dados do 3º trimestre de 2021 da PNAD Contínua (IBGE) e identificou que cerca de 75% dos trabalhadores informais do país possuem ensino fundamental incompleto ou inferior.

Os dados levantados em Juiz de Fora são importantes, pois permitem dar as bases para elaboração de medidas a serem consideradas pelo poder público com objetivo de favorecer a recolocação destes trabalhadores no mercado formal de trabalho. Tais como já ocorreram em alguns municípios do país³¹. Ao observar que a maior parte dos trabalhadores que vivem em situação de rua no município possui menor nível de escolaridade e/ou conhecimentos de nível técnico, pode-se avaliar, em conjunto com outras propostas, a possibilidade de criação de políticas que incentivem e viabilizem o acesso desta população a programas de qualificação e requalificação profissional tanto para as atividades nas quais os trabalhadores já possuem acúmulo quanto para permitir a aquisição de conhecimentos e habilidades que favoreçam a contratação destes trabalhadores. Também é imperioso considerar a necessidade de realização de convênios com instituições e/ou empresas que privilegiam a contratação da força de trabalho deste grupo de trabalhadores. Uma iniciativa interessante neste sentido pode ser observada no Projeto de Lei 960/23, em análise pela Câmara dos Deputados, que propõe a reserva 4% das vagas ofertadas por intermédio do Sistema Nacional de Empregos (Sine) para pessoas em situação de rua, além de outros 4% de vagas para travestis e demais pessoas trans. É importante ressaltar que as ações ligadas à esfera do trabalho não devem ser a única medida voltada ao atendimento desta população. Afinal apesar de a esfera do trabalho constituir segmento fundamental à vida de todas as pessoas é necessário considerar as necessidades humanas em sua totalidade, o

31 Alguns exemplos deste tipo de iniciativa ocorreram em Belo Horizonte com o Programa “Estamos Juntos”, no Distrito Federal como o projeto “Um Novo Caminho”.

que não se restringe ao trabalho, mas envolve condições dignas de acesso a saúde, assistência social, moradia, alimentação, cultura e lazer, entre outros aspectos da vida. Deste modo é imprescindível a intersetorialidade das políticas públicas voltadas aos trabalhadores em situação de rua. Considerando esta compreensão chama atenção o carro chefe das políticas sociais para este segmento, as de assistência social e dentro dela programas que possam contribuir para atenção mais imediata, como ações de transição em consonância com programas e ações nas diferentes esferas de ação do poder público que envolvem as áreas que foram identificadas demandas deste segmento. Em especial quando afirmam que necessitam de emprego, saúde, moradia, condições básicas para seguir a vida em sociedade em outra condição de vida.

Isso porque, esta população está inserida na principal camada de beneficiários de programas assistenciais, afinal sabemos que o recorte para acesso a benefícios de renda mínima como o “Programa Bolsa Família” tem como critério fundamental o limite de renda per capita³² mensal inferior a R\$218, 00 (duzentos e dezoito reais). O Programa em questão oferece às famílias inscritas no Cadastro Único que atendam aos critérios de acesso o valor mínimo de R\$ 600 (seiscentos reais) com a possibilidade e acréscimo de R\$ 150 (cento e cinquenta reais) por criança de até seis anos. O Programa constitui um importante meio de acesso a recurso financeiro para as pessoas e famílias em condição e pobreza extrema. Destacamos esse programa, para chamar atenção para as políticas que ao existirem e serem ainda seletivas necessitam ser repensadas pelos municípios a fim de responderem às demandas locais num diálogo com governos estaduais e federal e também com parceiros da sociedade cível. Pois, é evidente a necessidade de redefinição com base na ampliação do critério para que todas as pessoas que necessitam do recurso possam acessá-lo. O Programa nos mostra o quanto este tipo de medida é importante e como é fundamental que os benefícios estejam previstos em legislação que garanta a sua implementação, afinal o Programa se tornou possível a partir da Lei Orgânica da Assistência Social que torna esta política um direito e a obriga o Estado brasileiro a executá-la, como direito social que é. Esta é uma porta aberta importante, mas é preciso definir outros “cômodos” que este segmento poderá adentrar e fazer uso na casa pública que lhe é de direito que é usufruir das políticas públicas na cidade.

32 Mais informações sobre o Programa Bolsa Família estão disponíveis na página do Governo Federal pelo seguinte endereço eletrônico: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/tem-duvidas-sobre-o-bolsa-familia-confira-perguntas-e-respostas-sobre-o-programa>>. Acesso em 02/06/2023.

Um lugar para além da rua, um lugar para além do trabalho

A sociedade tem como padrão de inserção social a atividade laborativa. Estar empregado significa que é pertencente a uma camada, que têm direitos e acessos a uma condição de vida determinada pelo recebimento de vencimentos que garantem os bens básicos necessários à sobrevivência que no geral transformaram-se em mercadorias. As lutas sociais foram engendrando formas de pertencimento social daqueles que não estão nesta condição, e ampliando o conceito de pertencimento social a partir de políticas públicas que são sustentadas pelo conceito de direito social, que por sua vez se ancoram na concepção clássica de cidadania marshalliana. Para Marshall a cidadania é compreendida como uma posição social concedida aos indivíduos por serem membros integrais de uma comunidade, a cada posição cabe deveres e direitos próprios e inerentes a ela. Na configuração social, a partir de seus estudos sobre a Inglaterra, o autor considera que são três os grandes blocos de direitos que conferem a condição de cidadania plena: civis, políticos e sociais (Marshall,2021).

Evidente que este debate no Brasil assume características particulares desenhadas pela sua história social e política. Wanderley Guilherme dos Santos traz o debate para o campo da cidadania e justiça social travando a discussão da diferenciação do Brasil no que se refere à conquista da cidadania pelo víeis do acesso, e cunha o conceito da cidadania regulada.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. (Santos, 1979, p. 74)

É imperioso reconhecer que pertencer para viver envolve muito mais do que trabalho, que gera salário para acessar alguns bens materiais para sobreviver. Envolve sociabilidade; bens imateriais; troca entre iguais; lugar social, coletivo, particular e singular; disputa de projetos sociais. Portanto, envolve lutas por igualdade econômica e social.

A atualidade das relações sociais determina mudanças estruturais nas formas de absorção da mão-de-obra, como sinalizado nas linhas acima. Essas mudanças atingem de forma distinta diferentes segmentos da população economicamente ativa no Brasil. Para a população em situação de rua no que se refere às possibilidades de reconfigurar seu lugar social tendo o trabalho como um componente, há muito que se conhecer e elaborar. O primeiro passo é aprofundar os estudos sobre este segmento e seu lugar de estar.

O quadro sobre o emprego no país é ainda determinado pelo grande desemprego estrutural e tem, recentemente, dado sinais de recuperação em número de postos de trabalho e empregabilidade. A região vem, ainda que timidamente, acompanhando essa tendência, mas precisamos ter atenção, pois, certamente, será delineado pelo quadro nacional e mundial, que ainda está, no mínimo, incerto.

Do ponto de vista do segmento que encontramos e buscamos conhecer na nossa cidade, pudemos perceber que na sua maior parte são trabalhadores e trabalhadoras que se inserem no lugar de mercado de trabalho que são os mais frágeis e precarizados, ou mesmo estão na faixa daqueles que exercem alguma atividade para receber um recurso que permite ao menos garantir uma condição mínima de sobrevivência diária. Neste segmento estão os que não tem vínculo empregatício formal, os que podem ter algum vínculo precário-sem nenhum direito ou garantia trabalhista-, os que exercem algum tipo de atividade por “um trocado”, os que estão em atividade de trabalho para entrega de produto a cooperativas ou intermediários como catadores de materiais reciclados por conta própria, ou outras atividades. Estes, uma parte, antes de estarem nesta condição, exerciam funções de trabalho que estavam na lista de profissões que exigiam baixa ou nenhuma qualificação; outros em profissões com algum nível técnico, e estavam na faixa salarial em geral próxima do salário-mínimo vigente, com contrato precários segundo levantamento sobre as profissões sinalizadas nos questionários e encontradas nos cadastros formais de empregos. Ou seja, são parte da classe que para exercer sua função não necessita de alta qualificação e recebe baixa remuneração e, em geral, está empregada, na condição mais precária, sem os direitos e condições de trabalhos asseguradas, muitas vezes em contratos temporários.

Considerando a dinâmica da economia e do mercado de trabalho, na era 4.0, essa tendência de trabalhos menos qualificados com remuneração mais baixas e menos direitos seguirá sendo uma realidade e tende a estar presente para sujeitos que integram estes segmentos e só tiveram a oportunidade de experimentar trabalhos desse tipo. Mas o quadro é mais grave, pois estes indivíduos estiveram fora do mercado de trabalho por anos e numa condição de vida muito vulnerável. E não se pode tratar a questão sem considerar que muitas das vezes trabalham, possuem estratégias de sobrevivência e que são eles e elas que compõem o exército de sobrantes, ou “descartáveis”.

As possibilidades de reconstruírem seus caminhos envolvem necessariamente um conjunto de medidas vindas de diferentes sujeitos sociais, sejam os que representam a institucionalidade constituída como os que compõem a chamada sociedade civil; iniciando pelo poder público local, ampliando a atuação a partir das legislações existentes no campo da assistência social, em especial, considerando,-

com destaque, a política nacional dedicada ao tema específico e imbricando com ações em áreas como educação, saúde, moradia, cultura, segurança, dentre outras.

Para dar sustentação às ações é preciso um estudo minucioso, permanente e multiprofissional da situação deste segmento populacional. Estudo que vai além de identificar sua situação nas particularidades, mas também buscar a singularidade de seus desejos e perspectivas de porvir. De posse disso e com o desenho das políticas do município, sua rede de parceiros, definir as possibilidades da criação de projetos específicos. Há que avançar para um estudo do mercado de trabalho na região e cidade, bem como da condição de inserção destes sujeitos, conforme suas possibilidades e necessidades. Considerando este quadro, é possível traçar as estratégias, tendo como eixo a integralidade das ações e políticas a fim de responder à superação da situação de vulnerabilidade deste segmento. Será necessário traçar medidas específicas para este segmento tendo como suporte as diversas áreas do poder público, envolvendo em especial as políticas de renda mínima, de educação e capacitação profissional, de saúde e moradia.

O tema já é objeto de estudos e ações em diferentes esferas e cantos deste país. São debates, encontros, pesquisas, experiências de órgãos públicos e da sociedade civil, bem como passos já trilhados na própria cidade. É precioso trocar experiências, promover mais conhecimento e avançar em propostas para dar respostas que possam avançar na solução das demandas deste segmento. Estudos e experiências sobre o tema já nos brindam com reflexões aprofundadas e indicam possibilidades de ação, temos como avançar com esse suporte e mais ainda com o trabalho que já está em curso pela equipe de profissionais da cidade.

Destacamos alguns pontos que são, em nossa perspectiva, relevantes para traçar as estratégias que tendo como base o trabalho já existente, avance em soluções mais estruturais. Salientamos que estes pontos fazem parte de nossas reflexões edialogam com proposições oriundas de debates já consolidados por diferentes espaços como encontros regionais e nacionais, bem como produções acadêmicas.

- Produção de informações permanentemente e atualizadas sobre a população em situação de rua;
- Campanhas e medidas para enfrentar e buscar superar a cultura social do preconceito;
- Priorizar a consolidação de direitos via políticas para estes segmentos;
- Construir mecanismos de apoio a processos de organização e autonomia destes sujeitos frente a institucionalidade;
- Implementação de programas de reinserção escolar e capacitação profissional específicos para este segmento populacional;

- Desenvolver experiência de ensino-aprendizagem para além da formalidade escolar;
- Articulação das políticas setoriais defendendo o acesso universal com respeito aos direitos;
- Assegurar o financiamento para as políticas e medidas específicas de modo contínuo e permanente;
- Viabilizar campanhas de sensibilização da sociedade sobre os temas desenvolvendo parcerias com as escolas e Universidades;
- Implementação de programas de capacitação para profissionais da rede municipal sobre a temática;
- Debater a segurança relacionada à população em situação de rua;
- Capacitação específica para profissionais da área de segurança;
- Definir estratégias junto a parceiros e no âmbito das atividades do poder público que possam promover oportunidades geradoras de renda para este segmento da população, considerando, postos de trabalho específicos, capacitação, reserva de vagas, projetos adequados;
- Fortalecer o trabalho em rede;
- Debater e definir especificidades no âmbito das políticas nacionais relacionadas à saúde, educação e moradia;
- Destacar ações da política de assistência social com ênfase nos benefícios sociais como bolsa família, para uso emergencial como medidas de transição.

Destaca-se como um dos grandes obstáculos na atualidade das políticas sociais a questão orçamentária visto a disputa privada pelo fundo público, e neste tema não é diferente. A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que teve sua formulação concluída em 2008, esbarra na insuficiência de recursos para sua implementação. O que nos desafia a enfrentar a necessidade de ter orçamento assegurado para viabilizar o atendimento essa população.

E há o desafio de ter como pilar a intersetorialidade para dar de fato conta da complexa realidade deste segmento, bem como é necessário ter a sintonia fina em todas as equipes frente ao conceito que será adotado e como serão as medidas para fazer sua execução no cotidiano coletivo do trabalho, de modo a envolver toda a rede e o fluxo do trabalho, com metas, planejamento, objetivo e avaliações, específicas e comuns.

Mas cabe um alerta, enfrentar este quadro nos desafia também a pensar no amanhã e tratar de cuidar das crianças que hoje vivem nesta situação é uma tarefa urgente. É de fundamental importância garantir o acesso à educação pública para

crianças em situação de rua e formular medidas de prevenção à situação de rua, a fim de que enfrentar a situação dos que hoje já estão na fase adulta e na condição economicamente ativa, não seja o retrato antecipado dos que ainda estão longe desta fase da vida.

Enfim, nos parece que o caminho é o que aprendemos como básico, mas nem por isso mesmo tortuoso e difícil: a definição de um plano de trabalho com metas, prazos, equipes, responsáveis, processos avaliativos e participativos dos sujeitos de direito. Esse caminho é condição para enfrentarmos esta realidade. E assim, ter um levantamento das possibilidades de inserção desta população no mercado de trabalho, seja no mercado formal ou via alternativas, tais como, por exemplo, cooperativas, compreendendo o trabalho como um dos componentes da vida em sociedade, mas não o único.

À guisa de conclusão

A mão do Estado é a mediação que deve segurar a mão destes sujeitos a fim de que possam se levantar e dar os passos com autonomia para construir seus caminhos, o apoio deve estar à disposição deles e a atuação deve ser ampliada com parceiros na cidade e região de modo que estes indivíduos possam encontrar formas de pertencerem socialmente como sujeitos autônomos e sociais que são e devem ser. A universidade pública deve ser um parceiro privilegiado porque é um igual por ser um ente público.

O convite é em primeiro lugar a reconhecer esses indivíduos como sujeitos sociais dotados do direito à vida, como qualquer sujeito parte da classe trabalhadora, que deve ter acesso a tudo que lhe é de direito para enfrentar a vida com sua particularidade formada por sua história como sujeito social em sua singularidade, nas escolhas que fez ou foi obrigado a fazer.

Isso pressupõe enfrentar as ideologias de morte, preconceito e negação do diferente. Segundo, como trabalhadores de diferentes lugares, convidar a estar disponível para colocar o saber profissional a serviço de destruir, em simbiose com outros profissionais, estratégias de ação para enfrentar a dura realidade deste segmento, afirmado na prática que a vida vai além do trabalho. Terceiro, e não menos importante, convidar a assegurar a participação destes sujeitos na definição dos caminhos que envolvem sua vida. E os demais convites serão formulados juntos, na medida em que o trabalho avance.

E outro convite é a assumirmos a nossa responsabilidade como trabalhadores que estamos na linha de frente atuando, seja na instituição formadora de novos profissionais, seja nas instituições de frente, que podemos e devemos no

miúdo do trabalho cotidiano, interferir no brutal giro da roda capitalista que nos esmaga fria e lentamente.

A realidade deste segmento é parte da dura realidade da classe trabalhadora brasileira. Construir outras possibilidades, considerando suas especificidades, é de modo peculiar, contribuir para mover de outra modo a roda e poder fazer girar a corrente a favor de outro movimento. E assim, contribuir para alterar a condição de subalternidade e precarização que atinge parcelas imensa de vidas, e dar a chance de construir um presente firmando um futuro distinto, carregado de esperança, sonhos, direitos e sociabilidade digna com vivência coletiva em seu território de viver que é a cidade, com direito de usufruir dela em plena condição de sujeito autônomo. Para poderem, são de direito, definirem seu lugar de pertencer, ser e estar nessa grande engrenagem que é a vida em sociedade.

Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão* - o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. *A epidemia da terceirização*. In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, 2008.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo* São Paulo: Boitempo, 2016.
- DANTAS, M. “*Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do rio de janeiro: limites, avanços e desafios*” Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007. Or. Rosana Magalhães.
- MARSHALL, T. H.; BOTTECCHIA, T. *Cidadania e classe social*. Ed. Unifesp, São Paulo, 2021. Trad. Luís Antônio Oliveira.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO, L. C.; CASTRO, M. M. C.; RONZANI, T. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG). Relatório Final. Juiz de Fora, s/e, 2023. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em 09 jun. 2023.

RAICHELIS, R. *Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo*. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social* São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, V. G. *Cidadania e Justiça Social: a política social na ordem brasileira*. Ed. Campus, 1979. Rio de Janeiro.

SANTOS G. T. “*Políticas públicas para a população em situação de rua*”. Monografia Curso Especialização Gestão Pública em Proteção e desenvolvimento Social, Brasília, ENAP, 2011. Or. Celair Rodrigues de Abreu.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMV. S.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. *Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução*. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022. Disponível em: <http://www.retratodotrabalhoinformal.com.br/>. Acesso em 30/05/2023.

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WQy9xWmZRJVY8YFgsTQTdbm/?lang=pt#>. Acesso em 06/06/2023.

Capítulo 9

Acesso à saúde da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora/MG

Marina Monteiro de Castro e Castro

Isabella da Paixão Alves

Euler Antônio Campos

Introdução

De acordo com Brasil (2014, p.5), a saúde da população em situação de rua (PSR) é um direito humano, e é nesta perspectiva que entendemos a necessidade de debater e construir uma atenção à saúde que tenha como direcionamento os pressupostos de melhoria das ações de saúde, o combate ao preconceito em relação a essa população no SUS e a garantia de “seu acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado”.

Desta forma, conhecer e mapear a população em situação de rua possibilita avançar na organização e oferta de serviços de saúde para estes de acordo com sua realidade concreta. Vale ressaltar a necessidade de um olhar mais apurado da saúde pública para esta população, considerando seu exponencial crescimento no Brasil (211%) em uma década (2012-2022)- que significa um aumento superior ao da população geral (11%) entre 2011 e 2021, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2022)

Os dados trazidos pelo Censo e Diagnóstico realizado em 2022 no município de Juiz de Fora/MG, apresenta elementos fecundos para reorientação e qualificação dos serviços prestados e entendimento das particularidades locais, uma vez que:

As condições de vulnerabilidade vivenciadas pela população em situação de rua, além das questões psicosociais geradoras de sofrimentos físicos e emocionais, possibilitam riscos maiores para a saúde desse grupo, representa-se um desafio a efetivação de políticas de saúde que deem conta dessa complexidade (Brasil, 2012, p.13).

Esta é uma população que em sua expressiva maioria depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), demonstrando a importância do sistema

público de saúde no cumprimento de seu mandato social de efetivação universal do acesso à saúde, da equidade e da qualidade dos serviços prestados à população.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar reflexões referentes à seção de perguntas do Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora-MG, que tratou de questões referentes às condições de saúde e da utilização da rede de serviços do município por esta população.

Método

O diagnóstico realizado parte das falas dos sujeitos da pesquisa e, desta forma, ressaltamos que a abordagem qualitativa realizada parte de uma interação que envolve a relação entre mundo objetivo e (inter) subjetivo dos sujeitos, a observação e vivência de situações reais e cotidianas, e a busca pelo significado de fatos, relações, práticas e fenômenos sociais de acordo com a percepção dos sujeitos pesquisados (Deslandes; Assis, 2002).

Quando analisamos especificamente a saúde esta é atravessada pelas inflexões sócio-econômicas, políticas e ideológicas do saber teórico e prático que envolve as considerações sobre saúde e doença, as instituições, a constituição dos serviços e seus usuários (Minayo, 1998). Assim, apresentamos uma interpretação dos dados que parte da forma como os sujeitos em situação de rua participantes do diagnóstico vivenciam e interpretam as suas condições de saúde e o acesso aos serviços (Deslandes; Gomes, 2004).

A partir dos dados do Censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora, analisamos de forma qualitativa os dados de saúde referentes aos principais problemas de saúde, uso de medicação e tratamento, e unidades de saúde de referência.

Resultados

No diagnóstico realizado, quase 60% dos entrevistados indicaram algum problema de saúde. Podemos verificar, conforme a tabela abaixo, que as principais situações de saúde são decorrentes da dependência de álcool ou outras drogas (59,5 %); de ferimentos, fraturas ou outros traumas físicos (39,5 %); de saúde bucal, como cárie ou dor de dente por (33,2%); problemas de saúde mental (27,9%) e hipertensão (26,8%).

Os resultados se equivalem aos dados nacionais trazidos pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua que apontou que os problemas de saúde mais prevalentes são: hipertensão, problemas psiquiátricos e de sofrimento mental , HIV/aids e problemas de visão/cegueira (Brasil, 2014)

Tabela 9- Você tem alguns dos seguintes problemas de saúde?

Doenças	Sim		Não		Não soube responder		Não respondeu		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Dependência de Álcool ou Outras Drogas	113	59,5	57	30	0	0	20	10,5	190	100
Ferimentos, Fraturas ou Outros Traumas Físicos	75	39,5	94	49,5	1	0,5	20	10,5	190	100
Cárie ou Dor de Dente	63	33,2	107	56,3	1	0,5	19	10	190	100
Saúde Mental “Doença dos Nervos”	53	27,9	118	62,1	2	1,1	17	8,9	190	100
Pressão Alta / Doença no Coração	51	26,8	114	60	4	2,1	21	11,1	190	100
Asma / Bronquite / Pneumonia	31	16,3	134	70,5	3	1,6	22	11,6	190	100
Diabetes	22	11,6	142	74,7	4	2,1	22	11,6	190	100
Cegueira	19	10	149	78,4	1	0,5	21	11,1	190	100
Deficiência Física	16	8,4	152	80	0	0	22	11,6	190	100
Infecção Urinária	16	8,4	150	78,9	1	0,5	23	12,1	190	100
Surdez	15	7,9	153	80,5	0	0	22	11,6	190	100
HIV / AIDS	14	7,4	150	78,9	2	1,1	24	12,6	190	100
Tuberculose	10	5,3	157	82,6	2	1,1	21	11,1	190	100
Sífilis ou Outras IST's	6	3,2	159	83,7	3	1,6	22	11,6	190	100
Câncer / Tumores	6	3,2	161	84,7	1	0,5	22	11,6	190	100
Hepatites	6	3,2	159	83,7	3	1,6	22	11,6	190	100
Hanseníase ou Outras Doenças de Pele	3	1,6	162	85,3	3	1,6	22	11,6	190	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Ao responder ao diagnóstico, para cada problema de saúde indicado foi verificado se a pessoa realizava tratamento. Conforme a tabela abaixo, avaliamos que as pessoas em situação de rua, em sua grande maioria, não realizam tratamento dos principais problemas de saúde. Pode ser visualizado nos dados que 76% não realizam tratamento para dependência de álcool e outras drogas; 62,7% para ferimentos, fraturas ou traumas físicos; 66,7% para cárie ou dor de dente.

As principais proporções entre problema de saúde e tratamentos realizados se referem a HIV/AIDS (85,7%), hepatite (66,6%) e sífilis ou outras IST's (50%).

Tabela 10- Se sim, faz tratamento?

Doenças	Sim		Não		Não soube responder		Não respondeu		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Dependência de Álcool ou Outras Drogas	23	20,3	76	67,3	0	0	14	12,4	113	100
Ferimentos, Fraturas ou Outros Traumas Físicos	17	22,7	47	62,7	0	0	11	14,6	75	100
Cárie ou Dor de Dente	13	20,6	42	66,7	0	0	8	12,7	63	100
Saúde Mental “Doença dos Nervos”	23	43,4	23	43,4	0	0	7	13,2	53	100
Pressão Alta / Doença no Coração	23	45,1	19	37,3	0	0	9	17,6	51	100
Asma / Bronquite / Pneumonia	8	25,8	17	54,8	0	0	6	19,4	31	100
Diabetes	9	40,9	9	40,9	0	0	4	18,2	22	100
Cegueira	3	15,8	12	63,2	0	0	4	21	19	100
Deficiência Física	5	31,25	8	50	0	0	3	18,75	16	100
Infecção Urinária	4	25	10	62,5	0	0	2	12,5	16	100
Surdez	1	6,7	12	80	0	0	2	13,3	15	100
HIV / aids	12	85,7	1	7,15	0	0	1	7,15	14	100
Tuberculose	4	40	4	40	0	0	2	20	10	100
Sífilis ou Outras IST's	3	50	1	16,7	0	0	2	33,3	6	100
Câncer / Tumores	2	33,3	3	50	0	0	1	16,7	6	100
Hepatite	4	66,6	1	16,7	0	0	1	16,7	6	100
Hanseníase ou Outras Doenças de Pele	0	0	1	33,3	0	0	2	66,7	3	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

No que concerne ao uso de medicação, das 190 pessoas entrevistadas, 89 (46,8%) afirmaram não utilizarem remédio prescrito por médico e 82 (43,2%) disseram sim. Deste total, 19 pessoas (10%) não responderam a pergunta.

A Tabela 11 demonstra o tipo de Unidade de Saúde procurada pela população em situação de rua quando necessita de atendimento de saúde. Verificamos que, das 166 pessoas que responderam à questão, 152 (91,6%) utilizam ao menos um serviço indicado e 14 (8,4%) afirmaram não utilizar nenhum serviço.

Tabela 11- Quando você precisa de atendimento médico, qual tipo de unidade de saúde você procura?

Unidades de Saúde	Sim		Não Citou		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
HPS	62	37,3	104	62,7	166	100
Consultório na Rua	57	34,3	109	65,7	166	100
UBS / Posto de Saúde	32	19,3	134	80,7	166	100
Regional Leste	23	13,9	143	86,1	166	100
UPA	23	13,9	143	86,1	166	100
CAPS	11	6,6	155	93,4	166	100
Outra	27	16,3	139	83,7	166	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Dos principais serviços indicados na rede de atendimento à saúde do município de Juiz de Fora, foram citados como referência por 37,3% o Hospital de Pronto Socorro (HPS); por 34,3% o Consultório na Rua e por 19,3% as Unidades Básicas de Saúde.

No que concerne a outros serviços indicados, tem-se maior frequência serviços particulares (22,2%); o PAM Marechal (18,5%); a rede hospitalar do município (18,5%) e o Centro de vigilância à saúde (14,8%).

Discussão

Os dados apresentados no diagnóstico permitem ampliar as análises sobre o cuidado em saúde para a população em situação de rua, orientado pelos princípios fundamentais da equidade e integralidade no SUS, bem como pelo conceito ampliado de saúde.

Ao nos aproximarmos do perfil censitário, no que diz respeito ao quesito raça/cor, 361 indivíduos (44,8%) se autodeclararam pretos, enquanto 272 (33,8%) se identificaram como pardos. Portanto, aproximadamente 80% da população em situação de rua em Juiz de Fora é negra (grupo que reúne pretos e pardos). Este dado está em consonância ao perfil do país, tanto em relação a pessoa em situação de rua, bem como à população em geral.

Vimos que a população em situação de rua é majoritariamente composta por homens, mas que é significativo o número de mulheres nesta situação. Quando comparamos os dados do Boletim Anual de 2021 de Belo Horizonte do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a população em situação de rua, vemos que na capital mineira 1 em cada 10 pessoas em situação de rua é mulher.

No tocante à saúde da mulher negra, é fundamental ampliar os olhares sobre a dinâmica das opressões que se expressam neste recorte. A realidade das mulheres negras em situação de rua é fortemente atravessada pelas expressões da discriminação de gênero, classe e raça. A violência de gênero afeta de sobremaneira mulheres negras, sendo agravada pela omissão do poder público (Brasil, 2021). No país, uma mulher negra corre o risco relativo de ser vítima de homicídio 1,7 vezes maior do que uma mulher não negra (Cerqueira *et al*, 2021). No caso de mulheres em situação de rua, a situação é reafirmada, segundo dados os analisados sobre as notificações de violência contra a população em situação de rua, entre 2015 e 2017, a principal vítima eram jovens negras (Brasil, 2019a).

É fundamental demarcar que a pobreza no Brasil é uma das manifestações do racismo estrutural, marcando a população negra historicamente com a intensa precarização da vida. Nesse sentido, não incorremos em erro ao afirmar que a expressão do fenômeno da população em situação de rua é também marca do racismo estrutural no país. Faz-se necessário, assim, incorporar o entrecruzamento das políticas³³, em especial os que impactam diretamente na população negra.

33 A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) de 2009 representa um importante avanço social, reconhecendo fatores genéticos, sociais e ambientais para construir uma estratégia de cuidado mais efetiva no SUS. Assim, reconhecemos a questão racial e o racismo enquanto um demarcador no processo de produção de saúde e adoecimento é importante para o cuidado em saúde da PSR. Há impactos diretos na saúde psicossocial, sendo a população negra em situação de rua aquela que mais sofre violações de variadas formas (Brasil, 2019).

Outro apontamento importante se refere a intensificação da PSR durante a pandemia de COVID-19. No município, 35,3% dos entrevistados iniciaram a sua trajetória de vida nas ruas após a expansão pandêmica, em um momento de crise sanitária e econômica mundial, demonstrando claramente a relevância da determinação social do processo saúde/doença.

Conforme os dados apresentados, a dependência de álcool e outras drogas estão entre os principais problemas de saúde encontrados na pesquisa (59,5%). O uso de substâncias psicoativas é um elemento presente nacionalmente nos dados relativos à população em situação de rua, sendo por vezes motivador para o início da vivência nas ruas. Este dado também foi apontado pelo Censo e Diagnóstico População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora-MG- 18,9% dos pesquisados informaram que um dos fatos que os levaram para as ruas foi o “alcoolismo e uso de outras drogas

Correlacionando com a saúde mental/ “doenças dos nervos” indicada por 27%, os dados demonstram a relevância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como recurso importante no cuidado em saúde para a população em situação de rua³⁴. Indicamos aqui a necessidade de construção de plano terapêuticos singulares (PTS) específicos para esta população, como quesito fundamental para efetivação da humanização em saúde.

Destacamos em termos da realidade local, a alta frequência de ferimentos, fraturas ou outros traumas físicos, indicados por 39,5% dos sujeitos da pesquisa. Este dado deve ser analisado em conjunto com os elevados dados de violência que é desencadeado pela vivência nas ruas – 50% dos pesquisados indicaram vivenciar situações de espancamento, briga, luta corporal ou paulada (50%). Importante registrar que, de acordo com a pesquisa realizada entre os anos de 2015-2017, o estado de Minas Gerais agrega os maiores percentuais de notificações de violência por situação de rua (29,1%) (Brasil, 2019a)

Outro dado relevante se refere à saúde bucal, 33,2% dos respondentes indicaram problemas provenientes de cárie ou dor de dente. A pesquisa realizada junto ao E-SUS atenção básica em 2017, demonstrou que a maioria dos atendimentos realizados nos serviços foram devido a dor de dente, sendo também efetivadas orientações sobre higiene bucal. Cabe sinalizar que devido às condições de moradia nas ruas esta população tem dificuldades de acesso à água potável e/ou banheiros públicos e materiais de higiene pessoal que dificultam a efetivação de uma adequada saúde bucal(Brasil, 2019a; 2019b).

34 Destacamos a Portaria 3.088 de 23 de dezembro de 2011 “Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).” (Ministério da Saúde, 2011)

Estudo realizado em 2019 com 251 indivíduos adultos (18 a 65 anos) em situação de rua em Juiz de Fora-MG, demonstrou que:

em relação à autopercepção da saúde bucal, 88,4% desses estavam insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Na amostra estudada, 36,7% apresentavam 27 a 32 dentes. Quanto a presença de lesões visíveis de cárie, 43,4% apresentavam mais de três lesões. Em relação a predisposição para doenças periodontais, 65,7% apresentaram cálculo, e 70,5% inflamação na gengiva (inclusos os desdentados). 53,8% apresentavam raiz residual e 62,1% necessitavam de reabilitação protética. Mais da metade dos entrevistados relatou ter acesso a insumos preventivos, escova e pasta, respectivamente, 65,3 e 64,5%. O acesso ao dentista é feito predominantemente através do serviço público (Lima; Paiva; Leite, 2021, p.5-6).

Lima, Paiva e Leite (2021), destacam que esta realidade demonstra a necessidade de incorporação de cirurgiões-dentista nas equipes de consultório na rua³⁵ como contribuição para o acesso, promoção da saúde e prevenção de doenças desta população.

As doenças crônicas também se apresentam com relevância, e damos destaque a hipertensão (26,8 %) e ao Diabetes (11,6 %). As pesquisas nacionais demonstram a alta prevalência das doenças crônicas (Brasil, 2014), devido às condições de vida desta população, como também as dificuldades de continuidade de tratamento, uma vez que requerem, muitas vezes, tratamento regular e uso contínuo de medicação.

Valle e Farah (2020) discutindo esta condição, destacam que:

a população em situação de rua, devido aos diversos aspectos de vulnerabilidade que sofre, está sujeita a uma alta prevalência de doenças crônicas. Entretanto, a procura pelos serviços de saúde ocorre, em sua maioria, devido à agudização de tais doenças e/ou comorbidades que prejudicam a vivência na rua, e não para o seu acompanhamento (Valle; Farah, 2020, p.9).

Salientamos também o índice de problemas respiratórios (16,3%) e de tuberculose (5,3%). Em relação à tuberculose, dentre os respondentes que apontaram

35 O piloto desse serviço no Brasil surgiu em 1999, em Salvador. Em 2009, o Ministério da Saúde incorporou a estratégia no Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde- PEAD. No ano seguinte, o serviço passou a integrar o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, para ampliar, melhorar e qualificar o atendimento e o acesso à saúde às pessoas que usam álcool e outras drogas a partir da atuação *in loco*. Em 2012, o serviço passa a compor a Política Nacional de Atenção Básica, alterando a nomenclatura de Consultório de rua para Consultório na Rua, reforçando-o enquanto modalidade estratégica e prioritária de atendimento à população em situação de rua.

este adoecimento, 20% informaram realizar o tratamento. Valle, Farah e Carneiro Junior (2020, p. 187) discutindo as vivências nas ruas que impactam nas situações de saúde, destacam que “as doenças respiratórias podem ser agravadas devido às iniquidades resultantes da inserção desigual dos indivíduos na sociedade. Além de um aumento de risco para a incidência da tuberculose, a situação de rua representa também um aumento de desfechos negativos da doença”.

De acordo com Hino et al (2022) a população em situação de rua apresenta um risco 56 vezes maior de adoecer por tuberculose, devido ao contexto de rua e a exposição às intempéries do clima (frio, chuvas), a falta de suporte de rede de apoio e de alimentação adequada e as dificuldades em realizar a higiene pessoal. Com relação ao tratamento, as dificuldades envolvem o estigma associado à doença, bem como a impossibilidade de seguir as indicações do protocolo de tratamento, como o isolamento³⁶.

Importante registrar a importância dos diagnósticos locais e das pesquisas nacionais que foram fundamentais para alinhamento das políticas de combate à pandemia da covid-19, colocando a PSR como grupo vulnerável e prioritário de proteção à transmissão do coronavírus.

Outro destaque a ser dado se refere às deficiências apontadas: a cegueira foi referenciada por 10%; deficiência física por 8,4% e surdez por 7,9 % dos respondentes. Se as pessoas em situação de rua já vivenciam cotidianamente barreiras de acesso por suas condições de vida, as pessoas com deficiência necessitam de acolhimento e abordagem especializada. A resolução nº 40 do Conselho Nacional de Direitos Humanos que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, destaca que:

Art. 8º Os programas, projetos, serviços, ações e atividades direcionados para as pessoas em situação de rua devem contemplar o disposto na Lei Brasileira de Inclusão, com atenção para as especificidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Parágrafo único. As pessoas com deficiência podem utilizar todos os serviços públicos, e configura violação de direitos humanos segregá-los/as nos serviços voltados para pessoas com deficiência (CNDH, 2020, p.10).

Desta forma, a resolução indica a construção de medidas específicas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; a garantia ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência e observância da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (CNDH, 2020).

36 Os autores partem para a indicação destes dados de pesquisa realizada em São Paulo com população em situação de rua.

Em relação às IST, HIV/aids e hepatites virais, patologias recorrentes na PSR, vale destacar a baixa incidência na população entrevistada na cidade. Em relação ao HIV/Aids, 7,4% responderam conviver com a infecção, acompanhando a queda nos dados de notificação de HIV/Aids em Juiz de Fora (Brasil, 2022). Hepatites e Sífilis ou outras IST, correspondem a 3,2% cada uma. É importante considerar, no entanto, a necessária atenção a estes dados uma vez que a temática da saúde sexual é permeada por estigmas, seja por desconhecimento ou dificuldade de acesso ao diagnóstico.

No que se refere especificamente as 26 mulheres entrevistadas, somente 2 (7,7%) afirmaram estar grávidas e 4 mulheres (15,4%) não responderam. As mulheres grávidas afirmaram estar em acompanhamento pré-natal.

Desta forma, sobre assistência em saúde da mulher e acompanhamento pré-natal, ressaltamos as diversas possíveis dificuldades enfrentadas como ausência de documentos pessoais e de comprovação de endereço convencional. Serviços de saúde bem orientados com relação ao acesso da população em situação de rua buscam alternativas ao atendimento, desburocratizando o acesso e construindo alternativas de acompanhamento conforme a realidade da PSR e combatendo a violência obstétrica.

Em relação ao tratamento, dos principais problemas de saúde indicados, foi visto que grande maioria não realiza os tratamentos de saúde. A baixa adesão ao tratamento pela PSR precisa ser visto como um problema que aglutina diferentes determinantes e podem estar associados à

Baixa autoestima; Alimentação inadequada; Sintomas imperceptíveis; Uso de álcool e outras drogas; Transtornos mentais; Dinâmica da rua, que não contribui para que os remédios sejam tomados com regularidade; Roubo dos pertences individuais e/ou seu recolhimento pelos órgãos públicos – entre eles, os medicamentos sobre o cuidado do doente; Regras rígidas estabelecidas pelos serviços de saúde; Fixação de horários e dias de atendimento; Não disponibilidade de atendimento no momento em que apresentam efeitos colaterais (Brasil, 2012, s/p).

De uma forma geral, verificamos que os dados locais estão em acordo com as pesquisas nacionais que indicam que rebatem diretamente nas condições de saúde da população em situação de rua: “à violência, a alimentação incerta e sem condições de higiene, a pouca disponibilidade de água potável, a privação de sono e afeição e a dificuldade de adesão a tratamento de saúde” (Brasil, 2014, p 15).

Acesso da população em situação de rua ao tratamento e serviços de saúde do município de Juiz de Fora/MG

Os serviços de urgência hospitalar (HPS, UPA, Regional Leste) despontam como ponto de cuidado mais procurado pela população em situação de rua, o que pode ser justificado pelas situações emergenciais citadas na tabela anterior (ferimentos, fraturas, outros traumas físicos, dor de dente, etc). Esta é uma característica que acompanha os dados nacionais sobre acesso aos serviços de saúde de pessoas em situação de rua, onde a maior parcela (44%) buscam serviços de urgência e emergência quando estão com alguma demanda (Brasil, 2009).

Este dado é relevante, pois marca o acesso da PSR aos serviços de saúde, uma vez que a população brasileira em geral, tem as Unidades básicas de Saúde (UBS) como referência de primeiro atendimento. Ou seja, para esta população há uma inversão na forma de acesso aos serviços de saúde, derivada da sua própria condição de vida. Importante destacar que a maior parcela das doenças elencadas no diagnóstico de Juiz de Fora, são de possível tratamento nas UBS's e este deve ser realizado em interlocução com os Consultórios na rua, como estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica (Brasil, 2011).

Aqui destacamos a relevância do Consultório na Rua e a referência deste para a população em situação de rua em Juiz de Fora, estando em acordo com o “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua” (Brasil, 2012) – que o coloca como estratégia fundamental na busca promoção da equidade e garantia do acesso ao atendimento no SUS.

Dentre os entrevistados, 44,7% afirmaram ter recebido atendimento nos últimos seis meses, sendo a opção a unidade de saúde procurada por um terço dos entrevistados. Importante relatar que a equipe conta com espaço para atendimento fixo no PAM Marechal. Este foi indicado como referência para 18,5% dos entrevistados.

Juiz de Fora conta com apenas uma equipe de consultório na rua e esta aparece como importante serviço no acesso à saúde da população em situação de rua. Este dado demonstra a relevância do trabalho desenvolvido pela equipe hoje instituída. Destacamos a necessidade de investimento nesta estratégia, uma vez que ela pode contribuir diretamente com a inversão da lógica instituída e com a ampliação do acesso à saúde, especialmente, tendo em vista o aumento de mais de 100% da PSR em Juiz de Fora.

Vale observar que desde 2019 o Ministério da Saúde instituiu o programa Previne Brasil³⁷ que altera a forma de repasse do orçamento com base em indicadores

37 Para saber mais e acessar com mais detalhes a forma como os indicadores são calculados, basta acessar <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento/componentesfinanciamento/#pagdesempenho>.

que consideram pagamento por desempenho. Embora os Consultórios na Rua sejam citados enquanto equipes que compõem os incentivos para ações estratégicas, o Previne Brasil não traz maiores detalhamentos sobre a assistência da população em situação de rua. Dessa forma, as equipes de saúde se guiam pelos indicadores necessários a serem cumpridos para que os municípios recebam tais repasses nesse novo modelo de financiamento, contudo, as equipes podem ter dificuldades no cumprimento de tais indicadores com relação à PSR, gerando dados que corroboram com uma assistência inadequada, quando desconsidera as especificidades do acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde.

É importante perceber a necessária ampliação de equipes de consultório na rua- com teto de três equipes financiadas pelo governo federal, conforme Portaria nº 1.255, de 18 de junho de 2021(Brasil, 2021); bem como o funcionamento do serviço de maneira compatível com a legislação vigente, desempenhando suas atividades de forma itinerante e em horário alternativos (Brasil, 2011).

Ademais, é imprescindível que haja a articulação entre os serviços da rede de saúde, especialmente de saúde mental. De acordo com os dados obtidos, 6,6% dos entrevistados citam os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como locais de procura para atendimento em saúde, cabe ressaltar também a existência dos CAPS-AD (Álcool e Drogas) que são fundamentais, tendo em vista a prevalência do uso de álcool e outras drogas pela PSR no território.

Nesse caminho, ampliar e reafirmar as estratégias de Redução de Danos e fortalecer a perspectiva do cuidado em liberdade e os princípios da reforma psiquiátrica são fundamentais para lidar com o fenômeno do uso prejudicial de álcool e outras drogas em Juiz de Fora-MG.

Ressaltamos também a utilização da rede hospitalar do município por 18,5% da PSR. Veloso e Castro (2017), discutindo a realidade de um hospital do município de Juiz de Fora e o atendimento à população com HIV(AIDS), destacam que a PSR trazem consigo demandas particulares e de necessidade de interlocução com a rede de serviços sócio assistencial e de saúde na garantia de um atendimento qualidade, pois para efetivação do cuidado em saúde para esta população, há uma demanda de “casa de abrigo, busca ativa de documentações, vestuário, aproximação de suas histórias de vida e levantamento de estratégias para garantia da realização do tratamento.” as autoras relatam ainda a realidade de inserção em trabalhos informais ou precarizados que incidem na não contribuição para a previdência social pública, que incide nas dificuldades de provimento, manutenção, continuidade do tratamento de saúde e a devida reabilitação.

Outro fator de destaque é o estigma e preconceito em relação à PSR e o necessário combate ao preconceito institucional. Como já citado, xingamentos, humilhação e preconceito são os tipos de violências mais relatados pelos entrevistados.

tados. A pesquisa não apresenta dados sobre as violências em serviços de saúde, mas 5,9% relataram ter sofrido alguma violência em serviços de acolhimento ou de convivência e 8,1% já viram alguém sofrer violência nestes espaços. Contudo, há dados que apontam violências que “os preconceitos e estigmas produzidos se configuram em importante barreira” (Andrade *et al*, 2022, p.236).

[...] é importante destacar que entre essa população são recorrentes os relatos de recusa em ir para unidades de saúde devido a episódios de mau atendimento em hospitais, de negação a atendimento e impedimento de entrada nas unidades de saúde. Um dado que confirma essas alegações foi trazido pela Pesquisa Nacional, citada anteriormente, que revela que 18,4% das pessoas em situação de rua já passaram por experiências de impedimento de receber atendimento na rede de saúde (Brasil, 2014, p. 26).

É possível amenizar as barreiras de acesso com investimentos em educação permanente, mas também é possível qualificar o cuidado a partir da atuação dos Consultórios na Rua. Como já sinalizado, os limites da relação entre a PSR e os serviços de atenção territorial que expressa na fragilidade de construção de vínculos com a atenção básica em saúde é um fator que contribui no aparecimento e agravamento de situação de saúde, acarretando no uso de serviços de maior complexibilidade, como as UPA e Hospitais.

Um fator que pode contribuir para aproximação dos serviços aos usuários é a reorganização dos serviços de forma a ofertar e reconhecer as especificidades, demandas postas pela dinâmica da vida nas ruas. Nesse sentido é fundamental fortalecer as estratégias de cadastramento e acompanhamento da PSR nos territórios das Unidades de Saúde, considerando que estas pessoas constroem suas relações e vínculos de “moradia” nas ruas.

Como exposto, os dados da população em situação de rua de Juiz de Fora são congruentes com os dados nacionais. Contudo, os dados do diagnóstico são valiosos ao nos orientar sobre quais pontos de atenção da rede precisam ser estratégicos para o acesso e atendimento dessa população.

Considerações finais

O cenário que se desenha sobre a saúde da população em situação de rua em Juiz de Fora tem capacidade de desvelar os fatores e resultados da dinâmica da vida nas ruas. Os dados do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora podem auxiliar na construção de estratégias mais eficazes para o cuidado em saúde desta população. Aglutinamos algumas informações que

podem contribuir para avançarmos na qualificação do SUS e das políticas de saúde para população em situação de rua em Juiz de Fora.

Os dados evidenciam os impactos que a vida nas ruas acarreta à saúde. A PSR vivencia inúmeras vulnerabilidades que incidem diretamente na relação saúde e doença. O acesso frágil a diversos serviços, a baixa escolaridade, o desemprego e renda, a violência, a moradia, dentre outros determinantes. A diversidade que engloba a problemática requer, assim, um esforço ampliado para superação das iniquidades em saúde, que ultrapassam os limites da política de saúde em si. Portanto, requer um trabalho intersetorial, capaz de construir estratégias coletivas para responder às diferentes expressões de um mesmo fenômeno. Nesse sentido, a defesa do conceito ampliado de saúde é um caminho.

Compreendendo a forte presença do uso prejudicial de álcool e outras drogas e de questões relacionadas à saúde mental que pertinente o desenvolvimento de ações de fortalecimento da RAPS, em especial, priorizando ações multiprofissionais e práticas de redução de danos.

É necessário ainda articular o fortalecimento da APS para que sejam os serviços de porta de entrada da PSR no SUS, alterando e invertendo a lógica emergência apresentada nos dados. É na APS que se articulam, prioritariamente, as ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, vigilância em saúde, tratamento e reabilitação de forma interdisciplinar e em equipe, sendo ponto de coordenação do cuidado na rede de serviços, de forma responsável e longitudinal. Neste escopo, construir e fortalecer serviços específicos para esta população (como o Consultório na Rua), são fundamentais para amenizar as desigualdades e dificuldades no acesso aos serviços de saúde, em consonância com o princípio da equidade orientador do SUS.

Por fim, ressaltamos que o fenômeno da vida nas ruas tem crescido nos últimos anos. A complexidade que este apresenta requer do poder público multifacetadas respostas. É importante compreender que a população em situação de rua é heterogênea, demandando cuidado na construção de análise sobre os dados. Assim, é fundamental ampliar as possibilidades estratégicas para a oferta de múltiplos cuidados.

Referências

ANDRADE, R *et al.* O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa. *Saúde debate*- Rio de Janeiro, v. 46, n. 132, p. 227-239, 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>

[portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil#:~:text=Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situ%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20supera%20281%2C4%20mil%20pessoas%20no%20Brasil,-Estimativa%20divulgada%20pelo&text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situ%C3%A7%C3%A3o%20de,2022%2C%20quando%20tingiu%20281.472%20pessoas.](https://www.saude.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil#:~:text=Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situ%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20supera%20281%2C4%20mil%20pessoas%20no%20Brasil,-Estimativa%20divulgada%20pelo&text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situ%C3%A7%C3%A3o%20de,2022%2C%20quando%20atingiu%20281.472%20pessoas.) Acesso em 24/05/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância e Ambiente/ Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Painel Eletrônico de Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros*, 2022. Disponível em <http://indicadores.aids.gov.br/>. Acesso em 24 mai 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. *Previne Brasil*: modelo de financiamento da APS. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/gestor/financiamento>. Acesso em 24/05/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico- *População em situação de rua e violência* – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, v.50, jun. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-em-situacao-de-rua/boletim-epidemiologico-14-populacao-em-situacao-de-rua-e-violencia-2013-uma-analise-das-notificacoes-no-brasil-de-2015-a-2017-1/view>. Acesso em 21 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular*. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf. acesso em 28 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à saúde. *Atenção à Saúde da População em Situação de Rua*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019b. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%ADde-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua.pdf>. acesso em 21 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua* . Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento

de Atenção Básica, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. acesso em 21 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011*. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. acesso em: 27 mai 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em 24 mai 2023

BRASIL. *Portaria GM/MS nº 3088 de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. acesso em 28 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde da População Negra*. Boletim temático da biblioteca do Ministério da Saúde. v. 1, n. 1 (mar. 2021). Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Divisão de Biblioteca do Ministério da Saúde, 2021. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf. Acesso em 24 mai 2023

CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo, SP: FBSP, 2021. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em 23 mai 2023

CNDH. *Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020*. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Brasília: Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf. acesso em 28 mai 2023.

DESLANDES, S. F; ASSIS, S. G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M. C (org). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 105-222.

DESLANDES, S. F; GOMES, R. A pesquisa qualitativa nos serviços de saúde – Notas teóricas. In: BOSI, M. L. M; MERCADO, F. J. (orgs.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis:Editora Vozes, 2004, p. 9-120.

FRAGA, P. V. R. Tá normal! tá normal! a saúde chegou”: etnografia da atuação do consultório na rua de Belo Horizonte nas cenas de uso. *Dissertação* (Mestrado em Saúde Coletiva)- Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/56144/D_2022_Priscilla%20Vict%c3%b3ria%20Rodrigues%20Fraga.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 24 mai 2023.

Hino, Paula; Almeida, Isabela Bombonato de; Monroe, Aline Aparecida; Bertolozzi, Maria Rita; Taminato, Mônica; Fornari, Lucimara Fabiana; Rosa, Anderson da Silva. *Percepção de pessoas em situação de rua sobre o tratamento da tuberculose*. In: Medicina (Ribeirão Preto) ; 55(4)dez. 2022. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1417514> . Acesso em 24/05/2023.

LIMA, L, S; PAIVA, K. C; LEITE, I. C. G. Condição bucal da população em situação de rua e o impacto em sua qualidade de vida: Estudo transversal. *Principia – Caminhos da Iniciação Científica*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p.1-16, 2021.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 5 ed. São Paulo –Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Boletim anual 2021 - Belo Horizonte*. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Faculdade de Direito- Pólos de cidadania. 2021. Disponível em <https://obpo-prua.direito.ufmg.br/> . Acesso em 24/05/2023.

VALLE, F. A. A. L; FARAH, B. F. A saúde de quem está em situação de rua: (in)visibilidades no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), p. 1-21, 2020.

VALLE, F. A. A. L; FARAH, B. F; CARNEIRO JR, N. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 182-192, jan-mar 2020.

VELOSO, O.L; CASTRO, M. M. C. Assistência em saúde à pessoa com HIV/AIDS na experiência de residência em saúde: demandas e desafios para o Serviço Social. *Revista Serviço Social em Perspectiva* –Montes Claros/MG, v.1, n.2, julho/dez-2017.p.183-199.

Capítulo 10

Padrões de Uso de Álcool e Outras Drogas entre pessoas adultas em situação de rua em Juiz de Fora (MG)

Telmo Mota Ronzani

Eroy Aparecida Silva

Introdução

A área de estudo sobre o consumo de álcool, tabaco e outras drogas na atualidade apresenta um amplo espectro compreensivo, teórico e prático de cuidado para lidar com este fenômeno complexo e multifacetado (Andrade, De Michelli & Silva, 2014; Escohodato, 2004). Apesar das diferentes lentes de olhares sobre esta questão, existe um consenso de que o uso de substâncias está intimamente relacionado a história do homem no mundo. Neste sentido, em diferentes épocas e culturas são atribuídos significados e valores diversos, sendo necessária a compreensão ampla e multifatorial das diferentes formas de consumo, riscos subjacentes, fases do ciclo vital onde o uso teve início até o desenvolvimento continuam para dependência (Ronzani & Furtado, 2010; Silva & Noto, 2022). De outro lado, um fenômeno histórico, também antigo de visibilidade perversa, forjada pelas contradições do mundo capitalista é o viver nas ruas, ou seja a *sobra, o refugo, o fracasso dos desafortunados*, excluídos dos meios de produção e portanto descartados socialmente, onde inúmeros mecanismos ideológicos-práticos atuam de maneira a ocultar ou submergir de forma direta ou simbólica a existência de pessoas vivendo nas ruas ocupando os espaços urbanos públicos das cidades (Snow & Anderson, 1998).

Portanto, partimos da premissa que o uso, abuso e dependência de substâncias não pode estar restrito ao indivíduo, mas trata-se de um comportamento que deve ser interpretado como resultado de processos socioculturais, mais recentemente, marcado pela atual conformação da sociedade (Alvarado, Guerra, & Mejías, 2013). O capitalismo, propulsor da cultura da sociedade do cansaço (Han, 2015), determina e atribui através da lei de mercado lícito ou ilícito barreiras na sociedade, legitimando quem pode e não pode usar, qual ou quais drogas podem ser consumidas, em quais espaços e exerce controle através de leis e sanções a quem está “*fora das regras*” (Lima, 2009). Nesse sentido, torna-se importante compreender o

consumo de drogas na perspectiva das determinações sociais e como *questão social*, pois nos possibilita uma visão dinâmica e processual sobre as diferentes categorias ou marcadores que estão envolvidos neste comportamento, tais como território, classe social, raça, gênero, dentre outros (Ronzani et al. no prelo).

Apesar de sabermos que o consumo de álcool, tabaco e outras drogas em si não estar vinculado somente a uma classe social ou grupos específicos, as interpretações, percepções e consequentemente as ações de políticas públicas serão mediadas por esta determinação. Por exemplo, políticas de repressão e punição estão vinculadas a determinados grupos sociais e vistos como um mal público a ser combatido (Ronzani, 2020), caracterizado por uma visibilidade perversa, que nada mais é do que mecanismos de estigmatização, isolamento, contenção, repressão ou *tragédias provocadas* (Sapor & Medeiros, 2010). O exemplo mais recente disso é a maneira como as cenas de uso em grandes cidades, especialmente nas chamadas “cracolândias,” são alvo constante de violências e ações truculentas de representantes do Estado ou outros setores da sociedade, porém são territórios que merecem ações multisectoriais voltadas para o cuidado de pessoas com diferentes necessidades (Aamaral & Andreolla, 2020).

É neste cenário amplo, diverso e adverso que a questão do abuso e dependência de drogas está inserido nesta população no Brasil, denotando para necessidade do consumo excessivo de droga, *por não ser ponto*, o principal para a compreensão da vida das ruas, embora uma questão importante a ser cuidada. O consumo de drogas é mais um dos desafios a serem lidados, associados aos vários outros fatores relacionados com sua sobrevivência e vinculados a grupos marginalizados pelo capitalismo (Mayora 2016; Silva et al., 2020). Assim, em um contexto de extrema miséria, sofrimento e abandono, a análise das implicações do uso de drogas parece mais complexo: “o que seria um consumo problemático ou não problemático na vida de quem não tem nada ou passa fome, frio e dorme no chão?” (Mayora 2016). Estudos anteriores já demonstraram que, para além da prevalência de uso de álcool e outras drogas entre pessoas em situação de rua (Botti et al., 2010; MENDES, Ronzani & Paiva, 2019a), as condições em que tal uso se dá é fundamental para compreender os riscos e danos associados, bem como o planejamento de ações de prevenção e cuidados mais adequados (Brito & Silva, 2022; Silva et al., 2020).

Nesse sentido, o consumo de substâncias psicoativas deve ser compreendido também a partir de uma perspectiva sociocultural, entendendo que o uso e suas consequências se dão a partir de uma conformação sócio histórica, que dá sentido e define as possibilidades e barreiras sobre a atuação na área (Ronzani, 2018). Assim, a partir de uma análise da sociedade capitalista, o uso de drogas deve ser considerado uma *questão social*, pois está inserida em dinâmicas ou processos sociais, políticos e econômicos que se manifestam no cotidiano da vida social e da

contradição capital-trabalho (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019b). A partir destes referenciais, o objetivo deste presente capítulo é avaliar a associação entre os padrões de uso de álcool, tabaco e outras drogas com características sociodemográficas e de saúde de pessoas adultas em situação de rua do município de Juiz de Fora –MG.

Método

O presente capítulo utilizou os dados coletados no Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora- MG (Pereira et al., 2023), mais especificamente a partir do diagnóstico das 190 pessoas em situação de rua entrevistadas no município. A amostragem foi realizada de forma aleatória entre o total de pessoas abordadas, que responderam ao questionário completo. Detalhes sobre os questionários, método da pesquisa e amostragem podem ser acessados no referido relatório ou no Capítulo 5 do presente livro.

A partir dos dados gerais, foram selecionadas as seguintes variáveis: a) sociodemográficas (sexo, idade, raça, escolaridade, relação sexual); b) características sobre a vida na rua (tempo que vive nas ruas, contato com família, atividades para sustento, se possui casa para onde voltar, se dormiu nas ruas nos últimos 7 dias foram atendidos por algum dispositivo de saúde e assistência social nos últimos 6 meses; c) Razões atribuídas para ter ido viver nas ruas; d) problemas de saúde; e) padrão de uso de álcool, tabaco e outras drogas (30 dias, uso pesado e uso de múltiplas drogas); f) razões para continuar usando substâncias. Sobre o padrão de uso de álcool e outras drogas, estabeleceu-se o critério de uso pesado como o relato de uso diário nos últimos 30 dias. Foi também criada a variável «outras drogas» a partir do relato de uso de maconha, cocaína, crack, inalantes ou outras drogas. O uso de múltiplas drogas foi estabelecido a partir do relato de mais de uma substância concomitante. Entre os que faziam consumo de álcool, tabaco ou outras drogas, foi questionado as razões pelas quais as pessoas continuavam usando. A partir das respostas gerais (ver capítulos sobre drogas em PEREIRA ET AL., 2023), foram recategorizadas as seguintes razões: 1) disponibilidade da substância (fácil acesso ou baixo preço da substância); 2) efeitos positivos ou dificuldade de parar (efeito prazeroso da substância ou por não conseguir parar); 3) condições adversas de vida (fome, frio, violência, sofrimento e dificuldades vividas pela situação de vida).

Para se realizar as análises de associação, algumas variáveis do banco original foram categorizadas ou dicotomizadas, tais como: Raça (Negra X não negra), Escolaridade (até fundamental 2 incompleto X Fundamental 2 completo ou mais), relação sexual (heterossexual X não heterossexual), tempo que vive nas ruas (até 1 ano X acima de 1 ano), contato com a família (sim X não), atividade para sustento (sim X não), atendido por algum dispositivo de saúde/assistência social nos últimos

6 meses (sim X não), padrão de uso de drogas (sim X não), sofreu qualquer tipo de violência (sim X não).

As análises de dados foram realizadas através de estatísticas descritivas, tais como média, desvio padrão (DP) e porcentagem e estatísticas inferenciais bivariadas, tais como teste *t* de *student* para variáveis numéricas. Quadrado para as variáveis categóricas. Definiu-se o valor de $p \leq 0,05$ para se estabelecer as diferenças estatisticamente significativas na comparação das variáveis.

Resultados

Na Tabela 12 apresentamos os resultados gerais de caracterização dos participantes de pesquisa. Para maiores detalhes sobre o censo e mais especificamente os resultados gerais sobre os padrões de consumo de álcool, tabaco e outras drogas, ver PEREIRA ET AL., 2023. A idade média foi 43,2 anos (DP= 12,7 anos), predominantemente masculino (86,1%), relação sexual heterossexual (84,9%), negros (81,5%), com escolaridade até o fundamental 2 incompleto (62,7%), que exercem alguma atividade para o sustento (69,7%) e vive na rua há mais de um ano (67,7%). Chama atenção não somente o uso de tabaco (74,3%), álcool (63,2%) e outras drogas (55,3%) nos últimos 30 dias, mas a alta frequência de uso de pesado em geral e de múltiplas drogas (48,2%). Por último, destacamos os efeitos prazerosos das substâncias ou dificuldade de parar o consumo (57,6%) e as condições de vida adversas (36,0%) como as principais razões atribuídas para se continuar a consumir drogas.

Tabela 12- Caracterização da Amostra de Pessoas em situação de rua em Juiz de Fora-MG (n=190)

Idade (Média/DP)	43,2/12,7
Sexo (masculino)	86,1%
Relação Sexual (Heterossexual)	84,9%
Raça (negra)	81,5%
Escolaridade até fundamental 2 incompleto	62,7%
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	48,1%
Possui casa pra voltar se quiser	42,6%
Realiza alguma atividade para ganhar dinheiro	69,7%
Tem contato com a família	59,7%
Vive na rua há mais de 1 ano	67,7%
Uso de tabaco nos últimos 30 dias	74,3%
Uso de álcool nos últimos 30 dias	63,2%

Uso de outras drogas nos últimos 30 dias	55,3%
Uso de Múltiplas Drogas	48,2%
Uso Pesado de Tabaco	44,7%
Uso Pesado de Álcool	30,0%
Uso Pesado de Outras Drogas	30,5%
Disponibilidade como motivo para usar	6,4%
Efeito positivo/dificuldade de parar como motivo para usar	57,6%
Condições de vida adversas como motivo para usar	36,0%

Fonte: base de dados do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG)

Na Tabela 13 apresentamos as variáveis que se associaram de forma estatisticamente significativa com os diferentes padrões de uso de álcool, tabaco e outras drogas. Para fins de parcimônia dos dados, as variáveis não associadas não foram apresentadas nas tabelas. Em relação ao uso nos últimos 30 dias, o consumo de múltiplas drogas apresentou maior associação com as condições de vida na rua, sendo um grupo com idade média mais baixa (38,0 anos; DP=9,6), predominante-mente homens (91,0%), com relação não heterossexual (69,6%), sendo a saída do sistema prisional a principal causa de viver nas ruas (78,0%), atendidos por ONGs nos últimos 6 meses (64,1%), com hepatite (100%) ou cárie/dor nos dentes (63,2%), dormiu na rua nos últimos 7 dias (58,9%), não possui casa se quiser voltar (62,0%), não tem atividade para ganhar dinheiro (68,6%) e continua usando por condições de vida adversas (69,0%).

Em relação às características associadas aos padrões de uso, destacamos a saída do sistema prisional como motivo para viver nas ruas, ter cárie ou dor nos dentes e ter dormido nas ruas nos últimos 7 dias como as mais frequentes associações com padrões de uso, sendo a última a principal característica associada ao uso pesado.

Tabela 13- Associação entre padrões de uso de álcool, tabaco e outras drogas e características de pessoas em situação de rua ($p \leq 0,05$)

Uso nos últimos 30 dias		
Tabaco	Não	Sim
Idade (Média/DP)	51,2/12,4	39,9/11,6
Demissão/desemprego/perda de renda como causa da situação de rua	66,7%	33,3%
Saída do Sistema Prisional como causa da situação de rua	7,0%	93,0%
Dependência de álcool ou outras drogas	15,2%	84,8%
Cárie/dor nos dentes	16,4%	83,6%

	Álcool	Não	Sim
Saída do Sistema Prisional como causa da situação de rua	20,9%	78,1%	
Problemas de Saúde Mental	21,2%	78,8%	
Cárie/dor nos dentes	25,0%	75,0%	
Condições de vida adversas como motivo para continuar usando	15,6%	84,4%	
Outras Drogas	Não	Sim	
Idade (Média/DP)	49,9/13,7	38,8/10,5	
Sexo (masculino)	36,6%	64,4%	
Saída do Sistema Prisional como causa da situação de rua	14,0%	86,0%	
Atendido por ONGs nos últimos 6 meses	24,4%	75,6%	
Atendido pelo CAPS nos últimos 6 meses	24,4%	75,6%	
Atendido pela Equipe PRESP nos últimos 6 meses	0%	100%	
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	27,2%	72,8%	
Múltiplas Drogas	Não	Sim	
Idade (Média/DP)	48,7/13,8	38,0/9,6	
Sexo (Masculino)	9,0%	91,0%	
Relação não heterossexual	30,4%	69,6%	
Saída do Sistema Prisional como causa da situação de rua	22,0%	78,0%	
Atendido por ONGs nos últimos 6 meses	35,9%	64,1%	
Hepatite	0%	100%	
Cárie/dor nos dentes	37,4%	63,2%	
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	41,1%	58,9%	
Possui casa se quiser voltar	62,0%	38,0%	
Tem alguma atividade para ganhar dinheiro	68,6%	31,4%	
Condições de vida adversas como motivo para continuar usando	31,0%	69,0%	
Uso Pesado			
Tabaco	Não	Sim	
Conflito familiar como causa da situação de rua	35,4%	64,6%	
Álcool	Não	Sim	
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	35,7%	64,3%	
Outras Drogas	Não	Sim	
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	28,1%	71,9%	

Fonte: base de dados do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG)

Discussões

Os resultados demonstram um alto uso de álcool, tabaco ou outras drogas, tanto nos últimos 30 dias, proporcionalmente muito mais elevado ao se comparar com o último levantamento sobre consumo de drogas na população brasileira, onde as drogas mais consumidas foram de álcool (30%), tabaco (13,6%), maconha (1,5%),

cocaína (0,3%) ou crack (0,1%) e uso de múltiplas drogas (2,6%) (Bastos & Bertoni, 2014). Ao se comparar os dados da presente pesquisa com os de outros censos realizados em capitais brasileiras, também observamos maior uso de substâncias psicoativas em Juiz de Fora. No município de São Paulo, o maior uso reportado nos últimos 30 dias foi de álcool (65,0%), tabaco (56,1%), maconha (28,9%), cocaína (22,3%) e crack (18,9%). Seguindo o mesmo critério que utilizamos para o uso pesado, o álcool foi reportado por 36,6% e outras drogas por 39,0% das pessoas entrevistadas (Prefeitura Municipal de São Paulo 2023). No município do Rio de Janeiro, o critério utilizado foi de uso atual, sendo tabaco (27,5%), álcool (23,7%), maconha (17,4%), cocaína (15,2%) e crack (12,1%) as mais consumidas. O uso pesado mais frequente foi de tabaco (26,7%), crack (24,1%), álcool (14,2%), maconha (17,3%) e cocaína (12,4%) (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro 2023). Ou seja, os dados corroboram outros estudos demonstrando um maior uso de drogas nessa população, em comparação à população geral (Botti et al., 2010; Brito & Silva, 2022). Tais dados, e o maior uso proporcional em Juiz de Fora, ressaltam a complexidade envolvida na saúde e nos aspectos sociais dessa população, o que demanda ações de políticas públicas mais inclusivas, que levem em consideração as várias determinações sociais envolvidas, além de maior clareza e adequação destas políticas para as pessoas em situação de rua (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019a).

Tal aspecto soma-se à necessidade de compreensão do contexto em que se dá o uso de álcool e outras drogas. Em nossa pesquisa, observamos como principais razões atribuídas para continuar usando os “Efeitos positivos/dificuldade de parar” e “Condições de vida adversas”. Estudos anteriores discutem a importância de considerar quais as condições estão envolvidas no uso e que tal comportamento apresenta diferentes funções, de acordo com as determinações sociais associadas a alguns grupos (Ronzani, 2018). Especificamente, o uso de drogas na situação de rua está associado a fatores de sobrevivência, enfrentamento de algumas situações como fome, frio, violência e mesmo como única fonte de prazer (Brito & Silva, 2022; Mendes, Ronzani & Paiva, 2019b, Silva et al, 2020). Nesse sentido, abordagens de saúde ou sociais devem considerar tais elementos para que se possa promover um cuidado adequado, acessível e ético para tais pessoas (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019c), tais como abordagens em Redução de Danos (Machado & Boarini, 2013).

Em relação às associações entre padrões de uso de álcool, tabaco ou outras drogas e características das pessoas estudadas, destacamos a saída do sistema prisional como motivo para ir para as ruas e ter dormido na rua nos últimos 7 dias como as mais associadas ao consumo ou uso pesado. Tais dados novamente ressaltam a importância de ações de políticas públicas objetivas para o atendimento a essa população. Ações que devem ultrapassar intervenções medicalizantes e punitivas, comuns no campo de álcool e outras drogas, para práticas integradas e intersetorais.

riais de cuidado (Laport & Junqueira, 2015; Ronzani, 2020). Algumas boas práticas brasileiras com essa população já são conhecidas, como a experiência do “Braços Abertos” da Prefeitura de São Paulo (Rui, Fiori & Tófoli, 2016), que realizava ações amplas de cuidado, direitos humanos, moradia e emprego/renda e foi interrompida por mudança de gestão e de perspectiva sobre o trabalho com pessoas em situação de rua que usavam drogas.

Chama atenção ainda o fato de ter sido observado pouco acesso aos serviços de saúde, assistência social ou outros setores das pessoas que fazem consumo de álcool e outras drogas. Destaca-se que as ONGs foram o principal dispositivo acessado nos últimos 6 meses pelas pessoas com uso de álcool e outras drogas. Outros estudos demonstram que há ainda um protagonismo da ONGs na área, em especial as Comunidades Terapêuticas. Tais dados corroboram estudo anterior (Costa et al., 2017) que realizou o mapeamento de dispositivos na área de drogas em Juiz de Fora, com a grande predominância de ONGs no município e ainda uma necessidade de fortalecimento de ações intersetoriais, de baixa cobertura e com barreiras de acesso aos dispositivos públicos. Tal característica ainda é um grande desafio também no cenário nacional, com problemas de implementação de práticas baseadas em evidência e especialmente no respeito aos Direitos Humanos (Costa, 2022).

Além da baixa cobertura, a articulação da rede de atenção psicossocial também é um desafio. Estudo realizado em Juiz de Fora, demonstrou uma alta centralidade da rede no único Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) do município e uma falta de articulação entre os demais dispositivos (Costa, Ronzani & Colugnati, 2018). Tal característica agrava a situação da baixa cobertura e ainda cria uma dependência e uma atuação de mero encaminhamento, criando uma barreira ainda maior de cuidado dos usuários, agravado pela estigmatização de PSR usuários de drogas (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019b). Nesse sentido, é necessário ainda um grande investimento para a ampliação e implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no município e país, em especial as Equipes de Consultório na Rua, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e os CAPSad. Mas, para além da cobertura, é preciso um real investimento financeiro, pessoal e infraestrutura para que a RAPS aumente a acessibilidade, nos seus vários sentidos, e esteja articulada com outros setores como a Assistência Social, Emprego e Renda, Educação, dentre outros (Mota et al. 2019).

Por último, ressaltamos que, para além do uso de múltiplas drogas ser bastante prevalente no grupo estudado, esse foi o padrão mais associado com diversas áreas tais como problemas de saúde, sexualidade, a situação de viver nas ruas em si, na falta de oportunidades de emprego em renda e condições de vida adversas nas ruas. Tais dados, uma vez mais, ressaltam a necessidade de considerar o consumo de drogas como *questão social*, para além da visão estigmatizante e moralizada,

demandando ações amplas para a garantia do direito ao cuidado e cidadania dessas pessoas (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019b; Mendes, Costa, Dalla Vecchia & Ronzani, 2021). Soma-se a isso as condições de violência sofridas no cotidiano, caracterizadas por formas de punição em especial entre alguns autores de violência, resultado das políticas proibicionistas e punitivas (Ronzani, 2020). Tais dados e discussão podem ser vistos com mais detalhes no Capítulo 12 do presente livro.

Algumas ressalvas finais são importantes ao se interpretar ou discutir sobre os dados apresentados. A primeira é em relação à limitação das inferências realizadas no presente capítulo em função do tamanho da amostra. Algumas categorias estudadas apresentaram uma baixa frequência e as diferenças estatísticas não encontradas podem se relacionar ao Erro do Tipo II. Ou seja, algumas diferenças não encontradas podem ser explicadas mais pela limitação amostral do que necessariamente pela proporção apresentada entre as categorias estudadas. Em segundo lugar, não se pode estabelecer uma relação de causa-efeito entre as variáveis comparadas. As análises realizadas nos permitem apenas uma associação entre as categorias e não se pode afirmar causalidade. Por último, temos a limitação das análises bivariadas, o que não nos permitem analisar associações multivariada entre as diversas categorias estudadas, tendo o padrão de uso de álcool, tabaco e outras drogas como desfecho.

Considerações Finais

Os dados apresentados ressaltam que, apesar do consumo de álcool, tabaco e outras drogas ser um comportamento comum em vários grupos e classes sociais, tal comportamento entre pessoas em situação de rua é um tema relevante e que demanda uma ação ampla e bem articulada de políticas públicas. Em função disso, tais ações devem estar voltadas para além do consumo em si e compreendidas a partir de um contexto social específico.

Apesar disso, observa-se uma grande lacuna de ações objetivas e políticas públicas voltadas a essa população. Infelizmente, as ações de Estado mais comumente implementadas a tais grupos em relação às drogas, se relacionam à de repressão e criminalização de tais pessoas. Por isso, torna-se fundamental uma mudança radical sobre tais políticas. Esperamos que os dados e análises realizadas nesse capítulo contribuam para tal, seja em nível local ou nacional.

Referencias

ALAVARO, R.; GUERRA, A.; MEJIA, M. *Las adolescentes de la calle y su percepción de la sociedad. Enfermería Global*, Murcia, vol. 12, p. 371-380, out 2013.

AMARAL, A.J.; ANDREOLLA A.H. *Drogas, urbanismo militar e gentrificação: o caso da “Cracolândia” paulistana*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 4, p. 2162–87, out. 2020.

ANDRADE, A.L.M.; DE MICHELI, D.; SILVA, E.A. *Neurociências do abuso de drogas na adolescência*. In: RONZANI, T.M. (Org.) *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

BASTOS, F.I.; BERTONI, N. *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

BOTTI, N. C. L., ET AL. Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. *SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas*, Ribeirão Preto, vol. 6, p. 536–555, nov. 2010.

BRITO, C.; SILVA, L. N. *População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 01, p. 151-160, jan. 2022.

COSTA, P. H. A. ET AL. *Levantamento da rede de atenção aos usuários de drogas: Um estudo exploratório*. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 22, n. 2, p. 160-171, jun. 2017.

COSTA, P. H. A.. “Museu de grandes novidades”: A nova-velha política antidrogas no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, [S. I.], v. 14, n. 39, p. 01–25, 2022.

COSTA, P. H. A.; RONZANI, T. M.; COLUGNATI, F. A. B. No meio do caminho tinha um CAPSAD: centralidade e lógica assistencial da rede de atenção aos usuários de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.10, p. 3233–3245, 2018.

ESCOHODATO, A. *História Elementar das Drogas*. Lisboa: Antígona, 2004.

HAN, B. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAPORT, T. J.; JUNQUEIRA, L. A. P.. A intersetorialidade nas políticas sobre drogas. In: RONZANI, T. M., COSTA, P. H. A., MOTA, D. C. B., & LAPORT, T. J. (Orgs.). *Redes de Atenção aos Usuários de Drogas - Políticas e Práticas*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

LIMA, R.C.C. *Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil – Estados Unidos e os organismos internacionais.* Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580–595, out. 2013.

MAYORA, M. O crack e a rua. In: SOUZA, J. (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. População em situação de rua, vulnerabilidade e drogas: uma revisão sistemática. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 31, p. e169056, dez. 2019a. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. *Se essa rua falasse: Uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019b.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. In: Ximenes V. M. ET AL (Orgs.). *Poverty, Stigma, and Drug Use: Reflections About a Perverse Relation*. In: XIMENES V. M. ET AL. (Orgs.). *Psychosocial Implications of Poverty*. New York: Springer, 2019c.

MENDES, K. T.; COSTA, P. H. A.; DALLA VECCHIA; RONZANI, T. M. Políticas Sobre Drogas no Brasil: análise crítica, histórico e panorama atual. In: DE MICHELI ET AL. (Orgs.). *Aspectos Comportamentais, Neurobiológicos e Psicossociais do Uso e Dependência de Drogas*. CRV: Curitiba, 2021.

MOTA, D.C.B., ET AL. Estimating Service Needs for Alcohol and Other Drug Users According to a Tiered Framework: The Case of the São Paulo, Brazil, Metropolitan Area. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, Supplement, (s18), p. 87–95, jan. 2019.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO, L. C.; CASTRO, M.M.C.; RONZANI, T.M. Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora- MG. Relatório Final. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. Disponível em:https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo. São Paulo 2019.* São Paulo: PMSP, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Censo de População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro - 2022.* Rio de Janeiro: PMRJ, 2023. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>

SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. *Crack um desafio social.* Belo Horizonte: PUC-Minas, 2010.

RONZANI, T. M.; PEREIRA T. S.; BRANCO J.; DIMENSTEIN, M. Determinantes Sociais e Dependência de Drogas: revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* Brasília. no prelo.

RONZANI, T. M. *Drugs and Social Context: Social Perspectives on the Use of Alcohol and Other Drugs.* New York: Springer, 2018.

RONZANI, T. M. Pra Que(m) serve as Políticas Públicas no Brasil? Uma viagem ao “mundo das drogas”. In: Castellá, J. S.; Vaz, C. M.; Coin, J. (Org.). *Salud comunitaria. Perspectivas, escenarios y cuestiones relevantes.* Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2020.

RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. *Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”.* Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

SILVA, A. B.; OLSCHOWSKY, A.; WETZEL, C.; SILVA, T. J.; PAVANI, F. M. Desvelando a cultura, o estigma e a droga enquanto estilo de vida na vivência de pessoas em situação de rua. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3713–3721, set. 2020.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L. *Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua.* Petrópolis: Vozes, 1998.

Capítulo 11

Aspectos educacionais e população em situação de rua: Uma análise crítica a partir do diagnóstico juiz-forano

Fábio da Silva Calleia

Introdução

Na dedicatória de *Pedagogia do Oprimido* Paulo Freire abre a obra com os seguintes dizeres: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se com eles sofrem mas, sobretudo, como eles lutam” (Freire, 1975). E aqui, damos ao leitor um importante *spoiler* sobre o fim deste capítulo que retomará o autor. O que se segue em linhas gerais será sobre como pensar em uma educação de fato voltada para uma população que tem suas raízes na dinâmica própria do modo de produção e reprodução do capital.

Nessa perspectiva precisamos ir para além de uma análise dos números que chegam até nós através de um fundamental diagnóstico da realidade juiz-forana para propostas educacionais transformadoras que consigam romper com o instituído, mas que também perpassam por uma análise da realidade e de basais limites e possibilidades acerca dos aspectos educacionais voltados para essa população.

Portanto, o capítulo que segue parte da realidade dos dados apresentados pelo diagnóstico da população em situação de rua do município de Juiz de Fora, acerca dos seus aspectos socioeducacionais e da análise sobre estes. Após esse movimento partimos para um cruzamento desta realidade com outras pesquisas e dados que versam sobre o assunto. Em seguida apresentamos em linhas gerais alguns limites clássicos que impactam diretamente nas práticas educacionais para a população em situação de rua, mas também em linha geral, concomitantemente, evidenciamos algumas possibilidades que vão de encontro a tentativa de diminuir na medida do possível essas barreiras.

Por fim, chegaremos a importante discussão sobre uma verdadeira prática educacional para além do que está estabelecido nos preceitos constitucionais e também no falso discurso que coloca a educação como um instrumento de capacitação e potencialização voltado ao mundo do trabalho para superação da condição de rua. Os pontos de interrogação lançados são condicionantes fundamentais para

realmente pensarmos em um trabalho crítico que potencialize a crítica e que nos permita a construção de práticas educacionais criativas e novas que proporcione armas para uma luta que está adormecida.

O diagnóstico de Juiz de fora acerca dos aspectos educacionais e um traço comparativo aos dados nacionais

Falar sobre população em situação de rua e educação requer antes de constatações que se repetem na breve história dos números relativos a escolaridade, do saber ler e escrever ou até mesmo da simples frequência à escola ao longo da vida, uma crítica que vá de encontro ao entendimento sobre o motivo pelo qual devemos buscar soluções no campo educacional à essa população.

Entretanto, a análise da realidadeposta em cada território é uma ferramenta inicial essencial para o estabelecimento de estratégias de trabalho condizentes com a realidade apresentada pelos números. E tais números também são essenciais para pensarmos nos porquês que os alimentam e fazem com que estes, apesar de muito trabalho e energia despendidos para “melhorá-los” continuam insistentemente apresentando repetições e aumentos em seus dados negativos que são significativos principalmente quando analisamos séries históricas.

No diagnóstico realizado com a população em situação de rua realizado em Juiz de Fora no final do ano de 2022 estes “números que se repetem” são a ponta do iceberg para que possamos começar a falar sobre um assunto de extrema relevância para pensarmos sobre educação e população em situação de rua.

Os principais resultados obtidos no diagnóstico são:

- 81,6% das pessoas entrevistadas sabem ler e escrever;
- 80% dos respondentes frequentou a escola;
- 25,5% afirmaram possuir o ensino fundamental incompleto;
- 6,8% declararam estudar atualmente.

Nas questões referentes à escolaridade e educação, abordadas nesta seção - e ponto importante e relevante para se traçar o perfil dessa população, podemos verificar porcentagem elevada nas declarações sobre a capacidade de leitura e escrita. Dos 190 entrevistados, 155 pessoas (81,6%) afirmaram saber ler e escrever. Desse total, uma minoria, 1 pessoa (0,5%) declarou não saber responder e 15 pessoas (7,9%) não responderam a essa pergunta.

Tabela 14- Você sabe ler e escrever?

	Frequência	Porcentagem
Sim	155	81,6
Não	19	10,0
Não sabe	1	0,5
Não respondeu	15	7,9
Total	190	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Outro elemento importante se refere a declaração de que estuda ou já estudou, conforme dados apontados abaixo:

Tabela 15- Você estuda ou já estudou?

	Frequência	Porcentagem
Sim, estuda atualmente	13	6,8
Sim, já estudei	152	80,0
Não, nunca estudei	7	3,7
Não respondeu	18	9,5
Total	190	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Dos entrevistados, 18 pessoas (9,5%) não responderam a essa pergunta. Uma minoria (7 pessoas, 3,7%) nunca estudou, e a maioria, (152 pessoas, 80%), afirmou já ter estudado; 13 pessoas (6,8%) disseram estar estudando atualmente. Sendo assim, 165 pessoas estudam ou já estudaram. Este dado relaciona-se diretamente com a afirmação dos dados apresentados sobre capacidade de leitura e escrita.

Importante destacar a presença dessa população nos estabelecimentos de ensino da cidade, apontada através da declaração de 13 pessoas (6,8%) que estudam atualmente, considerando as condições para exercício de tal atividade diante da vivência na rua.

Dos 165 entrevistados que afirmaram já ter estudado ou estar estudando, na pergunta anterior, a maioria, 42 pessoas (25,5%), afirmaram possuir o ensino fundamental II incompleto. Por outro lado, 17 pessoas (10,3%) responderam possuir essa etapa de ensino completa.

Tabela 16- Nível de escolaridade

	Frequência	Porcentagem
Educação infantil	1	0,6
Ensino fundamental 1 incompleto	29	17,6
Ensino fundamental 1 completo	29	17,6
Ensino fundamental 2 incompleto	42	25,5
Ensino fundamental 2 completo	17	10,3
Ensino médio incompleto	18	10,9
Ensino médio completo	12	7,3
Técnico completo	6	3,6
Superior incompleto	3	1,8
Superior completo	4	2,4
Não sabe	1	0,6
Não respondeu	3	1,8
Total	165	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Cerca de 29 pessoas (17,6%) afirmaram ter concluído o ensino fundamental I, e o mesmo número de pessoas disseram não ter concluído essa etapa de ensino. 18 pessoas (10,9%) não concluíram o ensino médio, enquanto que 12 (7,3%) concluíram. Somente 6 pessoas (3,6%) possuem curso técnico, 4 pessoas (2,4%) possuem o ensino superior completo, e 3 pessoas (1,8%) possuem ensino superior incompleto.

Observamos através destes dados a baixa escolaridade dessa população, que pode ser impulsionadora da vivência e manutenção das pessoas na rua, quando o motivo que as leva a estar na rua coincide com o desemprego e necessidade de sobrevivência.

Se realizarmos um comparativo destes dados com a principal pesquisa acerca da população em situação de rua realizada em 2009 no território nacional podemos verificar que mesmo diante da passagem de um longo espaço de tempo e após inúmeras políticas e decretos normativos voltados à atenção dessa população, continuamos parados no tempo e com resultados muito semelhantes com pouquíssimos avanços. Vejamos o gráfico a seguir e o que fala a pesquisa em destaque sobre o assunto:

Tabela 17- Escolaridade da população em situação de rua (2009)

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4,175	15,1
1º grau incompleto	13,385	48,4
1º grau completo	2,854	10,3
2º grau incompleto	1,045	3,8
2º grau completo	881	3,2
superior incompleto	190	0,7
superior completo	194	0,7
não sabe/ não lembra	2,136	7,7
não informado	2,787	10,1
total	27,647	100,0

Fonte: IBGE (2015); Ipea (2015); Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d)

No que diz respeito a formação escolar, a maior parte (63,5%) não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% apenas assinam seu próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Conforme se nota na tabela 2, esta é uma população com pouco acesso ao sistema escolar formal, existindo, todavia, pessoas com nível superior que estão atualmente em situação de rua. (Quiroga da Cunha; Rodrigues, 2009, p. 87)

Precisamos ainda ressaltar que de 2007 a 2008 – anos de coleta de dados da pesquisa nacional – para hoje, temos um cenário completamente diferente com um aumento significativo dessa população. Um dos órgãos que frequentemente emite esses números apresentou uma série histórica dos últimos 10 anos (2012-2022) – abaixo:

Tabela 18- Evolução quantitativa da população em situação de rua no Brasil

Ano	População em situação de rua estimada
2012	90.480
2013	96.246
2014	106.650
2015	123.104
2016	138.785
2017	160.614
2018	184.749

2019	204.660
2020	214.451
2021	232.147
2022	281.472

Fonte: IBGE (2015); Ipea (2015); Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d)

Estima-se que a população em situação de rua no Brasil tenha crescido 38% entre 2019 e 2022. Considerando o período de uma década (2012-2022), o crescimento foi de 211%. O crescimento da população brasileira na última década, entretanto, foi de apenas 11%. Isso considerando as estimativas do IBGE para os anos de 2011 e 2021, respectivamente, já que não existe estimativa populacional para 2022. Seja como for, qualquer eventual diferença nesse valor de 11% a ser observada quando tivermos dados para 2022 não afetará a conclusão principal. O crescimento da população em situação de rua se dá em ordem de magnitude superior ao crescimento vegetativo da população. Além disso, tal crescimento se acelerou nos últimos anos. (IPEA, 2023)Portanto, quando pensamos em educação voltada para essa população na atualidade precisamos ainda ter em mente essa expansão significativa que torna o problema ainda mais complexo e multifacetado do que tínhamos em 2009 quando da apresentação da pesquisa nacional. E em comparação a tal pesquisa podemos associar os poucos avanços relativos a educação da população em situação de rua a outras dificuldades e limites apresentados caracterizando verdadeiras barreiras de acesso a práticas educacionais voltadas a essa população.

Limites e possibilidades de práticas educacionais voltadas a população em situação de rua

O cotidiano do trabalho com a população em situação de rua nos diversos campos de atuação das políticas públicas e também de práticas de organizações da sociedade civil, apresenta um quadro de limites muito bem definidos e que podemos até, de certo modo, falar de uma cristalização desses aspectos que refletem não só na educação mas em todas as frentes de trabalho.Vejamos alguns exemplos:

- Falta de documentos: muitas pessoas em situação de rua não têm documentos de identificação, o que pode dificultar o acesso a serviços públicos, incluindo a educação;

- Preconceito e estigma: as pessoas em situação de rua muitas vezes enfrentam estigmas e preconceitos por parte da sociedade trazendo impeditivos ao seu acesso a serviços educacionais;
- Falta de recursos financeiros: muitas pessoas em situação de rua não têm renda suficiente para pagar por serviços educacionais, incluindo materiais didáticos, transporte e alimentação;
- Problemas de saúde: muitas pessoas em situação de rua confrontam problemas de saúde mental e uso abusivo de substâncias, o que pode afetar sua capacidade de organização para participação em ambientes educacionais;
- Falta de acesso a recursos tecnológicos: muitas escolas e universidades dependem do acesso à tecnologia para oferecer educação online e recursos educacionais, o que pode se tornar uma barreira para a população em situação de rua que carece desse acesso. Tais dificuldades por sua vez indicam possibilidades de superação destas que devem ser pensadas, planejadas e executadas de forma articulada entre diversas políticas, ou seja, a intersetorialidade das ações é uma condição extremamente necessária quando pensamos em ações voltadas para a população em situação de rua. Muitas vezes essas tarefas são apenas executadas pela política de Assistência Social e por organizações da sociedade civil sem articulações estreitas com a política de educação, saúde, entre outras. Vejamos algumas possibilidades que indicam alternativas diante de algumas barreiras:
Acesso à educação formal: muitos programas educacionais, tanto do governo quanto de organizações da sociedade civil, têm como objetivo proporcionar acesso à educação formal para a população em situação de rua. Esses programas podem incluir cursos de alfabetização, formação profissional e cursos de graduação;
- Acesso a recursos educacionais: algumas organizações da sociedade civil e instituições educacionais oferecem recursos educacionais, como livros e materiais didáticos, para a população em situação de rua. Esses recursos podem ajudar a superar a barreira financeira à educação;
- Acesso simplificado e gratuito para a retirada de documentação civil. O acesso aos documentos pode se tornar um importante instrumento para que a própria população em situação de rua se perceba como sujeitos de direitos e busquem serviços educacionais;
- Desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais através de cursos voltados para essa população: a educação pode ajudar a desenvolver habilidades pessoais e profissionais que podem ser usadas para melhorar a qualidade de vida da população em situação de rua. Isso pode incluir habilidades de comunicação, habilidades de resolução de problemas e habilidades de liderança;

- Aumento da intersetorialidade entre as políticas públicas: a articulação entre as políticas de assistência social, a educação e a saúde, por exemplo, são fundamentais para dar condições reais para um trabalho educacional voltado à essa população. A ruptura com ações estanques e o planejamento articulado de ações é um instrumento fundamental para inúmeras barreiras apresentadas anteriormente. Mas para além dessas alternativas e propostas para superar algumas barreiras que atravessam possibilidades de inserção em práticas educacionais precisamos nos atentar para a raiz deste problema porque só assim podemos de fato pensá-lo com outras mediações.

Para além de uma análise simplória

Não é incomum quando pensamos e atuamos nesta expressão da questão social chamada população em situação de rua que caiamos em propostas simples, mágicas e consequentemente equivocadas. A questão correlata a educação quando pensamos em pessoas em situação de rua, por exemplo, é a questão da sua empregabilidade. Associa-se a falta de oportunidades no mundo do trabalho com a baixa escolaridade, assim como também o fazem em relação a questão de documentos pessoais, aparência, preconceito, uso abusivo de substâncias dentre tantos outros motivos correlatos. Entretanto, pouco se associa ou pouco se fala para essa população que o tal mundo do trabalho já é inacessível para um grande contingente que possui todos os requisitos imperativos através do mundo do faz de conta acessado através do investimento pessoal no campo da educação.

Como nos alerta Silva quando fala que;

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa (Silva, 2009, p. 27).

Obviamente, nesta sociedade que insiste em particularizar e atomizar seus problemas culpabilizando os indivíduos pelos seus insucessos, questões que colocam os próprios indivíduos uns contra os outros em uma disputa insana pelos postos que restam no mundo do trabalho, que mais parece com aquela velha brincadeira infantil de dança das cadeiras, faz com que a educação se transforme na arma para essa luta sangrenta. Ou seja, possuir o ensino fundamental, o ensino médio, o curso

técnico, a aptidão comprovada em uma determinada situação devidamente comprovada por um diploma de qualquer lugar, torna-se o pressuposto para adentrar nos jogos vorazes estabelecido pelo mundo do trabalho contemporâneo. E insanamente quando pensamos em educação e população em situação de rua enveredamos para esse mesmo caminho, ora imposto pela imediaticidade que emerge da própria população que anseia por entrar nesse jogo e ora a partir das nossas próprias falsas esperanças que colocam a inserção no mundo do trabalho como a “grande superação” da situação de rua. Aliás, a inserção no mundo do trabalho, erroneamente frequenta quase de forma cativa o ideário de superação de inúmeras expressões da questão social.

Sim e não devem começar a frequentar nossas ideias de formas complementares. Não podemos negar o direito dos indivíduos a educação formal tal como está estabelecido pelos cânones constituintes e também não podemos negar que completar ou não completar um determinado nível de escolaridade de fato incidem em barreiras reais apresentadas pelo mundo do trabalho, assim como a ausência de endereço fixo, celular, e-mail, currículo, *pedigree*, meias brancas e ausência de cárries. Apesar de saber dessas verdades estabelecidas o simples fato de promover cursos, estabelecer dinâmicas para o acesso desta população à educação formal a fim de complementar sua escolaridade e instrumentalizá-la de todas as formas possíveis para irem ao campo de batalha das vagas remanescentes não é em hipótese alguma, sinal de potencialidades na superação das barreiras. Isto é o poste não mijá no cachorro! O problema central não é a baixa escolaridade, a falta de documentos, a ausência de moradia e nem tampouco a utilização abusiva de álcool ou outras drogas e sim um mundo do trabalho submetido a uma lógica anti-humanista não preocupado em dividir suas tarefas para contemplar a todos ou a sua grande maioria, mas apenas preocupados em manter em curso a lógica de produção e reprodução do capital.

Neste cenário a população em situação de rua não pode mais ser vista como uma expressão da questão social excluída do acesso a direitos. Há de se inverter essa análise e avaliarmos também se o acesso a direitos não cumpre um importante papel no seu aspecto fetichista. Lutar, por exemplo, por mais postos de trabalho medíocres com remunerações igualmente medíocres, que se assemelham a soma das esmolas jogadas por transeuntes sobre o corpo dessa população é não encarar a verdade posta que tal ato é mais um entre os tantos outros criados com a tentativa de “empurrar o problema com a barriga”.

De certo modo, o sentimento de insegurança social produz mais desconforto aos que ainda possuem empregos do que o horror em que o mundo do trabalho agoniza – crivado de modos arcaicos de intensificação e ampliação das jornadas, assim como de modernos modos de humilhação e redução crescente de direitos. (Menegat, 2019, p.72).

Portanto, precisamos sim problematizar as questões relativas ao saber ler e escrever, a escolaridade e a frequência escolar da população em situação de rua, mas não podemos e nem devemos colocar a educação como panaceia da situação e, mais do que nunca temos uma tarefa árdua de repensar o que de fato estamos pensando enquanto educação voltada à uma população supérflua a dinâmica desta sociedade que não tem mais o menor interesse em satisfazer todos os seus indivíduos.

Um caminho possível para pensar em educação e população em situação de rua, por exemplo, pode estar no retorno à Paulo Freire que pensava em uma educação para além dos seus aspectos relativos aos ditames de uma ordem pré-estabelecida. O referido autor em *Pedagogia do oprimido* argumenta que a educação é uma poderosa agente da transformação societária e de mudanças em todos os sentidos. O autor defende que a educação desempenha um papel fundamental ao desenvolver a consciência crítica, libertando os indivíduos por meio de um pensamento crítico e emancipador.

Ou seja, a educação da qual devemos buscar junto a essa população é radicalmente distinta daquela que cumpre apenas uma função, a de colocá-lo em um determinado nível escolar. A educação deve ser radicalmente diferente dessa proposta. Podemos sim graduar a população em situação de rua levando estes ao fundamental completo ou ao curso técnico de condução de materiais recicláveis para obtenção de uma subsistência menos miserável, mas no percurso dessas ações o que de fato é fundamental está muito além de fórmulas matemáticas, orientações de como realizar uma determinada tarefa ou até mesmo a compreensão sobre os movimentos de rotação e translação da Terra.

Conclusão

É necessário desvelar “a ordem social injusta que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (Freire, 1975) que nos desumaniza e mantém a inversão onde as coisas são mais importantes do que quem as produz. Torna-se necessário uma educação onde está população não seja apenas receptora de uma ação benevolente e hierarquicamente mais capacitada a educar, mas sim uma população protagonista do processo educada para se libertar das amarras da falsa generosidade e solidariedade que os aprisiona.

Ainda parafraseando Paulo Freire, geralmente para que a situação concreta de injustiça não se constitua num “percebido” claro para a consciência dos que a sofrem, inúmeras medidas com aspectos de benevolência e até mesmo porque não pelo crivo do direito são lançadas a essa população como uma tábua de salvação diante de suas mazelas. Mas será que esse caminho é de fato uma ponte para o enfrentamento dessa injustiça? Será que não precisamos de outras mediações para

além do que está sendo realizado como o único caminho possível? Será que nós que estamos preocupados com a expansão dessa população acabamos de certo modo contribuindo para um apaziguamento e continuidades dessas injustiças?

Portanto, precisamos estarmos atentos quando pensamos em aspectos educacionais para a população em situação de rua. Tal educação que de fato deve ser conduzida com o olhar atento de que se trata de uma Pedagogia do oprimido, precisa;

Ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (Freire, 1975, p.32)

Referências

- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- NATALINO, M. Nota técnica 103. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)*. IPEA, Brasília, 2023.
- QUIROGA DA CUNHA, J. V.; RODRIGUES, M. (Org.). *Rua: aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População de Rua*. Brasília: MDS, 2009.
- SILVA, M. L. L. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

Capítulo 12

Caracterização da violência sofrida por pessoas em situação de rua na cidade de Juiz de Fora-MG

Telmo Mota Ronzani

Weverton Corrêa Netto

Introdução

A população em situação de rua (PSR), compreendida como expressão radical da *questão social* (Silva, 2006), conjunto das desigualdades sociais geradas no interior da sociedade capitalista, constitui um grupo populacional extremamente vulnerabilizado. Ela é resultado de um processo de “vulnerabilização” que se inicia anteriormente mesmo ao momento de ida para as ruas (Mendes et al., 2019b). Nesse sentido, a violência, além de uma marca e um aspecto estruturante do cotidiano nas ruas, muitas das vezes está também presente ao longo da trajetória de vida das pessoas que nelas vivem, seja como um fator de causalidade atribuída para a situação de rua atual ou não (Huey, 2016; Milaney et al., 2019).

Definida de maneira abrangente pela Organização Mundial de Saúde (1996) como o uso da força física ou do poder, na forma de ameaça ou na prática, contra si ou contra o(s) outro(s) que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado e privação, a violência pode assumir diferentes formas, mais ou menos visíveis, legitimadas ou deslegitimadas, a depender da época, lugar e das circunstâncias em que se situa (Minayo, 2006). Ao “quando,” “onde” e “como,” adiciona-se aqui o “quem” (a pratica e a sofre) como aspectos relevantes para a análise da invisibilidade da violência sofrida pela PSR no Brasil.

São vários os tipos de violência sofridos pela PSR, abrangendo práticas de violência simbólica³⁸ até atos de homicídio, com destaque para espancamentos, apedrejamentos, violência sexual, remoções e internações arbitrárias, recolhimento de pertences, verdadeiros roubos institucionalizados agressões verbais, negligê-

³⁸ Conceito proposto por Bourdieu (2003) para descrever a forma de violência praticada sem o abuso direto da força, pela qual a classe dominante impõe seu modo de pensar ao resto da sociedade, reforçando a dominação e a exclusão social de determinados grupos. A discriminação contra a PSR pode ser apreendida por meio desse conceito.

cia no atendimento e ausência de políticas públicas intersetoriais (Nonato & Raiol, 2018; Rosa & Bretâs, 2015). A própria condição de se estar na rua pode também ser compreendida como uma forma de violência de acordo com Rosa e Brêtas (2015), ao afirmarem que “viver na rua por si é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade.” Ainda, a violência a qual a PSR é submetida apresenta diversos autores, como agentes de segurança pública, o Estado (por omissão ou por ações diretas) e a sociedade civil (Melo, 2014). Com isso, reforça-se a situação de vulnerabilidade desse grupo com relação à vitimização por diferentes formas de violência, provenientes e perpetradas pela sociedade como um todo, assim como pelas próprias circunstâncias em que se encontram.

Contudo, apesar da alta proporção de casos de violência contra a PSR no Brasil e das evidentes consequências da vitimização por violência para a saúde física e mental dessas pessoas, há uma subnotificação de tais casos no país, segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2019). As razões para a subnotificação dos casos variam desde as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e outras políticas públicas por parte da PSR, articulada ao fato de que os agentes dessas políticas são também frequentemente agenciadores da violência contra essa população, até a própria marginalização da PSR e portanto, a naturalização da violência contra ela (Silva et al., 2020a). Nas palavras de Kushel (2022), a violência contra a PSR se trata de uma “epidemia escondida.” É por esse e outros motivos que o Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, dia 19 de agosto, realizado em memória das vítimas do “Massacre da Sé,” em 2004 é um marco importante da luta protagonizada pelo Movimento Nacional da População de rua pela visibilidade da violência sofrida pela PSR e pela reivindicação de seus direitos no Brasil.

A naturalização da violência contra a PSR possui associação direta com a estigmatização desse grupo populacional (Moura Jr. et al., 2013). O estigma definido por Goffman (1980) como uma marca ou impressão negativa que indica depreciação e degradação daqueles que o portam, promove uma inversão de papéis no que se refere às relações entre a violência e a PSR. De vítimas da violência e de múltiplas violações de direitos, determinados por uma organização social produtora de profundas desigualdades, através das lentes do estigma, que atribui à PSR representações como as de “drogados,” “violentos,” “sujos” e “doentes,” essas pessoas passam a ser vistas como responsáveis pela violência na sociedade e culpabilizadas por tais atos (Silva, 2019a). Cabe salientar que o estigma relacionado à pobreza também atinge a PSR, os mais pobres dentre os pobres (Mendes et al., 2019a), ainda que, conforme Moura Jr. et al. (2013), esse reconhecimento seja menos agressivo do que o de morador de rua. Segundo Ferreira e Pinheiro (2015), a mídia possui um papel significativo na reprodução e disseminação dessas representações na sociedade.

Assim, a estigmatização além de consistir em uma prática discriminatória e violenta por si só, ao causar a redução da autoestima, sentimentos de humilhação, vergonha e outros impactos na saúde mental pela internalização do estigma (Moura Jr. et al., 2013; Ronzani ET AL. 2014), tem como consequência a naturalização da violência contra a PSR (Silva, 2019b). Dessa forma, ao serem reconhecidas a partir do estigma de população perigosa, são justificadas e legitimadas intervenções de cunho extremamente repressivo e higienista direcionadas à “problemática” das pessoas em situação de rua, orquestradas até mesmo pelo próprio Estado, em nome de uma suposta garantia de segurança pública (Nonato & Raiol, 2018). Questiona-se para quem é destinada tal segurança, visto que em prol dela são materializadas inúmeras intervenções de segurança pública que mais promovem a violência contra à PSR do que efetivamente diminuem seus números na sociedade. Porém, destaca-se que a violência é uma marca global das relações da PSR com o resto da sociedade, passível de observação em múltiplos outros âmbitos das relações sociais dessa população.

Em vista disso, para Minayo (2006), é necessário compreender a violência como um processo sócio histórico, para além do imediatismo do fenômeno. A autora atenta para o aspecto estrutural e “estruturante” da violência social em contexto nacional, dado seu enraizamento no processo de formação social do país que tem no colonialismo e na escravidão heranças fundamentais. Nesse sentido, considerando a magnitude da violência contra a PSR no Brasil, que ultrapassa a ação de indivíduos isolados (sendo, portanto, generalizada), assim como o seu caráter institucionalizado é possível e urgente desvelar a maneira pela qual ela se inscreve no interior do projeto em curso em nosso território de opressão e extermínio de determinados sujeitos classificados como “indesejados sociais, “expresso pela profunda imbricação entre classe, raça e violência no Brasil” (Brito et al., 2022). Ou seja, é preciso apreender a violência sofrida pela PSR no Brasil em sua concretude histórica, de forma a desvelar suas raízes e consequentemente, as possibilidades de enfrentamento do fenômeno (Martin-Baró, 2017).

À luz dessa discussão, o objetivo do presente capítulo é analisar a associação entre tipos e autores de violência sofrida e características sociodemográficas de pessoas em situação de rua do município de Juiz de Fora-MG.

Método

O presente capítulo utilizou os dados coletados no Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora- MG (Pereira ET AL., 2023), mais especificamente sobre o diagnóstico das 190 pessoas em situação de rua entrevistadas no município. A amostragem foi realizada de forma aleatória entre o total de pessoas abordadas, que responderam ao questionário completo. Detalhes

sobre os questionários, método da pesquisa e amostragem podem ser acessados no referido relatório ou no Capítulo 5 do presente livro.

A partir dos dados gerais, foram selecionadas as seguintes as variáveis: a) sociodemográficas (sexo, idade, raça, escolaridade, relação sexual); b) características sobre a vida na rua (tempo que vive nas ruas, contato com família, atividades para sustento, se possui casa para onde voltar, se dormiu nas ruas nos últimos 7 dias, foi atendido por algum dispositivo de saúde ou assistência social nos últimos 6 meses); c) padrão de uso de álcool, tabaco, cocaína, crack e inalantes (30 dias, uso pesado e uso de múltiplas drogas); d) tipo de violência sofrida; e) autor da violência.

Para se realizar as análises de associação, algumas variáveis do banco original foram categorizadas ou dicotomizadas, tais como: Raça (Negra X não negra), escolaridade (até fundamental 2 incompleto X Fundamental 2 completo ou mais), relação sexual (heterossexual X não heterossexual), tempo que vive nas ruas (até 1 ano X acima de 1 ano), contato com a família (sim X não), atividade para sustento (sim X não), atendido por algum dispositivo de saúde ou assistência social nos últimos 6 meses (sim X não), padrão de uso de drogas (sim X não), sofreu qualquer tipo de violência (sim X não).

As análises de dados foram realizadas através de estatísticas descritivas, tais como média, desvio padrão (DP) e porcentagem e estatísticas inferenciais bivariadas, tais como teste *t* de *student* para variáveis numéricas e Qui-Quadrado para as variáveis categóricas. Definiu-se o valor de $p \leq 0,05$ para se estabelecer as diferenças estatisticamente significativas na comparação das variáveis.

Resultados

A Tabela 19 apresenta a descrição geral sobre os entrevistados do estudo (para maiores detalhes sobre a característica da amostra e sobre dados gerais de violência, ver PEREIRA ET AL., 2023). A idade média foi de 43,2 anos (DP= 12,7 anos), predominantemente masculino (86,1%), negros (81,5%), baixa escolaridade (62,7% com escolaridade até fundamental 2 incompleto) e vivendo na rua há mais de um ano (67,7%). Chama atenção que quase todos os entrevistados (91,1%) sofreram algum tipo de violência nas ruas.

Tabela 19- Caracterização da Amostra de Pessoas em situação de rua em Juiz de Fora-MG (n=190)

Idade (Média/DP)	43,2/12,7
Sexo (masculino)	86,1%
Relação Sexual (Heterossexual)	84,9%
Raça (negra)	81,5%
Escolaridade até fundamental 2 incompleto	62,7%
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	48,1%
Possui casa pra voltar se quiser	42,6%
Realiza alguma atividade para ganhar dinheiro	69,7%
Escolaridade até fundamental 2 incompleto	62,7%
Tem contato com a família	59,7%
Vive na rua há mais de 1 ano	67,7%
Sofreu algum tipo de violência na rua	91,1%

Fonte: base de dados do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG)

Nas Tabelas 20 e 21 apresentamos as variáveis que se associaram de forma estatisticamente significativa com tipos e autores de violência sofrida por pessoas em situação de rua. Para fins de parcimônia dos dados, as variáveis não associadas não foram apresentadas nas tabelas.

Em relação à associação entre tipos de violência e demais variáveis analisadas, ressalta-se que “espancamento, briga, luta ou paulada” e “jogar fora os pertences” foram os tipos de violência com maiores associações estatisticamente significativas. Em relação às variáveis mais comumente associadas aos tipos de violência, destacam-se o uso de álcool e outras drogas a pessoas que vivem mais tempo nessa situação ou que dormiram nas ruas nos últimos 7 dias. Por último, ressaltamos a única variável associada à violência sexual, demonstrando que 87% pessoas que tem relações não heterossexuais sofreram abuso sexual nas ruas. Maiores detalhes podem ser observados na Tabela 20.

Tabela 20- Associação entre tipo de violência sofrida e características de pessoas em situação de rua ($p \leq 0,05$)

Xingamento, humilhação ou preconceito	Não	Sim
Idade (Média/DP)	48,4/14,0	41,0/11,9
Vive na rua há mais de um ano	36,6%	63,4%
Possui casa para voltar, se quiser	64,1,2%	35,9%
Usou álcool últimos 30 dias	33,6%	66,4%
Espancamento, briga, luta, paulada	Não	Sim
Vive na rua há mais de um ano	36,6%	63,4%

Possui casa para voltar, se quiser	53,5%	46,5%
Usou álcool últimos 30 dias	33,6%	66,4%
Usou tabaco últimos 30 dias	38,4%	61,6%
Usou crack últimos 30 dias	33,7%	66,7%
Usou inalantes últimos 30 dias	6,7%	93,3%
Uso de múltiplas drogas	31,2%	68,8%
Tiro, facada, queimadura	Não	Sim
Usou crack últimos 30 dias	38,6%	61,4%
Usou inalantes últimos 30 dias	40,0%	60,0%
Jogar fora pertences	Não	Sim
Vive na rua há mais de um ano	42,0%	58,0%
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	40,8%	59,8%
Foi atendido por algum dispositivo/equipe de cuidado	97,4%	2,6%
Usou tabaco últimos 30 dias	38,4%	61,6%
Usou álcool últimos 30 dias	33,6%	66,4%
Uso de múltiplas drogas	39,0%	61,0%
Roubo ou furto	Não	Sim
Idade (Média/DP)	46,0/13,8	40,5/11,5
Foi atendido por algum dispositivo/equipe de cuidado	96,8%	3,2%
Usou álcool últimos 30 dias	32,7%	67,3%
Foi retirado à força da rua	Não	Sim
Usou álcool últimos 30 dias	26,2%	73,8%
Abuso sexual	Não	Sim
Relação não heterossexual	13,0%	87,0%
Qualquer tipo de violência	Não	Sim
Idade (Média/DP)	42,4/12,6	52,6/14,1
Usou álcool últimos 30 dias	2,8%	97,2%
Usou crack últimos 30 dias	4,0%	96,0%
Uso de múltiplas drogas	15,2%	84,8%
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	13,6%	86,4%

Fonte: base de dados do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG)

Em relação aos autores de violência sofrida pelas pessoas em situação de rua, destacamos a violência realizada por policiais com a maior associação entre as variáveis estudadas, em especial com pessoas mais novas e usuários de crack e múltiplas drogas. De uma forma geral, o uso de álcool e outras drogas foi frequente entre as vítimas de violência por diversos autores. Destaca-se ainda uma alta frequência entre pessoas negras (negras ou pardas) como vítimas de violência de moradores do entorno, comerciantes e segurança privada. Maiores detalhes sobre os associação entre autores de violência e demais características podem ser observadas na Tabela 21.

Tabela 21- Associação entre autores de violência e características de pessoas em situação de rua ($p \leq 0,05$)

	Não	Sim
Policial		
Idade (Média/DP)	44,4/13,2	39,6/10,7
Usou crack últimos 30 dias	45,6%	54,4%
Uso de múltiplas drogas	32,8%	67,2%
Pessoas que passam na rua	Não	Sim
Dormiu na rua nos últimos 7 dias	39,7%	60,3%
Moradores do entorno	Não	Sim
Raça (negra)	8,7%	91,3%
Uso pesado de álcool	30,3%	69,7%
Comerciantes	Não	Sim
Raça (negra)	3,8%	96,2%
Segurança Privada	Não	Sim
Raça (negra)	0%	100%
Usou maconha últimos 30 dias	31,8%	68,2%
Traficantes	Não	Sim
Usou maconha últimos 30 dias	27,3%	72,7%
Agentes Públicos	Não	Sim
Idade (Média/DP)	42,2/11,8	30,2/13,6
Usou maconha últimos 30 dias	20,0%	80,0%

Fonte: base de dados do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG)

Discussões

Conforme salientado anteriormente, a rua constitui um contexto de extrema vulnerabilização e de exposição a inúmeros riscos para aqueles que nela vivem. Dentre os riscos enfrentados, destaca-se o de ser vítima de variados mecanismos ou manifestações da violência, devendo aqui ser incluída a violência das próprias condições de vida experiências estando em situação de rua (Nonato & Raiol, 2018; Rosa & Brêtas, 2015). O achado de que quase todos os entrevistados (91,1%) no presente estudo relataram ter sofrido algum tipo de violência nas ruas corrobora essa realidade e aponta para o aspecto constitutivo da violência na vida nas ruas, assim como para a alta proporção de casos de violência contra a PSR no Brasil (Brasil, 2019).

A associação encontrada entre o tempo vivendo nas ruas e a vitimização por violência é um dado que reforça a grande exposição ao risco de sofrer violência estando em situação de rua, dado que um maior tempo nas ruas implicaria em uma maior exposição à violência por parte da PSR. Nossa estudo ainda demonstra que ter dormido ao menos um dia na rua nos últimos 7 dias também esteve relacionado a sofrer violência dentre os entrevistados e, ainda, que possuir uma casa para voltar

se quiser apresentou associação com menor frequência de sofrer certas formas de violência. Assim, evidencia-se que viver nas ruas, leia-se, sem moradia, configura como uma condição de constante insegurança existencial, considerando que a rua se trata de um contexto de alta vulnerabilidade e de exposição cotidiana à violência (Huey, 2016). A falta de moradia, lugar que do ponto de vista ideal é o principal espaço de segurança e de proteção dos sujeitos dos riscos da vida pública nas ruas da cidade é um (se não “o”) problema central dentro do complexo e extenso conjunto de necessidades da PSR (Brasil, 2022).

Para Lanfranchi (2020) é preciso compreender a exclusão habitacional e o direito à moradia na perspectiva da PSR. Por conseguinte, observa-se a necessidade de políticas habitacionais que promovam o acesso à moradia pela PSR como condição primordial para a resolução de uma série de problemas vivenciados por esse grupo populacional (Carvalho & Furtado, 2021), como a violência sofrida nas ruas. Portanto, é preciso inverter a lógica “etapista” tradicionalmente empregada na oferta de serviços e na atenção à PSR que propõe uma série de exigências a serem cumpridas pelas pessoas em situação de rua para que alcancem a moradia permanente, demandando que superem diversos problemas de difícil resolução em condições de vida extremamente precárias, para só então terem acesso a algo que é previsto como direito (Brasil, 1988) recaindo, assim em uma culpabilização da PSR pela situação em que se encontram (Brasil, 2022).

Nesse sentido, superar a violência contra a PSR exige primeiro superar a própria situação de rua, o que vai de acordo com o entendimento adotado por programas como os de *Housing First* (“Moradia Primeiro”). Segundo Ornelas e Duarte (2022), o modelo adotado em tais programas, partindo de uma concepção de moradia com um direito humano e da situação de rua como estruturalmente determinada, visa proporcionar à PSR acesso direto à moradia permanente e independente, assim como o suporte psicossocial que venha a ser necessário para esses sujeitos. De acordo com os autores, o *Housing First* é alicerçado em um amplo conjunto de estudos que sustentam a sua eficácia na resolução das situações de rua, sendo atualmente progressivamente implementado em países da América do Norte e da Europa, além de já existirem estudos de avaliação da implementação do modelo em contexto nacional, como é o caso do trabalho de Carvalho e Furtado (2021).

Contudo, ao se discutir a necessidade de políticas de moradia permanente para a PSR como forma de enfrentamento da violência vivenciada por essa população, é preciso cautela para não se naturalizar o fenômeno. A violência não é unicamente decorrente da situação de rua em si mas, principalmente da estigmatização da PSR, tomada como justificativa para diversas intervenções de caráter repressivo e opressor, realizadas por diferentes autores, direcionadas a esse grupo populacional (Moura Jr. ET AL., 2013; Silva, 2019b). É por esse motivo que embora retira as pessoas das ruas

seja uma estratégia essencial visando protegê-las da violência, a qual estão expostas nesse espaço, é indispensável que a proposição de políticas que visem a resolução da situação de rua estejam articuladas a ações de enfrentamento do estigma contra a PSR, dada a impossibilidade de superação imediata dessa realidade que perpassa pela superação da *questão social* de forma mais ampla, ainda que esse não deixe de constituir um horizonte societário possível e necessário (Mendes et al,2019b).

Além do estigma, o recorte racial é um traço permanente da PSR no Brasil que possui associação direta com a violência contra esse grupo populacional. De acordo com Cunda e Silva (2020), não é de forma metafórica que se diz que nas cidades brasileiras “a rua tem cor,” uma vez que a PSR no país tem como característica marcante o fato de ser constituída predominantemente por pessoas negras. Desse modo, os resultados do presente estudo corroboram que a população negra, também majoritária ao se considerar as pessoas em situação de rua entrevistadas no município de Juiz de Fora-MG (81,5%) é a principal vítima de violência nas ruas, dado convergente com a múltiplas violências históricas sofridas pela população negra em contexto nacional (Oliveira & Martins, 2022).

A herança escravocrata e colonial presente no processo de formação social do país deixou cicatrizes profundas, feridas abertas e edificantes, sobretudo na forma do racismo estrutural (Almeida, 2019) existente em contexto nacional, expresso na desigualdade racial e na própria constituição da PSR no Brasil no período pós-abolição (Cunda & Silva, 2020; Silva, 2019b). Segundo Oliveira e Martins (2020), o racismo estrutural enraizado na estrutura social brasileira, além de constituir uma violência por si só, ao reproduzir cotidianamente a desigualdade racial, reforça a estigmatização e o preconceito dos quais a PSR é vítima e, consequentemente, associa-se a estes na naturalização dos processos e atos de violência que atingem as pessoas em situação de rua no Brasil. Em confluência, o racismo atua na justificação das frequentes ações de violência institucional e da política de repressão protagonizada pela polícia e por outros agentes de segurança pública contra a PSR, assim como de atos de crueldade por parte de outros segmentos sociais baseados na discriminação racial contra essa população (Brito ET AL., 2022; Oliveira & Martins, 2020).

A discussão racial também se articula com a associação encontrada entre o consumo de álcool e outras drogas e os diferentes tipos de violência sofrida, em especial por policiais e seguranças privados. Os fatores relacionados ao consumo de substâncias psicoativas estão apresentados com maior detalhe no Capítulo 10 do presente livro. A partir de uma compreensão psicossocial, o consumo de drogas é visto também como *questão social* (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019b)e a partir das determinações sociais (Ronzani, 2018). Sabe-se que as consequências e danos associados ao consumo se relacionam com algumas categorias sociais tais como raça, gênero, classe social e território (Ronzani et al no prelo). Além disso, as políticas “antidrogas,” baseadas na

repressão, violência e encarceramento em massa, inspiradas na ideologia de “Guerra às Drogas” e no proibicionismo, têm como alvos principais, pessoas negras, moradores de periferias e pessoas em situação de rua, como forma de limpeza higienista de centros urbanos e uma maneira de tirar aos olhos vistos as mazelas produzidas pelo capitalismo (Ronzani, 2020). Ações essas que são ideologicamente reproduzidas pela sociedade em geral e com aprovação social.

Nesse sentido, faz-se urgente que ações e políticas mais compreensivas e voltadas ao respeito aos direitos humanos dos usuários de drogas sejam reforçadas nos diferentes setores das políticas públicas e sociedade em geral. A abordagem da Redução de Danos, por exemplo, se mostra como uma abordagem estratégica para tal fim, por considerar ser necessário não apenas reduzir os danos individuais desencadeados pelo uso de substâncias, mas igualmente reduzir os danos coletivos da violência, do racismo estrutural e institucional e da desigualdade social para os usuários de drogas (especialmente aqueles ainda mais vulnerabilizados, com os usuários em situação de rua), diretamente associados ao proibicionismo e à ideologia de “Guerra às Drogas” (Raupp et al., 2021).

Ainda, a associação encontrada entre ter sofrido abuso sexual e ter relações não-heterossexuais é um dado que alude a maior propensão da população LGBTQIA+ e de pessoas que fogem ao referencial da cisheteronormatividade (Medeiros et al., 2020) em situação de rua a sofrer violência e assédio sexual, em função da percepção discriminatória dessa população (Campos et al., 2019). Assim, aponta-se a importância de ações intersetoriais de proteção direcionadas à esse público, que sejam sensíveis às vulnerabilidades específicas que enfrentam na situação de rua, as quais devem ser articuladas com o enfrentamento mais global da discriminação e de outras manifestações da violência contra a população LGBTQIA+ e contra a PSR na sociedade.

Por questão de limitação da amostra, composta majoritariamente por homens (86,1%) com idade média de 43,2 anos (DP=12,7), além de apenas por pessoas maiores de 18 anos em situação de rua (pela própria natureza do Censo), não foram encontrados dados ou associações significativas com relação à violência sofrida por mulheres, jovens menores de 18 anos e pessoas idosas em situação de rua. Segundo a literatura, esses três grupos populacionais possuem vulnerabilidades específicas associadas à sua vitimização por violência quando se considera o contexto da rua que, embora não invalidem as discussões anteriormente realizadas sobre a violência sofrida pela PSR, exigem análises mais particularizadas, a partir de recortes etários e de gênero (Heerde et al., 2014; Mattos et al., 2018; Rosa & Brêtas, 2015). Assim, denota-se a importância de um olhar interseccional para o fenômeno da violência sofrida pela PSR no Brasil, integrando análises quanto à raça, gênero,

idade, sexualidade, uso de drogas e outras características inter-relacionadas nos processos de opressão dessa população.

Algumas ressalvas finais são importantes ao se interpretar ou discutir sobre os dados apresentados. A primeira é em relação à limitação das inferências realizadas no presente capítulo em função do tamanho da amostra, como já discutido anteriormente. Algumas categorias estudadas apresentaram uma baixa frequência e as diferenças estatísticas não encontradas podem se relacionar ao Erro do Tipo II. Ou seja, as diferenças não encontradas podem ser explicadas mais pela limitação amostral do que necessariamente pela proporção apresentada entre as categorias estudadas. Em segundo lugar, não se pode estabelecer uma relação de causa-efeito entre as variáveis comparadas. As análises realizadas nos permitem apenas uma associação entre as categorias e não se pode afirmar causalidade. Por último, temos a limitação das análises bivariadas, o que não nos permite realizar uma associação multivariada entre as diversas categorias estudadas, tendo os tipos de violência como desfecho.

Considerações Finais

Os dados encontrados no presente estudo ressaltam que além da condição de viver nas ruas já se configurar em uma violência e uma afronta à dignidade humana, a PSR é vítima de diversos tipos de violência, com algumas situações específicas de se viver nas ruas. Para além da situação objetiva de necessidade de promover políticas habitacionais mais amplas, outras categorias tais como raça, gênero e classe social se evidenciam. Nesse sentido, torna-se urgente que ações e políticas públicas articuladas intersetorialmente sejam implementadas para a resolução dessa grave situação para, ao menos, minimizar os efeitos de uma condição de expressão radical de injustiça e desigualdade social produzida por nossa sociedade.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Guia Brasileiro de Moradia Primeiro (Housing First). Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://>

www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/guia-aula-xilia-a-implementacao-de-projetos-de-moradia-primeiro-no-brasil/copy5_of_Guia_Brasileiro_de_Moradia_Primeiro_V3.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico*, v.50, n. 14, jun. 2019. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/12.Boletim-Epidemiologico-n.14-PSR-e-notificacao-da-violencia.pdf>.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRITO, R. M. S.; SOUSA, S. F.; BARROS, J. P. P.; XIMENES, V. M. *População em Situação de Rua e seus entrelaçamentos com a violência e a segurança*. In: XIMENES, V M.; ESMERALDO, A. F. L.; FILHO, C. E. E. (Orgs.). *Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022. p. 419-435. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/69745>.

CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 79-90, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S806>.

CARVALHO, A. P.; FURTADO, J. P. Moradia assistida para pessoas em situação de rua no contexto da política de drogas brasileira: avaliação de implantação. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310116>.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: nomes da rua e a política das cidades. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>.

FERREIRA, F. V.; PINHEIRO, M. Representações sociais dos moradores de rua no jornal Correio Braziliense: exclusão, dessemelhança e violência. *Leituras do Jornalismo*, v.2, n.4, p. 93-115, jul-dez. 2015; Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/65>.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 158 p.

HEERDE, J. A.; HEMPHILL, S. A.; SCHOLES-BALOG, K. E. 'Fighting' for survival: A systematic review of physically violent behavior perpetrated and experienced by homeless young people. *Agression and Violent Behavior*, v. 19, p. 50-66, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.12.002>.

HUEY, L. There is no strength in emotions: The role of street enculturation in influencing how victimized homeless women speak about violence. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 31, n. 10, p. 1817-1841, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260515570749>.

KUSHEL, M. *Violence Against People Who Are Homeless*: The Hidden Epidemic. Benioff Homelessness and Housing Initiative. São Francisco, 14 jul. 2022. Disponível em: <https://homelessness.ucsf.edu/blog/violence-against-people-homeless-hidden-epidemic>.

LANFRANCHI, C. T. N. O Direito à Moradia e a Situação de Rua. *Ponto-e-vírgula*, São Paulo, n. 27, p. 59-71, jan-jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2020i27p59-71>.

MARTIN-BARÓ, I. *A violência na América Central*: uma visão psicossocial. In: MARTIN-BARÓ, I. Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. cap. 13, p. 286-311.

MATTOS, C. M. Z.; GROSSI, P. K.; SCHWANKE, C. H. A.; BRITO, K. M. S. M.; GIRARDI, F. Violência estrutural no modo e nas condições de vida de pessoas idosas em situação de rua. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 233-257, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i4p233-257>.

MEDEIROS, L. P.; AMORIM, A. K. M. A.; Nobre, M. T. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 1, jan-mar 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3693.

MELO, C. F. *População de rua: entre a exclusão e a justiça social*. In: GRINOVER, A. P. ET AL. (Orgs.). Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014. p. 51-64. MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. População em situação de rua, vulnerabilidade e drogas: uma revi-

são sistemática. *Psicologia & Sociedade*, v.31, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. *Se essa rua falasse: Uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019b.

MILANEY, K.; LOCKERBIE, S. L.; FANG, X. Y.; RAMAGE, K. The role of structural violence in family homelessness. *Canadian Journal of Public Health*, v. 110, p. 554-562, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17269/s41997-019-00219-y>.

MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicología*, Chile, v.22, n.2, p. 18-28, 2013. Disponível em: doi:10.5354/0719-0581.2013.30850

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Pessoas em situação de rua e violência: Entrelaçados em Nome da Suposta Garantia de Segurança Pública. *Revista Direito em Debate*, v.27, n.49, p. 90-116. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2018.49.90-116>.

OLIVEIRA, R. B.; MARTINS, V. O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 403-421, jul. Dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.38242>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Prevention of violence: a public health priority*. Geneva, 1996. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/179463>.

ORNELAS, J.; DUARTE, M. T. *Moradia Primeiro (Housing First)*: Subsídios para a implantação do modelo no Brasil e as condições de vida das mulheres em situação de rua. Madrid: Programa EUROSOCIAL, 2022. Disponível em: https://eurosocial.eu/wp-content/uploads/2022/06/Herramienta_105_PS_Moradia-Primeiro-Housing-First.pdf.

PEREIRA, V. S.; ARBIA, A. A.; FERREIRA, A. M.; RIBEIRO, L. C.; CASTRO, M.M.C.; RONZANI, T.M. *Censo e Diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora - MG*. Relatório Final. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf.

RAUPP, L; SCHNEIDER, D. R.; PEREIRA, G. T. A redução de danos como metodologia de promoção de saúde às pessoas em situação de rua. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, v. 4, n. 14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/viewFile/250691/39676>.

RONZANI, T. M.; NOTO, A. R.; SILVEIRA, P. S. *Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. 24 p. Disponível em: https://www.ufjf.br/crepeia/files/2014/05/MIOLO_Reduzindo-o-Estigma_ED-ATUALIZADA-baixa.pdf.

RONZANI, T. M. *Drugs and Social Context: Social Perspectives on the Use of Alcohol and Other Drugs*. New York: Springer, 2018.

RONZANI, T. M . *Pra Que(m) serve as Políticas Públicas no Brasil? Uma viagem ao “mundo das drogas”*. In: Castellá, J. S.; Vaz, C. M.; Coin, J. (Org.). *Salud comunitaria. Perspectivas, escenarios y cuestiones relevantes*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2020.

RONZANI, T. M.; PEREIRA T. S.; BRANCO J.; DIMENSTEIN, M. *Determinantes Sociais e Dependência de Drogas: revisão sistemática da literatura*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília. no prelo.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface- Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, n. 53, p. 275–285, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>.

SILVA, M. L. B. *Representações sociais da violência para pessoas em situação de rua*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199003>.

SILVA, M. L. B. *População negra em situação de rua: um estudo das manifestações da herança escravocrata que perpassam a população usuária da política de assis-*

tência social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís, MA. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2019b. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaol-d_1074_10745cbe1ceabb8f2.pdf.

SILVA, M. L. L. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf.

SILVA, M. L. B.; BOUSFIELD, A. B. S.; GIACOMOZZI, A. I; LEANDRO, M. *Atribuições de causalidade à violência para pessoas em situação de rua*. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 11, n. 2, p. 17-39, ago. 2020. Disponível em: [doi:10.5433/2236-6407.2020v11n2p17](https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p17).

Capítulo 13

Uma rua sem saída: a autopercepção da população em situação de rua para superação da condição e as contradições impostas pela realidade

Fábio da Silva Calleia

*“A rua, concreta, discreta
Nos mostra a frieza da sociedade
E a tristeza de um povo esquecido...”
(Trecho do poema “A Rua” de Mariana Chammas)*

Introdução

Neste capítulo abordaremos a autopercepção da população em situação de rua sobre os aspectos que julgam como mais importantes para ultrapassar as barreiras que os mantém na rua e discutiremos principalmente questões de ordem estrutural perpassam essa avaliação e o quanto tornam as saídas e respostas à essa expressão da questão social algo distante de uma realidade próxima.

Torna-se necessário, antes de adentrarmos nos números e resultados do diagnóstico sobre essa percepção da própria população acerca de alternativas de superação da situação de rua, a recuperação teórica sobre as bases societárias que sustentam e funcionam como raiz do “problema.” Sendo assim retornaremos a Marx e a sua análise sobre a Lei Geral da acumulação capitalista e discutiremos as crises em curso que deságuam em uma constante necessidade de eliminação de força de trabalho no circuito automático da produção e reprodução do capital.

Dando sequência a análise é realizada uma crítica do trabalho dessa sociedade específica, o trabalho assalariado e como este se configura como um importante instrumento de dominação e controle além de uma falsa percepção que aparecerá na autopercepção dos indivíduos panaceia para a maior parte dos problemas desta sociedade (mesmo em um momento onde a utilização de força de trabalho está nitidamente em pleno declínio). Logo após retomamos a consequência da lei geral

que versa sobre a magnitude dos supérfluos na atualidade e sobre a importância e relevância destes para a própria manutenção do *status quo*.

Após essa retomada teórica necessária os números sobre a autopercepção da população em situação de rua de Juiz de Fora-MG, são apresentados como constatação de expansão da barbárie e sobre a impossibilidade de resolução do problema sob à égide do modo de produção capitalista.

Lei geral, crise e suas consequências

Quando Marx na sua análise sobre o modo de produção capitalista (MPC) descreveu a Lei geral da acumulação capitalista talvez e só talvez **o próprio** não tivesse a ideia de que estaria em vigor 200 anos após sua principal obra³⁹.

O vigor desta Lei agora mundanizada, exponenciada e levada a lugares inóspitos à época de Marx deixaria o autor orgulhoso e concomitantemente horrorizado de sua assertiva.

Mas o que é essa lei geral? Marx explica dessa forma;

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (...) Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalizarão e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx 2012, p.878)

Para compreendermos a Lei Geral da acumulação capitalista em toda a sua complexidade obviamente faz-se necessário uma leitura atenta aos capítulos que a antecedem⁴⁰ no livro 1 do capital. Entretanto, para finalidade desse capítulo que versará sobre a autopercepção da população em situação de rua sobre os principais problemas que se configuram em barreiras para superação. Dessa condição, me

39 Aqui me permito arredondar a conta, pois, seguramente – sendo otimista em não sermos acometidos por múltiplas ogivas nucleares que findem com toda a vida humana – o modo de produção capitalista continuará vigorando até completar os tais 200 anos da publicação do *Capital*.

40 O capítulo que versa sobre a lei geral é o capítulo 23 do livro 1 do Capital.

permite uma recuperação síntese que o autor faz para explicar como se conforma essa Lei geral. Marx nos diz

Na seção IV mostramos como o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho pressupõe a cooperação em larga escala, e como apenas partindo desse pressuposto se podem organizar a divisão e a combinação do trabalho, poupar meios de produção mediante sua concentração massiva, criar materialmente meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, como o sistema de maquinaria etc., pôr a serviço da produção forças colossais da natureza e consumar a transformação do processo de produção na aplicação tecnológica da ciência. Sobre o fundamento da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade privada de indivíduos e o trabalhador manual, por conseguinte, ou produz mercadorias de maneira isolada e autônoma, ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir por sua própria conta, aquele pressuposto só se realiza mediante o aumento dos capitais individuais ou na medida em que os meios sociais de produção e subsistência se transformam em propriedade privada de capitalistas. O solo da produção de mercadorias só tolera a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista, razão pela qual tivemos de pressupô-la na passagem do artesanato para a produção capitalista. Podemos chamá-la de acumulação primitiva, pois, em vez de resultado, ela é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista. De que modo ela surge é algo que ainda não precisamos examinar aqui. Basta dizer que ela constitui o ponto de partida. Devemos assinalar, no entanto, que todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre esse fundamento são, ao mesmo tempo, métodos para aumentar a produção de mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, forma o elemento constitutivo da acumulação. Portanto, tais métodos servem, ao mesmo tempo, para produzir capital mediante capital ou para sua acumulação acelerada. A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor. Se, portanto, certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante. (Marx 2012, p.848).

Essa síntese que termina com a conclusão tácita e perceptível no decorrer da história onde o capital variável vai diminuindo em relação ao capital constante

– e que continua a pleno vapor é a representação da substituição do homem pela máquina. Se tal processo, perceptível à Marx já ocorre em meados do século XIX, provavelmente não precisamos mais nem de tanto esforço para percebermos que com a continuidade deste modelo no caminhar dos séculos apresenta para nós um saldo trágico que precisamos questionar se de fato a palavra progresso e civilização cabem à este modo de produzir e reproduzir nossa sociedade.

E como não estamos em produções da Disney, cujo final aponta para a felicidade, temos que nos deparar com o inverso do sentido do progresso. Quem nos convida para uma regressão são as crises. Historicamente todas as crises do capital, cada vez mais recorrentes apresentam soluções parciais onde o principal movimento de destituição da crise é empurrá-la para uma outra crise ainda maior e com mais poder de destruição. Assim vislumbrarmos que toda saída da crise necessariamente gera destruição e que lança para um futuro a necessidade de mais destruição para sair de uma crise maior podemos também tentar visualizar que essa História não pode acabar bem. E uma das principais características dessa crise instalada e enraizada se dá pela constante eliminação da necessidade de força de trabalho. E contraditoriamente não é incomum que em momentos de crise o apego ao trabalho volte à tona como panaceia, mas o próprio fato que ele está em falta nos apresenta com muita clareza que estamos caminhando para lugares sombrios. A própria lógica desta sociedade faz questão de negá-lo, por mais que seja a forma que a sustenta.

Harvey (2016) ao abordar essa contradição aqui nos é central, sobre a tendência sistêmica de eliminação do trabalho na produção nos mostra que isso acaba sendo um desejo incontrolável. Parece insano eliminar a mola mestra da tautologia que mantém o sistema de pé fazendo o valor virar mais valor, mas ainda assim o fazem. E Harvey (2016) explica os motivos que levam a troca do ser humano pela máquina.

Os robôs não reclamam, não respondem, não processam ninguém, não ficam doentes, não desaceleram, não se desconcentram, não fazem greve, não exigem aumentos de salário, não se preocupam com as condições de trabalho, não querem intervalos para o café nem faltam ao trabalho (a não ser nas histórias de ficção científica). A fantasia capitalista do controle total sobre o trabalho e o trabalhador tem suas raízes nas circunstâncias materiais, principalmente na dinâmica da luta de classes em todas as suas manifestações, tanto dentro quanto fora do processo de produção. O papel do desemprego tecnologicamente induzido na regulação dos salários, a busca de produtos cada vez mais baratos para sustentar a mão de obra (fenômeno Walmart), a fim de tornar mais aceitáveis os baixos salários, a crítica a qualquer proposta de salário social (como se fosse um incentivo ao ócio) e outras manobras semelhantes constituem um domínio da luta de classes em que as invenções e mediações tecnológicas são cruciais. (Harvey, 2016, p.103).

Sobre isso Marx nos diz com uma clareza tácita que

Não é preciso ter uma perspicácia fora do comum para compreender que, partindo, por exemplo, do trabalho livre ou trabalho assalariado resultante da dissolução da servidão, as máquinas só podem surgir em contraposição ao trabalho vivo, como propriedade alheia e poder hostil diante dele; que elas têm de se contrapor a ele como capital. (Marx 2011, p.707).

Velocidade, revoluções tecnológicas, microeletrônica, ganhos de produtividade, todos esses “avanços” promovidos pelo gênero humano são contraditoriamente colocados em oposição à humanidade pela sua finalidade última é mais importante a desvalorização do valor. A população em situação de rua, a miséria generalizada de várias partes do mundo, o contingente inimaginável em migrações compulsórias à esmo pelo planeta com a única finalidade sobreviver e o que antes era um exército industrial de reserva e que hoje, em nossos tempos, podemos dizer que é o exército de reserva escalonado a milionésima potência, são as insígnias representativas que insistem em descolar de um universo lindo e maravilhoso da civilização moderna que nos oferece a cada dia mil facilidades acopladas a doses de barbárie que são lançadas aos nossos olhos homeopaticamente através da grande mídia para que nos conformemos que estamos em um lugar de privilégio, principalmente aqueles que possuem “trabalho”.

Sim! É um baita privilégio hoje poder sentar após um dia de trabalho comum para ganhar um salário mínimo no final do mês após uma carga horária de 44 horas semanais acrescidas de mais algumas horas no ir e vir diário e poder chegar em casa para quem sabe uma segunda escala de trabalho nos afazeres domésticos e por enfim, assistir o noticiário falando sobre a violência na comunidade que fez mais “n” vítimas. Que sorte que isso não aconteceu (hoje), pensa o trabalhador privilegiado. Que sorte eu ter uma casa mesmo que alugada, pensa o trabalhador privilegiado. Que sorte eu ter um trabalho em um país com mais de uma dezena de milhões de desempregados mesmo que precário, pensa o trabalhador privilegiado!

Uma necessária crítica do trabalho da sociedade capitalista

O que pretendo nessas linhas iniciais é abordar uma necessária e urgente crítica ao trabalho nessa sociedade e não uma busca frenética e adoecedora por inserções precárias de uma população a muito tempo destituída desse mundo, cuja uma das finalidades precípuas é exercer sobre os “privilegiados” a pressão para manutenção do seu lugar em um mundo em colapso porque um dos elementos destruídos pela reprodução do capital é justamente o trabalho. Menegat (2019)

ao falar sobre a característica de menoridade que o trabalho adquire na sociedade capitalista nos dirá que;

Como a menoridade, nesta perspectiva, se funda no trabalho, a crítica deste é um tema essencial para se restabelecer uma dimensão da negação do capitalismo. As antigas formas de dependência do escravo e do servo medieval não são suprimidas no trabalho assalariado e nem possuem com ele uma relação interna de evolução. Elas mudaram de uma submissão pessoal sujeita a violência física direta para uma submissão impessoal impregnada de formas não menos cruéis de coação (...) o trabalho, cuja origem da palavra não esconde sua identidade com instrumentos de tortura, é um ato sacrificial numa forma sublimada de renúncia auto consentida (Menegat, 2019, p.46 e 47).

Seguindo a mesma reflexão crítica sobre o trabalho nesta sociedade, Netto (1981) expõe que;

Esta atividade desconcentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural). Nas condições desta sociedade, o trabalho, portanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila (Netto, 1981, p. 56).

O que os autores nos apresentam é que o trabalho tal como nos é apresentado não é nada mais do que uma prisão. Ele só serve para o mesmo sentido e não existe nenhuma possibilidade de tentarmos nos livrar desse sentido. Portanto, não existe emancipação que passa pela utopia desvairada de um mundo do trabalho para todos nas circunscrições do capital. Se todos nós trabalhássemos e fôssemos felizes para sempre no conto de fadas, ainda sim estaríamos presos. Menegat (2019) ao falar sobre o trabalho complementa que;

Essa forma específica da atividade humana produtiva representa a continuidade de um esforço contraditório que traz as cadeias pesadas da menoridade da humanidade. Ela guarda esta contradição ritualizada num processo social que mantém aceso como uma aparência social necessária o impulso a transcender seus limites e, ao mesmo tempo, como a essência deste processo, o obscurecimento de todos os meios de realização de outro horizonte histórico. Os indivíduos permanecem seres socialmente imaturos (limitados, demasiado limitados para suportar sua emancipação), mesmo que a data de validade desta forma social tenha, desde sua origem, se apresentado como algo a ser ultrapassado (Menegat, 2019, p.48).

Todo o investimento realizado para que fosse possível um aumento da exploração da força de trabalho através do aperfeiçoamento constante do processo

de produção ao longo da história da humanidade só serviu para a finalidade de valorização do valor. É no processo de produção dessa sociedade, a partir da produção de mercadorias dos mais diversos tipos, que nos tornamos e fomos relegados a instrumentos e regidos por uma abstração altamente destrutiva e violenta. A ciranda do capital que não enxerga traços humanos nas suas fórmulas matemáticas é executada para ser repetida de forma contínua na tentativa de extrair sempre o máximo de valorização do valor. Podemos perceber com nitidez que por exemplo, a redução da jornada de trabalho ao longo da história segue à duras penas através de muita luta com grandes tendências ao retrocesso que a possibilidade real colocada pelos avanços tecnológicos para a redução de força de trabalho só levou ao aumento de uma grande massa supérflua para a produção ao invés de reduzir o “fardo” do trabalho. Postone afirma que “apesar da emergência da possibilidade histórica de que o modo de trabalho social possa ser enriquecedor para a maioria, o trabalho social se tornou efetivamente empobrecedor para a maioria” (Postone, 2014, p.52).

Sobre esse *continuum* automatizado estabelecido que se tornou o MPC Postone explica ainda que;

Apesar de o processo de instrumentalização ser logicamente implicado pelo duplo caráter do trabalho no capitalismo, esse processo é grandemente intensificado pela transformação dos humanos em meios. Como elaborarei adiante, o primeiro estágio dessa transformação é a mercantilização do trabalho em si como força de trabalho (o que Marx chama de “subsunção formal do trabalho sob o capital”), que não transforma necessariamente a forma material da produção. O segundo estágio é quando o processo de produção de mais-valor molda o processo de trabalho à sua imagem (a “subsunção real do trabalho sob o capital”). Com a subsunção real, o objetivo da produção capitalista — que é na verdade um meio- molda o meio material de sua realização. A relação entre a forma material da produção e seu objetivo (valor) não é mais contingente. Pelo contrário, o trabalho abstrato começa a quantificar e moldar o trabalho concreto à sua imagem, a dominação abstrata do valor começa a se materializar no processo de trabalho em si. Um marco da subsunção real, de acordo com Marx, é que, apesar das aparências, as matérias-primas reais do processo de produção não são os materiais físicos que são transformados em produtos materiais, mas os trabalhadores cujo tempo de trabalho objetivado constitui o sangue vital da totalidade. Com a subsunção real, essa determinação do processo de valorização se materializa: a pessoa, literalmente, se torna um meio. (Postone, 2014, p.211).

Francisco de Oliveira em uma determinada passagem de seus estudos diz que a sociedade capitalista não é simplesmente uma sociedade produtora de mercadorias, mas uma sociedade que se produz enquanto mercadoria. É nessa produção que edifica uma estrutura reificada, que a gente vira coisa e só o que vai importar dela é o valor de troca que a gente vai carregar como nossa própria bola

de ferro categorizada como força de trabalho. Aliás, todo o percurso da nossa vida é mediado para que essa nossa mercadoria especial fonte única e exclusiva da criação de mais valor que se torne algo central para nós mesmos. Somos preparados para nos “entregar” desde o momento em que nascemos. Essa é a história de todos os indivíduos nessa sociedade. A dominação deu um salto mortal também. Muito se fala da dominação de uma classe pela outra, mas, em uma análise mais detalhada o que podemos visualizar é que – em um sentido mais amplo – ambas são dominadas pelo movimento eterno do capital. Postone recuperando Marx nos lembra que

Na estrutura da análise de Marx, a forma de dominação social que caracteriza o capitalismo não é uma função da propriedade privada, da propriedade pelos capitalistas do produto excedente e dos meios de produção; pelo contrário, ela se baseia na forma de valor da riqueza em si, uma forma de riqueza social contrária ao trabalho vivo (os trabalhadores) como um poder estruturalmente hostil e dominante. (Postone, 2014, p. 46).

É no processo de produção dessa sociedade, a partir da produção de mercadorias dos mais diversos tipos, que nos tornamos e fomos relegados a instrumentos e regidos por uma abstração altamente destrutiva e violenta. De acordo com Pereira (2013);

Sob o capitalismo as relações sociais tomam a aparência e se tornam relações entre coisas – o que caracteriza o fenômeno da retificação, forma típica da alienação engendrada no modo de produção capitalista. É quando o capital estabelece o seu domínio absoluto, ou seja, quando tudo é tornado mercadoria e todas as relações passam a ser mediadas por elas, que o fetichismo alcança seu ápice. A retificação passa a ser a determinação fundamental das relações sociais, o suporte material de constituição da sociabilidade burguesa (Pereira, 2013, p.119).

A funcionalidade dos supérfluos para a dominação do capital: Retornando a Lei geral

O mundo do trabalho de hoje é extremamente diferente do que Marx vivenciava apesar de sua essência permanecer intacta. A produção foi tomada por robôs e botões a serem pressionados e a maior massa de força de trabalho sobrante foi realocada no fantástico e vultoso mundo dos serviços. Mas, nada é comparável ao imenso mundo dos descartáveis, dos supérfluos, daqueles que “não tem mais para onde ir.” Esse lugar é que ativa o nosso clássico modo sobrevivência, nosso lugar comum quando pensamos em trabalho e que sempre precisamos protegê-lo ao máximo para não terminar na imensidão do universo descartado.

Marx relata que “a acumulação capitalista produz constantemente na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital, portanto supérflua” (Marx 2012, p.857). Para além disso, a lei geral também leva a um aprofundamento de uma superpopulação relativa, muitos deles inclusive supérfluos em relação a toda a dinâmica do MPC, inclusive a do subconsumo que se torna um importante mecanismo de “contenção” de revoltas porque sempre é possível olhar para baixo e ver que “não há nada que está tão ruim que não possa piorar” (Bolsonaro, Jair)⁴¹.

E antes deste Messias, outras figuras tão interessantes quanto este já apon-tavam a necessidade dessa imensa massa ser de bom grado para com o seu destino e agradecer o seu momento. Marx demonstra algumas passagens interessantes advinda de figuras clássicas da economia política que;

Depois de ter assim explicado a produção constante de uma superpopulação relativa de trabalhadores como uma necessidade da acumulação capitalista, a economia política, desempenhando o adequado papel de uma velha solteirona, põe na boca do belo ideal [belo ideal] de seu capitalista as seguintes palavras, dirigidas aos “supérfluos” postos na rua por sua própria criação de capital adicio-nal: “Nós, fabricantes, fazemos por vós o que podemos, multiplicando o capital de que necessitais para subsistir; e a vós cabei fazer o restante, ajustando vosso número aos meios de subsistência”, (Marx 2012, p. 862).

Portanto, essa “grande massa” desprezível de força de trabalho carrega importantes características para a continuidade do movimento ininterrupto de valorização do valor. É um verdadeiro *quid pro quo*, mas se entendermos que até mesmo uma força de trabalho e aqui é importante entendermos esta não como um ser humano, mas simplesmente como uma mercadoria em desuso – que não está sendo utilizada é fundamental para estabelecer um grau maior de exploração àquela que se torna sua “antagonista,” ou seja, a força de trabalho em uso. O que aparece e salta aos olhos dos carregadores da mercadoria força de trabalho não é mais seu antagonismo com uma “outra classe” que nem mais é possível uma personificação, mas sim com sua própria classe que enfileira um número significativo de forças de trabalho em desuso. Esse quadro altamente ameaçador faz desse que carrega a dor de ser possuidor de força de trabalho se submeter cada vez mais a qualquer ímpeto selvagem que venha nas instruções de seu empregador imediato. O que está

41 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/27/nada-nao-esta-tao-ruim-que-nao-possa-piorar-afirma-bolsonaro.html>

posto é que todo capitalista tem interesse absoluto em extrair uma determinada quantidade de trabalho de um número menor de trabalhadores

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista. (...) A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. (Marx 2012, p.864).

E Marx complementa

O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (Marx 2012, p. 869).

Após a divagação sobre tais assuntos torna-se muito interessante adentrarmos nos números relativos ao diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora-MG, sobre a autopercepção destes sobre como poderiam romper essa condição. Tal aproximação com essa análise que parte dos próprios indivíduos nesta condição “supérflua” indicará não só a percepção reificada que a saída passa pela inserção no mundo do trabalho, como também apresentará para nós dados fundamentais para atestarmos uma trajetória ininterrupta dessa sociedade para a barbárie. Vamos aos dados da seção do referido diagnóstico.

Principais Resultados da seção Autopercepção do diagnóstico sobre a população em situação de rua em Juiz de Fora

No diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora-MG, um dos blocos de perguntas era sobre a autopercepção onde a questão apresentada era: *O que você mais precisa para sair da situação de rua?* Neste bloco, dentre os 190 respondentes do diagnóstico, 22 pessoas (11,6%) não responderam o que é preciso para sair da situação de rua é uma minoria, 2 pessoas (1,1%), afirmaram

não saber responder a essa pergunta. Assim, o total de respostas deixa de ser 190 e passa a ser 166 o número de pessoas que de fato afirmaram o que precisam para sair da situação de rua. Além disso, como se tratava de uma pergunta aberta, houve a possibilidade de mais de uma resposta por entrevistado. Segue abaixo a tabela geral das respostas da seção:

Tabela 22- O que mais você precisa para sair da situação de rua?

O que precisa	Sim		Não		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Emprego	80	48,2	86	51,8	166	100
Moradia	74	44,6	92	55,4	166	100
Dinheiro	31	18,7	135	81,3	166	100
Acompanhamento médico	19	11,4	147	88,6	166	100
Acompanhamento psicológico	16	9,6	150	90,4	166	100
Família	4	2,4	162	97,6	166	100
Documentos	9	5,4	157	94,6	166	100
Não quero sair da rua	8	4,8	158	95,2	166	100
Outros	29	17,5	137	82,5	166	100

Fonte: Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora (MG) (Pereira et. al., 2023)

Portanto, as principais respostas obtidas foram:

- 80 entrevistados (48,2%) disseram que precisam de um emprego para sair da situação de rua;
- 74 entrevistados (44,6%) disseram que precisam de moradia para sair da situação de rua;
- 31 entrevistados (18,7%) disseram que precisam de dinheiro para sair da situação de rua;
- 19 entrevistados (11,4%) disseram que precisam de acompanhamento médico e 16 entrevistados (9,6%) disseram que precisam de acompanhamento psicológico para sair da situação de rua.

A seção autopercepção avaliou as respostas pessoais dadas por essa população. Percebe-se que a questão relativa ao emprego, e somado a ela a sua íntima relação com a necessidade de dinheiro, são os principais aspectos de entendimento desta população para deixar a situação de rua. Soma-se ao fato a necessidade de moradia que também perpassa pela ausência de emprego e dinheiro. Tais respostas apontam para questões de ordem estrutural de difícil resolução via políticas públicas e totalmente associadas com as questões de fundo teórico que apresentamos até agora. Tais questões que perpassam a vida de inúmeras outras pessoas que não estão em situação de rua apontam para uma tendência ao aumento da população em situação de rua ao longo dos anos exatamente pela ausência destes três “elementos,” moradia, emprego e dinheiro, cuja tendência de aumento segue a própria dinâmica bem apresentada quando falamos sobre a lei geral da acumulação capitalista.

Ainda sobre as respostas obtidas o campo da saúde também merece destaque, pois 35 (21%) apontaram sobre a necessidade de acompanhamento médico e psicológico como um fator importante para deixar a situação de rua. Apesar de não conseguirmos de fato mensurar a relação entre estes acompanhamentos com a saída da situação de rua, não podemos deixar de observar que esta resposta aparece com determinada frequência e tem com certeza, um impacto significativo na vida dessa população. Obviamente as péssimas condições de vida também consequentes da configuração da sociedade capitalista interferem direta e indiretamente na saúde da população em situação de rua.

O principal aspecto que precisamos retomar quando avaliamos essas respostas é que o tripé principal apresentado (emprego, moradia e dinheiro) como condições necessárias para sair da situação de rua cumpre uma das funções essenciais de pressão desse enorme exército de reserva sobre aqueles privilegiados que ainda possuem uma miserável vaga no mundo do trabalho, uma moradia precária mesma que alugada ou cedida e qualquer montante de dinheiro mesmo que irrisório. Ou seja, a própria autopercepção dessa população tem uma importância para a manutenção do *status quo* que a conforma e exponencial.

Conclusão e questão de fundo: O que fazer diante do colapso civilizatório perceptível?

Essa sociedade, portanto possui a necessidade umbilical dessa superpopulação relativa. Mas essa “produção” em uma escala inimaginável até para uma super máquina de contar coloca a necessidade envergonhada do capital de respostas sobre o que fazer com essa “humanidade em excesso.” Se os empregos desaparecem e o ser humano é cada vez mais descartável, o que fazer com essa imensa massa putrefata?

É nesse contexto que a Política de Assistência Social e os programas de transferência de renda se tornam centrais principalmente nas economias periféricas, funcionando como uma tentativa cada vez menos exitosa de frear a exponenciada da questão social. O exemplo dos governos Petistas no Brasil é excelente para vermos que tais alternativas que fingem tentar uma resolução de problemas pela via das políticas e principalmente pela Política de Assistência Social são apenas um arremedo em uma colcha de retalhos sem qualquer possibilidade de resultados mínimos que no máximo, empurram os problemas para frente.

A política de assistência social e seu conglomerado de serviços precisa ser encarado também desta forma e não apenas na sua visão positiva também correta ampliação de direitos sociais advindos de uma pressão oriunda da luta de classes. Obviamente não se trata aqui de negar ou diminuir direitos para manutenção de mera sobrevivência de uma imensa gama da população descartável isto que estes se tornam cada vez mais essenciais em virtude das situações de extrema pobreza, mas de questionarmos a importância de continuarmos em uma busca incessante por direitos regidos por um sistema que os desmantela. A garantia de direitos na atualidade funciona muito mais à continuidade da mitigação da barbárie que é fruto do sistema capitalista do que a sua dissolução e urge a necessidade do combate a essa mística que vem da própria “esquerda”.

Os problemas da centralidade da Política de Assistência, tema amplamente discutido e debatido na categoria dos assistentes sociais, assim como a dupla funcionalidade das políticas sociais como um todo, corroboram para a ideia de que a hipertrofização desses mecanismos funcionam, por exemplo: como instrumentos de mercantilização e privatização de outras políticas principalmente, mas não somente, Previdência e Saúde que promovem um fetiche de enfrentamento da questão social. Fetiche, pois, o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social se dá pela via das políticas sociais e não a sua resolução. Tais expressões somente serão solucionadas, enfrentadas com o fim da barbárie gestada pelo sistema capitalista de produção. Portanto, a crítica deve ser dirigida, mais do que nunca, a todas as categorias fundantes, ou seja, todas as formas de socialização subordinadas à mercadoria e ao dinheiro.

O pauperismo, última camada da superpopulação relativa é hoje global e seu crescimento consegue, mesmo diante de inúmeros episódios de violências, fome, precárias condições de saúde e até de doenças dizimadoras tais como a AIDS, a cólera e a mais recente Covid19, alargar sua base em ritmo e proporções avassaladoras. Ainda assim essas consequências avassaladoras à humanidade são levadas a todo o momento para outro plano sempre muito distante do seu atrelamento ao MPC.

Neste cenário a população em situação de rua não pode mais ser vista como uma expressão da questão social excluída do acesso a direitos. Há de se

inverter essa análise e avaliarmos também se o acesso a direitos não cumpre um importante papel no seu aspecto fetichista. Lutar, por exemplo, por mais postos de trabalho medíocres com remunerações igualmente medíocres que se assemelham a soma das esmolas jogadas por transeuntes sobre o corpo dessa população é não encarar a verdade posta que tal ato é mais um entre os tantos outros criados com a tentativa de “empurrar o problema com a barriga”.

A população em situação de rua das grandes cidades e as que caminham na mesma direção como é o exemplo de Juiz de Fora –MG é o retrato mais fiel de pessoas que perderam todos os meios para a realização das necessidades mais básicas. O crescimento ininterrupto dessa população se tomarmos por base a ideia central de que não existe resolução na ordem estabelecida pelo capital não pode mais ser encarado como um problema de falta de políticas públicas ou falta de direitos. Apresentá-las como algo positivo, progressista e com algum potencial assemelha-se mais a histórias folclóricas do que a trabalhos sérios e transparentes com suas finalidades. Políticas e direitos, nesse sentido, precisam ser analisados também como fenômenos a mais da barbárie do nosso tempo.

Em meio a pandemia a população em situação de rua explodiu nos grandes centros urbanos⁴² e em Juiz de Fora-MG também tivemos um importante crescimento dessa população no referido período tal como foi apresentado no diagnóstico. Apesar de políticas públicas voltadas para essa população, o atendimento a todos se torna improvável. A filantropia, por sua vez, entra em ação e não por acaso um Padre⁴³ seja o principal expoente na defesa desta população hoje no Brasil. Refilantropização da questão social, retrocesso de direitos sociais, desemprego estrutural, será que esta linha regressiva que aponta para um aprofundamento da barbárie é apenas mais uma crise cíclica? Ou será que estamos lutando arduamente por um tempo histórico que aconteceu em uma determinada parte do globo e que parece não existir a menor probabilidade no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de voltar a acontecer? O Estado de mal-estar precisa ser encarado pela intelectualidade de forma a demonstrar que estamos em ruínas. Barbárie!

A produção de barbárie, portanto é uma condição *sine qua non* que é impossível de ser erradicada sob essa lógica societária. Iniciativas de solidariedade, combate à fome, ensinar a pescar, transferências de renda, políticas sociais, Estado

42 Em matéria do dia 27 de Outubro de 2020 a Folha de São Paulo realiza um balanço sobre o aumento desta população em meio a pandemia e traz alguns detalhes sobre essa população. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/alta-de-moradores-de-rua-apos-pandemia-exigira-resposta-de-prefeito-de-sp-em-diversas-areas.shtml>

43 Aqui a referência é o Padre Júlio Lancellotti, figura importante na atuação junto a população em situação de rua, principalmente na cidade de São Paulo.

de bem-estar e outras quinhentas artimanhas e tentativas de frear as consequências da lei geral não só não tiveram êxito ao longo da história como viram estas se multiplicarem no seu curso. Mas de antemão não estamos aqui para atacar e nem questionar uma série de conquistas da classe trabalhadora à duras penas e muita luta frear essa locomotiva desenfreada que se tornou o movimento do capital, mas sim deixar claro novamente, penso que se faz necessário ainda hoje que apenas a dissolução deste modo de produção é passível de pôr fim a Lei geral e suas barbáries.

Referências

- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo. Boitempo, 2012.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- PEREIRA, V. S. *A Pobreza da mercadoria: Raízes e determinantes contemporâneos*. Tese de Doutorado, 2013. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola Serviço Social.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Capítulo 14

População em Situação de rua no município de Juiz de Fora: uma análise a partir do olhar do orçamento público

Lucas Nunes Nora de Souza

Marina Valéria Delage Vicente Mancini

Meirijane Teodoro

Introdução

O capítulo em tela tem como propósito analisar a relação entre o contexto pós pandêmico, especificamente o ano de 2023 e seus rebatimentos para a população em situação de rua, tendo como horizonte a realidade do município de Juiz de Fora, localizado no Estado de Minas Gerais.

Para tanto, num primeiro momento vamos abordar sobre o neoliberalismo e como ele impacta de maneira negativa quando pensamos na garantia de acesso a direitos e num segundo momento a proposta é apresentar de maneira sucinta a história da população em situação de rua no município de Juiz de Fora para por fim, trazermos o debate acerca da garantia de direitos para essa população através do orçamento público (via financiamento de políticas públicas destinadas a esses cidadãos principalmente no campo da Assistência Social).

Contexto neoliberal

De acordo com Nora de Souza (2020) é fundamental somar a discussão em tela o elemento neoliberalismo, “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (Dardott e Laval, 2016, p.17).

Entendemos o neoliberalismo como um fenômeno que vai além das análises meramente economicistas, ou melhor, simplistas que o apresentam como mera retração do Estado frente ao mercado. O entendemos além, ou seja, enquanto um modelo de controle de populações. Não se trata apenas de uma economia neoli-

beral, mas sim de uma sociedade neoliberal que organizará, a partir da economia, diversos dispositivos de controle social.

Segundo Nora de Souza (2020), ao ampliar o seu domínio sobre a subjetividade humana, o sistema neoliberal se tornou capaz de elaborar normas que visam controlar, transformar e criar o comportamento individual e coletivo, determinando dessa forma o modelo de sociabilidade e o modo de vida nas sociedades modernas. Para Dardot e Laval (2016, p.16), “Essa norma impõe a cada um de nós que vivemos num universo de competição generalizada, intimida os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros ordena as relações sociais no modelo do mercado.” Os autores mencionados nos deixam evidente que esse poder normativo está para além da esfera econômica possuindo controle em todas as esferas da vida humana incutindo uma subjetividade concorrencial aos indivíduos.

O neoliberalismo aceita a necessidade de intervenção estatal na sociedade, desde que esta não afete a liberdade do mercado. O modelo de Estado neoliberal defende a eficiência do mercado, pois numa Sociedade Neoliberalista perpassada pelas contradições inerentes ao mercado, cabe ao Estado agir com sua força coercitiva, para controlar qualquer pessoa que se coloque como empecilho para a ordem do mercado.

É evidente que para os autores e pensadores neoliberais, o problema não é o Estado intervir, mas sim em quais áreas ele deve intervir, ou melhor é essencial definir uma agenda política para atuação estatal que deve priorizar a defesa dos interesses do mercado. Dessa forma, a grande novidade do neoliberalismo reside: “no fato de se poder pensar a ordem de mercado como uma ordem construída, portanto, ter condições de estabelecer um verdadeiro programa político (uma agenda) visando o seu estabelecimento e a sua conservação permanente” (Dardot; Laval, 2016, p.82).

Nesse cenário, o Estado deve agir como defensor dos mercados fiscalizando e controlando tudo que possa afetar o livre mercado concorrencial, deixando de lado outras questões como o desemprego, a fome, a desigualdade social. Para os neoliberais qualquer modelo de justiça social ou distribuição de renda renega, o Estado democrático que nesse prisma, deve ser orientado pelas necessidades do mercado, isto é a intervenção deve ter como horizonte a defesa da concorrência e a transformação dos homens adequando-os para a vida neoliberal.

A década de 1980 foi marcada pelo fortalecimento de uma política conservadora neoliberal contrária ao modelo de bem-estar keynesiano, nomes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan tiveram ênfase nesse movimento. Logo, esse contexto pode ser definido como a subordinação do poder estatal ao capital financeiro, ou melhor num discurso que destaca a eficiência do mercado frente da ineficiência do Estado como nos afirma Wacquant (2007), desemboca invariavelmente

na perpetuação da ordem via o controle realizado sobre aqueles sujeitos excluídos, definidos como inimigos.

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos. E se Collor, por conta da corrupção desabrida sofreu o impeachment e não deu certo como condutor do projeto neoliberal, nada permite supor que o neoliberalismo no Brasil afundou junto com ele ou sofreu abalos significativos na sua pretensão de hegemonia. Pelo contrário, O ideário neoliberal se reapresenta na disputa eleitoral sucessória a Itamar Franco — que como vice-presidente assumiu a Presidência com o impeachment de Collor. Naquele momento, dois projetos se apresentaram ao eleitorado. Um, o de Lula, tinha por meta a ampliação do mercado interno, buscando agregar ao consumo a enorme massa de excluídos do país; a ampliação da democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado (democraticamente controlado) nos setores fundamentais e estratégicos. O outro, o de FHC, era o continuador do projeto neoliberal — e, por isso, contou com uma gama impressionante de apoios entre os partidos e setores conservadores da sociedade. Mas o grande eleitor de FHC foi o Plano Real, que conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, estabilizando a economia. E se isso, sem dúvida, é muito importante, parece claro que não é suficiente: mesmo que tenha havido uma pequena melhora na renda da população mais pobre, por conta do fim do imposto inflacionário, o desemprego aberto e o emprego na economia informal crescem a olhos vistos. (Negrão, 1996, pp.108-109)

O mundo tem vivenciado, desde a década de 1980, um intenso crescimento neoliberalismo que se insere cada vez mais nas sociedades modernas, isso acontece segundo Dardot e Laval (2016), pelo grande apelo da mídia, desde a crise dos anos 1970, que declarou uma guerra ideológica contra o Estado que nesse prisma é fonte de desperdício, ineficiência, e entrave ao livre desenvolvimento individual.

Nesse contexto não é o capitalismo, com sua busca incessante por lucros e superlucros que corrompe a sociedade, mas sim qualquer benefício do Estado voltado aos pobres ou demais excluídos, uma vez que nega a ideia do ‘eu empresarial,’ a qual deve pautar seus interesses exclusivamente através do cálculo econômico individual.

A absorção individual desse o raciocínio de busca por benefícios econômicos, como lei da vida faz com que a política de cunho neoliberal para governar seja lastreada numa falsa liberdade de escolha. Ou seja, o neoliberalismo cria uma fábula em que o sujeito é livre para determinar seus interesses nos parâmetros estabelecidos pelo mercado e pela lógica de ganhos individuais em que ou o sujeito aceita as regras do fica de fora.

Como nos afirma Nora de Souza (2020) esse governo de si leva a uma culpabilização dos sujeitos pela sua condição, pois nessa lógica, ser integrado ou não é mera questão de opção uma vez que todos os problemas sociais e os custos gerados devem ser repassados para os indivíduos. Portanto, expressões da questão social como desemprego, pobreza, violência e demais problemas sociais ou individuais, decorrem exclusivamente de escolhas individuais.

In fine, o atual contexto neoliberalista coloca qualquer política pública de bem-estar social como um empecilho ao desenvolvimento econômico. O modelo político desse Estado em relação à população pode ser resumido da seguinte maneira;

Ela visa a maximizar a utilidade da população, aumentando a sua empregabilidade e sua produtividade e diminuir seus custos com um novo gênero de política social que consiste em enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e a qualidade da proteção social em nome da adequação a globalização. Portanto o Estado não abandona o seu papel na gestão da população, mas sua intervenção não obedece mais aos mesmos imperativos nem aos mesmos motivos. Em vez da economia do bem-estar, que dava ênfase à harmonia entre o progresso econômico e a distribuição equitativa dos frutos do crescimento, a nova lógica vê as populações e os indivíduos sob o ângulo mais estreito de sua contribuição e seu custo na competição mundial. (Dardot; Laval, 2016, p. 284).

População em situação de rua no município de Juiz de Fora-MG

Antes de adentrarmos nas particularidades do município de Juiz de Fora, devemos ter clareza acerca das expressões da questão social que perpassam essa temática. Expressões essas que se manifestam na falta de emprego, na falta de moradia, na violação de vínculos afetivos e familiares, ausência de recursos, pobreza, bem como, no uso de drogas lícitas e ilícitas.

Posto isso devemos entender que o processo de realização não é algo que acontece de modo rápido e espontâneo, há vários determinantes envolvidos principalmente quando falamos de uma sociedade em que a riqueza é produzida socialmente e apropriada de maneira privada. É inerente ao capitalismo a acumulação de riquezas de um lado e a acumulação da miséria do outro, também é inerente

ao capitalismo a criação de um grupo desobrantes e consumidores falhos, aqueles que não se enquadram no sistema e nas engrenagens desse sistema e acabam sendo usados como forma de manter e perpetuar uma exploração da população considerada ativa.

Essa subclasse em que homens e mulheres são reunidos e vistos como inúteis, uma verdadeira escória na sociedade consumista. Esta mesma sociedade que avalia e julga as pessoas por serem mercadorias rentáveis. Ela, a subclasse, é formada por pessoas sem valor de mercado, são seres humanos não codificados, melhor dizendo, são consumidores falhos, consumidores decadentes que deixaram de cumprir seus deveres dentro da sociedade consumista. (Rubens, 2010, p.278).

Podemos afirmar que a população em situação de rua compõe ou melhor, faz parte do que Marx (2013) vai chamar de superpopulação relativa, ou seja são todos aqueles que se encontram desocupados ou inseridos em mercado de trabalho informal com vínculos precários entre outros.

De acordo com o “Censo e Diagnóstico da População em Situação de Rua em Juiz de Fora” (2023) realizado via parceria entre Secretaria de Assistência Social (SAS) e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a população em situação de rua adulta, ou seja, acima de dezoito anos é heterogênea e encontra-se em situação de pobreza extrema, não possui moradia de referência e possui rompimento de vínculos familiares.

É notório elencar que o “Censo e Diagnóstico da População em Situação de Rua em Juiz de Fora” (2023) têm como horizonte o conceito expresso na Política Nacional para pessoa em situação de rua instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009;

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto. Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Com base no estudo mencionado, podemos afirmar que o perfil da população em situação de rua de Juiz de Fora é composto em sua maioria de homens, cisgêneros, heterossexuais, negros e pardos, com idade entre trinta e cinquenta anos e se encontram em situação de rua a mais de cinco anos (p.51).

É nítido que negros (pretos e pardos) no Brasil se encaixaram perfeitamente no perfil de criminosos natos proposto pelo modelo positivista lombrosiano, tanto em relação à raça, que os tonavam naturalmente inferiores, quanto pelas condições econômicas, visto que determinadas escolhas políticas os lançaram à miséria. (Nora de Souza, 2020, p. 31).

Outro dado relevante e que merece destaque como uma das consequências da pandemia é o aumento de mais de 30% de pessoas em situação de rua no município de Juiz de Fora.

O estudo também nos demonstra quais as necessidades e demandas por serviços mais apareceram na pesquisa desenvolvida foram, oportunidades de emprego, garantia de acesso a alimentação, moradia digna como, oportunidade de qualificação. (p. 72).

Orçamento público como um caminho para garantir acesso aos direitos para população e se rua

Num primeiro momento devemos ter clareza sobre o que é o Fundo Público. Como muito bem nos define Francisco de Oliveira (1998), Fundo público é uma categoria ou conceito construído no intuito de investigar os processos pelos quais o capitalismo perdeu sua capacidade autor regulatória (o capitalismo depende cada vez mais do Estado para realizar acumulação para ter superlucros). (Mancini, 2016).

Devemos ter evidente que apesar de afirmarem o contrário, o capitalismo não sobreviveria nem uma semana sem o aporte financeiro que recebe do Estado.

É importante elencar que fundo público e orçamento público são conceitos distintos.

Enquanto fundo público é uma categoria que se expressa através de dois movimentos, o da arrecadação (receitas) e o dos gastos (despesas), vinculados à dinâmica da economia política, o orçamento público, de acordo com Salvador (2010, p. 49), “é a materialização da ação planejada do Estado para manutenção de suas atividades e execução de seus projetos, assim como permite a visualização do direcionamento das ações do Estado e de suas efetivas prioridades.” Ou seja, podemos considerar o orçamento público como um instrumento de materialização do fundo público. É exatamente na ferramenta orçamento público que vamos visualizar as prioridades do direcionamento dos gastos públicos, o orçamento possibilita a materialidade de movimento de receitas e despesas. (Mancini, 2016).

O fundo público atua como pressuposto tanto do financiamento da acumulação do capital quanto do financiamento da reprodução da força de trabalho englobando toda a sociedade via os gastos sociais, ou seja, o fundo público incidi

tanto no capital constante (através de investimentos em pesquisas de ponta, subsídios e etc.) quanto no capital variável, via a criação das políticas sociais.

No que diz respeito as receitas, o fundo público é constituído de contribuições, taxas, impostos, mais-valia produzida socialmente e também do trabalho necessário via imposto sobre a renda e impostos indiretos que incidem sobre o consumo.

No capitalismo o que podemos visualizar é uma disputa pelos recursos que conformam o Fundo Público no âmbito do orçamento estatal, logo, podemos afirmar que o Orçamento Público é um local de luta política em que as mais distintas forças da sociedade visam inserir seus interesses.

O Fundo Público se demonstra como mais um lugar ou local público de disputa social, ou seja, além de um caráter econômico possui também, um caráter político e tal disputa se dá tanto no âmbito do direcionamento dos recursos (gastos/despesas) quanto no âmbito da taxação de tributos (receitas). Logo, o Fundo Público acaba sendo um espaço contraditório marcado por conflitos e interesses divergentes. (Mancini, 2016).

A análise do Orçamento Público deve ser considerada como um elemento fundamental para compreender a forma como as políticas sociais encontram-se estruturadas em nosso país. Precisamos ter clareza que o Orçamento Público é uma peça técnica que vai além dos muros da esfera contábil. Ele reflete a correlação de forças de uma determinada sociedade, os interesses envolvidos, bem como a vontade política dos governantes. Além de definir quem vai arcar com o ônus das despesas orçamentárias em nosso país. Logo, devemos entender e enxergar o Orçamento Público para além de um instrumento de planejamento, ele é sobretudo uma peça de cunho político.

O Orçamento Público é que vai garantir a concretude da ação planejada do Estado desse modo, vai demonstrar a prioridade dos governos no que diz respeito às políticas públicas.

Das quais formas, o fundo público encontra-se presente na reprodução do capital?

De acordo com Salvador (2010),

- Via subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais, financiamento integral ou parcial dos meios de produção;
- Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho via salários indiretos diminuindo o ônus do capitalista na sua aquisição;
- Investimentos em meios de transporte, infraestrutura, pesquisas;
- No cenário atual o fundo público é responsável por transferir recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, ou seja, principalmente para as classes do rentistas.

Com a entrada do cenário neoliberal no Brasil (a partir da década de 90 do século XX), o que podemos perceber é uma fragilização do Estado e das políticas sociais em detrimento dos juros do serviço da dívida pública.

Cabe ressaltar que em momentos de crise econômica, a qual produz fortes impactos no que tange à vida de centenas de trabalhadores via altos índices de desemprego, restrição de direitos e outros. O fundo público possui protagonismo no apoio ao grande capital, apoiando principalmente as instituições financeiras. Logo, o Estado via dívida pública, repassa significativa parcela da riqueza socialmente produzida para o capital portador de juros.

No que diz respeito a relação do fundo público com as políticas sociais a forma como essas serão implementadas vai depender diretamente da correlação de forças existentes em nossa sociedade. Podemos dizer que o modelo das políticas sociais implantadas vai depender de modo direto da correlação de forças existentes na sociedade em um dado período histórico. (Mancini, 2016).

É fundamental analisar não somente a forma como as despesas do orçamento encontram-se organizadas, mas também sobre quem recai o financiamento das políticas públicas em nosso país, ou seja, como elas são financiadas.

É notório elencar que no Brasil há um predomínio de tributação regressiva, ou seja, quem ganha menos acaba arcando mais. Maior parte da nossa tributação não é pautada em impostos diretos (sobre a renda e o patrimônio) mas sim, em impostos indiretos (que recai sobre produtos e bens de consumo).

Política de assistência social voltada para a população em situação de rua no município de Juiz de Fora-MG

De acordo com Teodoro (2023) a construção da política de assistência social no atendimento à população em situação de rua no município de Juiz de Fora-MG tem suas primeiras atividades com a implantação do Albergue Municipal Frederico Ozanam, no contexto da década de 1990 mais especificamente em 1994, fato esse que de acordo com a autora mencionada também é elemento comum nas grandes metrópoles e cidades de porte grande de nosso país.

É a partir desse contexto que a população em situação de rua começa a ganhar visibilidade e passa ser de maneira frequente o tema de encontros, seminários e debates promovidos pelos gestores públicos, “seja pelo aumento gradual do número de pessoas em situação de rua, seja pelo momento que os grandes centros iniciaram suas experiências de ações socioassistenciais, com intervenções e projetos a serem apresentados e implementados em vários municípios” (Teodoro, 2023, p. 77).

No caso do segmento da população em situação de rua, o debate sobre o acesso à assistência social como direito despontou no final da década de 1970, no caso da cidade de São Paulo. A partir de então, de certa forma, instalaram-se na agenda política do país como principais expoentes metrópoles, quais sejam: São Paulo, na gestão da Luiza Erundina (1989-1993) e Belo Horizonte, na gestão de Patrus Ananias (1993-1996). É por meio dessas experiências municipais, no campo da política de assistência social que a questão do “enfrentamento” ao fenômeno da situação de rua tomou densidade intervintiva por meio de “modelos” de gestão (por intermédio de serviços, programas e projetos) (Oliveira, 2017, p. 151).

Segundo Teodoro (2023), podemos afirmar que a primeira política pública a ter um olhar para a população em situação de rua é a política de assistência social. É através dessa política que os serviços vão se estruturando e se torna possível vislumbrar a necessidade de articulação com outras políticas para atender as demais demandas colocadas pela população em situação de rua.

A realização de serviços e programas para a população em situação de rua no município de Juiz de Fora seguiu passos graduais de implementação. Porém, desde 2004 até a nova concepção e materialização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as ofertas socioassistenciais deveriam sofrer algumas alterações, a fim de se adequarem à Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais.⁴⁴

Tendo como horizonte a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o município de Juiz de Fora executa as seguintes ofertas:

1. Serviços Especializados para pessoas em situação de rua: consiste em unidade pública e estatal que tem como responsabilidade realizar a referência e contrarreferência dos usuários na rede de serviços públicos. É o equipamento mais importante da redes que deve organizar as demandas e conhecer muito de perto os usuários, sua realidade e necessidades sociais. Nesse sentido, oferta espaço de referência (durante o dia para alimentação, higiene, guarda de pertences, guarda de carrinhos (no caso de catadores de papel em situação de rua), projetos de convivência social e atendimento técnico. O equipamento onde se realiza esse serviço é denominado Centro Pop.

2. Projeto NUPOPS: Este projeto realizado em parceria com Organizações da Sociedade Civil, tem a característica de proporcionar a descentralização e territorialização de algumas ofertas destinadas a população em situação de rua, tais como banho, lavagem de roupa, alimentação, atendimento técnico, convivência, todas as ações, na perspectiva complementar ao Serviço Especializado para pessoas

44 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais trata-se de um documento elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 109/2009, que regula, organiza, qualifica e tipifica os serviços como forma de manter um padrão mínimo das ofertas socioassistenciais.

em situação de rua, em locais da cidade com alta concentração do segmento, hoje a cidade conta com uma unidade no dentro e uma na região norte.

3. Serviço de Abordagem Social: consiste na busca ativa da população em situação de rua nos espaços públicos. Tem um papel muito importante, uma vez que é o único serviço que atende aqueles usuários que estão chegando na rua ou aqueles que não têm vinculação com nenhum dos equipamentos socioassistenciais. Portanto, a principal ação da abordagem social é a identificação em lócus das pessoas em situação de rua, seja sob marquises, debaixo de pontes, na região central da cidade, ou nas áreas mais afastadas.

4. Serviço de Acolhimento Institucional: serviço que garante a proteção social de acolhimento institucional em espaços para pernoite, higiene e alimentação. Esse serviço é encontrado em várias modalidades. No município temos duas: o atendimento integral por 24 horas ininterrupto, ou parcial, denominado de Casa de Passagem, com atendimento apenas no período noturno.

5. Vagas em Hotel: O serviço disponibiliza vagas em hotel como estratégia e alternativa de acolhimento institucional para que está a pouco tempo nas ruas ou não aceita os serviços convencionais de abrigamento.

É notório elencar que aliado a esses serviços existe também o Programa Auxílio Moradia (Instituído pela lei nº 14.214 de 16 de julho de 2021), o qual consiste na concessão de subsídio financeiro temporário, destinado ao custeio de despesas, como pagamento de aluguel em imóvel residencial e demais gastos emergenciais relacionados à moradia tais como taxas de condomínios, água, energia elétrica, dentro outros.

Atualmente quando analisamos a realidade da política de Assistência Social a partir do olhar do orçamento público, o que podemos visualizar, são avanços quando nos referimos a políticas voltadas para população em situação de rua. Ao considerarmos o número de ofertas de vagas e serviços de 2021 para 2023 e que o investimento em serviços para a população em situação de rua, se dá nos serviços de Proteção Especial e de maior valor financeiro, já que pressupõe seguranças e provisões de custo alto, percebemos um crescimento no desempenho dos serviços no atendimento a população em situação de rua.

Nesse sentido a previsão orçamentária da Secretaria de Assistência Social (SAS) para Proteção Social Especial (proteção a qual engloba serviços voltados para população em situação de rua) gira em torno de aproximadamente 32,22% de todo orçamento da secretaria mencionada, ou seja, R\$ 15.036.944,00.⁴⁵

45 É importante destacar que os dados mencionados acima foram extraídos da Lei Orçamentária Anual da Secretaria de Assistência Social do Município de Juiz de Fora/MG aprovada para o exercício de 2023 disponível no Portal da Transparência da Prefeitura de Juiz de Fora: <https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/orcamento/loa/2023/index.php>.

Quando pensamos na Proteção Social Especial de Média Complexidade, temos um valor R\$ 4.715.444,31 de recursos direcionados, ou seja, aproximadamente 31,35% de todo recurso voltado para Proteção Social Especial em sua totalidade. Desse valor, R\$ 582.952,60 encontram-se voltados para o “Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop” e R\$ 1.085.132,00 estão direcionados para o “Serviço de Abordagem Social”. O restante, ou seja, R\$ 3.047.359,71 tem como nome o “Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Como sabemos a Proteção Social Especial se divide em dois níveis denominados Média Complexidade e Alta Complexidade. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade conta hoje no município de Juiz de Fora com um aporte de R\$ 10.321.499,65 (ou seja, aproximadamente 68,64% de todo recurso voltado para Proteção Social Especial em sua totalidade), é exatamente dentro dessa Proteção que se encontram os serviços de Acolhimento Institucional, os quais abarcam crianças e adolescentes mulheres vítimas de violência, como também, os acolhimentos para população em situação de rua, para idosos, os quais podemos mencionar as Casas de Passagem, Acolhimento 24h, vagas em hotéis e outras modalidades que possam servir de espaço de proteção integral na política de assistência social, considerando este serviço o mais engenhoso do ponto de vista de sua intervenção, custo e organização, mas oferta essencial para quem vivencia o processo de realização.

Ao realizar um recorte dos serviços ofertados pela Secretaria de Assistência Social, de acordo, com os registros do Boletim SUAS em Números, mês de Maio de 2023, se comparados ao mês de Maio do ano anterior (2022), podemos perceber que:

Temos um aumento de aproximadamente 62,24% de 404 beneficiários atendidos no Programa Auxílio Moradia quando realizamos a comparação do mês de maio de 2022 com o mês de maio de 2023, e desses 404 beneficiários, 112 foram encaminhados pelos Serviços de Acolhimento Institucional voltados para população em situação de rua sob a gestão do Município;

No que se refere a Proteção Social Especial de Média Complexidade, 473 pessoas foram abordadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, o que significa um crescimento de 20,97% (se comparado o mês de maio desse ano ao mês de maio do ano anterior);

No que diz respeito a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o total de população em situação de rua atendida nos serviços de Acolhimento Institucional passou de 639 pessoas em situação de rua atendidas em maio de 2022 para 842 pessoas em situação de rua atendidas em maio de 2023 o que equivale a um aumento de 31,76%;

Também é importante frisar que ocorreu uma expansão de 12,69% nos atendimentos para adultos em abrigo (quando comparamos os dados de maio de

2022 com os dados de maio de 2023). Seguido de um aumento de 32,88% de atendimentos para adultos na modalidade Casa de Passagem e 100% de atendimentos na modalidade Adultos-Hotel é um serviço de Acolhimento Institucional novo prestado pela Secretaria de Assistência Social em Juiz de Fora-MG.

Por fim, é importante mencionarmos que para além da Proteção Social Especial em seus dois níveis, há um valor de R\$ 3.706.584,48 de recursos destinado aos “Benefícios Eventuais” do qual o Auxílio Moradia faz parte.

Considerações finais

Frente ao exposto é perceptível que os efeitos do neoliberalismo somados a pandemia de Covid-19 aprofundaram as expressões da questão social inerentes a população em situação de rua. Tal cenário exigiu uma resposta por parte do poder público municipal provocando um aumento direto da oferta de serviços socioassistenciais à população em situação de rua no município de Juiz de Fora-MG como demonstrado ao longo desse capítulo direcionou uma significativa parte do fundo público para atendimento das demandas dessa população.

Por outro lado, sabemos da necessidade de investimentos de outras políticas sociais, além da assistência social para a população em situação de rua. Esse segmento necessita de políticas públicas mais incisivas de saúde, habitação e trabalho, que contradizem o ideário neoliberal. A política de assistência social e seus respectivos serviços socioassistenciais, deveria ser financiada pelos três entes federados, mas ainda recai sob a responsabilidade dos municípios as respostas, não só de execução dos serviços, programas, projetos e benefícios, mas também do próprio orçamento e financiamento da política.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 24 dez., 2009. Acesso em 01. jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

DARDOT, P. e LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESCOREL, S. *Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

JUIZ DE FORA. Decreto 14.686, de 23 de julho 07 de 2021. Regulamenta a Lei Municipal nº 14.214, de 16 de julho de 2021, que institui o programa auxílio-moradia no município de Juiz de Fora e dá outras providências. Prefeitura de Juiz de Fora, Diário Oficial Eletrônico de Juiz de Fora, 2021.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Assistência Social. Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora – MG. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/index.php>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MANCINI, M. V. D. V. *Fundo público e orçamento das políticas sociais: uma análise da União nos 12 anos de governo PT (2003-2014)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora/MG, 2016.

NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. *Revista Lutas Sociais*, v.1, n.1, p. 103-112, 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18809>. Acesso em: 20.jan.2020.

NORA DE SOUZA, L. N. *Política de Drogas: uma análise crítica acerca do discurso do combate às drogas na gestão criminal da pobreza*. Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em Direito. Universidade Federal de Juiz de Fora/ MG, 2020.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do ativador: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-61.

OLIVEIRA, L. M. F. *O alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Tese de Doutorado. Londrina, 2017.

RUBENS, A. Resenha de Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria. *Revista Signos do Consumo*, v .2, n. 2, 2010. Disponível em: <https://>

www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/download/44368/47989. Acesso em 01. jul. 2023.

SALVADOR, E. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

TEODORO, M. *Reflexões sobre a política de atendimento à população em situação de rua em Juiz de Fora*. In: ARBIA, A. A.; PEREIRA, V. S.; GRANJA, B. (Org). *Atendimento à População em Situação de Rua: Reflexões e Práticas no Brasil e na Europa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

Capítulo 15

A extensão universitária e sua relação com as políticas públicas

Ana Lívia de Souza Coimbra

Fernanda Cunha Sousa

Introdução

A universidade pública brasileira, entre 2019 e 2022, passou por um processo intenso de descredibilização junto à sociedade cujo principal protagonista e vocalizador foi o governo federal. Esse processo encontra suas bases materiais desde 2016, ainda no governo Temer, após o movimento golpista que levou à cassação do mandato da então presidente Dilma Rousseff. Calcado numa política econômica de austeridade e de duro ajuste fiscal, o presidente Temer aprovou a Emenda Constitucional do Teto de Gastos que congelava as despesas primárias por duas décadas com imposição de um limite real das ações no campo das políticas públicas.

Essa variável macroeconômica que fixou os gastos públicos por vinte anos, expressa a partir de então na Constituição Federal, foi um equívoco não respaldado pela literatura econômica, sendo possível se estabelecer um paralelo com as disposições transitórias constitucionais da taxa de juros em 12%, estabelecida em 1988, muito criticada à época pelos mesmos economistas que defenderam em 2016 o denominado Teto de Gastos (David, 20210).

Sem aprofundarmos aqui a descrição e análise do quadro político e econômico da época, destacamos a instabilidade interna no país, bem como a ofensiva de ideias fascistas no cenário nacional e internacional que levou à eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Expressão do reacionarismo político que se baseou no mais profundo retrocesso nas relações sociais. Observou-se como apresenta David (p.68), um governo de extrema direita, com pautas conservadoras nos chamados “costumes” e ultraliberal na economia. A título de descrição sintética dos equívocos profundos cometidos pelo governo Bolsonaro, recorremos novamente ao autor: pode-se destacar a condução política conflituosa com os poderes legislativo e judiciário, uma política ambiental que ia na contramão dos anseios globais de sustentabilidade e preservação dos biomas, ameaçando nossas relações comerciais com as economias desenvolvidas e uma inédita política externa, movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais, trazendo entre outras consequências, uma adesão excessiva

e acrítica às decisões e políticas do governo de Donald Trump e colocando o Brasil em posição de grande desvantagem e insegurança em diferentes âmbitos do plano internacional.

A universidade pública foi atacada fortemente. Fato objetivo disso, verificou-se ainda no período de campanha eleitoral em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal se manifestou em defesa da inviolabilidade da autonomia universitária. Para Leher (2021), houve uma ampliação do quadro conflituoso com as universidades após a posse de Jair Bolsonaro, visto que suas palavras passaram a ter novos significados, agora lastreados pelo poder de Estado. As universidades foram deslocadas para “o teatro de operações da “guerra cultural” empreendida pela extrema direita em especial, pelo Presidente da República” (p. 2). Foram inúmeras as manifestações dos três ministros que passaram pelo Ministério da Educação, ameaçando que universidades segundo eles faziam balbúrdias, com laboratórios produtores de metanfetaminas, bem como faculdades de filosofia e sociologia sofreriam cortes, e anunciando que o governo focaria em áreas que “gerassem retorno imediato ao contribuinte,” como, veterinária, engenharia e medicina. Para o governo, os estudantes faziam tudo nas universidades, menos estudar. E ainda por meio de rede social, destacou-se o papel do MEC em suspender e anular edital de vestibular para candidatos transgêneros e intersexuais da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Universidade, 2019).

Sem dúvida, as universidades passaram por uma campanha sistemática do governo marcada pela descredibilização, menosprezo, ao mesmo tempo em que se promoviam cortes orçamentários muito drásticos. Tal fato impactou diretamente a gestão das universidades, ocasionando cortes em bolsas estudantis e rearranjos emergenciais na política institucional. Em 2020, especialmente, com a pandemia de COVID 19, uma crise enfrentada no mundo todo, o país sofreu sobremaneira com a condução política do governo federal, tendo como resultado a tragédia de centenas de milhares de pessoas mortas.

As Instituições Públcas de Ensino Superior foram ameaçadas em sua autonomia, imagem institucional, credibilidade do conhecimento científico, orçamento e bases legais e constitucionais, bem como sofreram um processo de asfixia orçamentária que inviabilizava seu pleno funcionamento. Somaram-se a isso diversos questionamentos sobre qual a sua “utilidade, “quais os “custos” e “benefícios”.

Como respondê-los com a escuta necessária? Entendemos que é preciso nos mover cada vez mais em direção à ocupação de um papel ativo, reflexivo e crítico, que vise, nas universidades públicas, contribuir para o acesso aos direitos sociais. Para nós, esse caminho deve ser trilhado por meio da extensão universitária.

A justificativa para essa afirmativa encontra suas bases no processo histórico que leva à construção do conceito de extensão universitária no Brasil contemporâneo,

a partir de fatos que retomaremos mais aprofundadamente em seção específica, mas apontamos rápida e resumidamente a seguir: após o que convencionou-se chamar como período de “Redemocratização” (entre as décadas de 1970 e 1980), surge a necessidade do protagonismo da relação dialógica da Universidade com a sociedade, relacionada a um almejado novo lugar social do ensino superior público no país. Assim foi reelaborada a concepção de Universidade Pública redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações intencionistas até então.

A universidade, então passou (e continua passando) por uma série de transformações, mas algumas estruturas ainda permanecem e com elas vários questionamentos sobre o papel que devemos desempenhar. Nesse contexto, a inserção curricular da extensão reivindica um novo movimento de renovação da universidade, sempre necessária, posto que precisa estar sempre em mudança e transformação aquilo que se pretende perene.

Pretendemos discorrer, neste texto, sobre esse movimento pela via extensãoista e suas potencialidades para provocar críticas contundentes às desigualdades sociais e a sua reação por meio do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas compreendendo que a universidade deve se constituir como um vetor de transformação os territórios nos quais está inserida.

Universidade para quem e para quê?

Paulo Freire, na obra *Extensão ou comunicação*, de 1983 defende que é indispensável a superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, na qual, muitas vezes nos conservamos, ingenuidade esta que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado de entender o conhecimento que desconhece (ou desconsidera) a confrontação com o mundo como a fonte do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os seres vivos em geral. Mas como transpor efetivamente essa compreensão? E mais: uma vez transposta como colaborar para a transformação social a partir da mudança dessa compreensão?

Quando trazemos essa reflexão para o contexto do ensino superior brasileiro, é imperativo compreender as universidades como territórios complexos e contraditórios, marcados por relações sociais marcadamente imbuídas de um *ethos* elitista e meritocrático ao longo de sua existência no país. Entretanto, também como espaços de experimentação de um pensamento contra hegemônico que se materializa, frequentemente, em produção de conhecimento crítico e políticas acadêmicas inovadoras e inclusivas (*apud* Freire, 1983).

Para compreender melhor esse contexto, começemos por Darcy Ribeiro, que, em 1969, destacava que, no ciclo de ditaduras pelo qual passava a América Latina à época, adotou-se um projeto de desenvolvimento caudatório e subalterno aos países do capitalismo central, típico de uma “modernização reflexa”. Nesse contexto, a universidade é um meio para o crescimento dependente do país, portanto um instrumento da “modernização reflexa.”

As universidades, portanto seriam inconscientes de si mesmas e da sociedade, a qual se inserem e servem (ou precisam servir). Miller (2020), ao analisar o pensamento de Ribeiro, destaca que essa ideia modernizadora parte do suposto com determinados aperfeiçoamentos e inovações as universidades se tornariam tão eficazes quanto às dos chamados países “desenvolvidos.”

Analizando o pensamento de Darcy Ribeiro, Miller destaca que há forças ativas pela modernização reflexa, bem como outras que podem romper com esse estado de coisas. “Comporiam o primeiro grupo os docentes que se dividem entre os antigos catedráticos conservadores e o acadêmico modernizador, cosmopolita em sua essência, que adere aos novos modismos acadêmicos da Europa e dos EUA, pressupondo a modernização” (Miller, 2020, p. 165). No segundo grupo, estariam os estudantes e o movimento estudantil, os “rebeldes.”

A importância do que escreveu Darcy Ribeiro, em 1968 é tamanha e atual. Para ele, a ausência de um projeto universitário alternativo aos vigentes produz guardiões da ordem. De um lado estudantes que ao concluirão seus cursos e ingressarem no mercado de trabalho que reproduzem o sistema que os formou, de outro, docentes que ao atuarem pela modernização reflexa da universidade, se dividem entre pessimistas, ingênuos e oportunistas, entusiastas de um cosmopolitismo por essência e adesistas ao novos modismos acadêmicos externos.

Outra intelectual que nos traz referenciais de análise crítica sobre a universidade no contexto brasileiro desde 1970 é Marilena Chauí, culminando com a elaboração do que denomina “Universidade Operacional”.

Em outubro de 2003, na Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Chauí apresentava que a Reforma do Estado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, definiu os setores que compõem o Estado colocando a educação, saúde, e a cultura como setores de serviços não exclusivos do Estado. Para ela o significado disso foi:

- a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social.

Assim, reduzida à condição de organização prestadora de serviços, administrada segundo a lógica da empresa capitalista moderna, atravessada pela heteronomia e distanciada de sua vocação política democrática, balizada pelas ideias de eficácia e de sucesso a universidade muda drasticamente. Passa a ser regida pela pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, transposta da sua condição de instituição social- que acompanha as transformações sociais, econômicas e políticas, de cunho republicano e democrático, que aspira à universalidade- para a condição de organização social- que defende que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade, as consequências são expressivas. (Chauí, 2003, p. 06).

É a administração que transforma uma instituição social em uma organização, cuja adoção é inseparável do modo de produção capitalista.

Em 2016, Chauí, no Congresso da Universidade Federal da Bahia em sua conferência “Contra a universidade operacional e a servidão voluntária;” reafirma os princípios marxianos quando destaca que o capitalismo estabeleceu uma mercadoria como equivalente universal que serve para avaliar o valor de todas as outras mercadorias, o dinheiro generalizador da troca de equivalentes. Aponta que a universalização dos paralelos faz com que tudo seja equivalente, ou cada equivalente possa ser considerado homogêneo a qualquer outro.

Essa homogeneização universal permite o surgimento da administração como um conjunto de regras e princípios formais idênticos para todas as instituições sociais. Para a administração torna-se um meio para que uma instituição social se transforme em uma organização social, sua modalidade de gestão não se diferirá de qualquer outro negócio do capitalismo, seja ele um shopping center, uma montadora de veículos ou uma universidade.

Nesse mesmo evento, afirma publicamente que:

De fato, uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. (...) Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por quê, para quê e onde existe (Chauí, 2016).

Considerados os diferentes contextos históricos em que se inscrevem as análises de Marilena Chauí e Darcy Ribeiro, encontramos indicativos que apontam

perspectivas para pensarmos a função da universidade pública brasileira no desenvolvimento daquilo que a constitui.

Para Darcy Ribeiro (1969), o Brasil não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de montada nesse saber, pensar o Brasil como problema, (ou como desafio? Perguntamo-nos imbuídas de uma dose medida da inconsciência necessária para lutar por melhoras significativas).

Trata-se de entender a universidade como uma instituição que ao atuar de forma “espontânea,” perpetua a situação de “subdesenvolvimento” (e também de subserviência). Assim, só é possível superar o atraso nacional ao internacionalizar suas ações a partir deste objetivo. Ao entender a universidade como um espaço das contradições sociais, comprehende-se que este não é apenas um dilema da universidade, mas de toda a sociedade e que se reverbera nas opções de desenvolvimento da nação através da atualização histórica *versus* aceleração evolutiva, sendo a primeira manutenção de um desenvolvimento dependente, caudatório e “tardio” em relação ao desenvolvimento dos países do capitalismo central, enquanto a segunda é a própria superação da dependência com a evolução dos nossos padrões científicos e econômicos (*apud* RIBEIRO, 1969).

Compreender a universidade meramente por sua dimensão técnico-operativa, direcionada por práticas de gestão baseadas na burocracia e no gerencialismo, requer exigir que o Estado não enxergue a educação como gasto e sim como investimento social e político, como um direito e não como um privilégio. Como nos aponta Chauí (2003), significa investir o fundo público para assegurar direitos sociais, como a educação e não a acumulação e a reprodução do capital, portanto também a democratização da universidade.

Do mesmo modo, é preciso reverter essa identidade da universidade pela via da formação, “quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de levar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade” (Chauí. 2003, p. 12).

Assim procedendo é necessário colocar-se contra a exclusão, conceber a autonomia universitária como direito de definir normas de formação de docência e pesquisa, não por contratos de gestão, desmistificar a massificação da educação superior como se fosse democratização, revalorizar à docência, em contraposição à avaliação de produtividade quantitativa, revalorizar a pesquisa com políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos e por fim, conceber criticamente. O que seja sociedade do conhecimento e de educação permanente.

A análise é crítica e contundente, o país precisa sair do lugar de ‘proletário externo,’ destinado a atender as condições de vida e de prosperidade de outras

nações para a condição de um povo para si, dono do comando de seu destino e disposto a integrar-se à civilização emergente como uma nação autônoma como afirma Darcy Ribeiro. Nesse caminho, a universidade deve se transfigurar, dando um passo em direção à transformação da própria sociedade, colaborando para isso de forma efetiva. Para nós se trata de considerar a importância da universidade para o desenvolvimento local e nacional do território em que está inserida e da aproximação com os demais segmentos sociais, buscando alguma forma de ruptura com a emulação acrítica de modelos europeus. Mas, para isso precisa também avançar ainda mais na sua própria concepção.

A Política Nacional de Extensão Universitária

Esse movimento de mudança a que nos referimos precisa ser organizado, guiado por balizamentos amplamente discutidos e fundamentados. Tem papel de destaque nesse processo a Política Nacional de Extensão Universitária, de maio de 2012. Com essa iniciativa, confere-se materialidade ao compromisso das Universidades signatárias estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

Salientamos que esse compromisso não se choca com o princípio da autonomia universitária, pois não subtrai das Universidades Públicas a liberdade de decidir sobre seus programas e ações de Extensão Universitária específicos. Os mencionados conceito, princípios, diretrizes e objetivos nele constantes constituem uma referência nacional para o debate sobre a Extensão Universitária e sua reconstrução e aprimoramento contínuos. Nesse sentido, podem e devem mudar, de modo que permanecerem em consonância com as mudanças que se fizerem no âmbito da sociedade e da própria Universidade Pública brasileira.

Esta Política Nacional de Extensão Universitária reafirma ainda os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX, muitos dos quais foram formalizados no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1999, a que se acrescem outros que se fazem necessários para o enfrentamento de antigos e novos desafios, bem como do aproveitamento de novas oportunidades que se apresentam, tendo em vista o contínuo fortalecimento da Extensão Universitária.

E por que a extensão teria a pungência necessária para impulsionar esse movimento? De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, “a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade crítica que procura superar os desafios que coloquem o conhecimento acadêmico distanciado dos segmentos sociais aos quais ela deve se dirigir”.

Nesse ponto, faz-se necessário um breve histórico da própria prática de atividades de Extensão Universitária no Brasil, que remonta ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior. Embora, nem sempre o conceito de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estivesse presente.

A educação superior no Brasil começa muito voltada ao ensino, numa relação muito verticalizada de transmissão do conhecimento. Mais adiante, entra em cena a dimensão investigativa, muito vinculada à pesquisa (Veloso et al., 2020).

Somente a chamada Era Vargas, a extensão foi oficializada com a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras. Suas primeiras manifestações se deram sob a forma de cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo (sob influência de práticas realizadas na Inglaterra), em 1911, e das prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (sob influência de práticas estadunidenses), desenvolvidos na década de 1920.

No final da década de 1950 e início da de 1960, os universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos que foram reconhecidos posteriormente como fundamentais para a formação das lideranças do País, além de demonstrarem forte compromisso social e buscarem uma atuação Inter profissional, por meio de metodologias que possibilitassem a reflexão sobre sua prática.

Não obstante, o dinamismo que o movimento estudantil imprimiu à sociedade civil brasileira, ainda era necessário avançar na institucionalização da Extensão Universitária. Então, a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68) estabeleceu que, “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20) e instituiu a Extensão Universitária.

Os termos dessa institucionalização foram os seguintes: “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades para participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento, (...)” (Artigo. 40) (Nogueira 2005).

Em 1974, foi criada a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE). Entre suas primeiras produções, está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Sobre a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, provocando avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior (Nogueira 2005).

Já no final da década de 1970 e início da de 1980, em meio à luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais.

Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio e o entendimento já era essa institucionalização que deveria envolver toda a Universidade Pública.

O reconhecimento legal das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em novembro de 1987, são marcos importantes, pois propiciam à comunidade acadêmica as condições para redefinir a Extensão Universitária. No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, um novo conceito foi pactuado:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizada à este processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Em consonância com as definições pactuadas no FORPROEX, a Constituição Federal de 1988 preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (Artigo 213, § 2º).

Em resposta a esse princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, estabelecido na Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394) de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43) e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive a bolsas de estudo (Artigos 44, 52, 53 e 77).

Em seguida, o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010 (PNE 2001- 2010) (Lei nº 10.172), aprovado em 2001, estabelece a responsabilidade das

Universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, e institui que “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (Meta 23).

Dessa forma, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa relevância institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e às regulamentações do FORPROEX. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento, por excelência, de inter-relação da Universidade com a sociedade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de reprodução desse conhecimento por meio da troca horizontalizada de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que abre espaço para múltiplas possibilidades de transformação de diferentes setores da sociedade e da própria Universidade Pública.

A transformação da Extensão Universitária é um instrumento capaz de contribuir para a efetiva mudança da Universidade, e ao fim, da própria sociedade em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha junto com o enfrentamento desses desafios e com a busca das novas oportunidades que se descontinam no contexto internacional e na realidade brasileira.

É justamente aqui que se afirma a centralidade da Extensão Universitária como prática acadêmica, como metodologia inter, transdisciplinar e sistemática de interação dialógica entre a Universidade e sociedade. Trata-se, portanto de uma prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; a metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; a interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do país.

A relação da Universidade com outros setores da sociedade pela via extensionista

A extensão universitária constitui-se como parte da formação do estudante e favorece a relação entre a comunidade universitária e os demais setores da sociedade. Nesse diálogo, o estudante tem a possibilidade e o compromisso não somente de socializar os conhecimentos apreendidos no ensino e na pesquisa, mas também de construir novos aprendizados por meio das trocas de experiências propiciadas.

Nesse processo de compartilhamentos de conhecimentos e experiências, os saberes acadêmicos e populares são sistematizados, proporcionando significativos avanços. É por meio da extensão que a democratização do conhecimento acadêmico acontece, gerando em nossa concepção uma relação transformadora.

Desde 2018, de acordo com a Resolução Nº 7 de 2018, emitida pela Câmara Nacional de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e por meio do Conselho Nacional de Educação, as atividades de extensão devem compor, no mínimo 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação e devem fazer parte da matriz curricular dos cursos. Com a inserção da extensão nos currículos de graduação, a expectativa é que nos próximos anos, as ações extensionistas cheguem a um quantitativo ainda maior e mais variado de pessoas.

Mas para que isso ocorra de modo efetivo, possibilitando a flexibilidade necessária para a adequação às especificidades de novas áreas do conhecimento que chegam à atividade extensionista pela primeira vez, sem perder de vista os princípios que nos guiam, é necessário promover uma auto avaliação contínua, que possibilite o aperfeiçoamento constante dessas ações, de modo que estejam cada vez mais alinhadas aos seus princípios, articulando o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com os demais setores da sociedade e as demais dimensões acadêmicas institucionais.

Da mesma forma, é preciso cada vez mais instituir políticas de acesso e permanência dos estudantes ao ensino superior com ampliação do números de instituições, cursos e vagas, bem como por meio da interiorização dos *campi* das mesmas instituições. Cabe ainda criar uma política que possibilite a maior mobilidade territorial via ENEM e SISU, com a continuidade da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas baseadas na renda, inclusão de pessoas negras, pardas, indígenas, deficiente e com políticas ampliadas de assistência estudantil.

Considerada a necessidade de democratização do ensino superior e dos sujeitos que desenvolvem ações que fazem a extensão se materializar, bem como dos segmentos para os quais essas atividades se dirigem (como comunidades, movimentos sociais e poder público), as discussões em nível institucional e propiciadas pelos encontros do FORPROEX ocupam lugar de grande relevância. Nesse intuito, a inserção da extensão nos currículos traz, como defendemos, uma nova possibilidade de maior inserção da Universidade nos diferentes territórios do país.

A inserção da extensão nos currículos de graduação e as políticas públicas

O desafio apresentado às Instituições de Ensino Superior ante a Estratégia 12.7 do PNE revigora sua natureza e identidade a partir da valorização da ação extensionista como elo com a sociedade, orientador do Ensino, da Pesquisa e da Gestão. Mais do que a integração da extensão ao currículo, o que se propõe é a efetiva indissociabilidade extensão, pesquisa, ensino, tendo por trajeto um currículo

marcado pela deposição da compartmentalização disciplinar da sala de aula como único *locus* possível para a aprendizagem, da promoção da reterritorialização da universidade (*apud* FERREIRA, 2019).

A discussão sobre a inserção da extensão nos currículos de graduação traz de novo essa discussão, a medida em que amplia o debate e o leva a setores da universidade ainda pouco familiarizados com a extensão por inúmeras razões.

Com isso, a concepção de que a Extensão Universitária seria um conjunto de processos de socialização de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias, ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos volta ao debate, o que demonstra que essa compreensão ainda não está totalmente superada. É preciso ainda uma tomada de consciência do papel da extensão universitária por parte da própria comunidade acadêmica, o que se faz com amplo debate.

Debate e conscientização fundamentais porque, mais do que um projeto genérico de curricularização, é preciso repensar a singularidade de cada projeto pedagógico sem perder de vista a unidade necessária à formação do profissional de cada área, enfrentando o desafio de pensar, portanto, currículos unidos em suas diversidades e diversos em sua unidade, comprometidos com a proposta pedagógica e política de que os conhecimentos produzidos por uma sociedade põem (e devem) ser mobilizados a favor da construção de um ideal de sociedade diferente, mais justa e igualitária.

Essa discussão mexe no cerne da própria concepção de ensino superior, que já não pode mais coadunar com uma prática verticalizada e de que tipo de conhecimento é preciso construir nessas instituições, precisa haver cada vez mais espaço para um conhecimento voltado para as necessidades da sociedade. Não há mais espaço para uma universidade pensada por poucos e para poucos, elitista, portanto ela precisa ser pensada para todos e todas e isso não será possível sem ouvir essas vozes (*apud* VELOSO ET AL., 2020).

O desenvolvimento profissional pela via da extensão permite não somente que a universidade atue cada vez mais incisivamente para a democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, mas também faz com que formem profissionais mais abertos à escuta qualificada, sabedores de que a universidade é uma das casas do conhecimento, não a casa do que se torna possível através do diálogo horizontalizado propiciado pela via extensionista (*apud* FERREIRA, 2019).

A partir disso, podemos afirmar que o objetivo da extensão é justamente o oposto de levar algo pronto e acabado aos demais setores da sociedade, mas sim construir junto. O texto de Paulo Freire, icônico para a discussão do tema no Brasil. *Extensão ou comunicação?* Nos aponta isso ao salientar constituir-se um equívoco

ao qual o próprio termo “extensão” pode levar o estender em conhecimento técnico, em vez de comunicação eficiente, fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento objeto de compreensão mútua entre beneficiários diretos e equipe acadêmica envolvida na ação de extensão, por onde se alcançará o êxito, em um trabalho que será coparticipado (Freire, 1983, p. 70).

Em sua crítica ao próprio termo “extensão,” denunciando esse tipo de equívoco e o que pode ocasionar, o autor afirma que o diálogo problematizado, entre várias razões que o fazem indispensável, tenha está mais a diminuir a distância entre a expressão significativa e a percepção em torno do significado, chegando-se a uma compreensão mútua (Freire, 1983, p. 70).

Com esse diálogo problematizado possibilitado pela extensão e exponencialmente ampliado pela inserção da extensão nos currículos de graduação, a universidade se qualifica ainda mais e se aproxima de fato da realidade do território em que está inserida e tende a buscar mais respostas para as demandas que começam a permeá-la, por meio desse diálogo, podendo intervir sobre essa realidade e a partir dela, sobre si mesma em um movimento contínuo que se dá para dentro e para fora.

Trata-se, portanto, do resultado de uma luta histórica, por meio do FORPROEX, para que as instituições de ensino superior brasileiras se tornem mais democráticas. Considerando que o espaço da educação superior foi (e ainda tem sido) negado a grande parte da juventude com menos de 30% de inserção, mesmo após muitos avanços nesse campo em nosso país, as instituições de ensino superior precisam seguir avançando na direção de contribuir cada vez mais, se afastando de um histórico descolado da realidade de país em que está inserida, reafirmando-se com significativas para esses jovens que começam a ingressar justamente, reivindicar que os seus estudos se conectem à realidade que vivenciam (*apud* FERREIRA, 2019).

De acordo com Chauí (2003, p. 5),

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições.

Como instituição social, mais do que natural, é desejável que a instituição rediscuta seu papel, se tornando cada vez mais crítica e conectada à sua territorialidade, o que defendemos que se dê pela via da extensão. Mas essa discussão não pode ser somente interna, deve se fazer em conjunto com reivindicações mais

amplas, que passam pela compreensão do Estado e da sociedade como um todo sobre o ideal de educação de que precisamos.

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. (Chauí, 1983, p. 11)

Junto à rediscussão interna e externa sobre o papel da universidade, sobre que tipo de educação precisamos para nos tornar uma nação verdadeiramente autônoma, são necessárias ações refletidas e sistematizadas de modo a contribuir para esse debate.

A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concentricidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade. (Chauí, 1983, p. 11/12)

Ao falar da necessidade de mudança da universidade pública pela perspectiva da formação e da democratização, a Chauí aponta a necessidade de “diálogo e debate com a sociedade civil organizada e com os agentes do Estado, tanto para oferecer a todos as informações sobre a vida universitária, como para receber críticas, sugestões e demandas vindas da sociedade e do Estado” (Chauí, p. 13), o que defendemos se fazer pela via da extensão.

Principalmente em âmbito, local nos territórios em que as universidades se inscrevem no país, a relação com o poder público municipal é necessária e urgente. É necessário estabelecer diálogo com os gestores públicos municipais em espaços permanentes como fóruns entre os municípios e as universidades. Por meio das relações institucionais com as prefeituras torna-se possível caracterizar o contexto local, com descrição de áreas e temas necessários para direcionar as políticas públicas. E mais ainda, inserir o conjunto de docentes, técnico-administrativos e estudantes no desenvolvimento de ações de extensão que surgem das reais demandas sociais, captadas pelas equipes das universidades por meio de processos exploratórios, em conjunto com os servidores do executivo municipal.

Considerações finais

A conceituação de educação como diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos que dialogam de forma horizontal, vai ao encontro do que defendemos aqui. Pactuamos a ideia de que “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão de saber nem da cultura, não é a extensão de conhecimentos técnicos, ou é o ato de depositar informações ou fatos nos educandos” (Freire, 1983, p.78), mas o oposto disso. Esse deve ser o fundamento que estabelece as relações da universidade pública com os diferentes segmentos sociais.

E como “a educação não é própria e exclusivamente a permanência ou a mudança de algo. A educação se realiza no jogo destes contrários que dialetizam é ‘duração’. A educação ‘dura’ na contradição permanência-mudança. Esta é a razão pela qual somente no sentido de ‘duração’ é possível dizer que a educação é permanente. Por isso mesmo, permanente, neste caso, não significa a permanência de valores, mas a permanência *do processo educativo*, que é o jogo entre permanência e a mudança culturais” (id, ibid., p. 84).

Temos vivenciado um grande processo de mudança cultural na educação superior por meio da implementação da extensão nos currículos de graduação, o que não se dá sem dúvidas, resistências, inseguranças, naturais de um processo desse vulto. O fundamental, neste momento é não perder de vista para que seja permanente, a educação precisa ser processo, precisa estar em constante reflexão e movimento de mudança. Discutir e realizar uma extensão que colabore para a dimensão formativa, humanística, democratizada das que se formam nas instituições de ensino superior é a tônica de mais esse passo que a educação avança num país desigual como o nosso, com a razão de quem se move pela paixão por uma nação verdadeiramente soberana no qual a relação das universidades com o poder público ocupa um lugar central.

Nesse ponto é oportuna a Carta elaborada por Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das Instituições Públcas de Ensino Superior reunidos no Encontro Nacional do FORPREX em novembro de 2022, em Salvador-BA. Compreende-se o papel imprescindível da extensão universitária na formação cidadã e profissional dos estudantes das instituições públicas de ensino superior, ressaltando “a construção de um pacto federativo para o ensino superior que articule os governos Federal, Estaduais e Municipais a fim de promover a distribuição orçamentária equilibrada e a execução das políticas públicas de combate a situações emergentes como a erradicação da fome, o analfabetismo e a desigualdade social” (FORPROEX, 2022, p. 3).

Assim, cabe à universidade pública a relação concreta e efetiva com as demandas sociais por meio do desenvolvimento de sua dimensão investigativa e

interventiva junto ao poder público propiciando espaços de troca de formação profissional para os estudantes e sobretudo de contribuição para o acesso aos direitos sociais.

Referências

CHAUI, M. Contra a universidade operacional e a servidão voluntária. Conferência na sessão de abertura do Congresso da Universidade Federal da Bahia, em 14 de julho de 2016. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/conhe%C3%A7a-palestra-contra-universidade-operacional-e-servid%C3%A3o-volunt%C3%A1ria. Acesso em: 02 de julho de 2023.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. *Revista brasileira de educação*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

CHAUI, M. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 2 jul. 2023.

DAVID, M. Memorial. 2021. (Classe Professor Titular da Carreira do Magistério Superior)- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

FERREIRA, O. A. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO. Material de apoio para apresentação durante COEX- UNB, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Olgamir-Ferreira-COEX-UnB.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. CURRICULARIZAR A EXTENSÃO OU EXTENSIONALIZAR O CURRÍCULO? APORTES TEÓRICOS E PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO ANTE A ESTRATÉGIA 12.7 DO PNE. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU: Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezem-

bro de 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 de junho de 2023.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. *Educação e Sociedade*, vol. 42, janeiro, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/>. Acesso em 20 de abril de 2023. MILLER, H. A universidade necessária: desenvolvimento nacional e produção científica REBELA. *Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos* Florianópolis, vol.10, n.1, p. 163/169, jan./abr.2020 Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4155>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públcas de Ensino Superior. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM Maio de 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

RIBEIRO, L. C. M. O diálogo entre universidade e coletividade por meio da extensão. *Jornal da UFG* (Artigo originalmente publicado no Jornal Opção). Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/o-dialogo-entre-universidade-e-coletividade-por-meio-da-extensao>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

SOUSA SANTOS, B. *A Universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

UNIVERSIDADE com campi na BA e no CE cancela vestibular para transgêneros e intersexuais após pedido do MEC. G1 BA, Salvador, 16 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/16/universidade-com-campi-na-ba-e-no-ce-cancela-vestibular-para-transgeneros-e-intersexuais-apos-pedido-domec.ghtml>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

VELOSO, T. R.; LIMA, A. S. M.; PAIVA, O. A. F. Reconcitec 2020- Mesa Redonda: Diretrizes e Concepções na Curricularização da Extensão. 2020. Transmitida TV UFSJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HtR5-NOdQM0>. Acesso em 02 de julho de 2023.

Sobre os Autores

Alexandre Aranha Arbia: doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente do Departamento de Fundamentos do Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF.

Ana Clara Azevedo Pereira: Graduanda em Serviço Social, bolsista do Programa Núcleo de Assessoria e Consultoria em Serviço Social e Políticas Públicas (NACSS).

Ana Lívia de Soua Coimbra: Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UFJF, na graduação e pós graduação em Serviço Social. Pró-reitora de Extensão da UFJF desde abril de 2016. Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras no biênio de 2018-2019. Presidente do FORPROEX Regional Sudeste entre 2017 e 2019; Coordenadora do Colégio de Extensão da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (COEX/Andifes) entre 2018 e 2021.

Bárbara de Sá Menezes Teixeira Reis: Enfermeira da Equipe Consultório na Rua/JF.

Bruna Atalaya de Almeida Rocha: graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; atualmente mestrande em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Eroy Aparecida da Silva: Psicóloga, Psicoterapeuta Familiar e Comunitária, Doutora em Ciências- Departamento de Psicobiologia-Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Coordenadora do Coletivo Inter cambiantes Brasil. email: eroync@gmail.com.br

Euler Antônio Campos: Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Fábio da Silva Calleia: Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do

Rio de Janeiro (2010). Especialização em Gestão de Redes de Atenção à Saúde pela ENSP (2017). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua nas áreas de Serviço Social e cultura popular, com passagens profissionais pelas áreas de Assistência Social, Saúde, Docência em Serviço Social e Coordenação em Serviço Social.

Fernanda Cunha Sousa: Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Associada da Faculdade de Letras da UFJF, habilitação em Letras Clássicas e respectivas literaturas. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Professores de Latim (ABPL) no biênio de 2016-2018 e da diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) nos biênios de 2018-2019 e 2020-2021. Atua como Pró-reitora Adjunta de Extensão da UFJF desde 2021.

Gabriel Martins Silva: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista do projeto “Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora- MG”.

Gisele Aparecida da Silva Faria: Graduanda em Serviço Social, voluntária no Programa Núcleo de Assessoria e Consultoria em Serviço Social e Políticas Públicas (NACSS)

Isabella da Paixão Alves: Assistente Social na atenção primária à saúde da Prefeitura de Belo Horizonte. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juliana Cobucci: Assistente social com graduação e mestrado em Serviço Social/UFJF; Doutoranda em Serviço Social/PUCSP; Coordenação Situações de Vulnerabilidade no Projeto Paraopeba/ AEDAS junto à população atingida pelo rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho/MG.

Juliana Varejão Giese: Arquiteta e urbanista, Doutora em Arquitetura e Urbanismo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4694-4560>. E-mail: varejaoj@gmail.com.

Kíssila Teixeira Mendes: Doutora e mestra em Psicologia pela UFJF. Psicóloga e cientista social. Professora da Universidade do Distrito Federal (UnDF).

Laura de Melo Soares: graduanda em serviço social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Lucas Nunes Nora de Souza: Bacharel em Direito pelo Faculdades Integradas Vianna Jr. e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Advogado do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS Norte) da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Juiz de Fora

Luiz Cláudio Ribeiro: Professor titular do Departamento de Estatística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Engenharia Civil pela UFJF, Mestre em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Marcelo dos Santos Campos: Médico da Equipe Consultório na Rua- JF

Maria Júlia Touzo Miranda: Graduanda em Serviço Social, bolsista do Projeto de Iniciação Científica Assessoria e Consultoria em Serviço Social e Políticas Públicas.

Marina Barbosa Pinto: Doutora em História pela UFF, Mestre em Serviço Social pela UFRJ, Graduada em Serviço Social pela UFRJ. Profa. aposentada da FSS/UFJF. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação da UFJF (NuGea)

Marina Monteiro de Castro e Castro: Assistente Social. Doutora em Serviço Social/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (graduação e pós-graduação).

Marina Valéria Delage Vicente Mancini: Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS Centro 1) da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Juiz de Fora.

Meirijane Teodoro: Assistente Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Espaço e Ambiente pelo Programa de Pós-graduação em Geografia- (UFJF). Subsecretária de Vigilância e Monitoramento da Assistência Social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Juiz de Fora.

Natália Brugiolo Marcos: Graduanda em Estatística pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista do projeto “Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora- MG”.

Paula Ferreira Oliveira Santos: Graduanda em Serviço Social, voluntária no Programa Núcleo de Assessoria e Consultoria em Serviço Social e Políticas Públicas (NACSS)

Paula Miranda de Oliveira: Assistente Social da Equipe Consultório na Rua- JF

Pedro Henrique Antunes da Costa: Psicólogo e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Telmo Mota Ronzani: Psicólogo, Mestre em Psicologia Social, Doutor em Ciências da Saúde. Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Produtividade 1D CNPq. email: tm.ronzani@gmail.com

Thais Stefani da Silva Dourado: Graduanda em Serviço Social, bolsista do Programa Núcleo de Assessoria e Consultoria em Serviço Social e Políticas Públicas (NACSS)

Viviane Souza Pereira: Professora associada da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela FSS/UFJF. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Políticas Públicas em Direitos Humanos pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ. Email: vsp01@hotmail.com

Weverton Corrêa Netto: Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. email: weverton.correa@estudante.uff.br